

Teoria e Técnica do
Texto Jornalístico

NILSON LAGE

Teoria e Técnica do Texto Jornalístico

CONSULTORIA EDITORIAL

Joëlle Rouchou

Pesquisadora da Casa de Rui Barbosa
Professora da Escola de Jornalismo da UniverCidade
Doutora em Comunicação e Cultura pela ECA/USP

7ª Tiragem



© 2005, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Capa

Sérgio Campante

Editoração Eletrônica

 Diagrama Ação – Produção Editorial

Revisão Gráfica

Marília Pinto de Oliveira

Projeto Gráfico

Elsevier Editora, Ltda.

A Qualidade da Informação

Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar

20050-006 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: (21) 3970-9300 Fax: (21) 2507-1991

E-mail: info@elsevier.com.br

Escritório de São Paulo

Rua Quintana, 753/8º andar

CEP 04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP

Telefone: (11) 5105-8555

ISBN: 85-352-1527-1

ISBN13: 978-85-352-1527-4

Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

Central de atendimento

Telefone: 0800-265340

e-mail: info@elsevier.com.br

site: www.elsevier.com.br

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L171t

Lage, Nilson

Teoria e técnica do texto jornalístico / Nilson Lage, – Rio de Janeiro:

Elsevier, 2005 – 7ª tiragem

il.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN: 85-352-1527-1

ISBN13: 978-85-352-1527-4

1. Redação de textos jornalísticos. 2. Jornalismo I. Título.

05-2545.

CDD – 808.06607

CDU – 808.1:070

Agradecimentos aos colegas e estudantes do Curso de Jornalismo da UFSC, que tornaram disponível o tempo para a produção deste texto e, em particular, aos chefes de departamento que se sucederam nesse período, professores José Francisco da Silva Karam e Regina Carvalho.

Prefácio



Este livro foi escrito com a intenção de abordar de forma não rotineira as técnicas do jornalismo, a partir da primeira delas – a produção de textos. A finalidade é fugir do remanso ideológico em que estão confinados geralmente os estudos de nossa profissão, que alguns endeusam como sacerdócio essencial à democracia e outros reduzem a mero instrumento de controle da opinião pública pelos detentores de poder político e econômico.

A primeira distinção que se faz considera em diferentes níveis a notícia, a cobertura de fatos em processo em um lapso de tempo – um dia, uma semana – e a reportagem temática ou narrativa. Propõe-se o conceito de *lead* não como invento da indústria cultural mas como adaptação da maneira tradicional de transmitir informações singulares, objeto das máximas de Paul Grice e do conceito de relevância esmiuçado por Dan Sperber e Deirdre Wilson.

As diferentes formas de apresentação dos textos jornalísticos parecem conformar-se ao que se pretende com eles. Informar-se é o que se quer, há certamente possibilidade de construir um discurso, se não objetivo, pelo menos voltado para o objeto; a distorção, aí, só poderá ser explicada como recurso à cultura ou à História. O problema real se coloca quando se tenta impor uma interpretação como a única válida ou se atribui natureza indiscutível à opinião.

Outro parâmetro do texto ancora na mídia utilizada. O rádiojornalismo tornou-se coloquial, íntimo e geralmente prolixo. O telejornalismo, com o surgimento dos equipamentos portáteis de captação de imagens, a pluralidade de canais e a facilidade de edição eletrônica, evoluiu rapidamente para incorporar técnicas de cinema nos minidocumentários em que se transformam as reportagens. O jornalismo impresso varia entre a especialização, a denúncia e o engajamento.

Não existem ainda condições para a estabilização de uma técnica própria da web, porque os equipamentos estão em constante atualização, de modo que várias gerações deles – computadores e meios de acesso – estão em uso simultaneamente; a melhoria

das condições de transmissão de vídeo, por exemplo, tem potencial para provocar mudanças radicais na Internet, afetando, entre outras coisas, os conceitos correntes de propriedade intelectual.

Durante todo o século XX, as técnicas do jornalismo foram consideradas desprezíveis pelos que viam e ainda vêem a profissão pela dimensão única da política. Hoje, quando o computador incorporou toda a tecnologia antes distribuída por equipes de trabalhadores *blue-collars*, já não é tão fácil sustentar essa falácia. Bons jornalistas escrevem, mas também editam, programam rádio e, com certeza, no futuro, terão habilitação mínima para fotografar e gravar imagens em movimento.

Nesse sentido, creio que o texto que vão ler poderá animar os especialistas nessas habilidades a produzirem material didático sobre elas, sem precisar desculpar-se pela caretece.

Introdução



Quando Theseus voltou da vitória sobre o Minotauro, conta Plutarco, as atenienses repararam seu navio e, como as pranchas estavam podres, trocaram-nas uma a uma. Quando a primeira prancha foi colocada no lugar, todos concordaram que o navio continuava o mesmo. Uma segunda prancha também não fez diferença. Em certo ponto, os atenienses haviam trocado todas as prancha do navio. Era outro navio? Em que momento ele se tornou um só?

(The Logic of Fuzziness, Nazim Soylemezoglu)¹

No princípio era o verbo. Se era verbo,² era verbal, quer dizer, algo constituído de sons significantes. Dentre dezenas ou centenas de milhares de idiomas que foram ou estão sendo usados no mundo, apenas um punhado transformou cadeias sonoras em símbolos formadores de palavras, locuções, sentenças e discursos.³ Os outros, em maioria, permaneceram ágrafos, sem representação gráfica para seus enunciados.

Mesmo entre as culturas que desenvolveram a escrita, existem as que representam o conceito graficamente, mas sem qualquer correspondência com o som das palavras. Em chinês, 15 mil ideogramas combinam-se para expressar todas as idéias, desde aquelas que têm representação concreta até as mais abstratas. Na China, onde é grande a diversidade cultural, a escrita comum desempenha papel essencial para a unidade política do país. Na televisão, o discurso dos

¹(<http://www.math.harvard.edu/~hmb/issue2.1/FUZZY/fuzzy.html>)

²Esta expressão deriva, por via culta, do latim *verbum*, significando “a palavra”. Traduz, no contexto bíblico, a expressão grega *logos*, que também pode significar “razão”, “conceito”. O uso de “verbo” como palavra conjugada nuclear de uma sentença foi introduzido no século XIV.

³O Museu Virtual da Imprensa (<http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/port/alfa.html>) registra oito alfabetos, 21 escritas e 18 outras formas de representação, entre atuais e antigas. Entre elas, a escrita maia, da América Central.

locutores ou atores é legendado para que a população, embora fale idiomas distintos, entenda o que está sendo dito.

No Japão, a escrita chinesa (*kanji*) convive com duas formas de escrita silábica (o *hiragana*, que se origina da prática de mulheres, na época em que eram impedidas de freqüentar a escola; e o *katakana*, inventado por monges – cada um deles com 71 caracteres) e com a grafia ocidental, que procura representar os sons no alfabeto inglês.

O mecanismo de representação adotado nos ideogramas é analógico, isto é, baseado em semelhança, ainda que vaga. O ideograma que representa “árvore” lembra a disposição em galhos; duplicado, significa “bosque”; triplicado, “floresta”. O ideograma que representa “porta”, quando combinado com o que representa “luz”, passa a representar “fresta” e, acrescido do ideograma de “árvore”, significa “tranqüilidade” – pois não estará tranqüilo aquele que olha o jardim iluminado através da porta entreaberta?

A partir do século XIX, desenvolveu-se a tecnologia que permite o registro de sons de qualquer língua, com a criação de um sistema de símbolos gráficos discriminados, para uso técnico. Dessa maneira, pode-se distinguir o “a” português pleno em “ar”, o nasal em “maçã”, reduzido em “pêra”; que nada lembram a homogeneidade do “a” italiano – por exemplo, o som aberto do primeiro “a” em “dama”. Por outro lado, o “l” e o “r” brando, que em algumas línguas se confundem, aqui distinguem “tala” e “tara”, “gera” e “gela” etc. A organização de enunciados em pares mínimos (duplas de significado distinto e expressão parecida) permitiu descobrir quais as diferenças de sons têm significado numa dada cultura e quais são vistos por ela como equivalentes. O “j” gutural castelhano de “juventud” e “jamón” é percebido pelos falantes hispânicos de maneira completamente distinta do “r” de “ruta” ou de “realidad”; para o ouvido brasileiro, a diferença parece irrelevante. O “ch” inglês de “chalk” e “chair” corresponderia aproximadamente ao grupo consonantal “tch” que não existe em português, mas existe, por exemplo, em russo, idioma no qual é identificado por uma única letra do alfabeto cirílico; já o “sh” inglês, de “shadow” ou “shame”, equivale ao “ch” português.

Pena que esse estudo, que permitiu sintetizar sons em computadores e inventar escritas para línguas de povos que não as possuíam, como é o caso de tribos de índios brasileiros, não teve nascimento generoso. Na verdade, começou nos Estados Unidos, no final do século XIX, como uma tentativa de submeter e converter mulheres, crianças e velhos, sobreviventes das nações indígenas extintas em sucessivas operações militares genocidas apelidadas de “guerras” e interrompidas de tempos em tempos por efêmeros “tratados de paz”, nos quais a luta continuava no contexto político da conversão religiosa e da extinção sistemática dos meios de sobrevivência, como os rebanhos de bisões.

O método criado por Franz Boas, antropólogo húngaro, e por seus discípulos, entre os quais se destaca Edward Sapir, traía seu viés de etnocentrismo (ou, ainda que de maneira inconsciente, o intuito de dominação) ao considerar apenas objetos materiais – tendas, pratos, tigelas –, sem penetrar em conceitos que expressam valores abstratos e que são os mais nobres entre os partilhados por qualquer grupo humano. Assim, perdeu-se o sentido exato que teriam palavras como “liberdade”, “justiça” ou “verdade”, para cidadãos apache, cheyenne ou sioux. Conceitos como esses são os que, na essência, definem a identidade cultural.

Até algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial, era comum a literatura especializada apontar a escrita fonética, com suas consoantes e vogais,⁴ como fator de “superioridade” ou, no mínimo, vantagem competitiva das culturas do Ocidente – comprovada, diziam, pelo êxito dos países europeus quando partiram à conquista do mundo, no século XVI (Portugal e Espanha) e nos seguintes (Inglaterra, França, Holanda, Alemanha, principalmente).

Esse preconceito começou a se desfazer na época do “milagre japonês”, no início da década de 1970. Ainda assim, levou muita gente a prognosticar o fracasso dos ícones de comando introduzidos no visual dos Macintosh e, depois, dos sistemas operacionais das séries Windows e Linux para PC. Ainda hoje, editores de texto, planilhas e bancos de dados indicam a combinação de teclas correspondente a cada operação, embora os usuários prefiram, quase sempre, clicar com o botão esquerdo do *mouse* no símbolo respectivo, que funciona como um ideograma.

Tomemos o ícone que representa “abrir arquivo”: uma pasta entreaberta com uma seta circular por cima. Era a representação válida na época em que foi concebida: guardavam-se assim os documentos para que ficassem pendurados pelas alças em gavetas de arquivo. No entanto, para as crianças de hoje, a palavra “arquivo” remete ao espaço virtual onde o conteúdo subsiste na forma de *bits*, em disco ou em algum lugar da rede mundial de computadores. Para elas, a pasta entreaberta e a seta significam tanto quanto as gravatas ou os botões de punho para executivos em serviço, advogados no fórum ou porteiros em edifícios de luxo. Mas a arbitrariedade da representação em nada as atrapalha.

O que se quer demonstrar é que a relação entre o signo visual e seu conceito é mais imediata do que a relação entre uma cadeia de sons e esse mesmo conceito

⁴A escrita fonética moderna deriva, em última análise, do alfabeto fenício que, por sua vez, teria sido uma evolução da grafia proto-Sinai, anterior ao século XV a.C. Os gregos o adotaram, modificaram, simplificaram e aperfeiçoaram, acrescentando o registro das vogais.

– e mais ainda do que entre palavras escritas e o que representam. Para ser compreendida, a mensagem escrita sob a forma de representação fonética tem de ser: (a) transformada em “cadeia sonora”, objetiva (em voz alta) ou subjetivamente (em silêncio); e (b) interpretada no cérebro para que possa corresponder aos conceitos, o que envolve um conjunto complexo de associações em rede neural.⁵

A experiência da publicidade, cuja prática sistemática data do século XVII,⁶ atesta a veracidade do conjunto de proposições do parágrafo anterior: marcas (como a cruz dos cristãos, o crescente árabe ou a estrela de Davi) são bens simbólicos universais e de reconhecimento imediato. Quanto ao fato de que o enunciado é transformado em som para ser lido, há provas empíricas subsidiárias. Uma delas é o cacófato, encontro inconveniente de sons, não de símbolos gráficos: por ser assim, o segmento H’ M’ (lido, no contexto, como “agá linha, eme linha”) causou muito reboliço na aula de desenho projetivo da minha turma de colégio, porque Emília era o nome da garota da sala ao lado. Afinal, na seqüência de símbolos não há qualquer indicativo de comicidade; ele só aparece com a combinação dos sons que, todavia, não foi expressa pelo professor, silencioso desde que se apercebeu da iminência da conexão hilariante. A saída que encontrou – dizer “este segmento” – agravou a explosão contida de riso dos meninos.

Do que se disse até aqui, algumas deduções são relevantes para o jornalismo:

- (a) O planejamento gráfico de um produto é o primeiro fator de atração, pela variedade, e de reconhecimento, pela uniformidade. Combinar a uniformidade do estilo e o nível de variedade compatível com o fluxo dos eventos é a essência de um bom projeto gráfico em jornalismo.
- (b) O mesmo acontece com recursos audiovisuais; a vinheta, o cenário e a entonação nos telejornais permitem o reconhecimento – o reencontro visual ou auditivo com o já visto ou o similar – que facilita concentrar a atenção no conteúdo noticioso, desde a escalada⁷ até o final do programa.
- (c) A percepção de fotografias, cenários ou imagens em vídeo precede, em condições de igualdade, a percepção de qualquer forma de enunciado oral e mais ainda do texto escrito, porque o processo de compreensão deste é mais lento. Fotos, ambientes e imagens são “lidos” primeiro.

⁵A compreensão da escrita é um procedimento cerebral complexo. Dele participam, pelo menos, o lobo parietal esquerdo, responsável em condições normais pela identificação dos símbolos escritos; o lobo frontal esquerdo, que atua nas funções intelectuais, processos de pensamento, comportamento e memória; e o lobo temporal esquerdo, responsável pelo entendimento da fala. Uma das competências das redes neurais (biológicas ou físicas) é o reconhecimento de padrões; outra, o aprendizado.

⁶A bula *Inscrutabili Divinae*, de 22 de junho de 1622, promulgada pelo Papa Gregório XV, deu início à constituição da Congregação *Propaganda Fidae* (<http://www.fide.org>). Essa data pode ser tomada como referência.

⁷Série de manchetes ou chamadas que costuma preceder noticiários no rádio e na televisão.

- (d) O mesmo acontece com efeitos sonoros e música de fundo, ainda que esses recursos não sejam notados de maneira consciente. Como sua percepção é mais imediata do que a das palavras, e se associa diretamente a seqüências memorizadas na mente do público, cria-se um ambiente para a mensagem textual e pode-se, por exemplo, distrair a atenção de cortes abruptos de imagem, sugerir comicidade, dramaticidade ou ironia.

A linguagem jornalística compreende não apenas o enunciado lingüístico, mas também as expressões que o envolvem, do projeto gráfico de uma publicação às estratégias cenográficas e sons envolventes. A função dessas unidades expressivas é evidenciar e valorizar o conteúdo. Pode-se dizer que o mesmo ocorre com a própria forma do texto: ela não deve chamar a atenção para si mesma e sim para o que está sendo lido ou dito – a informação.

Eis uma distinção clara entre jornalismo e literatura ou artes (plásticas, cênicas, dramáticas), ainda quando estas, manipulando a forma ou compondo a ficção com retalhos factuais e traços do mundo objetivo, buscam revelar fragmentos da realidade. O jornalismo é sobretudo um relato de aparências, sob dois aspectos principais:

- (a) É produzido às pressas, em sociedades estruturadas, com suas tensões, regras e leis, jogos de riqueza e poder; obrigado a tornar os fatos inteligíveis para um público aferido em quantidades médias e qualidade perceptiva mínima – as interpretações que faz são datadas e efêmeras. Urgência e contingência constituem barreiras difíceis de transpor.
- (b) Não lhe é permitido avaliar intenções e inferir a subjetividade dos personagens ou o percurso secreto das decisões em estruturas de poder; torna-se difícil sugerir o que ninguém confessa. Como será mostrado adiante, tal avaliação e tais inferências, transferidas no jornalismo para a especulação do público, são essenciais na formulação das suposições sobre a realidade com as quais os homens fundam seus procedimentos.

Tentativas relativamente recentes de utilizar técnicas literárias para revelar aspectos menos visíveis da realidade – por escritores como Tom Wolfe, Norman Mailer ou Truman Capote⁸ – resultaram em alguns perfis magníficos⁹ e relatos realmente interessantes e engajados, porém, fora da rotina jornalística. Além disso, foram longamente tecidos à custa da pesquisa de fatos e tratamento

⁸Do movimento chamado de “novo jornalismo”. A primeira edição do livro de Tom Wolfe com esse título – *The new journalism* – é de 1973.

⁹Como o de Marilyn Monroe por Capote em *Dog barks*.

estilístico do texto, muito além, portanto, da possibilidade da indústria em tempos normais.

Figuras sonoras de estilo

Várias figuras de estilo reconhecidas em textos escritos reportam-se à origem oral das línguas. As mais óbvias são o ritmo e a rima, esta comum em poesia e pouco aconselhável em prosa.

Cada idioma tem um ritmo dominante próprio – oxítono em francês, paroxítono em português, por exemplo. Independente dos marcadores sintáticos, como a vírgula, o ponto-e-vírgula e o ponto, os enunciados são lidos em “grupos de força”, isto é, conjuntos que tendem a segmentar as orações, buscando certa homogeneidade rítmica. Assim, uma sentença como:

Seis mil quilômetros de rodovias federais serão recuperados este ano com recursos oriundos do excesso da arrecadação de impostos, que superou bastante a previsão orçamentária.

.....

Será lido mais ou menos assim:

Seis mil quilômetros de rodovias federais/ serão recuperados este ano com recursos/ oriundos do excesso da arrecadação de impostos,/ que superou bastante/ a previsão orçamentária.

.....

Além dos efeitos do ritmo (que ajuda a estabelecer distinções expressivas sutis entre “ruir”, “tombar” e “desmoronar”, por exemplo), outras figuras de estilo aparecem, principalmente em títulos de jornais, suplementos e revistas; em “chamadas” em radiojornalismo e telejornalismo; e nos *flashleads*¹⁰ que se tornam comuns em moradas (*homepages*) de sítios (*sites*)¹¹ informativos na Internet.

É o caso das assonâncias, confluência de sons vocálicos idênticos ou muito parecidos. Um jornal francês, usando esse recurso para compor a primeira página com a notícia do lançamento do Sputnik 1,¹² de uma crise no gabinete de governo e de uma epidemia que varria a Europa, colocou essas matérias lado a lado com as palavras-chave “crise, gripe, bip”.

¹⁰ *Leads* compactos, reduzidos em regra a uma única sentença.

¹¹ Tenta-se aporuguesar alguns dos termos em inglês utilizados por usuários de informática, principalmente aqueles que introduzem leituras estranhas à língua, como “ai” para “i” e “r” brando para “h”.

¹² Primeiro satélite terrestre, lançado em 1957 pela União Soviética. Emitia um sinal “bip”, que podia, em dada região, ser captado pelos receptores de rádio de ondas curtas no momento da passagem em órbita.

Figuras do mesmo gênero são as onomatopéias (que também são fatos lingüísticos: as bombas explodem diferentemente em inglês e português, os galos cantam de maneira diferente para brasileiros e franceses); a aproximação de palavras com sons parecidos (“obediência ao Fundo afundou a Argentina”); o trocadilho ou jogo de palavras (“mercados emergentes submergem em dívidas”); a repetição enfática (“uma festa com muita gente, muitas pessoas, muito povo”) e, talvez a mais comum, a paráfrase, proposição que lembra, pelo ritmo e pela sonoridade, outra já conhecida: “Os homens de bens” [≅ “homens de bem” = homens honestos] (título de uma série de reportagens sobre a evolução do patrimônio de políticos, em *O Globo*, 2004); “Uma rainha na corte de seu Artur” [≅ *Um Ianque na Corte do Rei Artur*, romance de Mark Twain, escrito em 1889] (em *Manchete*, quando a Rainha Elizabeth, da Inglaterra, visitou o Brasil no governo do General Artur da Costa e Silva), “O extremo Ocidente” [≅ “o extremo Oriente”, denominação referida à posição geográfica dos países coloniais da Europa] (também em *Manchete*, no início da década de 1970, sobre a inauguração da linha aérea para o Japão; em um caso feliz de acumulação de sentidos, acentuava as circunstâncias de o voo partir do Rio de Janeiro para o Ocidente e de a economia japonesa ser tida, na época, como forma extremada do capitalismo ocidental).

A ambigüidade das referências

A primeira e essencial ambigüidade de qualquer palavra ou enunciado portador de sentido é que ele pode se reportar a seu conteúdo ou às suas formas, gráfica ou sonora. Para o receptor humano, é claro que, em uma frase como:

“Paralisar, analisar e catalisar escrevem-se com ‘s’ porque não derivam de formas nominais.”

não se está falando de nenhuma paralisia, análise ou catálise existentes no mundo, e sim de formas gráficas. Trafegar entre universos de significado parece fácil para as pessoas, mas é algo complicado em termos de lógica computacional.

A segunda forma de ambigüidade acontece com indicadores de pessoa, posse e espaço.¹³ A situação primitiva é de alguém falando a outro ou a outros, em presença:

¹³Em semântica, referidos geralmente como dêiticos, de dêixis (do verbo grego δείχνω, indicar).

TERCEIROS REFERIDOS

Ele(a), Eles(as)
 Seu, dele(a), seus, deles(as)
 Aquele(a), aqueles(as), aquilo
 Lá

EMISSOR

Eu
 Meu(s), minha(s)
 Este(a), estes(as), isto
 Aqui, cá

RECEPTOR (ES)¹⁴

Tu(você), vós(vocês)
 Teu(s), seu(s), tua(s), suas(s) vosso(s)
 Esse(a), esses(as), isso
 Aí

As designações “nós”, “nosso”, “a gente” são, em si, ambíguas: podem referir-se a um grupo ao qual pertença o falante, o qual inclua falante e ouvinte ou a um segmento amplo, que compreenda ambos os envolvidos na conversa e ainda aqueles de que se fala – por exemplo, “nosso país” ou “nossa língua”.

Das três coleções de indicativos de pessoa, posse e localização mostradas no gráfico, é evidente que as duas primeiras têm forte conotação emocional: falar de si mesmo, do que se tem, do que está próximo de nós envolve riscos equivalentes a falar do interlocutor, do que é dele, do que lhe está próximo. Não por acaso, assim, a terceira pessoa, formalmente menos comprometida, é usual nos textos informativos, científicos e em narrativas que pretendem ou simulam a neutralidade, bem como no tratamento, originalmente respeitoso, em português.¹⁵

Quanto ao tempo, ele transcorre materialmente da mesma forma para todos os actantes, já que tudo está em fluxo.¹⁶ No entanto, há duas formas de entender sua passagem: uma, em ciclos (manhã, tarde, noite; verão, outono, inverno, primavera; segunda a domingo; janeiro a dezembro; plantio a colheita; lua nova a minguante), que se transferiu aos relógios de sol, aos calendários e daí aos mostradores circulares com ponteiros; a outra, linear, vetorial. Essa estipula a equivalência entre espaço e tempo, em formas lingüísticas como “antes”, “depois”, “desde”, “até”, “a partir de”, “então”, “faz/há x (unidades de tempo ou espaço)” etc.

As situações descritas aqui se alteram com a invenção da escrita. A personalidade e a localização do emissor podem ser vagas, ignoradas ou irrelevantes, tanto quanto as do receptor. Em regra, não estão no mesmo espaço-tempo; a

¹⁴Obviamente, as posições de emissor e receptor podem se alternar na conversação, estabelecendo o diálogo.

¹⁵“Vossa mercê”, você. Em francês, o mesmo efeito é obtido com a segunda pessoa do plural: “Vous êtes belle, madame”.

¹⁶A frase é de Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático. Actantes são objetos, seres ou pessoas que atuam numa seqüência narrativa.

recepção é ou pode ser plural; o emissor muitas vezes tem apenas presunções sobre os receptores – na melhor hipótese, dados estatísticos e conhecimento empírico. Pode haver, ou não, fronteiras definidas no espaço e no tempo balizando o enunciado.

Surgem, então, duas possibilidades de uso, ou dois universos de significação, os quais cabe aos receptores distinguir. A referência pode ser: ao próprio enunciado, e é tecnicamente chamada, então, “*de dicto*”;¹⁷ ou ao tema do enunciado, a ente do mundo, que será chamada “*de re*”.¹⁸ “*De dicto*” é uma expressão latina, “sobre o que é dito”; “*de re*”, também do latim, “sobre o ser, a coisa”.

O conflito entre esses universos é notável no caso dos demonstrativos (este [a] [es] [as], esse [a] [s] [as], aquele [a] [es] [as], o [a] [os] [as], isto, isso, aquilo), dos locativos e marcadores temporais referidos à pessoa (aqui, aí, cá, lá etc.; agora, hoje, ontem, então, ano passado etc.).

Na linguagem oral, os demonstrativos são comumente usados *de re*: reportam-se a entidades referidas no discurso. No texto escrito, seu uso mais comum é *de dicto* – isto é, referem-se a porções do próprio enunciado. Em textos clássicos escritos em linguagem simples, como os *Commentarii de bello galico* (*Comentários sobre a guerra da Gália*), de Júlio César, chama a atenção o uso amplo dos demonstrativos da terceira pessoa: é preciso recorrer ao contexto para saber se o pronome se refere a um general ou a outro, a um exército ou a outro.

Mesmo hoje, não há convenção rígida quanto ao uso *de dicto* dos demonstrativos. O mais comum é referir como “esse [a]” o antecedente e “este [a]” o conseqüente, reservando-se “o [a]” e, raramente, “aquele [a]” para um terceiro nome ou proposição. Havendo dois antecedentes consecutivos, no entanto, costuma-se usar “este” para o mais próximo e, em oposição, “aquele” para o mais distante. Assim:

- (a) “As eleições não reduziram a tensão entre governistas e opositores, *estes* acusando *aqueles* de fraude”.
- (b) “A junta eleitoral destacou o testemunho dos observadores estrangeiros. Representando diversos países europeus e americanos, *esses diplomatas* não encontraram qualquer irregularidade no processo de apuração”.
- (c) “Ao fim do dia, as principais ações negociadas alcançaram *estas* cotações: Petrobrás, ...; Vale do Rio Doce, ...”

¹⁷Ou “endofórica”.

¹⁸Ou “exofórica”.

A prevalência do som

As formas literárias guardam memória da época anterior à existência da escrita. Chefes tribais e matriarcas aprenderam a dar ordens, em situações em que isso era necessário, ou por todo o tempo, inventando, de alguma forma, o imperativo. Documentos essenciais da cultura foram ritmados, metrificados e enriquecidos com informações redundantes, melodia e dança para que não se perdessem. Personagens tiveram epítetos adicionados ao nome para que suas características não fossem esquecidas: “Aquiles, o de pés ligeiros”, por exemplo.

Lemas repetidos antecipam conclamações clássicas (como “*Delenda Cartago*”, “destruamos Cartago”, tantas vezes repetido por Marcus Tullius Cícero, tribuno romano) e, daí, as modernas palavras de ordem e slogans publicitários. Medidas sanitárias circunstanciais, como a proibição ou restrição do consumo de determinados produtos em certas épocas (carne ou leite, comumente), tornaram-se preceitos religiosos cumpridos até hoje em muitas culturas.¹⁹

Quem pretendia despertar a atenção para um perigo iminente ou para o relato de fatos singulares começava pelo aspecto mais relevante de acordo com a perspectiva do(s) ouvinte(s). Após correr o acidentado percurso de Maratona a Atenas, em 490 a.C., o soldado Pheidippides disse apenas “Vencemos” e morreu; se tivesse começado a contar desde o início como foi a batalha contra os persas, seu esforço teria sido inútil. A urgência de informar e o empenho em atrair a atenção para um evento singular²⁰ estão, sem dúvida, na origem mais remota do *lead* jornalístico.

No entanto, para prolongar a motivação dos interlocutores, eventos sucessivos deviam ser alinhados de modo que cada qual despertasse a curiosidade para o seguinte. Surgiu então a narrativa. Seja para explicar o mundo, seja para justificar relações de poder na comunidade, surgiu também a lenda – constituindo, enfim, uma instância mágica paralela à realidade.²¹ Fenômenos que não se reduzem a relações claras de causa e efeito são inquietantes para a mente humana; por outro lado, entre duas possibilidades explicativas, a menos complicada (e aquela cuja falsidade não se pode demonstrar) é geralmente a preferida.

Dentre os jogos de poder, o mais fascinante é o do sexo, com seu ritual de provocação e galanteio. É preciso conquistar o(a) parceiro(a). Em regra, qual-

¹⁹Seria essa, em última instância, a origem da interdição da carne na quaresma católica, da interdição do consumo de leite pelos adultos, na medicina chinesa, e da preservação das vacas como animais sagrados, na Índia. Nos dois últimos casos, é provável que se cuidasse de assegurar o suprimento de leite para as crianças, mesmo em tempos de seca.

²⁰Em linguagem mais moderna, referida à Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1996), “a necessidade de tornar manifesta sua intenção de informar”.

²¹Do Olimpo aos Orixás.

quer que seja o principal interessado, cabe ao varão ser ou fingir que é o conquistador; de seus desempenhos mais brilhantes se fez a poesia lírica.

Grupos humanos precisam tanto de auto-estima quanto de comida ou abrigo. As artes plásticas e dramáticas em sentido amplo, englobando desde a forma dos monumentos às paradas militares e às festas paroquiais, têm sido empregadas para estimular essa forma de orgulho, conformando os indivíduos a padrões da cultura e advertindo-os dos perigos – sendo o maior deles a falta de fé, a desobediência a regras cujo único sentido, eventualmente, é sedimentar a unidade do grupo.

Retórica, verdade e poder

À medida que as sociedades foram ficando mais complexas, comprovou-se que o exercício do poder dependia da concordância dos subordinados,²² os quais era preciso convencer. A retórica nasce aí como arte dos sacerdotes que, em alguns impérios (Inca, por exemplo), chegaram a competir com senhores da guerra; em outros (como no Japão) divinizaram o poder secular; em um terceiro caso (no Nepal ou nos primeiros séculos da Idade Média europeia), ocuparam o espaço do império; na situação mais comum, estabeleceram alguma forma de convivência ou associação com a casta armada, a nobreza ou a burguesia dominantes.

Não é surpreendente, portanto, que a retórica da catequese católica tenha tolerado e até instigado a miscigenação de espanhóis e portugueses que, na primeira leva mercantil da expansão europeia, distribuíram-se por entrepostos comerciais em todo o mundo, sem levar suas mulheres; que o discurso luterano de valorização do trabalho e rejeição à integração racial (a essência do *apartheid*) tenha fornecido motivação e argumentos ao processo de colonização promovido por Inglaterra, Holanda e, em menor escala, França e Alemanha, que exportavam não só os varões, mas casais e famílias inteiras; e que elementos das igrejas da Polônia (Católica Romana), da Inglaterra (Anglicana) e da Rússia (Católica Ortodoxa) tenham ocupado espaços notáveis de poder.

Retórica é tecnicamente definida como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1999:6). Em sentido lato, mistura-se com a poética, como “arte da eloquência em qualquer tipo de discurso”. Utiliza normalmente a linguagem comum e, como escreveu Aristóteles, parte de idéias geralmente aceitas; eventualmente, procura impressionar usando formas arcaicas que su-

²²Um “contrato social”, escreveria Jean Jacques Rousseau.

gerem a posse de uma “cultura superior”. No caso da retórica jurídica, alguns desses arcaísmos são manuseados como se fossem autêntica “linguagem técnica”.

A persuasão que a retórica persegue deve ser obtida por meio de palavras ou, em um sentido mais amplo, também de gestos e formas empáticas (por exemplo, a arquitetura majestática); não há o recurso a experimentos empíricos nem à violência, embora força e argumentação possam e costumem ser usadas com objetivos convergentes. A preocupação maior é com a adesão, não com a verdade, se concebermos esta como adequação do enunciado aos fatos.

Tal definição de verdade, tomada como referência nas ciências exatas, é uma leitura particular, embora consensual, da fórmula “*veritas logica est adaequatio intellectus et rei*” (“a verdade lógica é a adequação entre o enunciado e a coisa”), proposta inicialmente por Isaac Israeli no século IX, e adotada por São Tomás de Aquino (*Summa*, I:21:2), no século XIII. Martin Heidegger,²³ ao mesmo tempo simpático ao nazismo e o filósofo mais influente do século XX, decom pôs esse conceito (de fato, suprimindo a palavra “lógica”), em duas possibilidades: a verdade como adequação do enunciado à coisa (tida como o entendimento clássico²⁴) e a verdade como adequação da coisa ao enunciado.

Esse último sentido pode ser compreendido como subordinação da verdade ao poder de *alguns homens*. Por trágico ou terrível que seja, esse entendimento difunde-se no mundo atual, gerando paroxismos de consumo e a difusão de idéias independente do mérito e da pertinência. No plano político, o que talvez seja mais grave, tal entendimento gera uma espécie de fascismo disfarçado ou de fantasia democrática imposta pelo dinheiro ou pelas armas, associadas a estratégias de “fabricação do consentimento” ou de “engenharia social”.²⁵

O consumo de produtos ou idéias, motivado pela associação a bens simbólicos (sugerindo prestígio, juventude, individualismo etc.) e pela construção de raciocínios similares aos lógicos, seria, assim, resultado verdadeiro da retórica

²³ (HEIDEGGER, 1973:328)

²⁴ “Neva” é uma sentença verdadeira se, de fato, quando e onde enunciada, refere-se a uma campina existente e ela é verde (TARSKI, 1972, vol 1:162-171). “É verdadeira uma proposição dizendo que as coisas se passam de tal e qual maneira, desde que as coisas se apresentem justamente dessa maneira.”

²⁵ A primeira dessas expressões é de Walter Lippman, *Public Opinion*, 1.ª edição de 1921. Idéias similares reaparecem no verbete “Propaganda”, da *Encyclopaedia of Social Sciences*, de 1933 (Nova York, Macmillan); em *Propaganda*, de Edward Bernays, de 1928 (Nova York, Liveright), e são retomadas por Crozier, Huntington e Watanuki em *The Crisis of Democracy?: Report on the Governability to the Trilateral Commission* (New York University Press, 1975). Essas idéias inspiram claramente Harwood L. Childs em *Relações públicas, propaganda e opinião pública*, livro traduzido no Brasil em abril de 1964, pela Fundação Getúlio Vargas com cooperação da missão americana da USAID – Aliança para o Progresso. *Social Engineering* é o título de um texto de Zbigniew Brzezinski, de 1971. Os traços mais à direita do pensamento de Heidegger chegam à erudição política do império contemporâneo pela via de Leo Strauss, filósofo e professor influente que lecionou na Universidade de Chicago.

publicitária ou propagandística – não da conformidade entre enunciados (ou sujeitos) e objetos (o produto, a idéia), como conceberam os escolásticos.

A introdução maciça da mulher no mercado de trabalho resultaria, por exemplo, não da intenção de libertá-la (do jugo do marido, das atividades domésticas ou da dependência econômica), mas de duplicar o contingente de mão-de-obra sem elevar a massa salarial – revestindo tal meta produtiva (e lucrativa) com recursos retóricos tais como a imagem sedutora e o discurso igualitário. Não se cogitou, pelo menos publicamente, de conseqüências óbvias, tais como a redução de nascimentos resultante da disputa feroz por empregos e salários durante a fase fértil da vida feminina nos países industrializados.

Outras possibilidades de entendimento do conceito de verdade seriam a de “verdade arbitral” (na Justiça, principalmente) e de “verdade como revelação” (na fé), correspondendo aproximadamente à chamada “verdade ontológica” da tradição medieval (“as criaturas de Deus se ajustam e encarnam as idéias d’Aquele que lhes deu o ser” – Summa I:16:1). Heidegger, no entanto, a quem alguns críticos atribuem a invenção de uma “religião sem Deus”, não especifica a origem da revelação – se divina ou mundana.

Além da retórica deliberativa (que pressupõe, em alguma medida, o arbítrio) e da retórica jurídica, a retórica de louvação ou execração de alguém ou de algo freqüenta academias e cemitérios. Podemos incluir aqui a ironia, como na tragédia de Shakespeare, o discurso de Marco Antônio sobre Brutus, conspirador que assassinara Júlio César; nela, uma dura exposição de fatos negativos é pontuada pelo bordão “*But Brutus is an honorable man*”, (“Mas Brutus é um homem honrado”).

A retórica suscita temas fundamentais na abordagem do texto jornalístico, que serão objeto de menção, implícita ou explícita, nos capítulos seguintes: a lógica, a clareza, a universalidade, a distinção entre fatos e versões, a ideologia, a busca da objetividade e a fidelidade dos relatos.

Embora o jornalismo, tal como a ciência, persiga o conhecimento fidedigno, ambos estão inseridos em um universo social dominado pelos discursos retóricos. Esse é um aspecto relevante da questão, já que a retórica tem sempre em vista o comportamento resultante da persuasão que exerce, buscando alterar tanto atitudes quanto convicções, sem excluir, por certo, jornalistas ou cientistas.

Assim como a filosofia, a retórica teve sua origem no contexto das relações sociais advindas do surgimento da *polis* – a cidade grega. O primeiro tratado sobre o tema foi escrito em 465 a.C. por Tísias e Córax, oradores que se notabilizaram na defesa das vítimas de arbítrios (reais ou imaginários, descritos não se sabe se com realismo ou exagero) cometidos pelo tirano de Siracusa.

A competência retórica só se desenvolveu plenamente após a consolidação da democracia ateniense, na qual assembleias populares tinham funções legislativas, executivas e judiciárias, numa forma de democracia direta que se tornou menos eficiente à medida que novos contingentes eram adicionados ao corpo deliberativo. Como o exercício da política dependia da habilidade de argumentar para a grande platéia, era natural que houvesse demanda de professores que proporcionassem a necessária “educação política”. Esses professores (o mais notável deles foi Górgias, que nasceu em 485 a.C. e viveu cem anos ou mais) foram chamados de sofistas e cobravam caro aos homens ricos pelo ensinamento.

A retórica tem hoje muitos praticantes e defensores que se disfarçam; nem uns nem outros gostariam de ser chamados de sofistas (ou mesmo de “retóricos”), embora tão freqüentemente pareçam ser. A palavra “sofisma” designa, atualmente, o raciocínio falso ou enganador, e o entendimento corrente da palavra “retórica” pressupõe a ausência de projetos consistentes e a intenção de enganar pela magia da palavra.

Discursos retóricos e informativos

O discurso retórico é voltado para versões ou interpretações da realidade. Isso o distingue do discurso informativo, voltado essencialmente para os fatos. Assim, não se pode dizer que houvesse má fé do padre Antônio Vieira, quando, em suas pregações, calculou em 20 milhões o número de índios existente no Maranhão, no século XVII; o que lhe importava era a utilização retórica desse dado, no qual há evidente exagero, para a defesa da causa do não-extermínio, da não-escravidão e da evangelização dos índios.

Os promotores de causas modernas costumam ampliar a relevância de fenômenos como a prostituição infantil, a incidência de cárie dentária ou a destruição ecológica. As *boas intenções*, nessa linha de raciocínio, inocentariam a mentira; no entanto, pelo menos em tese, caberia aos jornalistas restabelecer a verdade factual, ouvindo outras fontes.

O exagero é um recurso retórico, bem como, por exemplo, a repetição, o uso de efeitos fonéticos atraentes ou de associações analógicas reforçadas por metáforas de uso corrente (entre medo e escuridão, entre seqüência e consequência, entre revelação e clareza etc.). Discursos retóricos sempre foram esteticamente mais cuidados do que os informativos: a beleza e o ritmo fazem parte de seu poder de atrair.

Pode-se admitir, como parece óbvio, que o jornalismo contemporâneo descende dos discursos informativos clássicos; e que a publicidade, da mesma for-

ma, decorre dos discursos retóricos. No entanto, a relação não é tão simples. Na verdade, o universo político e social é retórico, e o jornalismo está imerso nele. A forma de convivência é, então, o discurso indireto, no qual opiniões, interpretações ou versões são citadas, não assumidas. Escreve Mikhail Bakhtin (*ibidem*):

“O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*. (...) É visto pelo falante como a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de construção completa e situada fora do contexto narrativo.”

A partir dessa existência autônoma, o discurso de outrem “passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade lingüística e de sua autonomia estrutural primitivas”.

Bakhtin observa que quem apreende a enunciação de outrem “não é um ser mudo, privado de palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores”. No discurso jornalístico, pelo menos em suas formas canônicas (a notícia e a reportagem), as formas de citação usuais são o discurso direto e o indireto. Outros mecanismos de estruturação, como o discurso indireto livre (em que o narrador assume a subjetividade do indivíduo citado e simula sua reflexão silenciosa), não são considerados legítimos fora do campo da ficção. A única responsabilidade que o jornalista se impõe diante de uma citação é que ela esteja conforme a essência (ou a forma, se entre aspas) do discurso citado. Ainda assim, quem cita escolhe o que cita e, às vezes, de maneira mais ou menos sutil, assume posições em face da citação.

O narrador pode interferir na escolha do verbo *dicendi* (disse, afirmou, declarou etc.), na definição de circunstâncias para o trecho citado, na seleção de trechos entre aspas etc. Pode também suprimir ou descrever convencionalmente o contexto da enunciação; ou, pelo contrário, explicitá-lo ou colocá-lo em primeiro plano – conforme suas intenções, ou quantas inferências adicionais imagine possibilitar ao leitor. Compare-se:

1. Em discurso direto:

- a. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, disse o advogado.
- b. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, advertiu o advogado.
- c. “Vamos recorrer no Judiciário até a última instância”, ameaçou o advogado.

2. Em discurso indireto:

- a. A prefeita disse que, “por dever de amizade”, votará no candidato do outro partido.

- b. A prefeita anunciou seu voto no candidato do outro partido, “por dever de amizade”, ainda que isso descontente seus correligionários em Brasília.
- c. Discordando da orientação do Diretório Nacional, a prefeita tornou pública sua “decisão pessoal” de, “por dever de amizade”, votar no candidato do outro partido.

Os *style books* (livros de normas) de alguns veículos preocupam-se com alguns desses recursos, vedando a utilização de verbos proposicionais que encerram nítido juízo de valor, como “disparar” ou “vociferar” – ambos, aliás, de extremo mau gosto. No entanto, a preocupação manifesta com a exatidão da citação e a reiteração de seu conteúdo podem ser também recursos para desqualificá-la ou fornecer elementos para sua crítica:

“O ministro da Fazenda disse, ao longo da entrevista, que a prorrogação da cobrança do imposto ‘é indispensável’, ‘mais do que necessária’, ‘essencial’ e que o aumento de 50 por cento da alíquota ‘não pode ser descartado’, ‘é provável’, ‘está quase decidido.’”

Combinada com um antecedente circunstancial – e a partir do princípio retórico de que “se *a* vem antes de *b*, *a* é a causa de *b*”, ou *post hoc ergo propter hoc* – uma citação pode assumir o valor de discurso opinativo:

“O parlamentar governista, cujo salário aumentará com a elevação do teto de vencimentos do funcionalismo, manifestou-se ‘plenamente favorável’ à medida.”

A citação é freqüentemente tomada no discurso científico, tal como na retórica clássica, como base para o argumento de autoridade. Mas nem sempre é o caso do jornalismo contemporâneo, inserido no que o Bakhtin chama de *individualismo relativista*. Adverte ele que “é importante determinar o peso específico dos discursos retórico, político ou jurídico na consciência de um dado grupo social em determinada época”, bem como “a posição que um discurso citado ocupa na hierarquia social de valores”.

A conclusão é que, por um lado, é impossível ordenar ou estabelecer relações entre fatos sem realizar algumas escolhas; por outro, a distinção entre jornalismo e qualquer dos gêneros retóricos é, hoje, nítida no plano técnico e percebida com clareza pelo público. A essência do jornalismo é a informação: o dever de informar e, principalmente, o direito que os cidadãos têm de ser informados.

O uso e, principalmente, o abuso de recursos retóricos em jornalismo têm custo elevado. O êxito de um empreendimento jornalístico depende de duas

variáveis relevantes: (a) do número de pessoas atraídas ou interessadas por sua mensagem editorial; e (b) da credibilidade ou prestígio junto a uma parte do público que tem maior senso crítico, conhecimento da realidade e capacidade de liderança. Tais formadores de opinião costumam distinguir o que é relato, o que é constatação e o que é interferência indevida.

O jornalismo, sujeito a essas circunstâncias de mercado, é parte de um sistema – e não a parte mais comprometida. A cultura profissional valoriza a verdade como conformidade, relativiza a opinião e se apóia na busca das contradições e na valorização dos conflitos. É, às vezes, uma cultura quixotesca,²⁶ de desmedido idealismo.

²⁶Referente a Dom Quixote, personagem de Miguel de Cervantes, cavaleiro orgulhoso e ensandecido que luta pela justiça combatendo moinhos de vento e defendendo donzelas imaginárias.

Os estilos e seu tempo



*Todos vêem aquilo que tu pareces, poucos sentem o que és, e estes poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos (...).
Porque o vulgo deixa-se sempre levar pela aparência e o sucesso das coisas; e no mundo não há senão vulgo e os poucos só têm lugar quando os muitos não têm em que apoiar-se.*
(MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, cap. XVIII)²⁷

A preservação da unidade dos grupos humanos inclui a exaltação de um passado particular, pelo menos em parte ficcional, e o respeito à autoridade externa superior, aos poderes da tribo ou nação, o que implica algum tipo de religiosidade ou filosofia expressa em narrativas, cânticos e ritos. Ao mesmo tempo, a organização da comunidade (divisão de tarefas, mobilização em situações de risco, gestão do patrimônio comum) exige decisão e comando, o que significa autoridade interna, chefe e conselho de guerreiros ou de velhos – mecanismos dos quais se originou o Estado.

Nas civilizações antigas, mesmo nas mais poderosas e estruturadas, essas duas instâncias de poder – sacerdotes e caciques – negociavam espaços e privilégios. Para que a sociedade funcionasse sem traumas, era preciso que estivessem articuladas, isto é, que o poder ideológico, incumbido de manipular o espaço simbólico, atuasse conforme a autoridade leiga, reguladora da economia e controladora dos mecanismos de coerção. Quando essa articulação não acontecia, a divisão costumava ser ruínosa e instável.

²⁷http://www.arqnet.pt/portal/teoria/principe_cap18.html, acessado em 05/05/2005.

Exemplos relativamente recentes são os cismas da Igreja Ortodoxa (1054 d.C.) e da Igreja Anglicana (1534); ou a implantação do xintoísmo estatal (século XVII) no Japão. Em cada um desses casos, o discurso ideológico conformou-se aos objetivos do poder do Estado. A falência dessa articulação aparece, pelo contrário, quando Atahualpa, chefe militar, aliou-se ao conquistador Pizarro imaginando que os canhões espanhóis ajudariam a conquistar Cuzco, capital religiosa do Império, no altiplano peruano, onde se aquartelava Huáscar, seu irmão – e acelerou assim a liquidação do Império Inca.²⁸

Os aedos homéricos

Na Grécia pré-socrática, a função de mobilização ideológica era exercida por aedos homéricos, cantores que discursavam em versos e música, envolvendo a platéia tanto pela melodia e pelo ritmo, quanto pelos movimentos do artista e o sentido das falas. Sua descrição típica é de uma figura espetacular: cego, coberto por grande manto e portando bengala ou bastão. Propunham-se a assegurar a verdade da mensagem, com saber hereditário, talento de cantor e respeito pela organização ou estratégia de discurso:

“De algum modo que hoje não compreendemos claramente, a experiência da narração permitia liberar emoções dolorosas; precisamente por isso, o bom narrador era aquele que regulava o grau de participação da platéia tanto no relato quanto na ação. Além disso, o poema permitia a cada pessoa redefinir e restabelecer sua inter-relação com a família, o clã, os antepassados, os deuses e, em última instância, com todos os seres humanos. Pelas próprias condições de composição e representação, estimulava a confusão de limites que facilitava a identificação do auditório com os personagens: da mesma forma podia tanto elevar a estatura e aumentar o amor próprio dos ouvintes quanto impor certos limites à grandiosidade do eu.”
(ESPEJO MURIEL, Web)

.....

Os aedos hospedavam-se em casas de pessoas ricas por dias ou semanas; do interesse de prolongar essas estadas resultou a tática de interromper a apresentação em momentos dramáticos, deixando no ar a expectativa do que viria depois – algo parecido com a estratégia dos folhetins do século XIX ou das novelas atuais da televisão. Donos de memória fantástica e da capacidade de

²⁸Isso aconteceu em 1532, mesmo ano em que foi publicado postumamente *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel.

improvisar, cumpriam papel educativo, ao formular “uma representação da técnica oral a serviço do governo em uma comunidade privada da escrita” (HAVELOCK, 1975). Não tinham a pretensão de autoria. Autores, diziam eles, eram as musas, eleitas pelos deuses.

As crônicas do poder

Todo poder cuida de se evidenciar e prolongar-se no tempo. Castelos, catedrais, sedes monumentais de bancos e conglomerados atestam essa ambição. A religiosidade dos poderosos, sua crença na vida eterna, está repleta desse sentimento de permanência: das inscrições em pedra às pirâmides, das placas de inauguração a monumentos de significação abstrata, como a Torre Eiffel, a intenção é sobreviver, de alguma forma, no futuro.

Esse é o espírito de documentos como os mármores de Paros, que se referem a fatos ocorridos em Atenas antes do ano 354 a.C. e estão hoje na Universidade de Oxford, na Inglaterra; a Pedra de Palermo, crônica de reis do Egito; ou as inscrições no monólito erguido em honra de Esculápio, em Epidauro, no qual se contam suas vinte curas milagrosas – entre elas fazer crescer cabelos esfregando certa pomada na cabeça de um sujeito calvo.

A motivação não era muito diferente daquela que inspirava os cronistas da Idade Média. O objetivo das crônicas medievais (a palavra é derivada de Khronos, deus do tempo que engoliu seus filhos um por um até que o último deles, Zeus, os libertou de suas entranhas) era exaltar a vida e os feitos dos reis e nobres para que fossem lembrados no futuro. Escreve Gomes Eanes de Zurara, um dos mais citados cronistas portugueses, em sua *Crônica do Conde d. Pedro de Meneses* (*apud* QUEIROZ, 1997):

Não pode dar herdade²⁹ de maior riqueza nem jóia de maior valor a qualquer nobre (...) que a imagem sua pintada de virtudes, na qual, como um espelho, se possa resguardar o lume de seus feitos ante a presença de todos os outros (...) havendo conhecimento de tais coisas, bem como os feitos e obras do passado sejam regra e ordenança para os que hão de vir.

.....

Trata-se de um gênero de interesse para a historiografia e para o estudo da evolução da língua (o trecho anterior é uma tradução para o português atual) que, aparentemente, por sua burocracia servil, em nada se parece com a crônica moderna.

²⁹Propriedade rural, extensa e produtiva.

O eventual e o durável

Mas, no plano das intenções, há um ponto de contato: os melhores cronistas modernos conseguem construir textos duráveis sobre realidades transitórias. Em um ensaio sobre cronistas brasileiros, Paulo Kozen cita como exemplo este trecho de uma crônica de Machado de Assis, publicada em seis de setembro de 1892, numa semana em que o noticiário registrou muitas mortes em um Rio de Janeiro assolado por epidemias:

Qualquer um de nós teria organizado este mundo melhor do que saiu. A morte, por exemplo, bem podia ser tão-somente a aposentadoria da vida, com prazo certo. Ninguém iria por moléstia ou desastre, mas por natural invalidez: a velhice, tornando a pessoa incapaz, não a poria a cargo dos seus ou dos outros. Como isto andaria assim desde o princípio das coisas, ninguém sentiria dor nem temor, nem os que fossem, nem os que ficassem. Podia ser uma cerimônia doméstica ou pública: entraria nos costumes uma refeição de despedida, frugal, não triste, em que os que iam morrer dissessem as saudades que levavam, fizessem recomendações, dessem conselhos, e se fossem alegres, contassem anedotas alegres. Muitas flores, não perpétuas, nem dessas de cores carregadas, mas claras e vivas, como de núpcias. E melhor seria não haver nada, além das despedidas verbais e amigas. (MACHADO DE ASSIS, 1892)

.....

Machado inspirava-se nos ensaios ingleses,³⁰ textos temáticos sem pretensão acadêmica, incorporando a eles um tanto do gosto literário dos folhetins, gênero que a imprensa brasileira do século XIX importou da França e que era intensamente cultivado por José de Alencar em suas narrativas semanais. Muitos cronistas ocuparam papel de destaque: João do Rio (Paulo Barreto), repórter sensível que se lê pouco por causa do preciosismo da linguagem que usava; Lima Barreto, crítico cáustico da realidade brasileira; Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, dentre os modernistas; Rubem Braga e Sérgio Porto, entre outros, no pós-guerra; e, no início do terceiro milênio, João Ubaldo Ribeiro e Luís Fernando Veríssimo, também entre outros.

O que distingue o cronista dos demais colunistas de jornal é que estes, em regra, ou dispõem de fontes de informação próprias ou comentam fatos atuais, interpretando e opinando, sem maior preocupação com a transcendência ou

³⁰E estes, diz Afrânio Coutinho, no estilo livre de Michel de Montaigne, cujos *Essais* foram publicados postumamente, em 1595 (O autor morreu em 1592).

durabilidade do texto. Crônica, em sua forma moderna, como se pratica no Brasil, é literatura, que vai da emoção à ironia; já a coluna flutua entre o jornalismo excelente e o palpite não solicitado. Eventualmente – e cada vez mais, nos últimos anos, diante do discurso unânime da globalização, que a todos incomoda – cronistas indignados escrevem colunas sem se preocupar com a qualidade literária do texto e colunistas, provavelmente cansados da impossibilidade de influir sobre a realidade, tentam enfeitar o estilo e criar suas crônicas.

As atas diurnas

Em 69 a.C., Júlio César determinou que os “atos do povo e do senado romano” fossem diariamente publicados no fórum. Essa informação oficial, periódica e recente, destinada a que as pessoas “tomassem conhecimento das leis corretamente” (*unde plano recte lege possit*), foi sendo complementada com contribuições individuais sobre os mais diversos assuntos: mulheres comentando seus divórcios, o cão que se afogou no rio Tibre para não abandonar o corpo do dono, o bem e o mal que diziam de Tibério Cláudio Nerón, sucessor do imperador Augusto e marido de sua filha Júlia – “escandalosa e promíscua”, segundo dizia-se na corte. Desses eventos tem-se notícia, respectivamente, pelos registros de Plínio, de Sêneca e do próprio Tibério, que usava, como muitos outros, as atas diurnas para fins políticos.

Copiadas, as atas (em latim, *actae diurnae*) circulavam entre os eminentes do Império. Lidas pelos romanos alfabetizados, davam origem a interpretações de toda ordem. Comentava-se a vida dos poderosos e discutia-se a estratégia das guerras a ponto de incomodar generais como Paulo Emílio, na campanha da Macedônia. Marco Túlio Cícero, célebre orador romano, na época procônsul na Cilícia e ele próprio autor de cartas que fazia colar nas paredes, envia a seu correspondente Atticus, na capital, uma pauta de cobertura política:

Espero suas cartas com tudo o que se passa em Roma. Que diz Arrius? Aborrece-o estar abandonado? Que cônsules nos destinam? Fala-se de novas leis? Enfim, o que há de novo? Já que Nepos deixa o lugar de áugure,³¹ quem o substituirá?(..) Informe-me de Curtius (...) e de P. Clodius (...) espero novidades com impaciência. (*apud* RIZZINI, 1977:10)

.....

As atas diurnas romanas circularam durante cinco séculos e só desapareceram quando Constantino transferiu a capital do Império para o Oriente, entre

³¹Cargo sacerdotal romano.

324 e 336 d.C., construindo lá uma cidade projetada à semelhança de Roma, Constantinopla,³² e dando início ao Império Bizantino.

A memória das atas, que eram chamadas apenas de “diurnas” (de onde a palavra “jornal”), permaneceu de certa forma no imaginário coletivo da península italiana. Elas reapareceriam no século XVI em Veneza, mas já distribuídas em cópias manuscritas, ao preço de uma *gazeta*, moeda local, do qual veio o nome hoje utilizado: traziam notícias dos negócios de empresas locais no Oriente e também de acontecimentos urbanos.

A difusão do livro no Império Romano, de maneira paralela e independente das atas, teve seu apogeu graças às folhas de papiro prensado, produto do Egito que tinha preço razoável. Os livros eram dispostos em rolos, entre ripas de madeira e muitos deles continham relatos episódicos que, em alguns casos, poderíamos associar às reportagens modernas.

A decadência dessa forma de comunicação ocorre com a interrupção do fluxo do papiro egípcio;³³ seu substituto, o pergaminho, pele animal, era mais caro e, pior, podia ser raspado para a inscrição de novos documentos³⁴ – o que significava a perda dos registros mais antigos. O incêndio deliberado de bibliotecas (principalmente a de Alexandria, o maior depósito do saber clássico) e o procedimento fundamentalista dos antagonistas de Roma podem ser inculcados pela descontinuidade cultural na Idade Média.

De volta à oralidade

A atividade cultural jamais cessou de todo. No entanto, com o comércio reduzido ao mínimo, a Europa dividida em feudos e o poder da Igreja (Roma, Bizâncio) tido como referência, as notícias deviam ser raras e certamente controladas na fonte, de onde chegavam aos púlpitos. O conhecimento refugiou-se nos conventos, e esse quadro só começou a mudar no início do segundo milênio da Era Cristã, quando a Igreja, premida pela inviabilidade de gerir pequenas e grandes paixões em territórios tão extensos, passou a delegar autoridade a personagens leigos locais.

A cópiagem manuscrita tornou-se, então, um ofício que empregava muita gente, embora a alfabetização se limitasse, em regra, aos padres, aos funcionários mais graduados, comerciantes e contadores. O método consistia em lotar uma grande

³²De Constantino + *polis* (cidade, em grego).

³³Marshal MacLuhan atribui a queda do Império Romano à interrupção desse comércio, que inviabilizou o tráfego de informações entre a capital e as províncias do gigantesco território.

³⁴Tal prática gera os chamados *palimpsestos*. Muitas vezes, o tratamento químico permite recuperar, ao menos em parte, o que foi raspado.

sala com copistas, que escreviam rapidamente o que um orador lia; isso explica variantes e erros encontrados nos textos. A partir da estética engendrada no império de Carlos Magno,³⁵ cuidava-se de ocupar toda a página e de dar ao produto acabamento adequado ao gosto da época, com capitulares (letras maiores na abertura dos capítulos) e iluminuras (ilustrações e ornamentos).

Papel, a partir do século X, já não era problema. A técnica de obtê-lo a partir de trapos, redes de pescar usadas e outros materiais foi desenvolvida pelos chineses dois séculos antes do nascimento de Cristo. No século VII, alguns chineses aprisionados durante a guerra entre a China e a Pérsia foram parar em Samarcanda, que os árabes haviam conquistado em 698, e lá ensinaram o processo. Daí as fábricas ou moinhos de papel se espalharam pelo norte da África e pela Península Ibérica (então dividida em califados) e o *know-how* da fabricação chegou provavelmente a Veneza, que prosperava comerciando com o Oriente.

Nos últimos séculos da Idade Média e início do Renascimento, a escrita³⁶ conviveu com a mídia presencial, isto é, o contato direto com o público, de arautos (do poder leigo), sacerdotes (falando no púlpito das igrejas ou pregando nas praças), jograis e trovadores. Estas duas últimas categorias de oradores preocuparam sempre os detentores do poder, que tentaram regulamentar sua atuação, impedindo que fossem portadores de mensagens contrárias ao interesse do Estado e da Igreja.

Daí surgem as classificações, em Castela, por lei de Afonso X: *juglares* (executantes), *bufones* (que se apresentavam com animais ou marionetes), *cazurros* (que declamavam sem nexos), *remedadores* (contorcionistas e imitadores), *segriers* (que se exibiam nas cortes, correspondendo ao que, mais tarde, se chamaria de menestrel) e *trobadores* (autores de versos); dentre estes, os considerados melhores teriam o título de *don doctor de trobar*. Em Portugal, as ordenações afonsinas reconheciam jograis, truões (caracterizados pelos trejeitos), goliardos (que se apresentavam em tavernas e eram, em geral, estudantes ou egressos de conventos) e bufões, que vendiam quinquilharias.

Mas há também registro de autoridades que pagavam os trovadores e os jograis para difundir seus feitos ou espalhar boatos convenientes. Como dizem os franceses, quanto mais as coisas mudam, mais são as mesmas.

³⁵Entre outras criações, deve-se aos escribas carolíngios a diferenciação entre o “a”, o “e” e o “o” minúsculos, preservada quando, na segunda metade do século XV, Nicolas Jansen criou o alfabeto latino minúsculo, compondo-o com as maiúsculas romanas da Coluna de Trajano; Gutenberg usara em suas bíblias letras góticas. Os árabes introduziram na Europa, em 773, os algarismos que conhecemos hoje.

³⁶Veiculando informação de uso imediato tem-se notícia dos *avisi*, na Itália, e *zeitugen*, na Alemanha, manuscritos que surgiram a partir do século XIII, geralmente defendendo interesses de comerciantes ou banqueiros.

E são, de fato. Há real parentesco entre trovadores e jograis, de um lado, e cantadores do Nordeste brasileiro, de outro. Seja criando, improvisando ou seguindo o texto de poemas alheios, eles não só revelam valores partilhados pelo povo, como também testemunham fatos de seu tempo:

- De Jean Molinet (século XV),
 - (a) sobre o descobrimento da América:

Vi duas ou três ilhas,
Encontrados em meu tempo,
De terras férteis
E cujos habitantes
Têm maneiras estranhas
Selvagens e cabeludos.
Míneram ouro e prata
Vê-se pelos seus mantos
 - (b) sobre o surgimento da imprensa:

Vi grande quantidade
De livros impressos,
Para pôr a estudar
Gente de poucos recursos.
Desta nova maneira
Muitos poderão encontrar
Decretos, bíblias e códigos³⁷
Sem gastar muito dinheiro.
- De Leandro Gomes de Barros, sobre a seca no Ceará:

Alguém no Rio de Janeiro
Deu dinheiro e remeteu
Porém não sei o que houve
Que cá não apareceu
O dinheiro é tão sabido
Que quis ficar escondido
Nos cofres dos potentados
Ignora-se esse meio
Eu penso que ele achou feio
Os bolsos dos flagelados.

³⁷Manuscrito em folhas superpostas, como o livro moderno.

A literatura popular, destinada principalmente a ser lida ou recitada em público para pessoas não letradas, sobreviveu na Europa até o momento em que a Revolução Industrial tornou necessária a alfabetização das massas, no século XIX. Em prosa ou em verso, alguns com a indicação da melodia com que poderiam ser cantados, os folhetos eram comuns na Alemanha, nos séculos XV e XVI; na França, foram classificados como *littérature de colportage* (literatura de mascate); na Inglaterra, chamados de *catchpennies* (quinquilharias) ou *cocks*, quando ficcionais, e *broad-sides* (volantes), quando relacionados a eventos reais.

O processo de impressão dos cordéis brasileiros,³⁸ com capa em xilogravura (gravação com matriz de madeira escavada), chegou ao Brasil via Espanha e Portugal; o cordel brasileiro é similar às *hojas*, *corridos* e *pliegos sueltos* da Argentina, México, Nicarágua ou Peru – embora, nesses países, sem a amplitude que o gênero alcança no Nordeste do Brasil. Feitos para serem lidos em voz alta, sobrevivem aparentemente em um meio social em que é comum o não letramento ou o analfabetismo funcional, isto é, a existência de pessoas que, embora tendo freqüentado por algum tempo a escola, lêem laboriosamente ou não entendem o que lêem. Já entre os autores, há pessoas com pouco, médio ou elevado nível de instrução.

Para a prática do jornalismo, o cordel contém várias lições:

- (a) A importância da comunicação oral e da imagem ou presença física em países como o Brasil, em que boa parte da população ingressou na sociedade industrial ao mesmo tempo em que surgiam e imperavam os veículos eletrônicos – inicialmente o rádio e a televisão.
- (b) As diferenças de agenda entre a classe média, a que os jornalistas, em regra, pertencem, e o maior contingente da população, que tende a preservar, principalmente no meio rural, e a recriar, principalmente nas metrópoles, discursos compatíveis com sua percepção de mundo.
- (c) A dificuldade de adequar o discurso ao público pretendido. Isso fica evidente quando se constata que o dia-a-dia da vida civil corre quase inteiramente ignorado por essa literatura, que toma como grandes heróis raros personagens reais, de Lampião a Getúlio Vargas – embora registrem com espanto temas como as guerras dos Bush contra o Iraque ou a destruição das torres gêmeas em Nova York.

No plano ético, as obras do poeta rural e de seu continuador urbano combinam espiritualidade com o realismo de pessoas que lidam com o sexo entre

³⁸O nome “cordel” refere-se à maneira como são expostos nas feiras, pendurados em cordas.

animais e convivem em pequenos espaços, aglomerados em cortiços e favelas. No entanto, isso não impede que sejam sensíveis à sutileza e construam mundos simbólicos dos quais se nutre a arte erudita, como se vê neste clássico de Patativa do Assaré:

Ai, se sêsse...
Se um dia nós se gostasse;
Se um dia nós se queresse;
Se nós dois se impariásse;
Se juntinho nós dois vivesse!
Se juntinho nós dois morasse;
Se juntinho nós dois durmisse;
Se juntinho nós dois morresse!
Se pro céu nós assubisse?
Mas, porém, se acontecesse
que São Pedro não abrisse
as portas do céu e fosse
Te dizer qualquer tolice?
E se eu me arriminasse
E tu com eu insistisse,
Prá que eu me arrezorvesse
E a minha faca puxasse,
E o buxo do céu furasse?
Talvez que nós dois ficasse
talvez que nós dois caísse
e o céu furado arriasse
e as virgens todas fugisse!!!
Ai se sêsse...

Dos idiomas aos jornais

Da liquidação do feudalismo, que começou na Europa, nos últimos séculos da Idade Média, à superação da aristocracia pela sociedade burguesa, religião e Estado ditavam a interpretação dominante, na forma de proclamações e de pregação nos púlpitos. Por toda parte, a religiosidade respondia pelo aspecto ideológico que cimentava a sociedade, aquietando-a em um modelo consensual.

Com o Renascimento e a formação dos Estados Nacionais modernos, línguas nacionais foram impostas a áreas territoriais extensas. Em muitas dessas línguas surgiram documentos literários canônicos, como *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1.^a Edição, 1572); *Dom Quixote* (em dois tomos: de Miguel de Cervantes y

Saavedra; peças de William Shakespeare e poemas de John Milton; o teatro de Pierre Corneille, Jean Racine e Jean Baptiste Poquelin, Molière.

Tais literaturas refletiam alguma influência dos clássicos italianos dos séculos XIV (Bocaccio, Petrarca e Dante) e XVI (o teatro e, em particular, a proposta de Giraldo Cintio, em seu *Discurso sobre a comédia e sobre a tragédia*, publicado em 1554). Elas foram responsáveis pela introdução de novas palavras, adaptadas do grego e do latim, e passaram a constituir, em cada país, o padrão ao qual deveriam conformar-se os discursos institucionais.

Em prefácio escrito para *A Construção do Livro*, de Emanuel Araújo, Antonio Houaiss comenta:

(...) A Europa de ponta (França, Inglaterra, certos cantões suíços, italianos, flamengos, certos estados alemães e centro-europeus) transitava dos seus dois por cento de letrados setecentistas para 50 por cento, aproximadamente, por 1850, e 92-93 por cento, por 1899-1900, enquanto a península ibérica sai dos dois por cento em fins do século XVIII, chegava aos 20 por cento por 1850 para atingir os 50 por cento por 1899-1900. (...) Só no fim do século XVIII, só no curso do século XIX, é que se compreendeu o efeito multiplicador do prelo, à altura da literação geral (ARAÚJO, 16-18).

.....

Por esses dados, observa-se que diferentes ideologias e configurações do poder (absolutismo, despotismo esclarecido, maior ou menor influência burguesa) parecem ter influenciado pouco na alfabetização das diferentes regiões europeias até o final do século XVIII. Mas o fato é que Portugal e Espanha mantiveram-se, nesse período, distantes das idéias modernas que prosperavam nas demais nações da Europa. Impérios comerciais, ambas contentaram-se com as riquezas pilhadas na América, África e Ásia: ouro, principalmente, tomado dos impérios inca e asteca, ou o descoberto em 1693 em minas brasileiras – mas também pau-brasil, porcelanas chinesas, especiarias, seda etc.

A abundância de recursos fáceis, o catolicismo radical e a vigilância constante da Inquisição resultaram, ao findar-se o século XVI, no começo de uma longa decadência. Esse quadro só fez acentuar-se ao longo do século XVIII. No caso de Portugal, o tratado de Methuen, de 1703, ao estabelecer a aliança militar e comercial com a Inglaterra, praticamente impediu o desenvolvimento da indústria manufatureira lusitana, obrigando o país a importar quase tudo, em troca de alguns privilégios que se mostraram irrelevantes. A maior parte dos lucros obtidos nas colônias passou a ser transferida para os cofres ingleses.

A expulsão dos jesuítas, em 1759, depois da liquidação das colônias guaranis de Sete Povos das Missões (onde, segundo supunham portugueses e espanhóis,

a ordem religiosa pretendia implantar um estado religioso), teve conseqüências graves para a educação em Portugal e nos territórios ultramarinos. Representou o fechamento de uma universidade (Évora), dois institutos universitários (Coimbra e Lisboa) e 19 colégios que constituíam a quase totalidade da rede de ensino superior e médio existente em Portugal, para não falar no fechamento de 15 colégios no Brasil, um em Angola (Luanda), um em Goa e dois em Macau.

Resulta de tudo isso a herança de atraso que, no Brasil, só começará a ser superada em meados do século XX, com a fundação das primeiras universidades, escolas técnicas e o início, por Getúlio Vargas, de um processo de revolução industrial tardia. No entanto, a colonização portuguesa nos deixou, entre algumas outras boas coisas, a intensa miscigenação, padrões razoáveis de convivência étnica, maior tolerância e constante autocrítica. É o que se espelha no melhor das artes e literatura nacionais, em grande parte produto de artistas negros e mestiços.

A era do publicismo

Pode-se atribuir a origem do jornalismo impresso, século e meio depois da invenção dos tipos móveis, a vários fatores: a estruturação de serviços de correios; a difusão, ainda que em pequena escala, da alfabetização, graças à indústria do livro e à ênfase dada por cristãos protestantes, discípulos de Martim Lutero, à leitura da bíblia; melhores serviços de transporte, com o aprimoramento da criação de cavalos, a implantação de linhas de diligências e a construção de estradas entre portos e regiões de consumo. No entanto, não houve fator mais consistente do que a ambição burguesa de confrontar a aristocracia.

Os textos principais, opinativos, seguiam o modelo retórico; reportavam-se à realidade para sugerir ou afirmar que os problemas se deviam aos impostos, barreiras alfandegárias e privilégios dos quais se beneficiava a “classe ociosa”, isto é, a aristocracia. As tiragens eram normalmente inferiores a mil exemplares; o editorial complementava-se com notas breves e registro de fatos de interesse comercial (chegadas e partidas de navios, atividade de piratas) ou indireto (guerras, secas e outros eventos capazes de repercutir no mercado). Mas já apareciam as primeiras notícias sobre fatos inusitados, que ainda hoje seriam reconhecidas como *fait divers*.³⁹

³⁹Roland Barthes define o *fait divers* de duas maneiras: (a) pelo fato de não se enquadrar como relevante em qualquer área de conhecimento – economia, política, espetáculos etc. e (b) por conter em si, na estrutura retórica do texto, uma relação antitética. Entre outros exemplos, cita a notícia da prisão de um bispo em um cabaré: pouco importa onde isso aconteceu ou as circunstâncias que teriam levado o clérigo a visitar a casa noturna. O interesse jornalístico reside, essencialmente, na relação paradoxal criada pela proximidade entre o supostamente sublime e o supostamente profano (BARTHES, 1964).

Os primeiros jornais surgiram em burgos alemães, na primeira década do século XVII. Logo viriam os jornais impressos na Holanda,⁴⁰ que, com apoio inglês, enfrentava 80 anos de guerra para libertar-se do domínio espanhol. Em Marselha, principal porto francês, surgiu, em 1631, *La Gazette*, de Theophraste Renaudot, ao qual viriam juntar-se publicações literárias e de crítica de diversões. Escreve Fernand Terrou:

“Na França, ao aparecimento da imprensa periódica correspondem o surto e depois o apogeu da doutrina monárquica absolutista que, esboçada na Idade Média, elaborada no século XVI, vai triunfar no século XVII. Ao poder absoluto do soberano, qualquer que seja a origem que lhe atribuam os teóricos (pacto fundamental: Hobbes;⁴¹ ou escolha divina: Bossuet⁴²) o poder reforçado pela razão de estado abeberada em Maquiavel, não poderiam opor-se os direitos individuais nem a liberdade de expressão que lhes constitui o suporte” (TERROU, 1964:20).

.....

Os melhores jornalistas do século XVIII eram *publicistas*, divulgadores de idéias e supostos portadores da verdade. O jornalismo iluminista tentava agrupar nas mesmas mensagens a ciência, a estética literária e a busca do convencimento. Isso o integrava, em espírito, ao enciclopedismo,⁴³ movimento típico da época.

Enfrentando a censura (a imprensa periódica era quase sempre oficial ou oficiosa, dependente de algum tipo de concessão ou impostos especiais não apenas nos países sob governo absolutista ou aristocrático, mas também naqueles oriundos de revoluções burguesas⁴⁴), os escritores da época inventaram estratégias interessantes. Uma delas é a alegoria e o tratamento irônico da realidade, de que restaram

⁴⁰Lá se imprimiu, em 1622, o primeiro número do jornal inglês *A Current of General News*.

⁴¹Thomas Hobbes rejeitava a filosofia aristotélica e escolástica. Descrente na natureza humana, é notável por suas contribuições à filosofia política. Para ele, o poder do soberano era necessário para conter as incontáveis paixões humanas.

⁴²Jacques-Benigne Bossuet, bispo e teólogo francês, foi um dos primeiros a defender o absolutismo. Argumentava que os reis recebiam de Deus seus poderes.

⁴³Era o “século das luzes”, da renovação das teorias políticas, jurídicas e filosóficas. A Inglaterra e a Holanda exportavam a ideologia do liberalismo. Voltaire, Montesquieu e Rousseau revolucionaram a teoria política. Clamava-se pelos direitos humanos, pelo fim do absolutismo e pela separação dos poderes. Pretendia-se que os acusados de crimes fossem considerados inocentes até prova em contrário. Os Estados Unidos e países da América Latina iniciam o processo de sua independência. A Revolução Francesa é um clímax nesse processo.

⁴⁴A censura inglesa foi suprimida em 1695, mas, anos depois, criou-se o imposto do selo, que só seria revogado em 1855. Os jornais obtiveram o direito de publicar debates parlamentares em 1771 e, em 1792, livraram-se da arrogância e conservadorismo dos juizes, quando o julgamento do crime de difamação passou ao âmbito do júri.

textos como *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift,⁴⁵ e *Cândido ou o Otimismo*, de Voltaire.⁴⁶

Idéias, notícias e folhetins

O jornal como se conhece hoje surge no século XIX – a começar pelo formato, que acompanha a largura da bobina das impressoras rotativas. Tudo nele teve de ser inventado: a separação entre notícias, os títulos que dariam origem às manchetes, a divisão das páginas em colunas, a gravura industrial, a gravação de fotografias sobre retícula etc. A primeira máquina contínua para fabricação de papel data de 1803; já a primeira impressora mecânica estreou em 28 de novembro de 1914, rodando o *Times*, de Londres. A primeira rotativa de quatro cilindros, capaz de imprimir 25 vezes mais rápido do que as máquinas então existentes, foi inventada por Hipollyte Marinoni, em 1867; a fotografia, o daguerreótipo,⁴⁷ surge em 1838, no ano seguinte à extensão das linhas de telégrafo por todos os continentes.⁴⁸ Só em 1884 o imigrante alemão Ottmar Mergentaller fabricaria o protótipo da compositora mecânica, a linotipo.

Em termos de conteúdo, a opinião, tão relevante enquanto durou o conflito com o poder absoluto e a aristocracia, foi deixando de ser a principal motivadora da leitura. Na Europa, o público alfabetizado multiplicava-se com a incorporação de pessoas que traziam a tradição da oralidade, interessadas em fatos novos e lugares remotos. Entre 1770 e 1830, uma era de movimentos revolucionários, independência americana e guerras européias alimentou um interesse maior pelo noticiário.

Mas havia um concorrente importante para os fatos jornalísticos.

Desde o início do século XVIII vinham-se multiplicando histórias sentimentais; uma das primeiras teria sido *Manon Lescault*, do Abbé Prevost. Um aspecto técnico interessante é que essas histórias, ao contrário do que acontecia até então, são contadas sem interrupção, como narrativa contínua. Na literatura clássica (na *Odisséia*, por exemplo, mas também em *As Viagens de Gulliver* e no

⁴⁵Swift, escritor irlandês, viveu de 1667 a 1745. Publicou *As Viagens de Gulliver* em 1726; parece um livro ingênuo, mas é uma visão ácida de vários aspectos do mundo de seu tempo. Antes de morrer, aos 78 anos, destinou fundos de sua herança para erguer, perto de Dublin, um hospital “para idiotas e lunáticos”, porque “nenhuma outra nação precisava mais disso”.

⁴⁶Voltaire é o pseudônimo de François-Marie Arouet. Crítico do absolutismo e do fanatismo religioso publicou a novela satírica *Cândido* em 1759.

⁴⁷Inventado por Louis Jacques Mande Daguerre.

⁴⁸Stefan Zweig saúda 1937 como o ano em que, “pela primeira vez, o telégrafo transmite simultaneamente através do mundo a notícia dos menores acontecimentos” (TERROU, 1964:30).

Cândido), há descontinuidade entre um episódio e outro – entre um capítulo e outro, salta-se no tempo e no espaço.

A burguesia buscava construir um passado heróico para si mesma, retomando lendas medievais como as de Robin Hood e Guilherme Tell. O pré-romantismo passou a valorizar os sentimentos, o amor à natureza idealizada, a revolta do indivíduo diante das convenções e da moral social. Essa tendência se espalha pela Europa, chega a Portugal e ao Brasil com o movimento arcádico – na poesia de Manuel Maria Barbosa du Bocage e Tomás Antônio Gonzaga –, mas atinge seu ponto alto na Alemanha, com o *Sturm und Dräng*, projeto nacionalista de que participaram, entre 1770 e 1784, Johann Wolfgang von Goethe e Johann Christoph Friedrich von Schiller. No drama *Götz Von Berlichingen* (1773), Goethe cria um personagem alemão inspirado em Robin Hood, no entanto, a mais tipicamente pré-romântica de suas novelas será *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774).

Na fronteira entre o verdadeiro e o verossímil, está *Ivanhoe* (1819), de Walter Scott. Para além de qualquer verdade, estavam *Os Três Mosqueteiros*, *O Conde de Monte Cristo*⁴⁹ e centenas de outros textos de Alexandre Dumas, que trabalhava comandando uma equipe de redatores e consultores (por exemplo, para a descrição correta das lutas de espadas), em um empreendimento que rendeu centenas de textos e ao qual seu filho deu continuidade, embora sem o mesmo brilho.

Em meados do século XIX, não bastavam algumas gavetas de tipos móveis e uma prensa para produzir um jornal; tratava-se de empreendimento bem mais caro. Entre 1830 e 1870, prosperam agências de notícias: a francesa Havas, a inglesa Reuters, a alemã Wolf e a americana Associated Press. Entre 1880 e 1910 estenderam-se cabos submarinos. Os telefones começam a ser úteis em 1900.

A principal alteração nos fundamentos da prática jornalística foi atribuída à publicidade que, a partir de 1830, tornou-se rapidamente a principal receita das empresas, permitindo reduzir o preço dos exemplares vendidos ao público. Em tese, anúncios buscam atingir o maior número possível de clientes potenciais ou de indivíduos capazes de fixar um logotipo ou uma marca. Daí a disputa pelos leitores, que reunia nos mesmos veículos fatos reais e imaginários e, o que é mais grave, a dramatização ficcional de fatos reais.

Mas a publicidade, ao estabelecer o triângulo jornal-leitores-anunciantes (e, junto desses, os financiadores), integrou o jornal ao sistema econômico – ra-

⁴⁹De Alexandre Dumas, pai: *Os Três Mosqueteiros* (1844); *O Conde de Monte Cristo* (1846).

zão mais provável para que, nos principais países da Europa, a censura estatal tenha desaparecido na segunda metade do século XIX.

Numa época em que o melodrama era a forma mais difundida de expressão, desde os romances com muitas páginas até o teatro e a ópera, o sensacionalismo – que é uma espécie de melodramatização da realidade – conquistava leitores. A intensidade do surto sensacionalista variou de país para país; sem que possamos honestamente dizer que, hoje, ele tenha acabado.

Os estilos nacionais geraram padrões diferentes de textos, tanto quanto de formas gráficas diversificadas: os jornais franceses dispunham as matérias em camadas, reservando os rodapés para as novelas em capítulos, com tipologia variada, fios de várias espessuras e alguns sinuosos; os alemães, por sua vez, adotaram colunas largas e textos densos. O jornalismo inglês dividiu-se entre veículos da elite, pragmáticos com suas colunas estreitas, e pasquins populares, vistosos e dados ao escândalo.

Da emoção ao serviço público

O verdadeiro embate sobre paradigmas em jornalismo ocorreu, porém, nos Estados Unidos, e teve conseqüências relevantes no futuro da linguagem jornalística.

Em 21 de setembro de 1897, o *New York Sun* publicou um editorial, “Papai Noel existe?”, que os americanos consideraram uma obra-prima.⁵⁰ Redigido pelo editorialista Francis P. Church, ficou famoso na história da imprensa americana. O *Sun*, dirigido por um velho jornalista, batia firme no estilo do *New York Journal*, de William Randolph Hearst,⁵¹ denunciando as “crônicas de crime, luxúria e corrupção”. O *Journal* praticava o que seu editor, então com 34 anos, chamava de “Novo Jornalismo” ou “Jornalismo de Ação”: intrometia-se na realidade, com manobras ousadas tais como patrocinar a fuga de uma mulher⁵² da prisão em Havana, realizar investigações que pretendiam competir com as da polícia, liderar campanhas de caridade, promover festas milionárias, espionar autoridades municipais em busca de irregularidades e promover a guerra contra a Espanha para “libertar” Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam.

⁵⁰Trata-se, em síntese, de defender a figura de Papai Noel com argumentos tão sentimentais quanto estilisticamente brilhantes. Papai Noel, tal como descrito nos últimos anos do século XIX, promove, desde então, as vendas de fim de ano.

⁵¹Circulavam em Nova York, então, o *Journal*, de Hearst; o *New York World*, de Joseph Pulitzer (pioneiro, mas não tão radical no sensacionalismo); o *New York Herald*, de James Gordon Bennett Jr.; o *New York Tribune*, de Whitelaw Reid; o *Sun*, de Charles Anderson Dana; e o *New York Times*, de Adolph Ochs. Dana, nascido em 1819, morreu em 17 de outubro de 1897. Dentre todos os editores, Hearst e Ochs eram os novatos.

⁵²Evangelina Cisneros.

No pólo oposto estava *The New York Times* que, em 10 de fevereiro do mesmo ano, havia transposto da página editorial para o cabeçalho da primeira página o lema *All the news that's fit to print* – todas as notícias que merecem ser publicadas. A competição era terrível: quando o *Tribune* de Pulitzer publicou a primeira fotografia com semitons da imprensa diária, em 21 de janeiro (do senador eleito Thomas Platt), o *Times* gastou cinco mil dólares – na época uma fortuna – para equipar-se com uma impressora de alta qualidade a tempo de cobrir com fotos o cortejo que celebrou o jubileu da Rainha Vitória, em junho.⁵³ O *Journal*, que não queria ficar para trás, contratou como repórter para esse evento Mark Twain, escritor famoso nos seus 62 anos.

Foi ainda em 1897 que o estilo de Hearst foi chamado pelo *The New York Press* de “jornalismo amarelo”, nome pelo qual seria conhecido na história; e em que o *Sun*, nas semanas que antecederam a morte de Charles Dana, lançou uma campanha para que o *Journal* e o *World* fossem banidos das bibliotecas públicas e das salas de leitura das universidades. Pretendeu, ainda, sem êxito, proibir a publicação de caricaturas na imprensa sem autorização dos caricaturados.

Esses episódios são notáveis porque balizam as ocorrências dos anos seguintes: a vitória do estilo *New York Times*, que separa fatos de opiniões; a busca de metodologia de produção de texto tão formalmente isenta de tendenciosidade quanto possível; a supremacia da reportagem testemunho sobre o “jornalismo de ação”;⁵⁴ a criação dos cursos universitários de Jornalismo (o primeiro graças a uma doação de Pulitzer) e o estabelecimento de regras claras para a produção das mensagens noticiosas.

Há, no entanto, um detalhe que tem escapado aos historiadores no estudo daqueles tempos. A “imprensa livre” assegurada pela 1ª emenda à Constituição americana não impede iniciativas como a de Dana: com boas razões, ou sem razão alguma, os jornais da América estiveram, e estão ainda (hoje talvez mais intensamente do que em outras épocas), sob pressão de organizações mantidas pelo grande empresariado, grupos políticos conservadores e fanáticos religiosos, com seus especialistas em opinião pública e “engenharia social”. Estes dispõem de seus próprios veículos, influem na linha editorial dos demais e, ao contrário do velho Dana, são capazes de ir mais longe do que Hearst – o homem que inspirou *Cidadão Kane* (1941), filme de Orson Welles, considerado por muita gente a melhor película da história do cinema.

⁵³Vitória reinou de 1837 a 1901, a chamada “era vitoriana”. Foi o reinado mais longo da história da Inglaterra e, na Idade Contemporânea, o membro da família real que mais diretamente atuou na política britânica.

⁵⁴Na verdade, em teoria, o “jornalismo de ação” foi proposto pelo inglês William Sead, na década de 1880, com o nome de “governança pelo jornalismo”.

O texto moderno



Olhem para o espelho. O que está à sua direita uma página escrita; terão que decifrar letras ao contrário. Mas isso acontece apenas com o eixo vertical: se o espelho inverte as figuras, por que não aparecemos, nele, de cabeça para baixo?
(adaptado de MÉRÖ, 1990)

A palavra *texto* significa, em sua origem, “aquilo que foi tecido” – supõe entrelaçamento, contextura. Organiza-se segundo uma lógica interna, equivalente aos pontos e laços das rendas e bordados. Como acontece com tudo nos desempenhos humanos, essa lógica apóia-se numa estrutura mental em que se encaixam, na primeira infância, palavras e regras de gramática do idioma materno, numa aventura de conhecimento que continua por toda a vida.

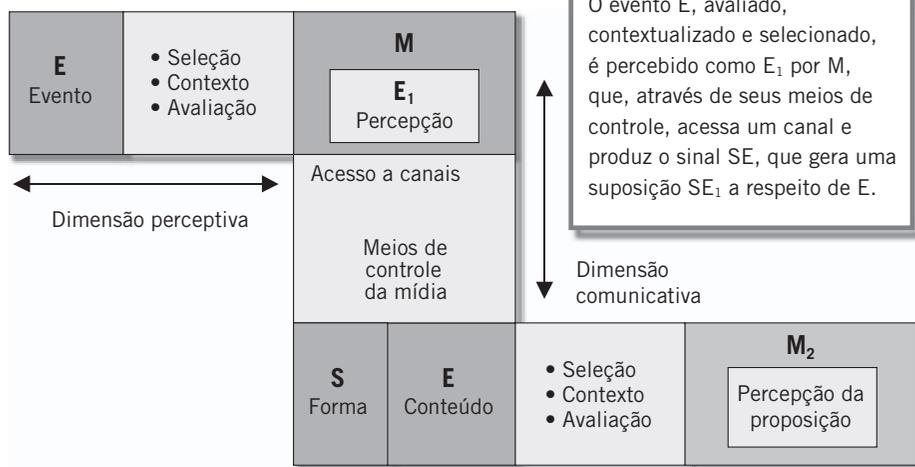
Nosso mundo, como o percebemos, está em três dimensões em fluxo. O registro exato, instante por instante, com todos os detalhes, refeito por muitas gerações e por extensos territórios, formaria um acervo impossível de preservar e acessar. Produzindo conceitos e rotulando-os com nomes, conseguimos ter acesso, com grande economia, ao que houve de notável numa infinidade de experiências visuais, sonoras, táteis, gustativas e olfativas, sejam elas nossas, de contemporâneos ou de antepassados.

De vez em quando, lembramos de uma paisagem, de um paladar ou de um perfume – mas a língua nos permite falar e raciocinar com base em muito mais coisas que esquecemos ou que nunca testemunhamos.

Os idiomas parecem ter uma só dimensão – a seqüência de sons que se representa na série de letras de um alfabeto fonético. Mas isso não é exato: as senten-

ças articulam-se como uma rede, coesa e coerente, com proposições que se inferem do enunciado, do contexto ou da articulação, entre uma coisa e outra, com informações ou sensações passadas que os receptores da mensagem têm na memória. Lê-se, por assim dizer, também nas entrelinhas. A percepção envolve a avaliação do que é mostrado ou dito, a seleção do que interessa e sua colocação em um ou vários contextos, como se vê no modelo de comunicação de Gerbner:

Modelo de Gerbner (1956)



Os gêneros, quanto à finalidade

Os textos modernos obedecem, quanto à finalidade, a alguns padrões: os informativos, portadores de dados e que podem não ter qualquer intenção consciente se não essa mesmo, de informar; os imperativos, destinados formalmente a impor, conchamar ou convencer; os dialéticos, em que opiniões ou interpretações distintas são contrapostas; os líricos e os dramáticos, em que efeitos de linguagem pretendem despertar emoções; os cômicos, fundados na ambigüidade, na *nonsense*, na violação não odiosa de interdições culturais etc.

Para tornar eficazes esses textos em diferentes circunstâncias, surgem artifícios. A publicidade, que é conativa (busca no interlocutor a resposta desejada, de compra, adesão, voto ou escolha), utiliza freqüentemente o imperativo (*voe x, use y*), mas pode disfarçar esse mando com um entinema,⁵⁵ associando o que

⁵⁵Entinema é um tipo de silogismo em que uma das premissas fica subentendida – neste caso, a premissa maior. No silogismo, da premissa maior (exemplo: Todo homem é mortal) e da premissa menor (exemplo: Sócrates é homem), extrai-se a conclusão (exemplo: Sócrates é mortal).

está sendo promovido a uma proposição que o público tem por verdadeira. Mais ou menos assim:

[Devemos ter direito à livre escolha].
X é monopólio porque todos o escolheram; logo,
 Não há nada errado com o monopólio *X*,

Ou partindo de um valor atribuído ao público:

[Emagrecer é bom].
 Laxantes e diuréticos emagrecem.
 Laxantes e diuréticos são bons.

Outra estratégia publicitária consiste em produzir algo semelhante ao entinema, mas de fundo associativo ou analógico. Por exemplo, um carro que viaje por uma estrada “limpa” (isto é, artificialmente desprovida de qualquer desigualdade no piso, no acostamento ou nas margens), dirigido por um homem em traje esportivo, com a mulher sorrindo ao lado e, no banco de trás, duas crianças e um cachorro (que põe o focinho para fora) sugere um estado de espírito com que o espectador se identifica idealmente. Se não se vive esse estado de espírito, ao menos compre o automóvel, do fabricante *X*, disponível com entrada *Y* e juros *Z*, ao longo de *n* meses.

A argumentação dialética, que tem nobre passado (nela se formula boa parte da filosofia grega), parte, eventualmente, no mundo moderno, de pressupostos mais ou menos absurdos, sobre cuja aceitação as pessoas devem refletir: “se um antepassado meu ou alguém/ uma diretoria/ um governo do meu país/ clube/ etnia/ família cometeu algum crime, então tenho culpa por isso”; “se todo ser humano descende de um óvulo fecundado, todo óvulo fecundado é um ser humano”; “se estabelecida a livre competição, todos ficarão mais ricos”. A aceitação de proposições como essas resulta da repetição, não da consistência, de premissas maiores de pouca sensatez.

O lirismo (que é, em regra, uma expressão do eu subjetivo) e a dramaticidade desenvolveram recursos lingüísticos capazes de estimular sentimentos do público, apoiando-se nos impulsos básicos da autodefesa (e das regras de relacionamento que “justificam” a agressão), da alimentação, da posse, da sexualidade e da proteção (com relação a animais, crianças, deficientes, pobres, pessoas idosas, ambientes naturais). A fruição desses sentimentos permite o alívio de tensões, na catarse, mas pode ser elemento poderoso na pregação da violência e do ódio. (TCHAKHOTINE, 1952)

Estrutura do texto informativo

Considerando a maneira como se estruturam, os textos na prosa informativa moderna obedecem a dois modelos: o *expositivo*, nos relatórios, ensaios e na maioria das reportagens; e o *narrativo*, em relatos testemunhais, documentários e na ficção, particularmente a cinematográfica. Como primeiro passo no estudo dos textos em jornalismo é preciso conhecer essas duas estruturas, que ocupam na sociedade outros espaços, além do jornalístico.

Pequenas alterações no estilo do texto podem qualificar um gênero ou especificar o tempo e o espaço em que foi produzido. O recurso a palavras arcaicas e brocardos (ditados, frases feitas), bem como o excesso de palavras, é típico do repertório jurídico (*quod abundant non nocere*, “o que é demais não prejudica”, afirmam os advogados, e só eles). Conclamações, conclusões mais do que fatos, caracterizam o documento político. A gradação cuidadosa dos juízos de valor caracteriza o texto diplomático: um encontro “cordial” entre chefes de Estado não é o mesmo que um encontro “amistoso” ou um encontro “proveitoso”.

Nos parágrafos seguintes, elege-se como tema de estudo a modalidade de texto conciso e discreto, voltado para o conteúdo, que não chama a atenção para a forma nem a toma como base da comunicação.

O texto expositivo

O primeiro conceito que se deve ter é o de *tópico*. Esse é o nome que se dá a qualquer parte do discurso destacada das demais sem vantagem para o significado, mas correspondendo às intenções do emissor, às suas estratégias discursivas e ao contexto: é o que se chama de recurso *pragmático*.

Na fala, o destaque ocorre pela entonação, pelo volume da voz, pela colocação de partículas enfáticas (como “é o que”), pausas significativas, gestos ou deslocamento do segmento de sua posição normal; no texto escrito, geralmente, pela anteposição ou, em certos casos, pela posposição do segmento.

Existem palavras ou locuções-tópico. Por exemplo, as que estão em itálico nas frases seguintes:

- *Maria* chegou hoje / *Hoje* chegou Maria.
- *Um bobo* é o que ele é / Ele ... é *um bobo*.
- *O doce*, Juquinha comeu; *o feijão com arroz*, deixou todo.
- O tempo aqui é assim mesmo: *de manhã* choveu, *de tarde* faz sol.

Locuções, citações e sentenças subordinadas podem destacar-se como tópicos, em função do contexto ou da intenção. Algumas dessas construções têm nomes específicos; a terceira da série seguinte chama-se de *particípio absoluto*:

- *Ao chegar ao escritório*, notou que tinha esquecido a chave da gaveta.
- “*Não vou de jeito nenhum*”, foi o que ele disse.
- *Irritado com as reclamações constantes*, o gerente de vendas pediu demissão.

Existem, ainda, os *períodos-tópico*, *sentenças-tópico* ou *tópicos frasais*. Trata-se de períodos que se destacam dos demais, em *parágrafos lógicos*, para adequá-los a um contexto ou à estratégia do discurso.

Parágrafo lógico é uma unidade de sentido. Corresponde, geralmente, ao parágrafo escrito, que se marca pelo recuo da primeira linha. Por motivos estilísticos, um parágrafo lógico pode, no entanto, ser dividido em vários parágrafos escritos – o que, eventualmente, aumenta a dramaticidade ou chama a atenção para o sentido do texto; ou, então, mais raro e menos útil, podem-se fundir dois parágrafos lógicos em um parágrafo gráfico.

Seguem-se parágrafos característicos do discurso expositivo. Note-se que, nos dois primeiros exemplos, os tópicos estão antepostos (sugerindo uma lógica dedutiva, do mais abstrato ao mais concreto) e, no último, posposto (o que sugere uma lógica indutiva, do mais concreto ao mais abstrato):

- *Foi um dia miserável*. O ônibus estava superlotado, o trânsito terrível, o chefe de mau humor e a cozinheira baiana temperou com pimenta malagueta o bife do almoço.
- *Duas coisas são necessárias*. A primeira é bom senso. A segunda, algum tino para os negócios.
- O trânsito e a violência urbana são as principais causas de morte entre os jovens. Metade das modelos de desfiles de moda têm subnutrição grave. *A estupidez humana vale hoje, sem dúvida, por uma epidemia*.

Finalmente, os *parágrafos-tópico*. Nesse caso, um parágrafo lógico é destacado (anteposto ou marcado por corpo/tipo diferente) em um texto. Em regra, contém uma proposição completa (uma ou mais orações, com suas circunstâncias). O *lead* jornalístico – mas não apenas ele – é uma forma de parágrafo-tópico.

O parágrafo lógico em texto expositivo

O parágrafo padrão, em um texto expositivo, obedece à fórmula:

TF + D1, D2, D3...

Em regra, o tópico frasal, período-tópico ou sentença-tópico antecede outros períodos, que são chamados de *documentações* (D). O tópico, geralmente, contém uma conclusão mais abstrata ou essencial em relação às documentações, que são mais concretas ou aparentes; pode-se associar o tópico a uma teoria e as documentações a constatações empíricas.

Tomemos, primeiro, um exemplo na linguagem técnica dos relatórios⁵⁶ (tópicos em *itálico*):

- *As vendas cresceram em março.* Foram colocados no mercado 2.570 computadores, dos quais 2.320 tinham sido, até o dia 28, repassados pelos varejistas aos consumidores finais. Isso representa dez por cento a mais do que as vendas no varejo em fevereiro e indica que a procura na fábrica deverá aumentar, já que os estoques no comércio são baixos.

Agora, em um texto de crítica filosófica:⁵⁷

- *O drama do pensamento ocidental se desenvolve entre esta antítese: razão subjetiva e razão objetiva.* A polêmica de Horkheimer é contra a razão subjetiva, essencialmente voltada à adequação dos meios e fins, que pouco se importa se tais fins são racionais em si. Anteriormente, predominara outra concepção da razão, “diametralmente oposta”, que “afirmava a existência da razão não só como uma força da mente, mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na Natureza e suas manifestações”.

Ou nas explicações de um físico:⁵⁸

- *Einstein mostrou que, ao contrário do que nos diz o bom senso, a passagem do tempo e as medidas de distância não são quantidades absolutas, mas dependem do movimento relativo entre os observadores.* Na verdade, existe uma diferença entre os intervalos de tempo medidos por um relógio em repouso e outro em movimento. Uma régua em repouso terá um comprimento maior do que se estivesse em movimento. Não percebemos esses efeitos porque os fenômenos relativísticos só têm uma magnitude apreciável a velocidades próximas da velocidade da luz, de 300.000km/s. Mas um relógio que marcasse a passagem de uma hora em um trem capaz de andar a 180.000km/s marcaria

⁵⁶De um relatório de filial a matriz de empresa. Foram deliberadamente omitidos nome e detalhes identificadores.

⁵⁷TAMBOSI (1999:145).

⁵⁸GLEISER (1999:135).

uma hora e 15 minutos na estação. Uma régua de um metro viajando no mesmo trem seria vista como tendo 80cm por um observador em repouso na estação.

Há outras formas, menos freqüentes, de se construir o parágrafo em textos expositivos:

- (a) Pode-se suprimir o tópico, considerando-o óbvio ou implícito. Por exemplo, é possível dispensar uma afirmação como “a seca foi rigorosa” ou “os prejuízos foram grandes” em um parágrafo como:
 - Com a seca, perderam-se dois terços da plantação de soja e morreram de sede e fome 40 das 70 cabeças de gado da fazenda de seu Januário. Os vizinhos contam prejuízos semelhantes.
- (b) Pode-se colocar o período-tópico no fim do parágrafo (dando a impressão de que é uma conclusão do que foi afirmado antes) ou, ainda, no meio do parágrafo, o que é bem raro. Como nos exemplos:
 - O caminho para a Praia de Naufragados é íngreme. *Não é fácil chegar lá.* São trilhas abertas no mato, montanha acima e, depois, montanha abaixo.
 - (...) A primeira loja, de fato, herdou dos pais. Mas juntou tantas outras àquela que de adolescente rico tornou-se jovem milionário e velho magnata. *Hoje, com seu porte, temperamento agitado e barba branca, lembra um pouco o Rei Midas e outro tanto o Tio Patinhas.*
- (c) Pode-se colocar o tópico em um parágrafo escrito e as documentações em outro ou outros; divide-se, assim, o parágrafo lógico em vários parágrafos escritos, para algum fim estilístico, como mostra o exemplo:
 - *Às quatro da tarde, formou-se a tempestade.*
Nuvens escuras cobriram o sol de verão.
Soprou o vento, levantando a areia.
A praia ficou deserta em minutos, antes mesmo de cair a primeira gota de chuva.

O importante é considerar, no texto expositivo, a existência de dois tipos de proposição: uma, a documentação, correspondendo às aparências, ao mais concreto, ao particular, ao dado; a outra, o tópico, correspondendo às essências atribuídas aos fatos, ao mais abstrato, ao mais geral ou conceitual.

Os tópicos são como índices para a organização das documentações; como rótulos de um arquivo ou denominações de gavetas que permitem distribuir e arrumar os relatos de fatos concretos de que se dispõe. Tópicos e documenta-

ções, articulados, formam o esqueleto do texto, como laços e pontos formam o esqueleto da peça de tricô ou crochê.

A distribuição das documentações no parágrafo lógico

Dentro do parágrafo lógico (que, para lembrar, coincide, geralmente, com o parágrafo escrito), as documentações não são dispostas ao acaso. Seria absurdo, por exemplo, um parágrafo como este, em que os períodos-documentação estão fora de ordem (no caso, a seqüência cronológica):

- *A vida foi ingrata com Luís.* Aos 40 anos, sofreu um acidente e perdeu um olho. Aos dez, seus pais morreram em um acidente. Aos 30, casou-se com uma megera. Aos 25, quando se formou em odontologia, descobriu que não tinha jeito para a coisa.

São vários os critérios para se dispor documentações em um parágrafo; tudo depende da natureza do texto, da intenção ou de algum propósito expressivo. Pode-se, por exemplo:

- (a) Dispor os períodos conforme a sucessão no tempo dos fatos a que se referem, em ordem crescente ou decrescente (como seria o caso no relato sobre a infelicidade do Luís).
- (b) Usar alguma forma de distribuição espacial: começar da esquerda para a direita; da direita para a esquerda; do centro para a periferia; de cima para baixo; do próximo ao distante; do começo ao fim de um caminho, ou, em qualquer caso, o contrário etc.
- (c) Organizar os períodos em pares antitéticos (contradições ou paradoxos).
- (d) Ordenar os períodos na ordem de sua implicação lógica (a aceitação de um decorre ou resulta da aceitação do seguinte). Por exemplo:
 - *As circunstâncias levaram o rapaz a ser reprovado.* Ele sentia o peso da responsabilidade. A família o pressionava. Emagreceu. Na última semana, passou as noites em claro estudando. No dia do exame, saiu de casa bem cedo mas enfrentou trânsito confuso e ruas alagadas. Chegou em cima da hora. Era uma pilha de nervos.
- (e) Ordenar os períodos por ordem crescente ou decrescente de intensidade de algum valor referido.

A ordenação é geralmente acompanhada por uma indicação clara de paralelismo. Isto é: se se usa a ordenação no tempo, destaca-se, em cada período, como locução-tópico, a circunstância de tempo; se o critério é espacial ou geo-

gráfico, a circunstância de lugar; se se trata de decorrência lógica, construções em ordem similar uma da outra, com ou sem relacionadores do tipo “daí”, “de onde”, “então” ou “portanto” – que em geral se utilizam com economia.

Um caso particular de paralelismo é o das enumerações. Se é preciso relacionar ações ou movimentos, será necessário empregar, de maneira uniforme, o infinitivo verbal ou formas nominais derivadas do verbo. Explicando, pode-se escrever:

Os dermatologistas recomendam o uso do filtro solar e a preferência pelo sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.

Ou então:

Os dermatologistas recomendam usar o filtro solar e preferir o sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.

Jamais:

*Os dermatologistas recomendam o uso do filtro solar e preferir o sol das primeiras horas da manhã ou do fim da tarde.⁵⁹

Em regra, as formas infinitivas emprestam mais vigor ao texto.

Distribuição dos parágrafos lógicos no texto expositivo

Da mesma forma que as documentações devem ser ordenadas conforme algum critério, os parágrafos lógicos de um texto devem ser organizados segundo de sucessão, de implicação, de argumentação por pares opostos etc.

Imaginemos que se vai escrever um texto sobre o mercado de microcomputadores voltado para os interessados na compra de um. Pesquisando o assunto ou entrevistando entendidos (primeira coisa que, em geral, ocorre aos jornalistas), selecionam-se essas quatro versões de fatos ou juízos de valor com os quais todos concordam ou que, por alguma razão, admitem:

- (a) O mercado caracteriza-se pela rápida obsolescência dos produtos.
- (b) O diferencial de preço é muito grande entre os novos lançamentos e os aparelhos de modelos mais antigos.
- (c) A escolha depende do uso que se pretenda dar ao microcomputador.

⁵⁹O símbolo * precedendo o enunciado indica sua inadequação gramatical, semântica ou pragmática.

- (d) Velocidades de processamento mais elevadas, melhor compactação de dados e maior capacidade de memória são necessários para armazenamento e edição de imagens em movimento.

Formuladas essas proposições, que são, em tese, os tópicos frasais ou períodos-tópico, parte-se para documentá-las. Por exemplo:

- 1 – No caso da proposição (a), alinham-se modelos de microcomputadores rapidamente superados por inovações tecnológicas (na linha PC, até agora, lembram-se os de oito bits, os XT, AT, 286, 386, 486, Pentium I a IV etc.), com datas de lançamento e épocas de superação (pode-se fazer isso mencionando consumidores que utilizaram vários desses equipamentos e se desfizeram deles ainda em condições operacionais boas).
- 2 – No caso da proposição (b), relacionam-se preços em revendedores para marcas conhecidas ou de montagem artesanal.
- 3 – Para a proposição (c), mencionam-se usos comuns (planilhas de cálculo, edição de texto, desenho com suporte em informática etc.) ou aplicativos mais raros (programas de orientação para certos diagnósticos médicos ou cálculos de astronáutica, Autocad etc.).
- 4 – Para a proposição (d), lembra-se que a edição digital não linear de vídeo – graças à difusão das câmaras, à compactação crescente e à popularização dos gravadores de CD-ROM⁶⁰ e DVD – é uma novidade promissora na Internet, e que a distribuição de imagens pela rede deverá aumentar muito nos próximos anos.

A estrutura de um texto é, portanto, definida na escolha dos períodos-tópico, que valem por indexadores da massa de informações que constitui o tecido expositivo.

Uma questão de nomenclatura é a escolha da palavra “expositivo”, em lugar de “descritivo” ou “dissertativo”. Descrever é colocar em palavras um estado de coisas; dissertar é discorrer sobre um tema. Expor é organizar o registro de fatos, articulados por conceitos que se encadeiam logicamente.

Embora os textos descritivos possam ter períodos-tópico tais como “a paisagem é magnífica”, “a figura da mulher impressiona” ou “o barco é o mais mo-

⁶⁰Iniciais das palavras inglesas Compact Disk Read-Only Memory (disco compacto com memória apenas para leitura). O CD-RW é o disco compacto para leitura e escrita (Write). DVD são as iniciais, em inglês, de disco de vídeo digital (Digital Video Disc); na verdade, uma geração posterior de discos compactos, com capacidade de armazenamento de dados muito maior.

dero já construído”, a exposição pressupõe uma demonstração ou evolução que remete a ações, não apenas a estados.

A dissertação, por princípio, desenvolve um tema segundo uma linha de raciocínio, encerrando-se por si mesma; formalmente, é uma estrutura de inferências que, a partir de uma hipótese, demonstra uma tese. No texto expositivo, porém, podem surgir vários temas interligados e que, por definição, não esgotam o assunto; mais do que isso, são unidades de um diálogo que se pode continuar no tempo.

Coesão, coerência, mentira

Ao lado da estrutura que subordina no texto expositivo, do mais concreto ou mais verificável ao mais abstrato – do fato à versão –, alguns mecanismos permitem a quem ouve ou lê tecer uma rede invisível entre os conceitos:

Laços entre o antes e o depois

Chama-se de *anáfora* o item (pronome, nome, advérbio, pronome subentendido pela desinência verbal) que se reporta a um ente ou conceito expresso antes no enunciado.⁶¹ Por exemplo:⁶²

Vale um parêntese para elucidação de algumas citações que podem não estar acessíveis a todos quantos se envolvem em nosso estudo coletivo. [As citações mencionadas] são as referências a *Maremoto* e *Crepúsculo Napolitano*. A primeira peça [*Maremoto*] é citada como exemplo daquilo que convencionamos chamar de Rádio-Catástrofe, talvez um batismo [rádio-catástrofe] muito forte, mas um parâmetro [a denominação rádio-catástrofe] com o que cinema fez, décadas depois, com um gênero [cinematográfico] tipo *Tubarão*, *Inferno na Torre* e assemelhados... Teriam sido essas peças [*Maremoto* e *Crepúsculo Napolitano*] os “efeitos especiais” do rádio. (MARANHÃO FILHO, 1998:158)

.....

Chama-se de *catáfora* o item (nas mesmas categorias gramaticais) que antecipa ou se reporta a um ente ou a um conceito a ser expresso no enunciado.

⁶¹Tecnicamente, “*de dicto*” (em latim, “sobre o [que foi] dito”).

⁶²Evidentemente, o que está entre chaves tem valor demonstrativo e não consta do texto original.

Por exemplo:

“(...) Isso impõe a necessidade de *políticas públicas* e democráticas para a implantação de novas mídias e para o acesso a elas, além da fiscalização das existentes; Vicente Romano lembra que a democratização da comunicação [= *uma política pública*] é essencial para que a informação se realize, isto é, cumpra o papel de orientar as pessoas no labirinto dos processos e fenômenos sociais. Do meu ponto de vista, é imprescindível que as palavras e os discursos digam respeito à universalidade e ao compromisso recíproco [*outra política pública*], com noção de responsabilidade e com o cumprimento dos preceitos deontológicos estabelecidos em diferentes profissões, incluindo a jornalística”. (KARAM, 2004:245)

.....

Laços entre presente e ausente

Itens léxicos⁶³ podem se reportar a valores ou atitudes sustentadas pelo receptor do texto e ser previsíveis ou não para o autor. O mesmo ocorre com dois itens léxicos contíguos ou relacionados de alguma forma. Sons, formas e conceitos podem suscitar no receptor, por analogia, sentimentos e sensações emocionais.

Um bom exemplo, em linguagem visual, é uma fotografia de capa do *The New York Times*, tirada durante a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a um cemitério de vítimas da Segunda Guerra Mundial, em maio de 2005. O repórter fotográfico escolheu um ângulo em que a figura do presidente aparece sobre o fundo de cruces brancas perfiladas sobre a relva. Nada é explícito, mas a associação permite relacionar a imagem aos mortos nas guerras imperiais desfechadas em seu governo.

Relações coesivas e coerência formal

Coerência ou, tomando o falso cognato inglês, “consistência” é a condição não contraditória do texto. Coesão é o estabelecimento de relações perceptíveis entre itens do texto, de modo a determinar ou reforçar sua consistência.

Relações coesivas ocorrem quando a interpretação de um item do discurso depende de outro, ou de outros itens, estabelecendo vínculos de *referência, substituição, elipse, conjunção e coesão léxica*.

Dentre esses conceitos, o de coerência é o mais sensível – exatamente porque nem os homens nem suas sociedades são coerentes. Escrever sobre incoerências

⁶³Palavras, locuções.

é a rotina do trabalho jornalístico. Daí se limitar a coerência ao texto, não ao mundo. Isso é possível com o uso do discurso indireto, no sentido que essa expressão tem em Bakhtin (BAKHTIN, 1986): ser coerente, muitas vezes, exige a citação da incoerência. Mas não é fácil discernir: pessoas desatentas geralmente culpam o jornal, a estação de rádio ou a emissora de televisão pelas contradições incrustadas no nível dos personagens noticiados e das fontes citadas.

Exposição de relações coesivas em um texto

No texto seguinte, ilustram-se graficamente as relações coesivas que integram um texto, vinculando negrito a negrito, grifo a grifo e, eventualmente, negrito-grifo a negrito-grifo, quando há vínculo duplo. A coesão é a característica que articula proposições e parágrafos, assegurando a unidade do discurso.

No começo, **houve a grande explosão**. O universo compacto – enorme corpo negro que condensava energia – liberou ondas e partículas, massas de gás, poeira, cometas, e se dividiu em muitas estrelas, em torno das quais girariam, penitentes, muitos mais planetas.

Isso foi antes, bem antes, do surgimento da vida.

Tais eventos definiram *vetores de espaço e tempo* que nos aprisionam. Deslocamo-nos com a lentidão das lesmas e *parece que o tempo se esvai para nós*. Mas o tempo é o registro da eternidade, seus momentos são eternos. Nosso passado está gravado em luz: talvez o que ocorre hoje aqui seja visível agora na constelação de Sírius. Lá, que pensarão de nós?

Se esses povos nos vêem, quer dizer que têm *tecnologia fantástica*. Haverá lá alguma coisa parecida com Severino, negociando com Fernando Henrique para derrubar o Lula ou vice-versa? Será que o progresso da ciência melhora o homem ou ele continua a ser pequeno, fedorento, apodrecendo em vida como zumbi?

.....

A mentira como estratégia

A mentira é, no mundo moderno, uma estratégia como outra qualquer: não resulta de engano nem é questão de crença. É um ato deliberado, que geralmente se apóia em desejo atribuído ao receptor: querer algo é o primeiro passo para se acreditar que esse algo existe.

Na preparação do golpe de Estado de 1964, por exemplo, exagerou-se, de maneira deliberada, o perigo de subversão com o objetivo de assustar empresários e, principalmente, comandos militares; buscava-se obter o financiamento, pelos primeiros, e a adesão ou inércia, pelos segundos, diante da conspiração para depor o presidente constitucional. A ilusão de realidade foi comple-

tada com a disseminação, nos segmentos da esquerda, principalmente entre os intelectuais, de informações que atendiam às suas fantasias de transição rápida para uma sociedade socialista.

Uma das leis da mentira é que ela tem o significado único de exercer influência. Em tese, populações com menor nível de instrução (portanto, com repertório lingüístico menos adaptado à realidade do mundo tecnológico) e menos experiência (jovens) são mais sensíveis à mentira, embora ela não exclua nenhum segmento etário ou cultural, desde que seja verossímil e/ou se apóie em crenças.

Tomada em sentido amplo, como supressão parcial da verdade, a mentira é rotineira e, em muitos casos, inevitável. Situação distinta é aquela em que alguém, dispondo de uma representação da realidade, transmite outra, reconhecidamente falsa ou deformada, com a pretensão de vê-la aceita, em benefício próprio ou malefício para o receptor.

Raramente a mentira é óbvia. A melhor forma de enfrentá-la é tomar ao pé da letra a determinação lógica de que, ao aceitar uma proposição, tem-se que aceitar também seus corolários e inferências.

Sobre uma proposição que se supõe mentirosa, o argumento formal de restabelecimento da verdade obedece, em geral, a um padrão: “Se P for verdade, então Q”. Por exemplo: “Se é verdade que o represamento de água para grandes usinas hidrelétricas altera os movimentos da Terra, então algum registro deve existir, comparando-se o antes e o depois das maiores represas já existentes”.

O texto narrativo

O texto narrativo origina-se do épico grego (por exemplo, o relato do périplo de Ulisses pelas ilhas do Mediterrâneo). É organizado em seqüências, que correspondem a sucessões de fatos:

- Ele pegou a xícara, provou o café frio e cuspiu.
- O carro bateu no poste, rodopiou e atropelou o cachorro.
- A mulher gritou, o marido se ofendeu e os dois se engalfinharam.

O que caracteriza cada um desses períodos (dessas *seqüências*) é a sucessão de verbos de ação: quando se reportam ao mundo real, eles estão no modo indicativo, que corresponde à série cronológica dos eventos; quando se referem a mundos possíveis, precedidos de alguns verbos proposicionais (duvidar, temer etc.), estão no modo subjuntivo. A palavra *e* (o conectivo) significa, *e depois*, em lugar de *e também*, como acontece em geral nas exposições, descrições e dissertações.

O narrador é aquele que conta a história. Pode ser um personagem (dirá, por exemplo, “peguei a xícara, provei o café frio e cuspi” ou “vi quando ela pegou

...”), mas o mais comum é que seja alguém indeterminado, onipresente, isto é, que acompanhe todos os fatos, e onisciente – isto é, que saiba de tudo que se passa no cenário da ação.⁶⁴ Nesse caso, os verbos estarão na terceira pessoa.

Ao narrar eventos no momento em que acontecem (ao vivo, no rádio ou na TV), se usará então o presente do indicativo (“a rainha desce do avião e se dirige para a guarda de honra...”). O presente é um tempo versátil: pode-se, em certas circunstâncias, narrar no presente fatos do passado (o que se chama de *presente histórico*) e é comum usar o presente pelo futuro.

O tempo presente, no seu sentido canônico, reporta-se a uma ação freqüentativa ou simultânea (no instante da narração) – portanto, não acabada (ou seja, com aspecto imperfeito). Se digo “vou ao cinema”, posso indicar que estou a caminho do cinema ou simplesmente informar que costumo ir ao cinema; não usaria essa forma se tivesse chegado ao cinema.⁶⁵

O uso do presente pelo futuro não oferece problema, desde que o tempo da ação seja indicado. Assim, o sentido das duas sentenças seguintes é praticamente o mesmo:

- Nos próximos anos, a Transamazônica será prolongada até o Pacífico.
- Nos próximos anos, a Transamazônica se prolonga até o Pacífico.

Já o presente histórico, o presente pelo passado, é de uso mais sensível. Para se passar do pretérito para o tempo presente é preciso indicar mudança de cenário ou enfoque expressivo do texto. O segmento no presente também não deve ser estendido de forma excessiva: o presente histórico carrega uma conotação de realce, como se transportasse o receptor da mensagem ao tempo dos fatos narrados.

Eis um exemplo:

Na redação e nas oficinas, “o Sombra” *fazia* circular, anônimo, o boletim datilografado “Você sabia?”. Recheado de denúncias de corrupção, roubo e desmandos administrativos, *fazia* carga em cima de Vomar Pimenta. Volmar era o executor da política de austeridade implantada desde setembro de 1965 por José Velasco Portinho, egresso do *Correio da Manhã*, no qual por muitos anos foi diretor-superintendente. (...) Setembro de 1965 *marca* a primeira mudança da revista no topo do expediente (...)⁶⁶

⁶⁴A onipresença e onisciência, embora esta formulação seja clássica, são um truísmo no texto jornalístico. O jornalista conta o que sabe e provavelmente não sabe o que não conta. Ele está presente, direta ou indiretamente, nos cenários e instantes do relato, que podem não ser, de fato, o todo de um evento.

⁶⁵Neste caso, com a ação “ir ao cinema” acabada, sou forçado a usar o passado perfeito: “vim ao cinema”.

⁶⁶CARVALHO (1999:507).

A série de núcleos verbais com verbos de ação, um remetendo ao outro, dispostos linearmente conforme a ordem dos eventos, constitui o esqueleto da seqüência narrativa. Ela admite, no entanto, dois outros níveis de informação:

(a) o nível dos *actantes* – chamam-se de actantes os elementos, personagens, objetos ou ambientes que atuam na história. Por exemplo: a porta que range; o telefone rosa que indica excentricidade (ou, dependendo da situação, sinaliza feminilidade, infantilidade ou homossexualismo); a descrição da sala que define, ora a época, ora os padrões de gosto vigentes e o padrão de vida dos personagens etc. Informações sobre os actantes compõem um segundo nível na seqüência, geralmente marcado por verbos de ligação (*ser, estar*) ou, na situação comum da narrativa de fatos passados, por verbos no pretérito imperfeito do indicativo. No primeiro exemplo a seguir, as informações sobre actantes permitem situar a história no espaço, no tempo e ainda informam sobre o tipo de vida do personagem. Em ambos os exemplos, o segundo nível dos actantes é destacado entre chaves e em itálico. O segundo exemplo é de Gabriel García Márquez.⁶⁷

- Marcos chegou no apartamento, fim da tarde. [*Estava transtornado, com o colarinho da camisa aberto e o nó da gravata desfeito*]. Empurrou a porta [*de fórmica fosca, sempre suave nas dobradiças de aço*], correu para o banheiro [*sujando com o pó da calçada o tapete artesanal de dois mil dólares, o maior investimento em arte de sua vida*]. Os espelhos [*que forravam teto e parede do flat*] refletiam seu vulto curvado sobre o vaso. Vomitou.
- Guido Parra [*se enrolava em explicações vagas e pretextos pueris; negava-se a atender o telefone;*] desapareceu. Villamizar deu-lhe uma chamada dura. Parra se estendeu [*em preâmbulos*]. Disse que as coisas tinham se complicado [*pelo incremento do massacre que a polícia estava fazendo nas comunidades de Medellín. Alegava que enquanto o governo não desse fim àqueles métodos selvagens era muito difícil libertar alguém*]. Villamar não o deixou terminar.

(b) o nível das *funções* – Chamam-se de funções partes do discurso que se reportam não à seqüência em si, ou aos actantes, mas a fatos externos, quer o texto seja considerado por inteiro, quer se refira a alguma circuns-

⁶⁷GARCÍA MÁRQUEZ (1996:192-193).

tância do mundo. Compreende, por exemplo, *pistas* de uma história policial, colocadas ao longo da história e que irão ganhar sentido no clímax, que é o desvendamento do enigma. As funções se dividem em: *funções de reconhecimento*, que se obtêm inserindo informações que o leitor provavelmente será capaz de identificar, ou com as quais se identificará (referências a lugares turísticos, filmes, músicas, pontos de vista associados a épocas ou tipos humanos); *funções de real* (número da sepultura no cemitério, manchete do jornal do dia, circunstâncias que sugerem que o fato aconteceu de verdade); *sugestões metafóricas* ou *citações*, em que se compara a história (ou um elemento dela) com outra já conhecida; *funções de metalinguagem*, em que o narrador se intromete na história para fazer comentários sobre o texto, o estilo, ou convidar o leitor a tomar partido; *funções de continuidade*, em que se sugere o prosseguimento da trama em outro espaço; *funções de descobrimento*, em que se introduzem signos que apontam para um incidente, na expectativa de que sejam descobertos pelo leitor.

Seqüências podem ser adicionadas umas às outras. Nesses cortes, pode haver contigüidade no tempo ou não: avança-se no *flash forward* e recua-se nos *flash back*. Pode-se mudar o ambiente ou manter o mesmo. É possível introduzir novos personagens e novos enfoques.

Grupos de seqüências formam episódios narrativos. No texto clássico, antes do final do século XVIII (quando o romance sentimental preparou o terreno para o texto narrativo romântico), esses episódios eram isolados. Em um texto como a *Odisseia*, nos relatos da vida de Cristo ou em centenas de outros documentos, há lapsos de tempo inexplicados entre um grupo de eventos (um episódio) e outro. No romance romântico e pós-romântico, há forte tendência de desaparecerem esses lapsos, como se o tempo da narrativa fosse homólogo ou proporcional ao tempo da realidade.

O romance romântico – e o chamado romance realista, romance psicológico etc., que são estruturalmente semelhantes – é geralmente uma narrativa extensa que varia do sentimental ao heróico. No realismo, o nível dos actantes se amplia com descrições, referências sociológicas ou científicas; no romance psicológico, a ação explica-se pelas motivações subjetivas dos personagens. Na ficção moderna, é comum inserir referências a fatos e pessoas reais; na ficção científica, a compreensão é possível porque o que é imaginado altera alguns parâmetros da realidade, preservando outros.

Evidentemente há obras que fogem a esse modelo. No entanto, a grande maioria dos romances que alcançaram o sucesso popular, no século XIX e,

depois, no século XX (agora ocupando espaço no cinema e na televisão), contém temática associada a gêneros definidos: melodrama, drama social, drama intimista, drama de ação, drama histórico, comédia dramática, drama épico etc.

Seqüências podem ser inseridas em textos estruturalmente expositivos. Nesse caso, elas são precedidas de um tópico frasal, do qual funcionam como documentação. No exemplo mais próximo anterior, tirado de um texto de Gabriel García Márquez, a seqüência “Guido Parra se enrolava...” é precedida de um desses tópicos: “No entanto, os dias passavam e não se viam indícios de libertação”.

Eis um exemplo de período tópico (em itálico) precedendo documentação em seqüência narrativa:⁶⁸

A morte, para ele, foi um alívio. Durante dias contorceu-se com dores terríveis, a barriga inchando, sem conseguir urinar. O quadro era tão doloroso que Prestes chegou até a mudar o curso da Coluna na esperança de encontrar um povoado com médico ou farmácia para salvá-lo. Gumercindo gritava dia e noite, sem parar, numa alucinante agonia, só interrompida pela morte. Uma simples sonda, introduzida na uretra, seria capaz de livrá-lo de todo aquele martírio: mas onde encontrar esse tipo de material numa região pobre e abandonada como o interior da Bahia?

.....

Propõe-se então uma pergunta interessante:

– Por que os textos noticiosos e a maioria das reportagens não se constroem em forma narrativa?

A resposta, em primeiro lugar, é a falta de volume adequado de informação para que se possam construir narrativas densas e verdadeiras: o noticiário é editado com base em relatos fragmentados. A cobertura diária de um evento – digamos, uma guerra – combina dados parciais de diferentes fontes. Mesmo em um evento mais simples – “A matou B” –, levará algum tempo, na melhor das hipóteses, para saber o que um disse ao outro, em que discordavam, quais as circunstâncias, presentes ou passadas, que os tornam pessoas dramáticas (*dramatis personae*).

O segundo aspecto a considerar é o tempo. Escrever um capítulo de novela da televisão em poucas horas é difícil; fazer o mesmo sem inventar o mínimo detalhe, conferindo os dados um por um, é praticamente impossível.

As boas narrativas jornalísticas são produzidas após longo tempo de maturação, com base em processos judiciais, confronto dos depoimentos de testemu-

⁶⁸MEIRELLES (1995:562).

nhas e participantes, consulta a bibliotecas e arquivos pessoais. Para escrever *Os Sertões*, Euclides da Cunha acompanhou a guerra de Canudos como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*, viajou por todo o Nordeste e redigiu o texto durante os dois anos em que, sendo engenheiro, dirigia uma obra no interior paulista.

Hoje, computadores e equipes treinadas de pesquisa permitem recompor biografias e trechos da História com rigor documental e variável talento literário. Mas, ainda assim, gastam-se tempo e dinheiro na produção da obra e, eventualmente, é preciso que os anos passem antes de se poder abordar com um mínimo de isenção temas apaixonantes.

O obstáculo final é que várias testemunhas relatam a mesma realidade com discursos contraditórios. Eis sentenças selecionadas de depoimentos prestados à *Memória Globo*⁶⁹ sobre a edição no Jornal Nacional do debate entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva no dia 15 de dezembro, véspera do turno final da eleição presidencial de 1989:

- **Armando Nogueira** (então diretor da Central Globo de Jornalismo – CGJ, de onde seria afastado em abril do ano seguinte):

“Eu tinha um diretor chamado Alberico de Sousa Cruz que, à minha revelia, juntamente com um editor chamado Ronald de Carvalho, deformou a edição que nós tínhamos exibido no Jornal Hoje, versão inclusive aprovada pelo João Roberto Marinho.”

- **Alberico de Sousa Cruz** (então diretor de telejornais da rede e que, em abril do ano seguinte, substituiria Armando Nogueira na direção da CGJ):

“Ronald me ligou e disse o seguinte: ‘Alberico, eu recebi instruções da Alice Maria, transmitindo algumas determinações do João Roberto Marinho e do dr. Roberto. (...) A família está achando que a edição do Hoje foi manipulada a favor do Lula.’”

- **Alice Maria** (então diretora executiva do CGJ, cargo do qual seria afastada em abril do ano seguinte):

“Eu estava na sala do Armando quando o Jornal Nacional foi ao ar. Ao ver a edição do debate, levei um susto. A matéria do JN não tinha nada a ver com a do Hoje. O Alberico ignorara a orientação que recebera.”

- **Ronald de Carvalho** (então editor de política e que, em abril do ano seguinte, substituiria Alice Maria direção executiva do CGJ):

“O Jornal Hoje ainda estava no ar e já tinha passado o compacto quando eu recebo um telefonema da Alice Maria. Ela disse: ‘Olha Ronald, re-

⁶⁹MEMÓRIA GLOBO (2004:215-221).

faz o compacto do debate. Eu não quero no Jornal Nacional o mesmo debate do jornal Hoje. Faz uma outra edição. Perguntei: mas por que, Alice Maria? E ela (...): ‘Eu achei que o debate está pasteurizado, está muito igual, e na verdade o debate não foi assim’.

- **Wianey Pinheiro** (então editor regional de São Paulo):

“A informação já tinha chegado na redação e alguns amigos já sabiam que tinham estado lá o Alberico de Sousa Cruz e o Ronald de Carvalho, e deram algumas orientações. Aí eu me descontrolei. (...) Um fenômeno que talvez algum dia se saiba é o que aconteceu (...) para ter essa mudança e, por orientação direta do Alberico, se cometer aquela violência.”

- **Octavio Tostes** (então editor de texto do JN):

“Quando eu estava assistindo ao VT, na ilha 10, o Ronald de Carvalho entrou e disse textualmente: ‘É para fazer uma edição com o pior do Lula e o melhor do Collor. Põe aquele negócio de sub-raça (um deslize de Lula)’ (...) O Ronald deu as orientações citadas e o Alberico mais duas. (...) Foi uma edição manipulada.”

- **Francisco Tambasco** (então editor de imagens do JN):

“Eu fiquei surpreso quando li uma matéria há pouco tempo em que o Ronald assumiu toda a edição do debate. E não foi isso. É mentira. Ao contrário, na época ele negou totalmente a responsabilidade.”

Por aí se vê quanto é difícil estabelecer a verdade quando estão em jogo dinheiro e poder – isto é, nos ambientes pelos quais transita o jornalismo. Na verdade, isso só é possível, quase sempre, quando se parte de juízos de valor assentados.

A globalização do estilo



Vivemos uma considerável transformação do sujeito cognitivo, da ciência objetiva e da cultura coletiva. É essa transformação que me faz lastimar, de verdade, não ter mais dezoito anos!

Michel Serres (Serres, 2004:10)

A reforma do texto nos jornais brasileiros começou na década de 1950 num pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, de forte tradição política e orientação conservadora. Lá, dois professores do curso pioneiro de jornalismo que funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da, então, Universidade do Brasil – Danton Jobim, o catedrático, e Pompeu de Souza, seu assistente – arregimentaram jovens, vindos vários deles de diferentes cursos universitários, para introduzir no Brasil as técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos, e que já se haviam generalizado nos países desenvolvidos.

A aspiração de modernidade adequava-se ao espírito desenvolvimentista da década e correspondia à influência do estilo das agências de notícias internacionais (France Press, United Press, Associated Press, principalmente), cujos telegramas traduzidos os jornais transcreviam. Com a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, a Guerra Fria, esses telegramas ocupavam espaços privilegiados, em conflito estilístico claro com as matérias locais. Por outro lado, as técnicas modernas de redação eram conhecidas de jornalistas com experiência no exterior, como Joel Silveira e Rubem Braga, correspondentes de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, na Itália, ou o próprio Pompeu de Souza, que

trabalhou como redator de um noticiário da Columbia Broadcasting System (CBS) dirigido ao Brasil, entre 1941 e 1943.

Um terceiro grupo lia jornais estrangeiros, que chegavam ao Brasil caros e atrasados, ou lidava profissionalmente com o noticiário das agências, como foi o caso de Carlos Castello Branco, que, antes de ser chefe de redação do *Diário Carioca*, editava o noticiário internacional do *Diário de Minas*. Os primeiros livros sobre técnica de redação em jornalismo traduzidos no Brasil foram *An Introduction to Journalism*, de Fraser Bond, (tradução de Cícero Sandroni), em 1959, e *The Professional Journalist*, de John Hohenberg (tradução de Ruy Jungmann), em 1962.

Foram características da reforma do *Diário Carioca*:

1. A adaptação do *lead* – primeiro parágrafo da matéria impressa, no qual consta o fato principal ou mais importante de uma série, tomado por seu aspecto fundamental – à língua portuguesa evitando, por exemplo, o estilo *uma proposição por período*, que predominava em jornais americanos da década de 1950. Para isso, foram incorporados outros modelos, principalmente dos jornais ingleses.
2. A adoção progressiva de critérios propostos pelos modernistas de 1922, para aproximar a escrita da fala corrente brasileira. Nessa linha, as pessoas deixaram de morar *à Rua X* para morar *na Rua X*. Os tratamentos tornaram-se menos cerimoniais; passou-se, aos poucos, a escrever o nome das pessoas sem a precedência de um título – *senhor, senhora, doutor, excelência, dona* e, para os desqualificados, o estranho *indivíduo* – literalmente, “o que não pode ser dividido”. Os redatores do *Diário* eram leitores constantes de autores contemporâneos, particularmente de Graciliano Ramos, cujo estilo enxuto era citado como modelo.
3. Certo humor e ironia, que ia do grosseiro (“o Brasil introduzirá brevemente sua banana no Canadá, segundo anunciou o Ministério da Agricultura”) ao poético: na edição do jornal em um dia tenso, marcado pelo temor de uma guerra nuclear a partir do conflito da Coreia e por um grande desastre de trem no Rio de Janeiro, a manchete, numa linha no alto da primeira página foi: “Nasce uma flor no Pólo Sul”; o fato ocorrera em uma base científica na Antártida e estava em telegrama da France Press).

É interessante comparar os *style books* – manuais de redação – do *Diário* e dos jornais atuais. O manual escrito em 1950 por Pompeu de Souza é um documento sintético, até porque foi produzido por quem iria gerir sua aplicação. Contém, porém, algumas concessões ao espírito da época: não se admitia chamar

uma mulher casada pelo nome; era necessário precedê-lo por *d* (“dona”). Da mesma forma, o pronome para o papa não era *ele*, mas *Sua Santidade*, e temia-se que fosse impossível suprimir inteiramente o *Exa* do nome de alguns figurões.

Esses preceitos tiveram de ser modificados ao longo do tempo à medida que as experiências ou (falsos) esquecimentos esbarravam ou não em reações negativas – das madamas, da hierarquia da Igreja, daqueles a quem se negava a excelência. Alguns resistem, em alguns lugares, como os *smokings* ou as gravatas enebadas que se penduram no pescoço dos presos levados à presença de juízes em audiências.

Já os manuais de redação atuais costumam ser detalhistas e abrangentes. Misturam discursos sobre o que o dono do jornal pensa do mundo (na Rede Brasil Sul – RBS, instruções internas informam aos jornalistas que o jornal apóia decididamente a privatização e a globalização) – e nisso se parecem com o manual da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda que, na década de 1950, imitando o *Diário Carioca*, lançou também seu *style book* com critérios editoriais genéricos, manifestações de princípios e argumentos de marketing institucional.

Um reformista anônimo

Pompeu de Sousa, personagem esfuizante, sempre se apresentou, e é tido universalmente, como introdutor da técnica moderna no texto noticioso dos jornais diários.

Há, no entanto, um antecedente curioso. Em entrevista concedida em 1983 aos jornalistas Tales Faria e Sérgio Rodrigues,⁷⁰ Pompeu confessou que, apesar de sua experiência nos Estados Unidos, só compreendeu o estilo jornalístico moderno em 1949, quando lecionava, como assistente de Danton Jobim, na Universidade do Brasil. Sobra, assim, para Danton, homem de perfil discreto,⁷¹ a provável autoria de uma série de colunas publicadas no *Diário Carioca* em agosto de 1945, expondo, em linhas gerais, o modelo de texto jornalístico que se espalhava por todo o mundo.

As colunas assinadas por Joaquim Manoel – certamente, um pseudônimo – saíram no canto direito da página dois do *Diário Carioca* nos dias 4, 7, 8, 9, 10 e 11 de agosto de 1945. Com o título geral “Cartas a um foca”, traziam uma nota explicativa sempre repetida (“Num país em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para

⁷⁰FARIA, LAGE, RODRIGUES (2004:132-144)

⁷¹É dele esse trecho: “Por menos que acreditem, ninguém é mais discreto do que um jornalista (...) Examinassem um só dia o conteúdo da cesta de papéis de um secretário de redação (...) e encontrariam matéria suficiente para redigir um novo número de jornal impublicável, com verdades que não se dizem ou não se devem dizer” (CARVALHO, 1999:349)

discutir todos os dias os assuntos de jornalismo”). Sucessivamente, os títulos foram “O primeiro parágrafo”, “Elementos da notícia”, “A arte de opinar”, “Ser exato e poupado (?)”, “Primeiro a concisão” e “O que é notícia?”.

O autor cita, dia 4, o livro *City Editor*, de Stanley Walker (a edição mais recente data de 1999) e defende que a notícia comece pela informação:

“O primeiro parágrafo, em certos casos também o segundo, deve satisfazer a curiosidade do leitor e estimulá-lo a prosseguir na leitura. Isso se obtém respondendo clara e diretamente a seis perguntas latentes e fundamentais. Em inglês, são cinco W e um H: who?, what?, when?, where? e, freqüentemente, why? – ou, em certos casos, how? Em português, são pelo menos três Q: quem?, quê?, quando? e onde? e, freqüentemente, por quê? ou, em certos casos, como?”

No dia 7, ele analisa esses elementos da notícia, um por um, e conclui:

“Quanto a distinguir esses elementos numa notícia, separá-los, pesar o valor de cada um e lhes dar uma ordem de proeminência decrescente, meu caro, isto é – como o amor naquela ilha dos Lusíadas – ‘mais fácil experimentá-lo que julgá-lo, mas julgue quem não pode experimentá-lo’.”

O terceiro texto, do dia 8, trata do texto opinativo, condena as citações pre-sunçosas e as conclusões descabidas:

“Uma informação é pura e simplesmente uma informação. De certo será impossível e mesmo inviável chegar um jornal à perfeição de dar informações rigorosamente imparciais. (...) Mas sejam ou não ‘imparciais’, elas devem ser objetivas. Não fantasiar, não fazer literatura, porque então você cometerá dois erros: não trabalhará como bom jornalista e fará uma péssima literatura.”

A coluna do dia 9 denuncia o uso de expressões vagas (“vários”, “muitos”, “pequena multidão”) e condena os chavões comuns na imprensa da época:

“O barão de Itararé, nos grandes tempos da *Manha*, inutilizou com seu riso a expressão ‘nosso querido diretor’, ridículo inominável que afetava a imprensa da época. Pois bem: até hoje muita gente não percebeu isso e continua a escrever ‘o nosso querido diretor’, como você escreve ‘ilustre progenitora’ em vez de ‘mãe’, ‘pequena multidão’ e ‘impressionante desastre’ para dizer que a mãe de um funcionário classe J escorregou na escada e juntou gente para ajudá-la a levantar-se.”

A denúncia enfática do “nariz de cera” está na coluna do dia 10. Cita:

“Aumentam dia a dia os desastres na Central, dolorosamente des governada pelo major Napoleão, que é um quememista ardoroso. Ainda ontem, o cargueiro P-17 ...”

E a pergunta:

A notícia, onde está?

A última coluna da série baseia-se numa estratégia didática de George Bastian (*Editing the day's news*, primeira edição de 1923, livro atualizado em 1943 por Leland Davidson e reeditado pela última vez em 1956), que dava nota zero e um ao que não era e ao que era notícia. Mostra exemplos e completa:

“Mas de repente (você) há de verificar que uma vida inteiramente comum de uma família pode ser notícia – se você transformá-la numa reportagem sobre as desventuras da vida de uma família comum. (...) Mas não se meta, por enquanto. Senão, em vez de jornalismo, você estará enriquecendo apenas a fauna dos literatos fracassados.”

Em depoimentos a Luiz Malouf Carvalho (CARVALHO, 1999:351-356), jornalistas que se formaram no *Diário Carioca* (Jânio de Freitas, Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira, Gilson Campos) destacaram a figura de Luís Paulistano, que morreu, na década de 1960, na queda do helicóptero em que viajava com o governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, de quem era assessor. Mas havia outras figuras notáveis no *Diário*: Carlos Castello Branco; Mário Ribeiro, padrão do repórter sindical, categoria que deixou de existir (com as mudanças políticas, sindicatos passaram ao âmbito de editoria econômica); Nilson Viana; José Ramos Tinhorão etc.

A imprensa brasileira antes disso

A imprensa no Brasil começou oficialmente em 1808, quando a família real portuguesa, expulsa da Europa pela ofensiva napoleônica, fez imprimir a *Gazeta do Rio de Janeiro*,⁷² órgão oficial que exaltava a aristocracia.

Os historiadores apontam, como primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres a partir de junho de 1808, por Hipólito José da

⁷²O primeiro número circulou em 10 de setembro de 1808, com 27 páginas, publicando nomeações de autoridades militares para toda a colônia. Era dirigido por Tibúrcio Jorge da Costa e circulava duas vezes por semana.

Costa Pereira Furtado de Mendonça, gaúcho, maçom e fugitivo da Inquisição portuguesa. Eram edições caras, livros de cerca de cem páginas e capa dura, patrocinados pelo Duque de Sussex, defendiam o liberalismo e a abertura do Brasil ao comércio internacional – algo progressista mas que, certamente, convinha aos ingleses, oficialmente aliados à corte de Portugal.

Nos anos seguintes, no primeiro império e na regência, a imprensa foi caracterizada pelos veículos temporários e pela intensa polêmica, envolvendo ofensas pessoais e interesses de toda ordem.

Eis alguns parágrafos que mostram como eram redigidas as notícias da época – no caso, a da abdicação de D. Pedro I e a apresentação do novo imperador, D. Pedro II, menino em nome de quem governariam os regentes:⁷³

Do *Jornal do Comércio*⁷⁴ – digamos, “neutro” –, de 8 de abril de 1831:

“Em conseqüência da abdicação de S. M. D. Pedro I, em seu Augusto Filho, o Sr. D. Pedro II, havendo uma urgência de se nomear uma regência para o governo do Estado, os Augustos Srs, Representantes da Nação, Senadores e Deputados reunidos no número que foi possível em Assembléia Geral na Câmara dos Senadores, convieram em nomear uma Regência Provisória para governar até a nomeação da Regência definitiva (...).”

O mesmo fato, na visão da *Aurora Fluminense*,⁷⁵ de Evaristo da Veiga:

“Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil. (...) A Constituição seja o nosso norte. Com ela, tudo venceremos: prudência, concidadãos, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes.”

E na de *O Republico*,⁷⁶ de Borges da Fonseca:

“Depois de tantos sofrimentos teve que ceder o ingrato à vontade nacional. Éia, nós estaremos no Campo de Marte e aí findaremos a nossa regeneração, que não deve ser manchada por excesso algum. O perjuro abdicou – que se vá em paz gozar dos frutos de sua traição.”

⁷³Citações extraídas de CHAGAS, 2002:83-85.

⁷⁴Fundado por Pierre Plancher, para competir com o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1º de outubro de 1827, era dirigido, então, por Emil Seignot.

⁷⁵Começou a circular em 21 de dezembro de 1827. Pouco depois, Evaristo da Veiga passou a ser o redator principal e, por fim, o único. Os historiadores o situam na direita liberal.

⁷⁶Circulou a partir de 2 de outubro de 1830. Seu liberalismo era radical.

A aparente aliança entre liberais (Evaristo, à direita; Borges à esquerda) logo se desfaria, como se vê pelo tom entusiasmado da reportagem do jornal de Evaristo da Veiga, no dia 10 de abril, noticiando o te-déum na Capela do Imperador:

“Ao aparecer o menino (d. Pedro II, então com cinco anos), que vinha em um coche puxado pelo povo, rompeu imensidade de vivas à nação, à Constituição, ao Sr. d. Pedro II, ao Imperador brasileiro.

O pequeno imperador correspondia aos vivas acenando com o lenço. Os olhos se arrasavam de água, a tropa e a população simpatizando se mostravam irmãos e despidos da menor lembrança de rancor ainda contra aqueles que nos ofenderam. Uma circunstância se fez muito digna de nota. Após os juízes de Paz, que iam a cavalo com as bandeiras verdes desenroladas, vinham mais de 500 cidadãos, todos bem vestidos e com os braços entrelaçados, como um sinal de mais estreita união.”
.....

O clima de agitação prolongou-se até depois de proclamada a maioria de D. Pedro II. Eram anos tensos, em que a manutenção da unidade nacional foi conseguida à custa de muito sangue. Sobreveio a guerra do Paraguai, estimulada por interesses ingleses e que o *Jornal do Commercio* cobria com cartas enviadas por militares cujos nomes não eram mencionados.

Passada a guerra, consolidaram-se jornais com grande margem de manobra (na corte, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O País* etc.), – abolicionistas, liberais, conservadores e republicanos. Os redatores eram homens de cultura, do porte de um Machado de Assis, um José do Patrocínio, um Raul Pompéia. Eça de Queiroz cobriu para a *Gazeta de Notícias* (em que Machado fazia, com sutileza notável, a crônica do Senado) a viagem de D. Pedro II a Portugal. O relato da visita do imperador a Alexandre Herculano é uma peça extraordinária de fino humor.

O mecenato, patrocinado por D. Pedro, permitia aos veículos refletir uma realidade em que o partido emergente seria cada vez mais o Exército. Retornado do Prata com seus efetivos de negros libertos e a oficialidade em grande parte oriunda das classes médias urbanas, ele se armava com o discurso positivista articulado na Escola Militar do Realengo.⁷⁷

A imprensa empenhou-se na campanha abolicionista. Entre os intelectuais militantes, havia muitos negros e mulatos – Castro Alves,⁷⁸ André Rebouças,⁷⁹

⁷⁷O positivismo de Augusto Comte, do início do século XIX. Não o positivismo lógico que, na época, ganhava forma na Inglaterra.

⁷⁸Poeta, autor de “Navio negreiro”.

⁷⁹Engenheiro, botânico defensor da reforma agrária.

Luís Gama⁸⁰ e José do Patrocínio, que beijou os pés da Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888 –, dando conta do quanto era estranha a escravidão neste país mestiço. Do ponto de vista da mobilização popular, valiam mais os desenhos de Ângelo Agostini,⁸¹ na *Revista Ilustrada*, do que os textos da imprensa. Eram ainda poucas as pessoas do povo que sabiam ler.

As mazelas da República

Os padrões éticos do jornalismo pioraram gradativamente com a República, que se iniciou com uma reportagem antológica de Raul Pompéia, relatando a expulsão da família real, nos dias seguintes ao golpe republicano.

Desde os primeiros movimentos do novo regime, com a ilusão capitalista do “encilhamento”, ficou claro que, em lugar do mecenato tolerante de um imperador com pretensões intelectuais, o que teria peso era a exploração do trabalho mais barato possível e a realização de lucros, mesmo à custa de negócios eticamente injustificáveis. Semi-analfabetos apuravam as notícias e corretores de anúncios com muitos clientes sentavam-se nos lugares antes ocupados por escritores brilhantes. Poucos jornalistas que não fizessem da profissão escada para a vida política conseguiam, nesse contexto, manter a dignidade.

No romance em que registra esse declínio,⁸² Lima Barreto dá conta de um aspecto estritamente técnico do processo:

“Chama-se ‘cabeça’,⁸³ nos jornais, às considerações que precedem uma notícia. Feita com a moral de Simão de Nântua e a leitura de folhetins policiais, a ‘cabeça’ é a pedra de toque da inteligência dos pequenos repórteres e dos redatores anônimos.

Para dar um exemplo, vou reproduzir aqui trechos de uma ‘cabeça’.

Tratava-se de uma briga entre amantes e o repórter, após intitular a notícia – ‘o eterno ciúme’ – começou a filosofar, com muita lógica e inédita filosofia:

‘O ciúme, esse sentimento daninho que embrutece a imaginação humana e a arrasta à concepção de crimes, cada qual mais trágico e horripilante, não cessa de produzir seus efeitos maléficos.’

(...)

São assim, com poucas variantes, as ‘cabeças’.” (BARRETO, 1961:206).

⁸⁰Poeta e jornalista.

⁸¹Desenhista e caricaturista, nascido na Itália.

⁸²*Recordações do Escrivoão Isaías Caminha*, primeira edição em 1909.

⁸³Lima Barreto refere-se ao “nariz-de-cera”, coisa típica dos semi-alfabetizados que proliferavam nas redações e queriam “escrever como Rui Barbosa”.

Alguns repórteres eram retratados, nos próprios jornais, como aventureiros ou heróis. Quando um deles foi a bordo dos dois maiores navios sublevados a Armada, na revolta da chibata, em 1910,⁸⁴ o *Jornal do Commercio*, introduziu assim uma longa matéria:

O nosso colega, Sr. Júlio de Medeiros, conseguiu ontem à tarde ir no bote ao *São Paulo* e ao *Minas Gerais*. Damos a seguir a narrativa que ele nos faz dessa afoita visita: Cais dos Mineiros. Três horas da tarde. São raros, ali, os curiosos. Dificilmente se avistam desse ponto os navios da esquadra revolucionária...

.....

E o texto se alonga por colunas e colunas, nos quais o leitor deverá pinçar algo de interessante. A estrutura é narrativa, como se o repórter estivesse escrevendo um folhetim, sendo ele próprio o protagonista.

Os jornalistas mais prestigiados da época – João do Rio (Paulo Barreto),⁸⁵ Coelho Neto e Humberto de Campos – assumiam postura elitista e redigiam em linguagem empolada, cheia de adjetivos e palavras em desuso. Como neste trecho de uma crônica sobre o carnaval carioca, por João do Rio, em que a festa popular resume-se à expressão final “o baixo instinto da promiscuidade”:

“Era em plena rua do Ouvidor. Não se podia andar. A multidão apertava-se, sufocada. Havia sujeitos congestionados, forçando a passagem com os cotovelos, mulheres afogueadas, crianças a gritar, tipos que berravam pilhérias. A pletera da alegria punha desvarios em todas as faces. Era provável que do largo de São Francisco à rua Direita dançassem vinte cordões e quarenta grupos, rufassem duzentos tambores, zabumbassem cem bombos, gritassem cinqüenta mil pessoas. A rua convulsionava-se como se fosse fender, rebentar de luxúria e de barulho. A atmosfera pesava como chumbo. No alto, arcos de gás besuntavam de uma luz de açafão as fachadas dos prédios. Nos estabelecimentos comerciais, nas redações dos jornais, as lâmpadas elétricas despejavam sobre a multidão uma luz ácida e galvânica, que enlivedescia e parecia convulsionar os movimentos da turba, sob o panejamento multicolor das bandeiras que adejavam sob o esfarelar constante dos *confetti*, que, como um irisamento do ar, caíam, voavam, rodopiavam. Essa iluminação violenta era ainda aquecida pelos braços de luz *auer*, pelas vermelhidões de incêndio e as súbitas explosões azuis e verdes dos fogos de Bengala; era como que arrepiada pela corrida

⁸⁴Levante da Armada sob o comando do cabo José Anselmo.

⁸⁵Pseudônimo (entre outros) de Paulo Barreto.

diabólica e incessante dos archotes e das pequenas lâmpadas portáteis. Serpentinhas riscavam o ar; homens passavam empapados d'água, cheios de *confetti*; mulheres de chapéu de papel curvavam as nuças à etila dos lança-perfumes; frases rugiam cabeludas, entre gargalhadas, risos, berros, uivos, guinchos. Um cheiro estranho, misto de perfume barato, *fartum*, poeira, álcool, aquecia ainda mais o baixo instinto de promiscuidade.”

.....

Vaidade, pompa e circunstância vestem estas linhas de Humberto de Campos:

“Por especial deferência do sr. ministro das Relações Exteriores, foi-me permitido, anteontem, nos “Diários”, tomar parte, como diplomata, nas homenagens prestadas pela intelectualidade brasileira a Sua Majestade o rei da Bélgica. Relegado para as filas destinadas aos jovens funcionários do Itamarati, não foi sem custo que consegui aproximar-me do local distribuído aos homens de ciências e de letras, cujos paramentos, tirados às sete cores do arco-íris, davam à solenidade um tom de magnificência, de luxo, de riqueza, verdadeiramente excepcional. Ao lado dos fardões acadêmicos, faiscantes de ouro, berravam o vermelho dos capelos, o verde das murças, o negro das becas, assinalando, no tumulto das cores, os catedráticos das faculdades de Medicina e de Direito, os membros do Instituto Histórico, os doutores da Ordem dos Advogados. E como se não bastasse o aspecto magnífico das vestimentas, cintilavam por toda a parte as medalhas, os crachás, as condecorações de todos os países do mundo, como se tivesse caído sobre aquela assembléia de sábios uma luminosa chuva de pedrarias.”

.....

Um terceiro grupo de escritores e jornalistas, do qual participaram Lima Barreto, no Rio de Janeiro, e Monteiro Lobato, em São Paulo, preferiu escrever com simplicidade. Essa obra sobreviveu ao movimento modernista e está viva até hoje.

De submissos a arrogantes

A Revolução de 1930 quebrou a rotina da alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo – o café com leite. Nos anos agitados que precederam o golpe de 1937, cuja principal conseqüência foi a proclamação do Estado Novo, o debate era basicamente político e ideológico. Implantada a ditadura, os donos de jornais logo se aquietaram: receberam de bom grado verbas do Departamento de Imprensa e Propaganda, os subsídios ao papel e a farta distribuição de empregos a jornalistas em repartições públicas a que, às vezes, compareciam para receber o pagamento.

Houve duas exceções notórias: *O Estado de São Paulo* que, coerentemente, não topou o negócio e foi colocado sob intervenção; e o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, cujo proprietário era Orlando Dantas. É claro que jornais comunistas (partidários do levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935) e integralistas (uma tentativa de assalto ao palácio do Catete, em 1938) não tinham autorização para circular.

Com a aproximação do fim da guerra, porém, percebeu-se que Getúlio teria dificuldades em permanecer na presidência, quer com poderes absolutos ou não. Os motivos são vários, mas não se pode omitir a pressão dos Estados Unidos.⁸⁶ O fato é que, aberta essa perspectiva, o discurso mudou inteiramente. Retornado dos Estados Unidos, no início de 1945, Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, decidiu publicar uma entrevista de José Américo de Almeida, político paraibano cujas pretensões presidenciais o golpe de 1937 frustrara. Mais que um apelo à democracia, era um convite à deposição de Vargas – mesmo porque a vitória, caso fosse vencedora a candidatura do sr. Getúlio Vargas,⁸⁷ afirmava, “seria apenas o começo de uma nova luta a reacender-se no Brasil”.

Comenta Carlos Chagas:

“A queda de Vargas mereceu espetacular cobertura por parte da imprensa, já então livre de toda censura. Os *Diários Associados* conseguem ter os repórteres Edmar Morel e Neiva Moreira dentro dos tanques que ocuparam o Palácio Guanabara. Lá, posicionou-se o fotógrafo Jean Manzon, único a ser admitido no gabinete do ditador, pouco depois da saída do general Cordeiro de Farias. Virando-se para ele, Getúlio comenta: ‘O artista veio fazer meu último retrato...’ Manzon deporá, naquela noite, para *O Jornal*: ‘Ele parecia um homem cansado, mas por trás dos óculos havia um olhar vivo e frio, de um animal prestes a defender-se com vigor’ (...) Defensores, o Estado Novo tinha muitos, enquanto exercido com mão de ferro. Depois, os áulicos foram desaparecendo, a ponto de se contarem nos dedos de uma só mão aqueles que, mesmo depois do fim, continuaram a defendê-lo.” (CHAGAS, 2001:509)

⁸⁶Relatório de 3 de setembro de 1945, enviado pelo embaixador Adolf Augustus Berle Junior ao secretário de Estado americano, recomenda forte oposição a Vargas. Em outra nota, de 18 de setembro, analisa: “As eleições significam que um candidato, conservador político e reacionário na economia, tanto Eduardo Gomes quanto Eurico Dutra, assumirá o governo sob a forma de democracia” (Paulo Sérgio Pinheiro, *Isto é*, setembro de 1978, *apud* CHAGAS, 2001:512).

⁸⁷Nota do autor: algo mais do que provável, nas circunstâncias.

Getúlio retorna em 1951, arrocha as finanças do país por dois anos⁸⁸ e inicia o processo de desenvolvimento com recursos estatais e, subsidiariamente, privados. Em 1954, após o episódio do atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros (coberto, com exclusividade, e por acaso, por Armando Nogueira e Deodato Maia, do *Diário Carioca*), chegamos ao momento em que o *Diário* reformava a imprensa diária brasileira.

Getúlio suicida-se em agosto e se divulga sua carta-testamento. E um detalhe apenas avulta no registro desses fatos pela imprensa: a incrível comoção do velório de dois dias no Rio de Janeiro. De todos os governadores, só um esteve lá: Juscelino Kubitschek, o candidato que o *Diário Carioca*, tão radicalmente antigetulista, ajudaria a eleger no ano seguinte.

A mudança chega ao *Jornal do Brasil*

Do *Diário Carioca*, a nova maneira de redigir migrou – na verdade, foram os redatores que migraram – para o *Jornal do Brasil*, veículo tradicional (fundado em 1891, com orientação monarquista e tradição católica), decidido a fazer uma reforma radical. Lá, no final da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, o estilo de texto se fixou, associando-se a uma nova estética gráfica. A primeira página, antes ocupada por anúncios classificados, ganhou formas inspiradas no construtivismo e projetadas por um escultor mineiro com presença no exterior, Amílcar de Castro; o mesmo formato prosseguia pelas páginas internas e suplementos. Um deles, o *Suplemento Literário*, com diagramação experimental surpreendente, veiculava idéias estruturalistas e publicava poemas concretos. A própria diagramação das páginas – projeção em prancheta – era novidade, introduzida na imprensa diária anos antes pela *Última Hora*, de Samuel Weiner, que, no entanto, importou da Argentina uma estética popular e mais conservadora. O *Diário Carioca*, como os outros jornais da época, não era diagramado.

O efeito da reforma no *Jornal do Brasil* foi notável, não tanto pelo aumento da tiragem (que se elevou bastante, mas não a ponto de torná-lo o líder em vendas na cidade), mas, principalmente, pelo prestígio que o jornal assumiu como porta-voz das aspirações da nova classe média que ocupava postos de decisão nas empresas estatais e multinacionais. Como consequência, a reação dos concorrentes foi intensa.

A maneira encontrada pelo *Jornal do Brasil* para modificar, do dia para a noite, o estilo de texto do jornal todo foi a institucionalização de um procedimento

⁸⁸Sendo ministro da fazenda Horácio Lafer.

já adotado no *Diário*, de maneira informal: reescrever as matérias, ampliando as atribuições do *copidesque*, seção da redação existente na imprensa americana com a incumbência de revisar originais. Foi exatamente contra o *copidesque* do *JB* que se concentrou a campanha movida tanto por jornais do Rio de Janeiro, principalmente *O Globo*, quanto, em caráter preventivo, pelos de São Paulo.

A razão principal é que o *copidesque* era um corpo de profissionais com visão técnica do jornalismo, excluído do sistema de injunções que tradicionalmente se instituía na imprensa. Naquela época, as empresas jornalísticas, com raras exceções, remuneravam oficialmente todos os redatores e repórteres com o salário mínimo permitido por lei. Muitos tinham fontes de renda como corretores de anúncios ou empregos públicos fantasmas. Nos casos (como os dos jovens redatores) em que havia necessidade de pagar além do mínimo, o dinheiro saía por fora, isto é, sem o recolhimento de encargos previdenciários, sem a obrigação de remunerar as férias e indenizar por ocasião da dispensa.

A luta contra esse *caixa dois*, pela profissionalização e moralização do jornalismo empolgou naturalmente os jovens redatores do *copidesque* do *Jornal do Brasil*, que estiveram na linha de frente de uma greve que paralisou os jornais cariocas, em 1962, exatamente com essas palavras de ordem. No clima político agitado da época que precedeu e se seguiu imediatamente ao golpe de 1964, eles foram, então, sucessivamente acusados de comunistas, comparados a censores e, finalmente, apelidados de “idiotas da objetividade” por Nelson Rodrigues, o teatrólogo que escrevia uma coluna em *O Globo* expressando, se conveniente, o pensamento de Roberto Marinho.

A reforma se espalha pelos diários

Só no início da década de 1970 (com os militares firmemente entrincheirados contra o comunismo) outros grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo – logo seguidos pela imprensa de todo o país – adotariam normas de redação similares às lançadas pelo *Diário Carioca* (que deixou de circular em 1965) e fixadas no *Jornal do Brasil*. *O Globo*, inicialmente, contratou um profissional oriundo do *Diário Carioca* para reformar seu texto noticioso, organizando um *copidesque*, cerca de um ano depois, quando vagou o cargo de diretor de redação, trouxe outro jornalista do *Diário*, Evandro Carlos de Andrade, para ocupar o cargo.

Em São Paulo, a mudança dos métodos e critérios do jornalismo havia começado, na década de 1960, com as revistas mensais *Quatro Rodas* (especializada em automóveis e em turismo rodoviário) e *Realidade*, ambas muito bem editadas. Escreve J. S. Faro:

“*Realidade* pode ser vista como um *divisor de águas* na história do jornalismo brasileiro: ela organizou, sob a forma de reportagem, a participação do profissional de imprensa nas questões colocadas em sua época. E não o fez exclusivamente como uma experiência editorial voltada para si mesma, senão que se fixou como uma *escola* que abrangeu outros órgãos de informação e como uma experiência que buscou a atemporalidade de sua prática (...) Mas era apenas fruto de uma conjuntura específica e irrepetível.” (FARO, 1999:281)

A modernização dos magazines brasileiros tem antecedentes notáveis e bem marcados no tempo: *O Cruzeiro*, lançado em 10 de novembro de 1928; e *Manchete*, que começou a circular em abril de 1952, representaram dois momentos distintos do fotojornalismo – a primeira com seus cadernos em sépia; a segunda colorida artificialmente, a ponto de tornar azul ou verde o rio de lama do Canal do Mangue, no Rio de Janeiro.

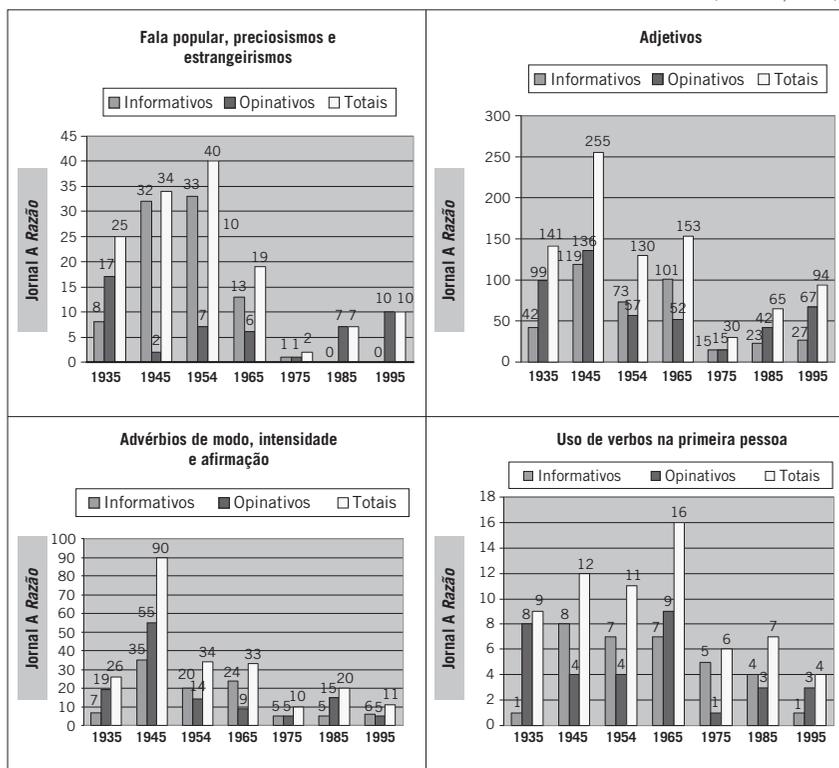
Ambas pertenceram a pessoas interessantes: *O Cruzeiro*, a Assis Chateaubriand; *Manchete*, a Adolpho Bloch, gráfico que se tornou editor de revistas para ocupar o tempo de uma oficina ainda precária:

1. “(...) vê surgir em 10 de novembro de 1928 uma nova publicação (*O Cruzeiro*). Cinco dias antes, 4 milhões de folhetos – um número três vezes maior do que o de habitantes da cidade – são atirados do alto dos prédios na cabeça de quem passa na então Avenida Central. Os volantes anunciam o aparecimento de uma revista “contemporânea dos arranha-céus”, uma revista semanal colorida que “tudo sabe, tudo vê”. Os panfletos trazem no verso anúncios que serão veiculados pela nova publicação.” (BARBOSA, 2002)
2. “O primeiro número da *Manchete* estampava na capa uma bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e alardeava como exclusividades “Uma grande reportagem de Jean Manzon” e “A verdadeira vida amorosa de Ingrid Bergman”. O fundo escuro, contrastando com o dourado de uma carruagem que servia de cenário e com as chamadas emolduradas em vermelho, desagradou ao próprio Bloch. (...) Por volta de 1956, com a aquisição de novas impressoras, o padrão gráfico ganhou qualidade. Nahum Sirotsky, que sucedeu a Henrique Pongetti no cargo de editor geral, foi o responsável pelas mudanças. O sucesso ele creditou ao grupo formado por Alberto Dines, Darwin Brandão, Newton Carlos, desenhistas, técnicos e gerentes. O apogeu da *Manchete* coincidiu com o declínio de *O Cruzeiro* e com a transferência de dezessete jornalistas deste periódico para a *Manchete*, em 1958, por divergirem da postura ética do proprietário.” (ANDRADE & CARDOSO, 2001)

Antes de o clima de renovação formal chegar aos grandes jornais paulistas, foram feitas algumas experiências, a começar pelo vespertino de *O Estado de São Paulo*, o *Jornal da Tarde*, que, coerentemente, dava às matérias noticiosas estilo inspirado no dos magazines. A incorporação do novo modo de escrever ao noticiário tradicional fez-se aos poucos, com base em modelos americanos,⁸⁹ de modo que algumas das criações mais originais do *Diário Carioca* não chegaram ou demoraram a chegar à imprensa paulista.

No entanto, conquistada, pelo menos no essencial, a praça de São Paulo, a expansão pelo país foi rápida. Uma demonstração disso é o estudo feito com amostras aleatórias de textos noticiosos do jornal *A Razão*, de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em uma seqüência de datas, entre 1935 e 1995, considerando: (a) fala popular, preciosismos e estrangeirismos; (b) adjetivação; (c) advérbios de modo, intensidade e afirmação; (d) uso de verbos na primeira pessoa.

Fonte: (GRANEZ, 1997).



⁸⁹Isso fica evidente quando se analisam práticas como a de colocar entre vírgulas ou parênteses, depois do nome, o algarismo da idade da pessoa. Tal prática é consistente em inglês, em que a idade de uma pessoa é entendida como atributo; em português, a indicação de idade é feita em genitivo (como propriedade ou patrimônio da pessoa). Em lugar de “Oscar Niemeyer, 98”, a norma lingüística e o uso oral indicam “Oscar Niemeyer, de 98 anos”.

O texto das notícias impressas



Não admira a insistência jornalística na palavra familiar, na frase limpa e, quando possível, em uma idéia por frase. O leitor necessita de ajuda, não de simpatia.

(HOHENBERG, 1960:32)

O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados, pretende informar, e não convencer. Isso significa que o relato, por definição, está conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral.

O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias. O conceito da palavra inglesa *news* é mais amplo, abrangendo outros gêneros jornalísticos, como a reportagem e a entrevista.

A notícia parte do aspecto mais relevante da informação. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso; é tipicamente um parágrafo-tópico, que se inicia pela sentença-tópico.

A origem do *lead* não está relacionada à tradição literária – ao épico, ao lírico, ao trágico, ao dialético – mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática, ou seja, relacionada às condições da comunicação e à intenção de torná-la eficaz.

Comparado ao relato oral de uma informação nova e de interesse, o que o *lead* faz é situá-la no tempo-espaço e formalizar, quanto a denominações, os

elementos ou notações do fato relatado. Presume-se que encerra o fato principal da série que constitui a notícia.

Alguém chega no escritório pela manhã e conta: “Vi um sujeito morrer atropelado, agora mesmo, na Avenida Brasil, debaixo da passarela de pedestres”. No entanto, se esse alguém precisa escrever essa mesma mensagem em papel, sem se identificar, e distribuir numa região metropolitana, deverá fazer algumas adaptações.

Em primeiro lugar, terá de suprimir a primeira pessoa, o “vi”: numa relação impessoal, não importa quem viu. Depois, nomear a vítima e o local segundo padrões exatos e aceitos socialmente: o sujeito que morreu passará a ser, por exemplo, “o alfaiate João Feliciano, de 45 anos”; o lugar, “Avenida Brasil, na altura de Benfica” (o número das casas, numa via extensa, não é a melhor localização).⁹⁰

Como não se sabe quando a informação será lida, deve-se indicar o dia e hora: “dia 17 de janeiro, às 9h30min”. Ou, o que é previsível no caso, se se trata de um jornal diário, “ontem, às nove e meia” (presume-se que o diário é lido no dia da edição e, de toda forma, a data está na primeira página). Finalmente, o detalhe “debaixo da passarela” sugere a co-responsabilidade da vítima e encerra uma advertência a todos os pedestres apressadinhos deste mundo; merece destaque por isso e será, provavelmente, a justificativa para a publicação da notícia.

Quanto ao atropelador e às conseqüências imediatas, é obrigatório dizer o que se sabe. Em um veículo metropolitano (no caso do Rio de Janeiro), parte-se do princípio de que a cidade não precisa ser identificada e suas vias principais são conhecidas do público:

O alfaiate João Feliciano, de 45 anos, foi atropelado e morto quando tentava atravessar, debaixo da passarela, ontem às nove e meia da manhã, a pista da Avenida Brasil, na altura de Benfica.

O carro que o atropelou, um Honda Civic, era dirigido pelo médico Carlos Macedo, que tentou socorrer João. O acidente provocou pequena retenção no tráfego subúrbio-centro, porque era feriado: o trânsito se normalizou às 11 horas, após a remoção do corpo para o Instituto Médico Legal.

.....

É claro que um policial ou um advogado fariam reparos à redação. Diriam que está faltando a autuação do motorista, já que prestar socorro não o isenta de

⁹⁰Os exemplos deste capítulo são ou inventados ou extraídos do noticiário de diferentes lugares e épocas. Quer-se mostrar as estruturas, pouco importando o conteúdo.

responsabilidade. Mas esse é o tipo de crítica que, além de ser irrelevante, não responde às expectativas do leitor e, portanto, no caso, não se deve levar em conta.

O lead clássico

O *lead* clássico ordena os elementos da proposição – quem/o que, fez o que, quando, onde, como, por que/para que – a partir da notação mais importante, excluído o verbo. Isto é,

- (a) Se o mais importante é o sujeito da oração principal, começa-se pelo sujeito:

O presidente Pacífico Viscoso manifestou-se, ontem, “como cidadão”, indignado com a sentença que absolveu os comandantes da operação militar em que morreram 13 lavradores sem-terra, em Paraíso dos Maracajás, no Sul do Pará, embora, “como presidente”, admita que não lhe cabe opinar sobre sentenças judiciais.

.....

- (b) Se o mais importante é o verbo (a ação), começa-se pelo sujeito ou pelo complemento do verbo:

João Silva, bancário de 32 anos, matou, ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, sua mulher, Maria das Dores Silva, enfermeira, de 34 anos, de quem estava separado há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando.

.....

Ou:

A enfermeira Maria das Dores Silva, de 34 anos, foi morta, ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, pelo marido, João Silva, bancário de 32 anos, de quem estava separada há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando.

.....

- (c) Se o mais importante é o objeto direto, constrói-se o período na voz passiva:

Dez casais de pássaros em extinção foram furtados durante o final de semana do centro de pesquisas do Ibama em Humaitá, no Amazonas, onde especialistas vinham tentando obter o acasalamento e reprodução dos animais em cativeiro. São exemplares que, no exterior, atraem o interesse de colecionadores e zoológicos privados.

.....

- (d) Se o mais importante é o objeto indireto, usa-se um verbo de antonímia recíproca, isto é, com a mesma informação mas sentido oposto (por exemplo, “recebeu” em lugar de “deu/entregou”):

O arquiteto José Praxedes, de 92 anos, recebeu ontem, no auditório da Eletrobrás, no Rio de Janeiro, o título de doutor *honoris causa* que lhe foi concedido pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas. A cerimônia foi acompanhada pelos conselheiros da UFP por um *link* de videoconferência e transmitida pela TV Cultura de São Paulo.

- (e) Se o mais importante é alguma das circunstâncias, começa-se pela circunstância, utilizando na construção verbos relacionais, tais como “causou” ou “resultou”, ou ainda preposições, tais como “quando” ou “depois de”:

Dez pessoas morreram quando um avião militar turco caiu logo após decolar, no aeroporto de Pristina, no território do Kosovo, antiga Iugoslávia, atualmente sob ocupação de forças da OTAN. As vítimas eram oficiais que voltavam para suas casas depois de terem servido na região.

Outros tipos de *lead*

Lead resumo

Utiliza-se eventualmente na cobertura – em geral, continuações (ou suítes) – de eventos em que há várias informações de destaque, mais ou menos equivalentes e que devem ser condensadas em uma única matéria de jornalismo impresso diário, cumprindo o ciclo de 24 horas de cobertura do veículo. Por exemplo:

Dois dias depois do terremoto que atingiu 20 cidades turcas, o número de mortos elevou-se a sete mil, o de feridos a 30 mil, uma grande refinaria estava ainda em chamas e crescia o temor de que o caos dos transportes e serviços públicos cause fome e epidemias. Há dez mil desaparecidos e cem mil desabrigados.

Lead flash

Uma frase curta inicia o texto.

Um homem foi crucificado na Arábia Saudita. Acusado de matar a mãe, Ahmed Mustafá sofreu a pena imposta a Cristo em algum lugar do moderno reino dos Saud, sem testemunhas. A pena foi aplicada há oito dias e não se informou qual a duração do suplício.

Utiliza-se, às vezes, como recurso para estabelecer uma relação retórica – geralmente uma antítese – entre eventos distintos. Por exemplo:

Bill Gates ficou dez bilhões de dólares mais rico desde a crise cambial russa, que tornou o Brasil mais pobre. De outubro de 1998 a julho deste ano, a fortuna do maior bilionário de todos os tempos elevou-se de 80 a 90 bilhões de dólares, algo acima da renda nacional de dois terços dos países do mundo – e mais da metade da dívida externa brasileira.

.....

Lead narrativo

Ao contrário do *lead* clássico, que começa pela notação mais importante, aqui se alinham fatos sucessivos que conduzem ao clímax. É como um pequeno conto, de poucas linhas. Exemplo:

Lucas Malasuerte, de 47 anos, era, a despeito do nome, um sujeito feliz: casado, com dois filhos, casa própria e um bom emprego como ferramenteiro em São José dos Campos, São Paulo. Em janeiro passado, perdeu o emprego; em março, a mulher o deixou, levando os filhos; vendeu a casa em maio, para pagar dívidas. Ontem, Lucas escreveu um bilhete de despedida, enfiou um revólver na boca e se matou, em frente ao guichê do Sine, a agência de empregos do Ministério do Trabalho.

.....

Desenvolvimento da notícia

No Brasil, após o *lead*, é costume redigir um segundo parágrafo, com informações adicionais, formando um *lead* secundário, ou *sublead*. Por exemplo, no caso da notícia do terremoto, entrariam os esforços para socorrer os sobreviventes; na notícia sobre o arquiteto Praxedes, a informação de que ele tem pavor de viajar de avião.

Antes do terceiro parágrafo, nas notícias de mais de três parágrafos, costuma-se colocar o primeiro entretítulo (ou intertítulo). Entretítulos são, depois, enxertados à medida que se muda de assunto, ou em intervalos de três a cinco parágrafos gráficos.

Para o desenvolvimento de uma notícia, consideram-se os papéis temáticos do *lead*. Explicando com um exemplo, admitamos este caso:

João Silva, bancário de 32 anos, matou ontem de madrugada, com dois tiros de revólver, sua mulher, Maria das Dores Silva, enfermeira, de 34 anos, de quem estava separado há dois meses. O crime ocorreu no antigo apartamento do casal, na Avenida Central do Kobrasol, onde Maria continuava morando.

.....

Temos aí um assassino (João Silva), um crime (a morte), uma vítima (Maria das Dores), uma causa (a separação) e um local (o apartamento). *Assassino, crime, vítima, causa e local* são papéis temáticos da proposição do *lead* – isto é, denominações referidas ao evento expresso pelo verbo.

A regra é que se considere cada papel temático desses como um tópico, para o desenvolvimento. Assim, o primeiro tópico poderia ser o crime; o segundo, o assassino; o terceiro, a vítima etc.

Admitindo-se que o *sublead* seja feito com a consequência imediata do crime (em síntese “João foi preso, Maria morreu no hospital”), teríamos, então, o desenvolvimento:

Tópico 1 – O crime

O crime ocorreu pouco antes das duas horas da madrugada, segundo o depoimento de um vizinho, despertado pela discussão entre João e Maria das Dores. Foi esse vizinho, Marcos de Castro Carmona, de 40 anos, que chamou o pronto-socorro e a polícia, enquanto João fugia a pé.

Tópico 2 – O assassino

O assassino vinha ameaçando a mulher há semanas, mas ela não chegou a dar queixa na polícia: limitou-se a comentar o assunto no hospital em que trabalhava, mas sem levar muito a sério as ameaças. Ele buscava reconciliação, mas Maria das Dores não estava interessada.

Tópico 3

A polícia acredita que o crime foi premeditado, embora João continue negando. Ele comprou a arma segunda-feira passada, numa loja do centro, alegando que suas funções no banco o obrigavam a transportar documentos e valores.

.....

Notícias sobre textos

Uma das fantasias correntes sobre notícias de jornal é que elas contam sempre uma história. Isso não é verdade. Notícias são, na sua estrutura global, textos expositivos, não narrativos. Frequentemente são anúncios de fatos que ainda não ocorreram. Afora isso, grande número delas não conta história alguma: resume ou reproduz, em forma própria, outros textos, sejam eles leis, relatórios, discursos ou entrevistas.

O que se segue é um método – utilizável no todo ou em parte – para redigir notícias que resumem ou remetem a declarações ou enunciados escritos. O objetivo é aumentar a velocidade de produção e reduzir a possibilidade de erros.

1. Lê-se (ouve-se) o texto.

2. Marcam-se as proposições (afirmações, sentenças) mais relevantes.
3. Numeram-se as proposições em ordem decrescente de importância: 3, 2, 1 ...
4. Alterna-se discurso direto e indireto. Para isso, considera-se que, em cada parágrafo, haverá algo que está sendo transcrito (*P*) e algo que informa que se trata de transcrição ou resumo – em todo caso, um discurso na terceira pessoa (*d*). A proposição *d* contém necessariamente um verbo *dicendi*, isto é, do campo semântico de *dizer* (*dizer, declarar, afirmar, conclamar* etc.). Assim:

<i>P</i>	<i>d</i>	
“A economia vai mal, obrigado”, disse o brasilianista Thomas Skidmore. <i>Ou</i>		
<i>d</i>	<i>k</i>	<i>P</i>

O brasilianista Thomas Skidmore disse que “a economia vai mal, obrigado”.

No primeiro caso, temos discurso direto; no segundo, discurso indireto. Alternam-se, portanto, as fórmulas *P, d e dkP* (*k* é o relacionador; no caso, *que*)

5. Se houver informações relevantes sobre o texto (sobre seu autor, as circunstâncias em que foi enunciado ou produzido), podem ser distribuídas ao longo da matéria ou agrupadas no segundo parágrafo.
6. Colocam-se entretítulos antes do terceiro parágrafo e, mais abaixo, dando intervalo de pelo menos dois (em regra, três ou quatro) parágrafos. Entretítulos (ou intertítulos) ajudam a leitura, suprimindo a impressão de densidade (e, portanto, de leitura cansativa) do texto.
7. Põem-se entre aspas as afirmações que são literalmente transcritas (palavra por palavra) e suprimem-se as aspas quando for necessário usar outras palavras, embora dizendo a mesma coisa. Se houver necessidade de transcrever alguma expressão típica no meio de uma citação modificada, põe-se só essa expressão entre aspas.

Seguem-se algumas observações:

- (a) Caso haja, no texto transcrito, sentenças opinativas com verbos proposicionais (*considero, acho, penso, imagino, suponho, acredito, prevejo* etc.), o verbo *dicendi* (*disse, afirmou, declarou*) pode ser substituído pelo verbo proposicional, quando não há responsabilidades em jogo, e no contexto de uma entrevista. Assim, em lugar de:

“Skidmore disse que acredita que o presidente da República decretará estado de emergência.”

é preferível:

“Skidmore acredita que o presidente da República decretará estado de emergência.”

- (b) Repete-se a referência ao autor do texto citado (*a Receita Federal, a comissão do Congresso* etc.) a cada parágrafo. Evita-se repeti-la dentro do mesmo parágrafo: pode-se usar um pronome ou, simplesmente, o verbo conjugado, já que isso é estilisticamente adequado em português: em lugar de “ele disse”, simplesmente “disse”.
- (c) Para fugir à repetição do nome no início dos parágrafos (não se deve começar parágrafos sucessivos pela mesma expressão), alternam-se denominações do autor ou fonte, por exemplo: *Skidmore/o brasilianista; Receita Federal/o fisco*.
- (d) Fórmula que deve ser usada com parcimônia é tornar a afirmação indireta escrevendo, por exemplo, *Para Skidmore* ou *Segundo a Receita Federal*. Tende a tornar-se vício, como o abuso de dois-pontos e de palavras curtas com sentido impreciso nos títulos (“pode”, “deve”, “quer” etc.).
- (e) Pode-se articular duas proposições, começando a primeira por gerúndio ou particípio absoluto. Exemplo com gerúndio:

Observando que a perda de popularidade do presidente da República se deve à sua incapacidade de manter por mais tempo o Plano de Salvação Nacional, Skidmore admitiu que há no país um clima de fim de governo.

Exemplo com particípio absoluto:

Preocupado com a situação do país, Skidmore acha possível a decretação do estado de emergência no Brasil. (Ou: Pessimista quanto ao futuro do país, Skidmore acha possível a decretação do estado de emergência no Brasil.)

- (f) Se, no final de um parágrafo em discurso direto, houver interesse em citar entre aspas uma frase textual, deve-se evitar o uso de um verbo *dicendi* (“disse”, “declarou”, “acrescentou” etc.). No máximo, cabem aí dois-pontos, se o conseqüente resultar de ou explicar o antecedente.
- (g) É preciso ter cuidado com os verbos *poder* e *dever*. “Pode” tanto significa “é capaz de” quanto “é possível que”. Assim, “a vacina pode prevenir a Aids” tanto significa que ela é capaz de prevenir a Aids quanto que ela tem possibilidade (talvez) de prevenir a Aids: os dois sentidos são nitidamente diferentes. Da mesma forma, *deve* tanto significa “tem a obrigação de” quanto “é provável que”. Assim, o “presidente deve renunciar”

tanto significa que ele tem o dever (o dever moral ou a intenção) de renunciar quanto que é provável que ele renuncie.

- (h) Trechos que não vão ser transcritos na notícia podem ser mencionados pelo tema; assim: “Depois de historiar as crises brasileiras nos últimos 30 anos, Skidmore disse que a atual é uma das mais graves.” Essa é uma forma de mencionar, sem transcrever, trechos longos tediosos ou menos importantes do original (o relato das crises dos últimos 30 anos).

A teoria por trás da estrutura

Há um tanto de teoria determinando essa estrutura, que se impôs no jornalismo americano e daí migrou, com algumas adaptações, por todos os países do mundo.

Aristóteles, seguindo Parmênides, considerava o ser (sujeito) imutável, cabendo às sentenças qualificar as diferentes circunstâncias de sua existência ou atuação. Cidadãos de uma democracia direta, em que as decisões dependiam da votação em assembléias que chegaram a reunir mais de 20 mil pessoas, ele e Protágoras defendiam a tese de que o discurso deveria ser bem articulado e acessível às massas. Só assim poderia impor-se perante a retórica dos sofistas, que consideravam a verdade irrelevante, desde que a fala fosse convincente.

Marco Túlio Cícero, em *De Inventione*, afirma que, para um texto ser completo, deveria responder às perguntas: quem? (*quis/persona*), o quê? (*quid/factum*), onde? (*ubi/locus*), como? (*quemadmodum/modus*), quando? (*quando/tempus*), com que meios ou instrumentos? (*quibus adminiculis/facultas*), e por quê? (*cur/causa*).

Após lembrar essa origem remota da estrutura da notícia, Francisco Karam comenta:

“É com essa perspectiva, baseada na arte de dizer, resultado da habilidade em fazer, que se estrutura o discurso jornalístico. A escola norte-americana e inglesa do jornalismo tomou o que havia de melhor na arte de dizer para imprimir o ritmo da lógica informativa específica do jornalismo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Por isso, as atribuições de que a prensa para ler, o telégrafo que poderia cair, o tempo disponível de leitura – fatores da incipiente modernidade e do assoberbado ritmo atual – quando consideradas razões primeiras ou exclusivas para o surgimento e permanência do *lead*, desmentem-se pela necessidade de uma arte de dizer e convencer, no que gregos e romanos foram mestres.” (KARAM, Web)

.....

No discurso noticioso, os elementos de subjetividade não desaparecem, nem poderiam, mas são reduzidos ao mínimo: para isso, combina-se método de apuração e técnica de redação e concentra-se o foco do discurso no referente factual. Resta à crítica ponderar que toda fala humana, destinando-se a uma comunidade e em um tempo, deve conformar-se a valores dessa comunidade e desse tempo.

Autor prolífico,⁹¹ Harold Lasswell apresenta, no século XX (nasceu em 1902), um conjunto de perguntas que estruturam o *lead* jornalístico: quem; o quê; como; por quê; onde; quando; Uma variante destinada a dar conta de estudos teóricos, pergunta quem? (entende-se: a fonte); o quê? (entende-se: a mensagem); por quê? (entende-se: a intenção); onde?; quando?; para quê? (entende-se: efeitos).

O jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio. Sua necessidade social ampliou-se na medida em que as transformações políticas, sociais, científicas e tecnológicas se aceleraram, tornando inviável a atualização por outros processos, como contatos pessoais, demonstrações a auditórios, sermões etc.

Pode-se, assim, culpar a imprensa tanto pela amplitude quanto pela superficialidade do conhecimento que as pessoas têm, fora de suas áreas específicas de atuação. No entanto, a influência da atividade jornalística penetra mesmo em setores que dispõem de estruturas próprias de coleta de dados, como os meios empresariais (*Wall Street Journal*, *Financial Times*), políticos (*Washington Post*, *Le Monde*, *El Pais*), o *show business* (*Variety*), ou os mercados de capitais, em que corriqueiramente informações da imprensa sobre o desempenho de setores produtivos provocam reações antes de serem divulgadas oficialmente.

É óbvia a influência do jornalismo em processos políticos como as eleições. No entanto, a aferição dessa influência costuma ser distorcida por uma tendência genérica dos grupos de poder: eles consideram ótimo o jornalismo quando é a favor, e péssimo quando é contra, independente da verdade ou falsidade dos conteúdos. Da perspectiva profissional, os critérios são outros: uma boa notícia não é a mais bem escrita ou a mais construtiva, mas, principalmente, a verdadeira. Toda notícia apaixonante beneficia ou agrada a uns e prejudica ou desagrada a outros.

Neste aspecto, o jornalismo tem uma confiança tal em seu discurso que se aproxima da ciência. Não passou certamente pela cabeça de Isaac Newton, ao enunciar a Lei da Gravitação Universal, discutir se seria ou não conveniente para a humanidade continuar ignorando os princípios da gravidade, que sem-

⁹¹A Universidade da Pensilvânia relaciona 36 livros. (www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/lasswell-bib.html)

pre existiu. Da mesma forma, seria insensato imaginar que Alan Turing destrísse os originais de sua pesquisa sobre a “máquina universal de processamento de informações”, na década de 1930, por antever que os computadores poderiam causar desemprego.

Excluídas situações chamadas de *éticas*, em que o prejuízo é imediato e evidente (como pode ser o caso de negociações no curso de seqüestros ou do envolvimento de menores em crimes), a tendência dos jornalistas é considerar adequada a divulgação de informação de que se tem certeza, desde que haja ou possa haver interesse público. A dificuldade de distinguir o que é de uso comum e o que é privado, ou de confrontar o que se supõe que as pessoas precisam ouvir e o que elas querem realmente ouvir não é problema só do jornalismo.

No entanto, há diferenças importantes entre o discurso jornalístico e o discurso científico: uma delas é que o primeiro é um discurso de aparências. Qualquer que sejam as versões difundidas numa matéria de jornal ou revista, não importando a linha editorial, o mais importante são sempre os fatos. São estes o que os repórteres apuram e que valorizam. Já na ciência, o que se investiga são essências: leis, princípios e postulados que devem reger conjuntos de fatos; teorias que se sustentam enquanto não se consegue comprovar sua falsidade.

Em síntese, o Jornalismo, como ciência, pretende que a verdade objetiva exista e que é possível discorrer sobre ela; no entanto, não investiga essências e assume com freqüência versões impostas pela ideologia, procurando preservar a inteireza dos fatos. Não trabalha, ao menos deliberadamente, sobre a forma da língua para aprofundar ou desvelar algo que relata, nem se baseia na intuição, experiência ou capacidade indutiva do autor para afirmações conclusivas.

Também não há como igualar Jornalismo e Educação, embora ele veicule informação nova. No ensino, há obrigatoriedade de freqüência e avaliações periódicas. A informação jornalística, pelo contrário, destina-se a um público diversificado, disperso, e pode ser ignorada ou omitida – basta não comprar o jornal, colocá-lo de lado, desligar ou mudar a estação de rádio, o canal de televisão e/ou a página da Internet. Isso obriga o jornalismo a ser atraente, o que significa ser facilmente compreensível e conformar-se a formas e ritmos, aspirações e fantasias de um público.

Enunciados jornalísticos são tomados, atualmente, como padrão da língua culta, tanto escrita quanto oral – embora, nesse caso, haja apenas simulação de oralidade. Falas jornalísticas, no rádio ou na televisão, correspondem à leitura de textos feitos para serem interpretados em voz alta ou, no caso da narrativa simultânea de eventos (como jogos desportivos ou desfiles de carnaval), à repetição de poucas estruturas modulares, com recurso a suportes escritos e a falas de comentaristas especializados.

As máximas de Grice

Os discursos não-artísticos (isto é, não construídos com preocupação predominantemente estética) sempre compuseram a maior parte dos enunciados sociais. As máximas fixadas por Paul Grice⁹² que, segundo ele, são esperadas em qualquer conversação encontram equivalência no discurso jornalístico.

A informação é matéria-prima abundante (ainda mais agora que a rede de computadores a torna tão acessível). Assim, a cada uma das máximas de Grice⁹³ deve corresponder um procedimento: a informação deve ser suficiente para os fins do veículo e não excedente; ser verdadeira ou, no mínimo, verossímil (nesse caso, formulada como hipótese); ser relevante, não-ambígua, concisa, estruturar-se segundo preceitos lógicos e com a clareza necessária para ser compreendida pelo(s) destinatário(s).

Máximas de Grice

1. *Máximas da quantidade*

- (a) Faça sua contribuição tão informativa quanto necessário (para os propósitos reais da troca de informações).
- (b) Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

2. *Máximas da qualidade*

Tente fazer sua contribuição verdadeira

- (a) Não diga o que acredita ser falso.
- (b) Não diga algo de que você não tem adequada evidência.

3. *Máxima da relação*

Seja relevante

4. *Máximas da maneira*

Seja claro

- (a) Evite a obscuridade de expressão.
- (b) Evite a ambigüidade.
- (c) Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
- (d) Seja ordenado.

⁹²Herbert Paul Grice.

⁹³(GRICE, 1975:45-58).

Eis novamente a notícia do início deste capítulo:

O alfaiate João Feliciano, de 45 anos, foi atropelado e morto, quando tentava atravessar, debaixo da passarela, ontem às nove e meia da manhã, a pista da Avenida Brasil, na altura de Benfica.

O carro que o atropelou, um Honda Civic, era dirigido pelo médico Carlos Macedo, que tentou socorrer João. O acidente provocou pequena retenção no tráfego subúrbio-centro, porque era feriado: o trânsito se normalizou às 11 horas, após a remoção do corpo para o Instituto Médico Legal.

.....

Ela contém toda informação necessária em um jornal urbano (do Rio de Janeiro, no caso). No entanto, falta informação, se se trata de uma emissora de rádio dirigida expressamente a motoristas que trafegam pela Avenida Brasil e rodovias de acesso (Ponte Rio-Niterói etc.). A notícia terá de ser segmentada à medida que se apuram informações. Quanto à exatidão dos dados, cada pequeno erro representa um desgaste para o veículo. A técnica de redação em jornalismo objetiva levar, com clareza, informações verdadeiras ao maior número de pessoas, ainda que de assuntos pouco conhecidos ou complexos.

Uma abordagem cibernética

Gordon Pask⁹⁴ desenvolveu uma teoria cibernética sobre a conversação humana. Seu ponto de partida é a ênfase na natureza pessoal da realidade: propõe um processo de apreensão do mundo a partir do acordo entre atores que interagem no ambiente. Em sua concepção, vida e inteligência repousam de alguma forma no conflito entre construção peculiar e fechada (individual e material) e interação aberta e partilhada (social e conceitual).

Pask propõe que se abandone o conceito clássico do aprendizado como mapeamento do mundo real em categorias mentais, substituindo-o por um processo dinâmico e interno de auto-organização do conhecimento, determinado pela interação com o meio e com outros indivíduos. Transpõe, portanto, uma visão construtivista para o universo da interação entre os homens e dos homens com os computadores, procurando estabelecer a simbiose – cooperação íntima em benefício mútuo – para o mais amplo entendimento.

⁹⁴Andrew Gordon Speedie-Pask foi ciberneticista, produtor teatral e autor de textos para teatro.

Para Pask, toda conversação parte de desacordo ou bifurcação: os conceitos e idéias vão sendo esclarecidos em seu curso e o processo chega ao fim quando há consenso, não necessariamente concordância, mas o pleno esclarecimento de cada um dos participantes sobre os pontos de vista dos demais (a veiculação de informações seria um caso particular, dependente do interesse do público). Em todo caso, há hora de parar: a entrevista como que se esgota, e a série de textos que começou espetacular se torna irrelevante.

As pessoas em geral tendem a optar sistematicamente por duas possibilidades que têm de expor suas idéias: ou são holísticas (consideram o todo e daí partem para analisar algum ponto) ou detalhistas (agem analiticamente, item por item). No primeiro caso, corre-se o risco de ter um relato muito geral, inespecífico; no segundo, uma seqüência de detalhes insignificantes ou triviais.

Texto e lógica



A quilamba, (planta) que não tem raiz, não foi Deus quem fez.
(Provérbio quimbundo)

O que é informação e quando surgiu? Certamente bem antes da existência do homem: Charles Sanders Peirce⁹⁵ observa que o universo é repleto de signos; talvez composto exclusivamente por signos. Transmitir informação é algo banal entre os seres vivos e, pelos códigos genéticos, acontece de uma geração a outra. Signo é a entidade mínima que, para Peirce, estabelece a articulação entre o objeto e seu interpretante, ou o conceito mental.⁹⁶

Daí decorre que a percepção, a experiência imediata de algo, não difere tão radicalmente quanto se pensa da informação mediada, digamos, por algumas gerações de humanos ou pela inscrição em uma parede de caverna. Compostas para cravo, em pequenos ambientes, peças clássicas e barrocas dão-se bem ao piano em grandes salas de concerto; embora nenhuma das palavras do Gênesis deva ser a mesma do original (traduzir é adaptar), a visão de mundo que ele contém permanece, provavelmente, ilesa. A fruição dependerá, essencialmente:

⁹⁵Filósofo americano.

⁹⁶Corresponde aproximadamente ao *signo* (significante + significado) de Ferdinand de Saussure (*Curso de Linguística Geral*) e ao *símbolo* em Ogden e Richard (*O Significado do Significado*). Saussure, no livro, não considera a questão do referente ou objeto de que se fala.

- Na transmissão genética, do ambiente que cerca o gene, da interação com outros genes, dos estímulos internos e externos que darão conseqüência à herança.
- No testemunho ou diante de um registro, da compreensão do código; do ambiente de quem vê, ouve ou lê; de seus valores, sua memória (conhecer é sempre, ao menos em parte, reconhecer), seu momento psicológico e interesses momentâneos.

É preciso, no entanto, considerar que a relação entre o objeto e o interpretante – nas palavras de Peirce, “o efeito de significação em si” – não conduz automaticamente ao conhecimento do signo, que é uma forma lógica. Muita coisa se aprendeu sobre a transmissão hereditária de características – digamos, “olhos azuis” – antes de se imaginar sequer a estrutura do DNA; por outro lado, não é preciso dominar a língua russa para experimentar a diferença sensível entre *vodá* (água) e *vodka*.

O segundo sistema de sinais

De onde terão, assim, surgido as línguas humanas? Especulação baseada em analogia com outros eventos da evolução das espécies sugere que a complexidade do cérebro dos antropóides gerou tal perda de continuidade nos atos e conflitos nas comunidades que a seleção natural privilegiou linhagens dotadas de níveis crescentes de consciência – isto é, da capacidade de não apenas perceber a realidade e antecipar episódios, mas de abstrair, inferir, intuir, comunicar-se com precisão e, assim, ter maior controle sobre o mundo objetivo e a própria subjetividade.

Se essa hipótese tem fundamento, então ela associa consciência humana e linguagem, como fez Pavlov,⁹⁷ no 14^o Congresso Internacional de Psicologia, em Roma, 1932:

Se as sensações e noções causadas pelo mundo circundante são para nós os primeiros sinais da realidade, sinais concretos, então a fala, em especial e primariamente os estímulos cinestésicos* que provêm dos órgãos da fala do córtex cerebral, constitui nossa mente adicional, especialmente humana, mais elevada, criando um empirismo geral para todos os homens e, então por fim, a ciência, instrumento de orientação superior do ser humano no meio externo e em si mesmo.

⁹⁷Ivan Petrovitch Pavlov, neurofisiologista russo.

* (N.A.: determinantes de movimento)

O sistema dos segundos sinais constitui a parte mais reativa do cérebro, predominante sempre em estado de vigília e que regula e, ao mesmo tempo, em certo grau, inibe tanto os primeiros sinais da realidade quanto a atividade emocional. (PAVLOV, 1957:285)

.....

Considerando-se o conhecimento acumulado desde que Pavlov disse isso, o “segundo sistema de sinais” a que ele se refere incluiria não só sentenças e números, mas a totalidade do processo de construção do conhecimento que tornou compreensíveis fenômenos como a harmonia das cores, formas e sons, representando como valores, leis e normas aquilo que é próprio da natureza.

Objetos próximos sempre pareceram maiores do que os distantes, embora, na realidade, fossem do mesmo tamanho – mas a consciência disso só se formulou com a descoberta da perspectiva (século XV); as cores são reconhecidas diferentemente conforme a cultura, mas só começaram a ser compreendidas quando se publicou o Tratado da Pintura e da Paisagem, reunindo escritos esparsos de Leonardo da Vinci, 132 anos após a morte do artista, que ocorreu em 1519. A música teve de esperar por Johann Sebastian Bach, na primeira metade do século XVIII, para atingir sua plena expressão matemática; estrelas e planetas viajam no espaço, objetos pesados caem, mas tal ordem de coisas só se explicitou pela Lei da Gravidade, formulada por Isaac Newton⁹⁸ em 1666. Por todo tempo, pessoas viram em diferentes lugares o mesmo arco-íris, mas só a Teoria dos Quanta (século XX) afirmou a existência de entes – elétrons em suas órbitas, por exemplo, cuja localização no tempo-espaço dependem do observador.

A neurofisiologia da linguagem

Os centros de produção e entendimento do discurso estão normalmente situados no hemisfério esquerdo do cérebro (o que realiza operações lógicas), onde é mais razoável que estejam. O controle da fala fica na região frontal, bem perto dos músculos que comandam os movimentos da língua e da faringe: a área de Broca, descoberta em 1861 na necropsia de uma pessoa que, depois de levar uma pancada na cabeça, entendia o que lhe falavam, mas só conseguia dizer uma sílaba: “tan”. Doentes menos graves com lesões nessa parte do cérebro chegam a enunciar palavras-chave, mas não constroem sentenças.

Já o centro do entendimento ou área de Wernicke fica perto dos órgãos da audição, no encontro do lobo parietal e temporal do cérebro: quando este está

⁹⁸Sir Isaac Newton, matemático e físico inglês.

inoperante, os doentes podem construir frases gramaticalmente complexas, mas sem sentido.

Embora o pensamento exista sem palavras – por exemplo, na música e em obras de artes plásticas –, a linguagem articulada é sua expressão mais evidente. A possibilidade de se transmitir emoção com palavras demonstra o envolvimento no processo de frações do hemisfério direito do cérebro, onde se ativam a sensibilidade e as analogias. As associações e o recurso freqüente a valores consolidados (de classe, cultura, religião) e a padrões de reação indicam que o fenômeno da linguagem envolve extensos enlaces no sistema nervoso.

O cérebro humano, onde esses eventos acontecem, é aparentemente um corpo sólido de 1,3kg a 1,4kg – cerca de dois por cento, em média, do peso do corpo. No entanto, sua constituição é peculiar: trata-se de um emaranhado de cem bilhões de células nervosas ou neurônios que se comunicam entre si através de impulsos elétricos. A corrente que percorre a membrana celular passa sempre de um prolongamento da célula chamado axônio (a palavra deriva de “axis”, substantivo masculino que significa “eixo” em latim) ao prolongamento de outra célula, chamado de dentrito, através de conexões chamadas de sinapses.

Em cada sinapse há neurotransmissores que constituem sistemas de *gatekeeping*, isto é, de decisão sobre o que provavelmente será levado adiante e o que ficará por ali mesmo. O número de sinapses é calculado na grandeza de um quatrilhão – 10^{15} – e a velocidade dos pulsos elétricos varia entre meio metro por segundo e 120 metros por segundo, algo como 400km por hora.

Do ponto de vista computacional, o cérebro é um processador paralelo que, principalmente em vigília, realiza grande número de operações ao mesmo tempo, a maioria delas abaixo do nível de consciência. Sua arquitetura faz com que ele produza enlaces lineares (conexões entre neurônios, formando linhas), bidimensionais e tridimensionais (conexões em rede, definindo planos e blocos), o que potencializa as possibilidades de processamento. Em outras palavras, ele é um objeto fractal,⁹⁹ isto é, cuja dimensão em atividade é fracionária: *grosso modo*, sua estrutura pode ser comparada a um novelo de cabos esfiapados, percorrido permanentemente por impulsos elétricos que tomam diferentes direções, formando linhas retas ou sinuosas, planos e volumes.

No caso das línguas humanas,¹⁰⁰ um fator de economia de memória é a regularidade: embora a relação entre nomes e entes seja arbitrária (nada existe em um

⁹⁹O conceito de “dimensão fracionária” é de Benoit Mandelbrot (1982).

¹⁰⁰Não só nelas. Em muitos fenômenos perceptivos, a memória de longo prazo é acionada, em busca de produções ou regularidades.

ção que lembre a palavra “cão”), há derivações dedutíveis (por exemplo, não é preciso ir ao dicionário para saber que “redator” é um sujeito que redige, no paradigma de “construtor”, “corretor” ou “digitador”). Relações constantes podem transformar-se em paradigmas gramaticais, como é o caso das conjugações verbais, do masculino-feminino aplicado a seres sexuados ou do singular-plural. Nesse caso, há variações de acordo com a experiência de cada cultura, de modo que pode existir ou não gênero neutro para entes não sexuados, gêneros distintos para seres humanos, animados, inanimados (nas línguas do grupo bantu, em geral, são dez grupos genéricos), formas de construção do plural diferentes para os valores que cabem nos dedos de uma das mãos e os que os ultrapassam (como nas línguas eslavas) etc. Existem ainda formas rituais “congeladas” que se usam em momentos tensos ou para contatos rotineiros – desde o “bom dia” até o “desculpe-me”.

A teoria mais aceita hoje considera os seres humanos como sistemas de processamento de informação programados para adquirir determinadas habilidades em períodos definidos da vida, embora a duração e a eficiência de aprendizado possam variar de indivíduo a indivíduo. Tão logo nasce, o bebê, liberado da placenta, começa a consumir reservas alimentares de seu próprio corpo. Em pouco tempo tentará alimentar-se pela boca por sucção, coisa que aprende rapidamente. Depois, terá de exercitar-se para reconhecer formas e cores; medir distâncias e profundidades (construir a noção intuitiva de perspectiva); ativar os músculos para a etapa seguinte, que o levará a caminhar, inicialmente engatinhando e, sob estímulo social, ereto.

A aquisição da linguagem se inicia geralmente antes do primeiro ano de vida e permite o domínio básico da fala coloquial até os seis ou sete anos, quando a criança é posta em contato com o registro escrito e a língua formal. A experiência escolar envolve a tomada de consciência de relações gramaticais, a incorporação de convenções, a expansão do vocabulário e o contato com linguagens especializadas, conforme as matérias estudadas.

Passada cada uma dessas faixas etárias, a aquisição da habilidade lingüística é mais difícil. Crianças pequenas, convivendo com vários idiomas, dominarão provavelmente todos eles, sem sotaque ou confusão de regras. Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da PUC-RS mostrou que a incorporação processual de regras ortográficas e das relações entre sons e letras é mais difícil entre adultos do que entre crianças em idade escolar¹⁰¹ (JAEGER, SCHOSSLER & WAGNER, 1998), resultado a que têm chegado outros pesquisadores.

¹⁰¹Foram aplicados testes em 16 crianças e 16 adultos, todos no segundo ano de alfabetização. Utilizou-se o teste estatístico “*t de Student*”.

À medida que se desvendam os mecanismos de aprendizado e o funcionamento do cérebro, torna-se mais evidente que as línguas naturais têm suporte lógico e existência histórica. A dificuldade de dar conta desse suporte não se deve, certamente, às línguas naturais, mas a limitações da lógica aplicada nessa descrição. Segue-se um resumo didático da pesquisa nessa área.

Lógica das proposições

A Lógica investiga leis de raciocínio correto, isto é, aquele que permite, a partir de proposições verdadeiras, chegar a conclusões verdadeiras. A Lógica das Proposições opera com conectivos:

1. Negação ($- \sim \neg$)

Leituras: *não, não é fato que, não é verdade que, não é o caso de*. Seja p uma proposição qualquer. Por exemplo, se “hoje é domingo” é verdadeiro (v), então “hoje não é domingo” é falso (f); se “hoje não é domingo” é verdadeiro (v), então “hoje é domingo” é falso (f).¹⁰²

2. Conjunção ($\& \wedge \cdot$)

Leitura: *e*

Na linguagem corrente, o conectivo “e” tem duas significações: “e também” ($e +$) e “e depois” ($e >$). O primeiro desses sentidos é o usual no texto descritivo. Quando digo que “ela tem um marido e um filho”, digo que ela tem um marido *e também* um filho. O segundo desses sentidos é o usual no texto narrativo. Quando digo “ela se casou e teve um filho”, pressuponho que o casamento *precedeu* o “ter um filho”. O sentido “e também” é o mais elementar, isso porque o “e depois” pode ser compreendido como “e também” acrescido de “depois”. O sentido “e também” é o que é considerado em Lógica.

*A conjunção de duas proposições só é verdadeira se as duas proposições forem verdadeiras.*¹⁰³

¹⁰²Tabela-verdade: $p \quad \neg p$ (se p é verdadeiro, $\neg p$ é falso; se $\neg p$ é verdadeiro, p é falso).

$v \quad f$
 $f \quad v$

¹⁰³Tabela-verdade: $p \quad q \quad p \wedge q$ ($p \wedge q$ só são verdadeiros se p é verdadeiro e q também).

$v \quad v \quad v$
 $v \quad f \quad f$
 $f \quad v \quad f$
 $f \quad f \quad f$

3. Disjunção (\vee)

Leituras: *ou, e/ou*

Na linguagem corrente, o conectivo “ou” tem duas leituras. A primeira delas é *débil* ou *inclusiva*, significando “um ou outro, talvez ambos”, A segunda é *forte* ou *exclusiva*, significando “um ou outro, ambos não”, “no máximo um”.

O sentido forte ou exclusivo aparece, por exemplo, no aviso “O preço inclui passeio de escuna ou um jantar à luz de velas”; entende-se que o valor cobrado não inclui o passeio e o jantar. O sentido débil ou inclusivo aparece, por exemplo, no aviso “Não nos responsabilizamos por malas ou pacotes esquecidos no balcão”: entende-se que o autor não se responsabiliza por malas, por pacotes ou por ambos (malas e pacotes), se esquecidos no balcão. O sentido débil é o que é considerado em Lógica. É o mais elementar, uma vez que o sentido forte pode ser compreendido como o sentido débil mais a negação da conjunção – isto é, (a) um ou outro + (b) os dois juntos não.

*Para que uma disjunção seja verdadeira, basta que uma das proposições, ou as duas, sejam verdadeiras. Uma disjunção, portanto, só é falsa se as duas proposições (a que vem antes de ou e a que vem depois) forem falsas.*¹⁰⁴

.....

4. Implicação ($\rightarrow \supset$)

Leituras: *se ... então, se ..., implica.*

Na linguagem corrente, a implicação (*se... então*) pode ser:

lógica – “Se todo homem é mortal e Sócrates é homem, Sócrates é mortal”.

semântica – “Se o Paulo é solteiro, não é casado”.

causal – “Se pomos o papel de tornassol no ácido, ele fica vermelho”.

subjativa – “Se eu perder essa rodada, vou-me embora”.

Em Lógica, procura-se o sentido que seja parte de todos esses, ou seja, o sentido mais elementar. Ele é chamado de *implicação material*.

*Na implicação lógica, a falsidade do enunciado só ocorre quando, sendo verdadeiro o antecedente, é falso o conseqüente.*¹⁰⁵

.....

¹⁰⁴Tabela-verdade: p q p/q (p/q é verdadeiro se p ou q forem verdadeiros).
 v v v
 v f v
 f v v
 f f f

¹⁰⁵Tabela-verdade: p q p \rightarrow q (p não implica q se, sendo p verdadeiro, q é falso).
 v v v
 v f f
 f v v
 f f v

5. Equivalência ($\leftrightarrow \equiv$)

Leitura: *se e somente se, só quando, somente se, equivale a.*

A equivalência decorre de ser o antecedente condição suficiente e necessária para o conseqüente.

.....

Compare-se, por exemplo, a proposição “se passar no vestibular, Maria entra na faculdade”, em que se admite a possibilidade de Maria entrar por outro meio, e a proposição “se e somente se passar no vestibular, Maria entra na faculdade”, em que não se admite outra possibilidade de ingresso que não o concurso.

Diz-se, então, que passar no concurso é condição suficiente e necessária para ingressar na faculdade, ou que passar no concurso equivale a ingressar na faculdade.¹⁰⁶

Silogismo

Silogismo é a articulação de duas proposições (chamadas de premissas), tal que conduz a uma conclusão. A primeira premissa é chamada de *premissa maior*; a segunda, de *premissa menor*.

A regra geral é que, se um silogismo é válido, qualquer um que tenha a mesma forma será válido; se um silogismo é inválido, qualquer um que tenha a mesma forma será inválido.

De todas as regras que estabelecem a validade de um silogismo, duas nos interessam particularmente:

Considerando que p e q são duas proposições e que p implica q , eis as duas regras:

(a) Modus Ponens

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ p \\ \therefore q \end{array}$$

(b) Modus Tollens

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ \neg q \\ \therefore \neg p \end{array}$$

(a) No *modus ponens*, a proposição categórica afirma o antecedente da proposição e a conclusão seu conseqüente. Os exemplos permitem compreender melhor essa relação:

¹⁰⁶Tabela-verdade: $p \quad q \quad p \leftrightarrow q$ ($p \leftrightarrow q$ se ambos são falsos ou verdadeiros).

v	v	v
v	f	f
f	v	f
f	f	v

Se Machado de Assis escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
 Machado de Assis escreveu *O Alienista*.
 Machado de Assis é um grande escritor.

O antecedente é o condicionante e o conseqüente o condicionado da primeira premissa. Inverter os termos na conclusão é cometer a falácia de *afirmar o conseqüente*:

Se Euclides da Cunha escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
 Euclides da Cunha é um grande escritor.
 Euclides da Cunha escreveu *O Alienista*.

(b) No *modus tollens*, a premissa categórica nega a proposição conseqüente da premissa condicional e a conclusão nega sua antecedente:

Se D. Pedro II escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
 D. Pedro II não é um grande escritor.
 D. Pedro II não escreveu *O Alienista*.

Inverter os termos é cometer a falácia de *negar o antecedente*:

Se Luís de Camões escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
 Luís de Camões não escreveu *O Alienista*.
 Luís de Camões não é um grande escritor.

Lógica dos predicados

A Lógica Proposicional trata das relações *entre proposições*. Cabe à Lógica dos Predicados dar conta das relações no interior das proposições. A proposição é descrita como estrutura que atribui ou predica propriedades a indivíduos. A expressão $\Phi(x)$ ou $f(x)$ indica a possibilidade de predicar uma propriedade arbitrária a um indivíduo arbitrário. A notação entre parênteses é chamada de argumento. $\Phi(x)$ representa uma função, no sentido que o termo tem em matemática. A proposição é, assim, entendida como estabelecimento de uma relação um-um ou vários-um. Eis uma tabela:

Londres	Inglaterra	Roma	Itália
Paris	França	Madri	Espanha

Os nomes dos países e das cidades são argumentos. A relação “é a capital de” é uma função. Se chamarmos de C a função,¹⁰⁷ teremos C(l,i), C(p,f), C(r,i) etc. Da mesma forma, em “João ama Maria”, a função ou relação funcional é A(j,m).¹⁰⁸

Há predicados de um argumento, correspondendo a verbos intransitivos (o argumento é o sujeito sintático da oração) e de dois ou três argumentos. Como a noção de argumento não é idêntica à de predicados gramaticais, pode-se admitir complementação quádrupla, em sentenças como “Mário comprou para Maria um relógio por vinte reais” (argumentos: “Mário”, “Maria”, “um relógio”, “por vinte reais”). Os complementos são pedidos ou admitidos pelo verbo.

Quantificadores

1. Universal

O quantificador universal \forall significa “tudo”, “todo”, “para todo” “qualquer”, “para qualquer”. Uma expressão como “para qualquer x, se x é macaco, então x é esperto”¹⁰⁹ pode ser lida das seguintes maneiras:

- (a) Se algo é macaco, então é esperto.
- (b) Todo macaco é esperto.

Fórmulas lógicas que contêm variáveis livres, isto é, não quantificadas, são consideradas proposições abertas, sobre as quais não se pode formular valor de verdade.

Se F significa “está em fluxo”, F(x) expressa uma relação (a função “está em fluxo”), mas não pode ser dita verdadeira ou falsa; “x está em fluxo” não é verdadeiro nem falso. Mas $\forall x | F(x)$ já não é uma proposição aberta, porque pode lhe ser atribuído valor de verdade; x não é mais uma variável individual, porque está quantificada por \forall . A expressão, lida como “para qualquer x, x está em fluxo”, significa o axioma de Heráclito, “tudo está em fluxo”.

¹⁰⁷O c inicial da palavra “capital”.

¹⁰⁸A inicial de “ama”.

¹⁰⁹ $\forall x | M(x) \rightarrow E(x)$, em que M = macaco e E = esperto. A parte da expressão que se segue à barra (|) é chamada de escopo do quantificador.

2. Existencial

O quantificador existencial, \exists , atesta a existência de alguma coisa. Corresponde aproximadamente a “algum”, “pelo menos um”, “um”, “o”, “os”: Por exemplo:

“Alguns são conservadores”.¹¹⁰

“Existe pelo menos um unicórnio”.¹¹¹

“Uma garota é mais bonita do que Júlia”.¹¹²

A forma lógica dessas sentenças é, respectivamente:

“Há pelo menos um x tal que é conservador”.

“Há pelo menos um x tal que é unicórnio”.

“Há pelo menos um x que é garota e é mais bonita do que Júlia”.

Os quantificadores aparecem na ordem em que se enunciam. Assim:

“Para qualquer x , existe pelo menos um y que x admira”.

ou: “Todos admiram alguém”.¹¹³

“Existe pelo menos um y que, para qualquer x , x admira”.¹¹⁴

ou: “Há pelo menos um admirado por todos”.

O sentido das duas proposições acima é diverso. Na primeira, diz-se que cada indivíduo x tem um indivíduo y qualquer que admira; na segunda, que existe pelo menos um indivíduo y que é admirado por todos os x .

Lógica modal

Podemos imaginar que o mundo em que vivemos é diferente por algum aspecto da maneira como se apresenta na realidade, e falar com consistência (sem contradições) sobre o que aconteceria se ele fosse de fato diferente. As maneiras com as quais podemos conceber o mundo, os casos ou situações que poderiam ocorrer, formam os chamados *mundos possíveis*.

A Lógica Proposicional e a Lógica dos Predicados só podem falar de um mundo possível de cada vez. No entanto, é comum, na fala corrente, a exposição de relações entre diferentes mundos possíveis:

¹¹⁰ $\exists x | C(x)$.

¹¹¹ $\exists x | U(x)$.

¹¹² $\exists x | G(x) \wedge B(x, j)$.

¹¹³ $\forall x | \exists y | A(x, y)$.

¹¹⁴ $\forall y | \exists x | A(x, y)$.

É possível que chova amanhã. = Em pelo menos um mundo possível, choverá amanhã.

É certo que choverá amanhã. = Em qualquer mundo possível, choverá amanhã.

“Possível” ou “necessário” (“certo”) são categorias estudadas na Lógica Modal. As nuances de sentido que são objeto dessa Lógica Modal traduzem-se, na linguagem corrente, por advérbios (“possivelmente”, “certamente” etc.) ou verbos não nucleares (“*pode* chover”, “*deve* chover” etc.).

A Lógica Modal lida com crenças, desejos, convicções etc. dos homens. O número dessas situações se amplia ao considerarmos que as variantes modais são depreendidas do contexto. Se *A* diz que *ama B*, expressa uma convicção do tipo *acredita*; se *A* diz que *Santiago é uma cidade*, expressa uma proposição do tipo *conhece*; se *A* diz que *pode casar-se*, expressa uma proposição ambígua – admite a possibilidade, ou lhe é permitido ou ele tem recursos para casar-se.

Muitas locuções nominais podem ser explicadas a partir da Teoria dos Conjuntos como a interseção das categorias nomeadas por seus componentes: “o inglês barbudo que mora aqui ao lado” é a interseção do conjunto dos *ingleses* com o dos *barbudos* com o dos *moradores aqui ao lado*.

No entanto, “o suposto assassino” e “o falso brilhante” representam contra-exemplos: não se pode dizer que “o suposto assassino” é uma interseção do conjunto dos *assassinos* com o conjunto dos *supostos* porque “o suposto assassino” provavelmente não é o assassino; da mesma forma, “o falso brilhante” não é a interseção do conjunto dos *brilhantes* com o conjunto das *coisas falsas* porque *o falso brilhante* não é um brilhante.

Expressões desse tipo são tradicionalmente descritas como metalingüísticas, porque, nelas, o adjetivo não modifica o nome; apenas informa se ele é ou não adequado ao conceito.

A Lógica Modal permite dar explicação lógica a essas locuções. “O suposto assassino”: seria “aquele ser determinado (*x*), tal que existe, pelo menos, uma pessoa (*y*) que acredita ser ele assassino”.¹¹⁵

Quanto a “falso brilhante”, teríamos: “aquele objeto que não é diamante mas há quem acredite que é diamante”.¹¹⁶

A mais interessante aplicação da Lógica Modal, no entanto, é dar conta de locuções constituídas de um verbo nuclear e um verbo não nuclear que expressa

¹¹⁵ $\exists x \exists y | B, A(x)$, em que *B* é “acredita” (*believe*) e *A* “é assassino”. O ι (iota, letra grega) é o determinante – no caso, corresponde ao artigo “o”.

¹¹⁶ $\exists x \exists y | \neg D(x) \wedge B, D(x)$, em que *D* é “diamante” e *B* “acredita”.

atitude proposicional, como “deseja” ou “acredita”; da mesma forma, os ambíguos “pode” e “deve”. São casos em que uma expressão ou imagem não pode ser substituída por outra equivalente sem que o valor de verdade se altere ou possa alterar-se.

Seria possível estender as variantes reconhecidas da Lógica Modal a outras situações subjetivas, à maneira de adjetivos: “temer”, por exemplo, seria “acreditar” + “com medo”.

A lógica da inferência humana

A inferência na compreensão humana de mensagens segue os princípios da Lógica, com algumas peculiaridades:

1. São consideradas: (a) a informação nova; (b) as informações do contexto semiológico (no caso de um produto gráfico, a paginação, o traço, a natureza do veículo etc.); (c) as informações do contexto ambiental (atitudes, posturas, local do desenho etc.); e (d) as informações da memória de longo prazo (memória episódica, memória enciclopédica), acionadas por analogia.
2. Ao contrário da Lógica, que parte de proposições verdadeiras, os homens partem de suposições, isto é, proposições possíveis, tomadas como verdadeiras.
3. Entre duas proposições possíveis, toma-se como verdadeira a mais provável no contexto.
4. O mecanismo básico da inferência inclui o *Modus Ponens* e o *Modus Tollens*.

A consideração de mundos possíveis parte provavelmente de uma atitude básica necessária à sobrevivência e incorporada aos reflexos e ao comportamento em época remota, antes mesmo de existir ser humano: o perigo aparente é tomado como verdadeiro. Isso pode ser exemplificado com a situação em que o rugido de uma fera é tomado como se fosse a própria fera; não é conveniente buscar a confirmação antes de se empreender a fuga ou preparar-se para o combate.

Em decorrência dessa propriedade da inferência humana, só podem ser descartadas as proposições que se pode provar serem falsas. Dela resulta a possibilidade de a compreensão humana tomar como verdadeiras criações como deuses, gnomos, fadas, espíritos, homens imortais etc. – criações estas que não se pode afirmar que não existem.

A consideração de mundos possíveis como verdadeiros permite a fruição, emocional e intelectual, de obras de ficção (peças de teatro e filmes, por exem-

plo); a compreensão de mecanismos projetivos como a perspectiva; e o planejamento de ações futuras a partir da modelagem dessas ações, isto é, de sua antecipação em proposições ou imagens.

Princípio da relevância

Em termos de longo prazo, o objetivo do sistema de processamento de informação humana é acumular o máximo de informação relacionada, de alguma forma, à sobrevivência e ao bem-estar da espécie e do indivíduo; em termos imediatos, o objetivo é gerir com a máxima eficiência os muitos processamentos simultâneos. Disso resulta a classificação das informações novas em dois grupos:

- (a) Aquelas que não se relacionam com informações já disponíveis na memória.
- (b) Aquelas que se relacionam com informações disponíveis na memória, gerando informações novas.

O custo operacional de processamento das informações do grupo (a) é muito elevado, o que leva à preferência pelas informações do grupo (b), chamadas de relevantes (SPERBER & WILSON, 1996).¹¹⁷

Informações relevantes são aquelas que, somadas às informações já disponíveis, produzem informações novas, até então não disponíveis.

Daí:

Informações que não permitem a inferência de informação nova quando combinadas com dados da memória são geralmente abandonadas. Reter informação nova que não se estrutura, ou combina, com informação já existente exige grande esforço mental e isso contraria o princípio da economia de memória.

Este princípio é fundamental para a formulação de qualquer política eficaz de edição jornalística. Ele permite compreender o muro divisório que separa, na sociedade, o segmento beneficiado com (a) ambiente familiar culturalmente estimulante; (b) ensino básico – 1º e 2º graus – eficiente, voltado para a pro-

¹¹⁷Informações suplementares estão em <http://www.dan.sperber.com>. e <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/deirdre/home%20old.html>.

gressão do indivíduo na sociedade, cursado com regularidade e bom aproveitamento; (c) informações fundamentais sobre ciência; (d) educação da sensibilidade; (e) hábito de leitura, acesso a bibliotecas, computadores e à Internet, e (f) interesse pelo que se passa no bairro, na cidade, no país e no mundo.

Os homens em geral agem com intenções sobre as quais têm algum controle; podem ter algum efeito controlável sobre o meio cognitivo da audiência e formam sua intenção de acordo com isso. Quando querem tornar manifesto um conjunto de suposições a uma audiência (pessoa, grupo, público) assumem intenção informativa, o que é geralmente percebido.

A comunicação ostensiva-inferencial (gestos, expressões, trajés, tom de voz) pode ser empregada isoladamente, e muitas vezes é; a comunicação codificada é usada para reforçá-la ou complementá-la com informações sobre o eu do falante ou o meio.

Intenção informativa é aquela que objetiva tornar manifesto ou mais manifesto a uma audiência um conjunto de suposições.

A intencionalidade comunicativa pressupõe o estabelecimento de uma relação mútua e aberta, isto é, ostensiva.

Intenção comunicativa é aquela que torna mutuamente manifesto, à audiência e ao comunicador, que o comunicador tem intenção informativa.

Enquanto a comunicação ostensiva-inferencial pode ser empregada isoladamente, e algumas vezes é, a comunicação codificada é usada como meio de reforçar a comunicação ostensiva-inferencial.

Na comunicação ostensiva-inferencial, o comunicador produz um estímulo que torna mutuamente manifesto, ao comunicador e à audiência, que o comunicador pretende, por meio desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto à audiência um conjunto de presunções.

Escrevem Dan Sperber e Deirdre Wilson (SPERBER & WILSON,1996:82):

Quando suposições na forma (a) são feitas, parece que suposições das formas (b) ou (c) são consideradas, como padrão:

- (a) Se P então Q;
- (b) Se (não P) então (não Q);
- (c) Se Q, então (Q por causa de P);

Senão, vejamos:

- (a') Se tem ladrão no terreno, o cachorro late.
- (b') Se não tem ladrão no terreno, o cachorro não late.

Ora, a proposição (b') é falsa porque o cachorro pode latir se, por exemplo, aparecer um gato ou um gambá, cadela no cio etc. O exemplo nos permite avaliar a relação de acessibilidade entre o mundo real e os mundos possíveis:

- (a') Se tem ladrão no terreno, o cachorro late.
- (b') Se não tem ladrão no terreno, o cachorro possivelmente/provavelmente não late.
- (c') Se o cachorro late, então é porque é possível/provável que tenha ladrão no terreno.

A possibilidade/probabilidade de ocorrer o previsto em (c') é mais fraca se há gatos na vizinhança e/ou se os animais estão na época do cio. É mais forte se alguém viu um vulto no jardim (percepção visual), comentou-se que houve assaltos na vizinhança (percepção auditiva), há um mau pressentimento (sensação subjetiva) ou acabou de passar na TV um filme de terror impressionante (sensação por contágio analógico). O sistema cognitivo central:

- (a) Desloca-se rapidamente pelo acesso mundo real/mundo possível.
- (b) Avalia a possibilidade/probabilidade em termos comparativos.
- (c) Utiliza proposições oriundas de diferentes fontes e esquemas cognitivos para a inferência.

Inteligência artificial

Para a compreensão dos sistemas humanos de percepção e inferência, é interessante considerar os mecanismos de informática que constituem a base dos procedimentos conhecidos de inteligência artificial:

- (a) *Seqüências lógicas*, em que se sucedem os conectivos *e* (\wedge , &), *ou* (\vee) e *se...*, *então* (\rightarrow). A programação seqüencial é a base dos computadores que conhecemos; permite simular processos humanos de trabalho e, na sua forma mais requintada, estruturar sistemas especialistas, que tomam por modelo o procedimento de profissionais.
- (b) *Redes neurais*, estruturas concebidas inicialmente à semelhança do sistema nervoso humano, com condutores elétricos (neurônios) e sinapses. Redes são capazes de aprender com a repetição, a associação entre pa-

res de estímulos, ou mediante retropropagação (*backpropagation*), aprimorando-se por experiência até um limite irreduzível de erro. Podem ser usadas como modelos de certas funções cerebrais, das quais, no entanto, diferenciam-se por uma série de características: (a) o neurônio biológico emite pulsos (comparados, às vezes, com códigos de barras) que variam entre valores positivos e isso é diferente da contagem binária (um, zero) da lógica booleana empregada nas redes artificiais; (b) as redes naturais não apresentam uniformidade no tipo de neurônios, salvo em algumas regiões, e não são capazes de cálculos recursivos. Redes neurais – umas e outras – são capazes de realizar o *reconhecimento de padrões*.

- (c) *Algoritmos genéticos*, imaginados inicialmente para solucionar problemas que levariam décadas, séculos ou milênios para serem resolvidos, por mais velozes que fossem os computadores. Fazem parte de uma família que inclui a programação evolucionária e as estratégias evolucionárias. Todos correspondem à aplicação em programas de computador de métodos inspirados nos princípios biológicos de Darwin (*A origem das espécies*¹¹⁸) e genéticos de Mendel (as leis de Mendel¹¹⁹). A solução encontrada em algoritmos genéticos pode ser dita a mais adequada, em lugar de “a verdadeira”.

O *bit* corresponde, nos algoritmos genéticos, ao *gene*; o local onde fica o bit no cromossomo é o *locus*; os pares de bits tomam da Biologia o nome de *alelos*. A seleção artificial se faz entre indivíduos de uma população, através do *crossover* entre cromossomos dos pais e de mutações, isto é, alterações de cadeia genética por troca simples (como um erro de cópia); inversão, translocação, apagamento e adição.

¹¹⁸Charles Darwin, 1859.

¹¹⁹Gregor Mendel. Cruzando variedades de ervilhas, descobriu as leis da hereditariedade, dividindo os caracteres em “dominantes” e “recessivos”.

Modelos da realidade



Os humanos computam com palavras. Eis uma mudança de paradigma.
(Zadeh: web)

Deve-se a Gottlob Frege a aplicação do conceito matemático de função às línguas naturais. Função é a relação entre um ou mais de um elemento de um domínio e um elemento de um co-domínio. Os elementos associados podem ser chamados de “argumentos” da função.

A representação canônica das funções obedece às fórmulas:

(1) $\Phi(x)$

(2) $\Phi(x, y)$ são argumentos e Φ verbo, preposição etc., representando a relação funcional.

No caso mais simples das sentenças atributivas, em que os argumentos são relacionados por verbos de ligação (ser, estar¹²⁰), a natureza semântica da função é dada pelo que se atribui ao argumento do domínio. Trata-se, pois, de funções de um argumento, reportando-se, no caso, à fórmula (1). Φ , no caso, será representado pela letra inicial maiúscula do que é atribuído ao argumen-

¹²⁰Também parecer (ser na aparência), permanecer (continuar a ser, ser duravelmente), ficar (no sentido de tornar-se, passar a ser) etc.

to (o sujeito da oração), que aparece, entre parênteses e em minúsculas, ocupando o lugar de x . Assim, se:

Laguna é acolhedora = A (l)

As acácias estão desfolhadas = D (a)

Einstein foi um gênio = G (e)

Tudo está em fluxo = $\forall x|F(x)$

A primeira questão a esclarecer é a distinção entre “ser” e “estar”, que existe nas línguas ibéricas e aparece, com diferentes interpretações gramaticais, em algumas outras línguas, como o irlandês e o japonês. Alguns exemplos permitiriam supor que “estar” equivaleria a “ser por algum tempo”. Essa suposição levou um ministro da Educação, professor de literatura, a dizer que “estava ministro”, não “era ministro”. Na verdade, era ministro e estava errado: a diferença entre “ser” e “estar” é mais complicada. “Ser” é entendido como algo inerente, individual – o que em inglês se chama de “*individual level*”. “Estar”, pelo contrário, é algo eventual, “*stage level*”.

Profissões e cargos são considerados pela língua inerentes ao indivíduo, mesmo quando ele os exerce ou ocupa por pouco tempo: “Sou estudante”, “sou estagiário”. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que, na época em que a base das línguas européias se formou, a mobilidade social era pequena, os cargos, protegidos pelo nível na hierarquia da vida pública e as profissões, transmitidas pela educação familiar.

A segunda questão é que, nesse tipo de notação, uma série de informações se perde (singular/plural, passado/presente/futuro). Em termos computacionais, esses dados, embutidos na forma corrente das palavras em língua natural, terão de compor proposições paralelas.

Modelando a realidade

Quem contempla o entorno coloca-se no centro de uma esfera virtual que é seu campo de percepção: a partir dos estímulos externos, fabrica uma *representação* que corresponde de alguma forma à realidade.

O *input* que a representação mental do mundo recebe corresponde a descontinuidades no espaço e no tempo. Contrapostas à memória, essas descontinuidades permitem o reconhecimento de *padrões* pelos quais se estabelecem identidades e semelhanças.

O trabalho mental dissocia entes, que irão corresponder a sujeitos gramaticais, e lhes atribui predicados; é capaz de rotular as relações e predicá-las também. Exemplificando:

O preso fugiu de helicóptero (“o preso” é um ente; “fugir de helicóptero”, um predicado).

A fuga foi espetacular (“fuga” não é uma entidade do mundo, é o rótulo que se aplica a qualquer ato de fugir; “foi espetacular” é um predicado).

.....

Recorrendo à memória, o cérebro organiza os objetos em categorias, com base em semelhanças; distingue as relações em presença (localizações) daquelas em seqüência (ações); atribui causas e antecipa conseqüências.

A confusão das categorias de identidade e semelhança afigura-se essencial para a construção da consciência humana da realidade. Admita-se que alguém retorna ao bairro em que morou, décadas depois de ter saído: vizinhos e amigos poderão perceber que é a mesma pessoa, embora tenha tais e tais mudanças de aspecto. Uma palmeira é reconhecida com base na memória da visão de outra palmeira: não são iguais, mas logo se vê que são da mesma espécie.

Os conceitos de identidade do ser e de agrupamento em espécies são possíveis exatamente pelo abandono de algumas características julgadas acessórias e consideração de outras, julgadas fundamentais. É evidente que uma coisa só pode ser idêntica a si mesma e, como todas as coisas existentes estão situadas no espaço e em fluxo no tempo, essa identidade tem limites estreitos.

Não havendo como separar a percepção de um objeto das relações que o cercam, nem de igualar a representação desse objeto por observadores inseridos em circunstâncias diferentes, cada fruição do objeto, em espaço e tempo distintos, é uma experiência única. Resta a constatação das semelhanças, isto é, do que é invariável em um todo (o aspecto) que se transforma.

A própria idéia de semelhança recobre critérios distintos: duas coisas podem ser semelhantes porque se parecem na forma (como as pérolas), porque têm desempenho similar (como os computadores) ou porque despertam os mesmos sentimentos (como as feras). A definição de categorias depende da pragmática da relação: a denominação *pinheiro*, em português, recobre vários tipos diferentes de árvores, distinguidos em outras línguas; a cultura Aimara¹²¹ atribuíria nomes distintos a várias espécies do que chamamos de *amendoim*.

¹²¹Cultura ameríndia andina.

A teoria moderna mais consistente que aborda a questão da percepção é a dos modelos. Segundo ela, a representação da realidade é decomposta e modelada numa etapa pré-lingüística da percepção. Desenvolvida no contexto da Teoria da Cognição, sua formulação deve-se, principalmente, a Johnson Phillip-Laird (PHILLIP-LAIRD, 1983). Segundo essa hipótese, as proposições remetem a modelos mentais, que são análogos estruturais do mundo: dão conta de relações estáticas e dinâmicas entre objetos, ações e estados; descartam aspectos não relevantes da realidade para captar os relevantes e contêm componentes lingüísticos, tais como relações sintáticas.

Características dos modelos

Os modelos mentais são incompletos, mais ou menos imprecisos, eventualmente inconsistentes, porém funcionais. Não têm fronteiras definidas: superpõem-se e confundem-se. São tomados como hipóteses mais ou menos confiáveis. Refletem crenças da pessoa, adquiridas por observação, informação ou inferência. Permitem certo nível de predição: quem dirige um carro em um cruzamento não calcula velocidade e aceleração dos outros veículos, nem investiga o grau de obediência às regras do trânsito, atenção e ansiedade de cada um dos pedestres; constrói-se um modelo espaço-temporal, acende-se a luz de sinalização e entra-se (ou não), e quase sempre dá certo.

Na feitura de modelos mentais, as pessoas vão além da simples inferência. Podem ter modelos diferentes ou contraditórios para o mesmo estado de coisas, em diferentes instâncias ou situações. Esquecem detalhes do sistema modelado, refazem e revisam seus modelos com a experiência. A operação dinâmica dos modelos possibilita a redução de riscos objetivos (antecipa desastres) e a economia de esforços físicos na apreensão do conhecimento (pode dispensar experimentações), embora haja nisso custo mental e limitações operacionais variáveis.

É a gestão do modelo que vai definir sua amplitude, isto é, o conjunto de coisas a que ele se aplica. Modelos mentais representam objetos e relações a que vão corresponder nas proposições, argumentos (nomes) e funções (verbos, predicativos, circunstâncias); estruturam-se conforme os estados de coisas do mundo mas, por terem estrutura dimensional, podem ser manipulados mais livremente do que as representações proposicionais, aprisionadas a regras sintáticas.

As estruturas dos modelos mentais equivalem às estruturas atribuídas pela percepção ou concepção aos estados de coisas que os modelos representam. Cada elemento de um modelo mental, incluindo suas relações estruturais, deve representar algo. Nada há nele sem significado ou função.

Uma pessoa que anda no escuro, sem tatear, tem um modelo espacial do lugar por onde anda. Uma pessoa que reza durante uma tempestade tem um modelo causal que relaciona a reza a algum controle sobre a tempestade. Uma pessoa que aperta repetidamente as teclas *control+alt+del* no computador tem um modelo mental de procedimento recursivo ou confirmatório.

No âmbito da Teoria da Cognição, modelos mentais são concebidos como entidades computáveis e finitas, construídas a partir de elementos (ou *tokens*) e relações, que se revisam e se adaptam a um número infinito de possíveis estados de coisas.

Modelos mentais constituem conjuntos finitos de campos semânticos e de operadores, entre esses os conceitos de tempo, espaço, possibilidade, permissibilidade, causa e intenção. Tempo e espaço, por exemplo, podem ser entendidos como grandezas vetoriais; a noção de causa relaciona-se com a implicação lógica (*a* causa *b* se *a* pertence a um conjunto de eventos *A* tal que *a* antecede *b* e, se ocorrer *a*, então ocorre *b*); os demais (o possível, o permitido, o pretendido) pertencem ao universo da Lógica Modal.

Ao atualizar um modelo, remete-se a primitivos conceituais que devem ser inatos – por exemplo, a noção de fluxo. Seja o modelo mental de “avião” como algo estrutural equivalente a “artefato + que voa”. Em “o avião que passa”, atualiza-se o modelo no tempo-espaço (seria diferente a dimensão espaço-temporal se o enunciado falasse de “barco de pesca”). Se o interlocutor fala do “avião em que viajei”, o modelo é atualizado para “ele-dentro-do-avião”; naturalmente, será diferente se o ouvinte sabe como é um avião por dentro ou não, se já viajou ou não de avião. No entanto, se o enunciado é o “o avião que costumo pilotar”, o modelo “ele-dentro-do-avião” especializa-se para “ele-comanda-o-avião”, com o grau de discernimento de que o ouvinte disponha sobre a tarefa da pilotagem. Observe-se que a própria representação das características do avião modifica-se por inferência

A teoria distingue entre modelos físicos (estáticos, espaciais, temporais, cinemáticos, dinâmicos e imagens, que são visões ou projeções do objeto ou evento representado) e modelos conceituais, construídos, em geral, a partir dos discursos. Dentre esses: (a) o *monádico*, que representa afirmações sobre individualidades; (b) o *relacional*, que agrega número finito de relações, possivelmente abstratas, entre entidades individuais; (c) o *metalingüístico*, que contém *tokens* correspondentes a expressões que relacionam um item do código lingüístico a outros (como *chama-se*, *significa*); e (d) o *conjunto teórico*, que contém número finito de *tokens* representando qualidades abstratas dos conjuntos e um número finito de relações entre os elementos desses conjuntos.

A hipótese dos modelos mentais sintetiza concepções freqüentes na segunda metade do século XX em diferentes campos do conhecimento. Ela é compatível, por exemplo, com a proposta de Charles Fillmore (FILLMORE, 1975), para

quem o significado está ligado a *cenar* e *perspectivas*: sempre que o falante escolhe uma palavra em um enunciado, automaticamente a insere numa cena na qual adquire interpretação. A noção de perspectiva é tal que, quando se diz “quebrei o vaso da dinastia Ming”, o que está sendo posto em primeiro plano é o que foi quebrado, colocando-se em desprezível segundo plano o *onde*, o *quando* e o *como*.

Denominações

Ao distinguir entidades de relações, o pensamento humano denomina as primeiras, isto é, estabelece correspondências entre os traços do modelo que representa as entidades e alguma cadeia de símbolos sonoros. As denominações podem ser agrupadas em três categorias:

I. Denominações próprias – do ponto de vista semântico, nome próprio ou individual é aquele – não necessariamente escrito com inicial maiúscula – que designa de maneira única uma entidade em um universo de discurso considerado. Designações próprias são unívocas no universo considerado. No entanto, um mesmo objeto pode ter várias denominações. Assim, *Euclides da Cunha*, *o autor de Os Sertões* e *o repórter de O Estado de São Paulo enviado a Canudos para cobertura da campanha* designam a mesma pessoa. As *equatividades*¹²² (*Euclides é o autor de Os Sertões* e *o repórter enviado a Canudos*) reduzem-se, do ponto de vista da *extensão* ou da *referência*,¹²³ isto é, do mundo real, a tautologias, já que *uma coisa é igual a si mesma*; não conteriam, assim, informação. No entanto, do ponto de vista da *intensão* ou do *sentido*, isto é, da linguagem, é capaz de encerrar informação (informação entendida como dado novo, até então desconhecido), porque, por exemplo, alguém pode conhecer *Euclides da Cunha*, saber que ele é o autor de *Os Sertões*, mas não saber que foi enviado como repórter de *O Estado de São Paulo* para a cobertura da campanha de Canudos.

A questão da intensão, oposta à extensão, tem a ver com o princípio de Leibnitz (*Eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate*), segundo o qual, havendo duas denominações do mesmo ente, então uma pode substituir a outra sem afetar o valor de verdade. Isso não ocorre, porém, em contextos proposicionais, ditos opacos.¹²⁴ Em um exemplo clássico:

¹²²Igualdade da referência em contextos diferentes.

¹²³A distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) é de Gotlob Frege.

¹²⁴Por exemplo, os subordinados a verbos como “crer”, “acreditar”, “esperar” etc. e, em muitas situações, “dizer”. Esse gênero de contextos, com que se lida constantemente em jornalismo (declarações, manifestações), exige certo cuidado. Nem sempre “ela disse que ama seu marido” pode ser transcrito como “ela ama seu marido”.

- (i) Electra tem diante dela um homem.
- (ii) Esse homem é Orestes.
- (iii) Electra sabe que Orestes é seu irmão, mas não sabe que o homem diante dela é Orestes.
- (iv) Não há, pois, do ponto de vista de Electra, como substituir “um homem”, na sentença (i), por “Orestes”.

Da mesma forma que diferentes intensões correspondem à mesma extensão, a intensão pode permanecer a mesma, enquanto a extensão se modifica (é o caso de *seres humanos da Terra* em épocas diferentes). Duas ou mais denominações da mesma coisa podem aparecer justapostas (I a-b), sem que se constate redundância, que é, no entanto, evidente em (I c):

I a – *Dar-Es-Salaam, a capital da Tanzânia, ...*

A capital da Tanzânia, Dar-Es-Salaam, ...

I b - *Euclides da Cunha, o autor de Os Sertões, ...*

O autor de Os Sertões, Euclides da Cunha, ...

I c - *Márcia, Márcia, ...*

Márcia, Márcia de Freitas, ...

Observe-se que a “o/a”, no contexto de (I a-b) incorpora os sentidos de unicidade (é único), singularidade (em oposição a *os/as*) e determinação (é este, não outro). Mais ou menos com as mesmas interpretações aparece antes de designativos genéricos que precedem nomes próprios (a rua X, o sr. Y, o general Z), mas não se usa em todos os casos com esses sentidos antes do nome de registro de pessoa (o Getúlio, o Jango). Passaria, aí, a indicar intimidade ou notoriedade do personagem. Antes de nomes geográficos, a admissão de o/a é idiossincrática (venho *de* Pernambuco, venho *da* Paraíba).

II. Denominações genéricas – As denominações genéricas dão início ao processo de abstração que permite a linguagem e o discurso. Trata-se de predicção, em que se afirma que uma entidade pertence (\in) a um conjunto ou categoria existente. Um referente admite n denominações genéricas, conforme as categorias em que possa ser incluído: o muro de um terreno pode ser proteção, obstáculo etc.; o sargento Messias pode ser combatente, inimigo, infante, prisioneiro etc.

Há relação necessária entre *denominação genérica* e *pertinência a conjunto ou categoria*. Quando digo que determinada entidade x “é uma árvore”, estou dizendo que ela “pertence ao conjunto das árvores”. A remissão é a um modelo, isto é, a algo de que disponho, na memória, de traços aplicáveis à entidade em causa.

A denominação genérica, de certa maneira, desintegra o objeto denominado, ao considerá-lo por uma característica ou utilidade. Quando chamo determinada mangueira de *árvore*, atento para sua configuração geral (que corresponde aos traços do modelo de árvore – tronco, copa), mas desprezo a circunstância, por exemplo, de que dá mangas. Se a chamasse mais especificamente de *mangueira*, atentaria para esse fato, mas não para o tipo de manga, nem para a localização da árvore. De toda sorte, nenhuma denominação genérica define (específica de maneira única) a entidade que predica. A denominação genérica não nomeia um ente ou elemento, mas é uma variável.

Sendo variável do discurso, a designação genérica pode sempre ser especificada por uma atribuição. Ao acrescentar o atributo *florida* à designação genérica *árvore* restringe-se o sentido; se se acrescenta mais *do meu jardim*, a restrição é ainda maior; por aí, pode-se especificar a denominação de modo que ela termine se aplicando a uma só entidade nesse universo (o jardim) e se torne, então, denominação própria – a da única *árvore florida que dá sombra no meu jardim*. O mecanismo, aí, é o de interseção de conjuntos, isto é, das coleções de entes ou atributos a que se reportam funcionalmente os nomes: primeiro, o conjunto das entidades que são árvores, porque *árvore* é o núcleo semântico da locução; depois, dentre as árvores, as floridas e, dentre essas, a(s) que está(ão) no meu jardim.

Quanto à ordem nas sentenças, a escolha decorre de estratégias de discurso, isto é, da gramática do texto, não da gramática da sentença. Digo que *Janaína é a jornalista* se o foco discursivo recai sobre Janaína (estou falando da moça) e que *a jornalista é Janaína* se o foco discursivo recai sobre a profissão (falo de jornalistas).

A palavra “o/a”, antes de um nome genérico, pode atuar como o operador lógico iota (ι),¹²⁵ determinando o referente (como quando digo “o jornalista apurou a notícia”, referindo-me a determinado jornalista e a determinada notícia e presumindo que sejam ambos do conhecimento do interlocutor) ou particularizar a categoria designada pelo nome genérico em relação a qualquer outra (como quando digo “o jornalista é um questionador”, querendo dizer que todo jornalista é questionador, ou que ser questionador é predicado do conjunto dos jornalistas¹²⁶). Em determinados contextos, diferencia a relação equativa da relação predicativa:

2 a - *João da Mata, o guia da expedição ao Alto Purus, ...*

2 b - *João da Mata, guia da expedição ao Alto Purus, ...*

2 c - *João da Mata, um guia da expedição ao Alto Purus, ...*

¹²⁵ Para determinações plurais, o operador lógico é λ .

¹²⁶ $\forall J(x) \rightarrow Q(x) =$ para qualquer s , se x é jornalista então x é questionador.

Em (2 a), João da Mata é o único guia da expedição ao Alto Purus e, portanto, *guia da expedição ao Alto Purus* é designação própria de João da Mata; em (2 b) e (2 c), não se afirma essa unicidade e, portanto, *guia da expedição ao Alto Purus* é apenas um nome genérico predicado a João da Mata.

Embora os significados de “o/a” pareçam relevantes, a exigência dessas formas (e a complicada regulação de seu uso) é característica de algumas línguas. Outras dispensam o artigo. É o caso de línguas eslavas, do latim ou do hebraico.

III - Nomes relacionais – Entes não são designados apenas por denominações próprias ou genéricas, isto é, pelas categorias a que se afirma pertencerem. Podem ser designados a partir de relações que mantêm com outras entidades. Por exemplo, *irmão (de Pedro)*, *causador (da briga)*, *vencedor (da corrida)*. Nomes relacionais não têm existência independente, isto é, podem constituir o núcleo de locuções designativas, mas, isolados, nada designam; correspondem a predicções, reportando-se ao referente a partir de funções (ser irmão de x, causar y, vencer z).

Essas designações são o que Luria¹²⁷ chama de *genitivas*¹²⁸ (LURIA, 1987) e os nomes genéricos diferem:

- a. Do ponto de vista semântico, porque nomes genéricos reportam-se a conjuntos de entidades (*árvores, carros, pessoas, mares, rios, aviões* etc.), enquanto nomes relacionais (*irmão, marido, causador, vítima* etc.), não se reportam a qualquer entidade salvo quando acompanhados da designação do ente com que estabelece a relação (*irmão de Pedro, marido de Luzia, causador de algo, vítima de alguém ou de algo*).
- b. Do ponto de vista sintático, porque, quando um nome genérico é acompanhado de um atributo, pode-se afirmar a relação predicativa (3 a-b-c); isso não ocorre em um nome relacional, exatamente porque ele já expressa, em si, uma relação (4 a-b-c). Pode-se, no entanto, predicar a relação à entidade (5 a-b-c):

3 a - *O carro de São Paulo* > *o carro é de São Paulo*

3 b - *A árvore frondosa* > *a árvore é frondosa*

3 c - *O avião da presidência* > *o avião é da presidência*

4 a - *O irmão de Pedro* > **é o irmão de Pedro*

4 b - *O causador da tragédia* > **é o causador da tragédia*

4 c - *A vítima do chantagista* > **é a vítima do chantagista*

5 a - *X, irmão de Pedro, ...* > *X é irmão de Pedro*

¹²⁷Alexander Luria, neurofisiologista russo.

¹²⁸Pelo menos nos casos mencionados, as palavras vão para o caso genitivo em russo.

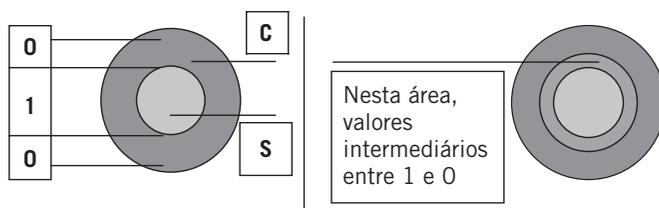
5 b - *Y, causador da tragédia, ... > Y é causador da tragédia*

5 c - *Z, dono da casa, ... > Z é dono da casa*

Lógica difusa

A lógica difusa é uma extensão da lógica concebida para dar conta do conceito de “verdade parcial” – o conjunto verdade que se situa entre “inteiramente verdadeiro” e “inteiramente falso”. O conceito foi proposto por Lotfi Zadeh, na década de 1960, como instrumento para modelar a incerteza das línguas naturais e como metodologia capaz de generalizar qualquer teoria, partindo de uma forma discreta para uma forma contínua.

Na lógica booleana, se temos um conjunto C e um subconjunto S, podemos agrupar os elementos de C em duas categorias: os correspondentes ao conjunto 0 não pertencem a S; os correspondentes ao conjunto 1 pertencem. Na lógica difusa, há valores intermediários entre 0 (inteiramente não-pertinente a S) e 1 (inteiramente pertinente a S); o conjunto C é o universo do discurso. A relação entre o conjunto {0,1} e o conjunto S é uma *função de pertinência*.



Assim, suponhamos que a grandeza considerada é a altura das pessoas e que meu conjunto universo é constituído de seis pessoas. A consideração de alguém como “alto” ou “baixo” depende amplamente do contexto.

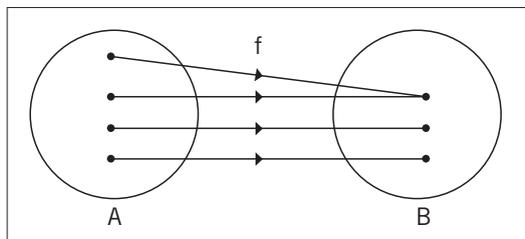
Para cada um dos seis membros do conjunto universo será atribuído um grau de pertinência ao subconjunto difuso dos que são “altos”. Admitamos que pessoas abaixo de 1,65m sejam consideradas “decisivamente baixas” (valor 0) e pessoas de mais de 2,08m sejam “decisivamente altas” (valor 1). O quão altas serão as pessoas dispostas nesse intervalo? O cálculo nos permitirá atribuir valores a essa avaliação contínua (valores aproximados):

Nomes	Altura (medida)	Graus de altura
Juquinha	0,96m	0
Mário	1,65m	0,21
Daniel	1,75m	0,38
Eduardo	1,77m	0,42
Karen	2,18m	1,00

A lógica difusa deve ser vista como teoria formal para a representação da incerteza, própria das línguas naturais. Ela, em si, não é incerta, vaga ou imprecisa.

Teoria dos protótipos

Consideremos dois conjuntos A e B, em que A reúne entes, e B, nomes em uma língua L atribuídos a esses entes.



Esquemáticamente, as duas setas superiores indicam a relação entre dois entes aos quais se atribui o mesmo nome – em um setor do jardim, *hortênsias*. As duas setas inferiores indicam a relação entre dois entes e suas denominações próprias – suponhamos que sejam *roseira* e *hibisco*. Para que o gráfico corresponda à totalidade do conjunto (no caso, do meu jardim), é preciso que se aplique a um *universo de discurso* em que haja essas quatro plantas.

A cada elemento do conjunto A se atribui um nome em B. A relação é similar àquela que se estabelece entre estados e capitais:

Estados	Capitais
São Paulo	São Paulo
Paraná	Curitiba
Santa Catarina	Florianópolis

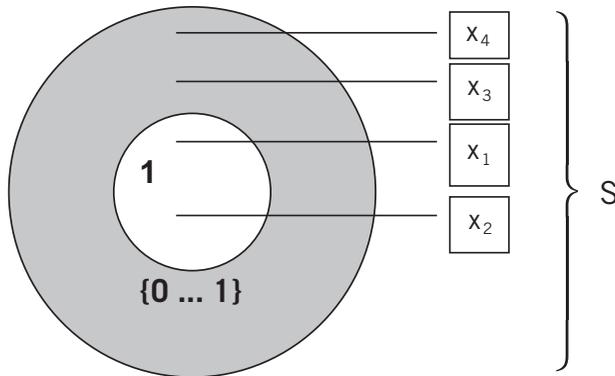
A relação entre cada cidade e o estado correspondente é *ser a capital de*, da mesma forma que, na relação entre os conjuntos A e B mostrados antes, a relação entre cada elemento de B e o correspondente em A é *ser o nome de*. Ainda aí, é legítima a relação vários-um. Tomemos *ser a população de*:

Cidade	População (aprox.)
Porto Alegre	3.000.000
Belo Horizonte	2.200.000
Salvador	2.200.000

Por hipótese, teríamos duas capitais com a mesma população. Uma das conseqüências dessa relação é que um mesmo *referente* pode ser designado por mais de um *sentido*; as denominações *expressam* sentidos mas *denotam* ou *referem-se* aos referentes. Assim (4+2) e (5+1) expressam sentidos diferentes mas denotam, ambos, o mesmo referente, que pode ser simplesmente denominado “seis”.

As línguas, em regra, repudiam sinônimos perfeitos, isto é, palavras com sentido idêntico. Há diferenças sutis entre “delírio”, “sonho” e “fantasia”; entre “jovem”, “rapaz” e “moço”; entre “austero”, “severo” e “rigoroso”; “fruto” e “fruta”. Palavras como essas são permutáveis em alguns contextos e não em outros, mesmo quando se trata de denominações técnicas. “Cosmonauta”, por exemplo, vem do russo “*kosmonavt*”, enquanto “astronauta” vem do inglês “*astronaut*” e os nomes correspondem a diferentes modelos de treinamento e desempenho. A preposição “a” em “vou a São Paulo” difere da preposição “para” em “vou para São Paulo” porque, no primeiro caso, sugiro que vou e volto e, no segundo, sugiro que ficarei lá. As denominações “tatu” e “lagarto redondo” para o mesmo corte de carne que se assa e, eventualmente, recheia difere porque a primeira é regional do Sul do Brasil e a outra utilizada do Rio de Janeiro para o Norte.

Consideremos o conjunto de entes designados por S:



Admitamos que $S = \{x_1, x_2, x_3, x_4\}$. Os x_n contidos em 1 (x_1 e x_2) serão considerados protótipos do conceito S. Suponhamos que S seja “pássaros”; x_1 e x_2 serão “pardal” e “sabiá”, por exemplo. Ninguém duvida que pardal e sabiá sejam pássaros.

Já os x_n contidos em $\{0 \dots 1\}$ (entre zero e um, exclusive), não serão considerados protótipos, isto é, não haverá a mesma unanimidade ou imediatismo quanto à natureza daqueles entes que parecem pássaros, mas podem não ser; haverá alguma ressalva, restrição ou dúvida. Por exemplo, x_3 pode ser “pingüim” e x_4 “avestruz”: o pingüim não tem penas e não voa, a avestruz tem formato

pouco aerodinâmico, tufo de penas e só consegue dar pequenos saltos; são pássaros “esquisitos”. Quanto mais “esquisito”, menor a fração que expressa a pertinência ao conjunto dos pássaros.

Essa é uma visão sumária da Teoria dos Protótipos, de Eleanor Rosch, na qual se aproxima a questão dos nomes em línguas naturais, que a autora analisa, da Lógica Difusa de Zadeh.

Palavras como *criança* ou *árvore* têm aplicação plena e unânime a um núcleo de significado (*peças de dois a dez anos; plantas com tronco, copa e mais de dois metros*); fora desses limites, em que se acumulam traços típicos, a atribuição é mais ou menos verdadeira.

Pode-se denunciar o “abuso de menores” argumentando com casos extremos de estupro de crianças, mas, na verdade, pretender com as restrições legais conter o relacionamento entre adolescentes, que a “liberação sexual” do século XX terminou por incentivar: o conceito “menor” permite essa expansão. As situações são, no entanto, obviamente diversas, dos pontos de vista ético, moral e fisiológico.

Todo conceito que envolve julgamento quantitativo ou qualitativo (“muito ou pouco”; “alto ou baixo”; “bom ou mau”) está sujeito a essa contingência. Tudo depende do padrão ou contexto da referência (um elefante “pequeno” é um animal “grande”; um atleta “velho” tem a idade de um físico nuclear “jovem”). E depende também da perspectiva do indivíduo que nomeia: um verão ensolarado é “bom” para a indústria do turismo e “péssimo” para a agricultura.

A língua natural não opera, em princípio, com quantidades ou valores mensuráveis, mas compara entes, eventos e enunciados com padrões consensuais ou extraídos de experiências anteriores. Escreve Zadeh:

“A computação – em seu sentido tradicional – envolve na maior parte, manipulação de números. Pelo contrário, os humanos empregam palavras na computação e raciocínio, chegando a conclusões expressas por palavras a partir de premissas expressas em língua natural. Por sua natureza, palavras são menos precisas do que números. Por essa razão, a computação com palavras é geralmente menos precisa do que a com números. Isso levanta a questão: em que circunstâncias a computação com palavras é preferível à computação com números? Há dois imperativos maiores. Primeiro, a computação com palavras é necessária quando a informação disponível é imprecisa demais para justificar o uso de números. E, segundo, a computação com palavras é vantajosa quando há um nível de tolerância pela imprecisão que pode ser usado para alcançar resultado mais tratável, vigoroso, com baixo custo e melhor relação com a realidade. Em

nossa abordagem, o ponto de partida na computação com palavras é uma coleção de proposições expressas em língua natural, na qual uma proposição é tomada como restritiva sobre uma variável. As restrições podem assumir várias formas: de possibilidade, probabilísticas, conjuntivas ou de conjunto aleatório. Para os propósitos de computação, as regras de inferência da lógica difusa são empregadas para propagar as restrições, das premissas até as conclusões. Finalmente, as restrições difusas nas conclusões são traduzidas em proposições expressas em língua natural.” (ZADEH, Web)

.....

Arbitrariedade e memória

A atribuição de nomes às entidades de que se fala:

- (a) é arbitrária, isto é, não há relação entre o nome e a coisa nomeada.
- (b) pode ser descrita como função matemática. Seria o caso de se imaginar que a ambigüidade, sempre denunciada pelos lógicos nas línguas naturais, resultaria não de deficiência delas, mas de insuficiência dos mecanismos da lógica para dar conta da pluralidade de interesses envolvidos na comunicação humana.

É de se supor que o modelo de protótipos representa economia de memória na listagem do léxico. Gera, no entanto, pluralidade de sentidos que cabe ao receptor eliminar confrontando com o contexto: os enunciados antecedente e subsequente; o ambiente da percepção e o contexto da enunciação (em síntese, o juízo que o receptor faz do emissor da mensagem). À medida que vão recebendo uma mensagem, as pessoas selecionam as hipóteses comparativamente mais prováveis e eliminam as hipóteses altamente improváveis, à medida que o discurso prossegue.

O efeito de riso (*non bona fidae*) que se obtém no desfecho de muitas anedotas pode resultar da violação desse princípio de coerência. Consideremos esta:

O turista brasileiro vai com a família, em carro alugado, por uma estrada de Sul a Norte de Portugal, pretendendo cruzar a fronteira da Espanha. Mas a estrada lhe parece longa demais. Em dúvida, pergunta a um camponês à beira da rodovia: “Amigo, esta estrada vai para a Espanha?”. E o interlocutor: “Excelência, se vai, não o sei. Mas, se for, fará uma falta!”

.....

É claro que o efeito cômico se obtém da revelação da ambigüidade da pergunta, surpreendente pela exposição do entendimento improvável.

Credibilidade

A credibilidade do discurso jornalístico funda-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público segundo o qual os fatos noticiados são reais. No entanto, a veiculação de um fato real no discurso jornalístico é, em si, outro fato real. Os fatos originários têm conseqüências em si (por exemplo, o desvio de recursos causa a interrupção de uma obra) e outras conseqüências quando noticiado (o escândalo, a eventual punição dos responsáveis etc.).

O conceito de realidade implica a construção de versões a partir dos fatos. Essas versões (a) selecionam fatos e (b) estabelecem relações entre eles e deles com informações da memória ou percepções do ambiente. As relações podem ser (a) de semelhança; (b) do tipo essência/aparência; (c) de paradoxo; e (d) de causalidade. Em princípio, a reconstrução da realidade é função do receptor da mensagem jornalística.

Contudo, à medida que se transporta a informação dos fatos para o texto, sugerem-se conexões; no mínimo, a avaliação de importância. Essas conexões podem ser óbvias, isto é, de alta probabilidade, ou resultar de alguma teoria aceita sobre a realidade. Nesse caso, a aceitação da teoria já contém uma informação, embora isso nem seja percebido.

Como teorias se impõem? Uma hipótese é a da espiral do silêncio, devida a uma autora alemã, Elisabeth Noelle-Neumann, diretora do Instituto de Demoscopia de Allensbach, dedicado à pesquisa sobre opinião pública. Ela assegura que a opinião manifesta das pessoas é influenciada pelo que elas acham que os outros pensam. Assim, um sujeito crítico do sistema econômico, posto diante de uma aparente unanimidade que apóia o sistema, tende a silenciar (daí a espiral) e, finalmente, a aderir. Visão similar é a de Jean-Marie Domenach (DOMENACH, 1963), ao propor em *A Propaganda Política*, a “lei da unanimidade e do contágio”: se as pessoas julgam que uma opinião é dominante, evitam contestá-la abertamente, passam a admiti-la e, diz ele, se contagiam.

Estrutura da sentença

Três mecanismos permitem a construção de sentenças:

1. A estrutura funcional em que o verbo, presente ou pressuposto, assume o papel de futor.
2. O embutimento de uma oração em outra, no lugar de um nome, adjetivo ou circunstância. Esse embutimento é marcado por uma partícula chamada de conjunção subordinativa ou pela conjugação participial do verbo.
3. A adição de sentenças em séries coordenadas por conjunções como *e* ou *mas*.

Assim:

1. As grandes agências de informação conseguiram um êxito excepcional.
2. Nenhuma outra entidade ou empresa havia conseguido isso antes.
3. Elas integraram o mundo inteiro em uma unidade.
4. A integração foi feita de maneira específica
5. Elas utilizaram meios modernos de comunicação.
6. Esses meios de comunicação criaram as condições (a) de empatia entre os homens, (b) da mútua dependência e (c) da unidade.

Articulando essas proposições em duas sentenças:

As grandes agências de informação conseguiram um êxito excepcional [+que] nenhuma outra entidade ou empresa havia conseguido [-isso] antes. Elas foram as primeiras que integraram – de maneira específica – o mundo inteiro em uma unidade [-elas+gerúndio] utilizando meios modernos de comunicação [-esses meios de comunicação] +que, por sua vez, criaram as condições [-a] de empatia entre os homens, [-b] da mútua dependência e [-c] da unidade.
(BRAJNOVIC,1974:211)

.....

Essa operação banal de integração de orações na construção de sentenças ou períodos complexos obedece a algumas regras:

- (a) O gerúndio, quando subordina uma oração à outra, tem viés adverbial (modal, instrumental etc.).
- (b) O particípio, no mesmo caso, tem viés adjetivo.
- (c) Em um e outro casos, pode-se anteceder a oração subordinada à principal, desde que o encaixe seja evidente: “Utilizando seu cartão diamante, ele passou à frente dos outros passageiros no *check-in* do aeroporto” ou “Beneficiado pela lei, o velhinho teve direito a tratamento *vip*”.
- (d) Orações que ocupam o lugar de adjetivo (modificadores de locuções nominais) e não são introduzidas por particípio, usam, como chaves para o embutimento, pronomes “que”, “o qual”, “cujo/cuja” etc.
- (e) Orações que ocupam o lugar de nomes [núcleos de locuções nominais] usam, como chaves para o embutimento, pronomes como “que” e, para pessoas, “quem”.

Verbos presidem a estrutura da sentença, quer presentes ou subentendidos. São eles que determinam os papéis temáticos dos complementos verbais, segundo a natureza mesma da operação referida. Assim, os verbos de mo-

vimento exigem indicativo de destino e admitem os de origem, percurso, velocidade etc.

Assim:

O ônibus (sistema que inclui estruturas de energia e de controle) levou os passageiros (quem) do Rio de Janeiro (origem) para São Paulo (destino), por via rodoviária (percurso), em menos de quatro horas (tempo de corrido), domingo passado (tempo na escala).¹²⁹

Classificação dos verbos

A classificação de verbos proposta por Cook (COOK,1989:197) combina séries verticais e horizontais:

Tipos de verbo	Básico	De experiência	Benefactivos	Locativos
ESTADO	be tall be + nome	like be boring	have belong to	be in contain
PROCESSO	die become	enjoy amuse	acquire	move leak
AÇÃO	kill elect	say amuse (agente)	give blame	put fill

Nicolacópulos propõe uma matriz de casos que inclui verbos de tempo (T), comitativos (C) e holísticos (H), cada qual deles com variantes de estado, processo e ação. Define os verbos comitativos, com base em texto de Halliday publicado em 1967, como os que denotam acompanhamento; e os holísticos, como os que indicam completude, inteireza, totalidade (consistir, conter, por exemplo) (NICOLACÓPULOS, 1992:75-80).

Não cabe aqui o estudo aprofundado dessas estruturas verbais, relativamente complexas. Basta considerar, por exemplo, os vários sentidos do verbo “ser” em português: identidade (“Paulo é o irmão de Pedro”), comparação ou semelhança (“ele é uma fera”), pertinência (“Pedro é índio” = pertence à categoria étnica dos índios), valor (“vinhos europeus são mais caros”).

O ensinamento útil é que os verbos, em decorrência do modelo a que se reportam, distribuem em casos ou papéis sintáticos as locuções nominais, mar-

¹²⁹Todas as proposições existenciais admitem localização no tempo-espaco. Isso as diferencia das proposições universais. Exemplo de proposição existencial: “Comprei este relógio há dois anos em Madri”. Proposição universal: “Todo relógio é sujeito a certa imprecisão.”

casas ou não por preposições — em algumas línguas, como o latim, o grego, o alemão ou o russo, também pela declinação. Eis alguns exemplos:

1. O verbo “ir” exige complemento significando “destino”, “direção” ou “sentido” (para, a, embora), mas admite uma origem (de), um percurso (por), uma transposição (através) etc. Outros do mesmo campo semântico (deslocamento) têm exigências e admissões diferentes, mas o modelo a que recorrem é o mesmo – *grosso modo*, o vetor. Não acresce ao conhecimento humano chamá-los de intransitivos, da mesma forma que a definição como transitivo direto do verbo “levar”, por exemplo, desse campo semântico, não esclarece os outros complementos obrigatórios em presença ou subentendidos (de onde, para onde, por onde etc.). A melhor representação é o vetor: (\rightarrow), com direção e sentido variáveis.
2. Verbos do campo semântico de “dizer” (declarar, afirmar etc.) exigem complemento proposicional – uma sentença ou o qualificativo que classifique a sentença: “Ele disse que vai”, “Ele só disse bobagem”.
3. Os verbos do campo semântico de “fazer” implicam complemento acusativo não preposicionado e admitem complementos de origem, modo etc. Esses verbos remetem à noção teórica de um sistema S, com uma função f, *input* e *output*. O complemento do verbo que expressa a função (por exemplo, moer) será o *input* ou o *output* do modelo: moer o trigo ou moer a farinha; cozinhar a carne ou cozinhar o assado; forjar o aço etc.
4. Os verbos básicos de estado (“ser”, “estar”) podem transformar em sentenças locuções com núcleo e modificador (por exemplo, “o político hábil” = “o político é hábil”), além de lhes emprestar as características de tempo, modo e aspecto. A leitura será “o político pertence (u/ia/ria/rá) à categoria dos hábeis”. Quando unem dois nomes, expressam identidade, igualdade ou semelhança.

Os eventos gramaticais anteriores mostram a relação entre o significado e a forma sintática. A marcação do caso, que nas línguas declinadas se faz pela combinação de preposições e desinências, reduz-se em português (inglês, francês etc.) às preposições (com exceção de alguns pronomes). Não há a menor dúvida, porém, que a compreensão de um enunciado passa pela estruturação de um modelo, ou de uma série de modelos (espaciais, proposicionais) que vão sendo propostos e confirmados ou descartados durante o processo de percepção – e que os pontos de partida para esse entendimento são os papéis temáticos definidos pelos verbos.

A ambigüidade deve ser resolvida pelo receptor com base em inferências, partindo do contexto da enunciação, do enunciado e de seu estoque de memória. O idioma, porém, estabelece oposições que lhe parecem relevantes.

Há ainda verbos inacusativos, ou estruturas chamadas por alguns autores de ergativas, nos quais o sujeito sintático é paciente e não agente da ação. Isso ocorre com verbos de processo (chegar, continuar, morrer), em geral: nada obriga quem morre a ser agente da própria morte. Mas estruturas inacusativas podem conviver com outras, convencionais:

1. O Titanic afundou.
2. O choque com um bloco de gelo afundou o Titanic.

Os papéis temáticos definidos pelo verbo numa sentença adquirem nomes que podem funcionar como pronomes no seguimento do discurso. Quem viaja para São Paulo é “viajante” e São Paulo é “seu destino”. Quem passeia de iate é “iatista” e, se disputa uma regata, “competidor”. Esses são como “pronomes” *ad hoc*, situacionais, em oposição a outros tantos “pronomes semânticos”.

Se determinado ente pertence a um conjunto, e esse conjunto é subconjunto de outro, a denominação do conjunto mais abrangente pode substituir o nome do ente. Assim, se o leão pertence à categoria dos mamíferos e esta à categoria dos animais, pode-se chamar de animal o leão. Os lingüistas chamam essa relação de hiperonímia.

Linguagem jornalística



*Jornalista não é aquele que toca na banda; é o que vê a banda
passar.*

(Joel Silveira, repórter)

Existe ou não língua padrão, norma culta? A resposta é sim e não, dependendo do conceito que se tenha. Se língua padrão é algo rígido, constituído de palavras pétreas e regras para todo o sempre, certamente não existe. No entanto, existe, sim, se concebemos língua padrão como algo dinâmico, mas relativamente estável no território (admitindo-se alguma variação nos usos regionais), constituído de um núcleo de palavras duráveis e outras nem tanto e com flutuação moderada de regras.

Nos últimos anos, as escolas básicas da rede pública brasileira vêm sendo pressionadas para que não ensinem o português formal, muito menos sua gramática. O argumento é que as regras da gramática são inferidas da língua materna na primeira infância, o que dispensaria ensiná-las.

Entretanto, a língua formal, em qualquer parte do mundo, é um segundo idioma, predominante na modalidade escrita mas de utilização também oral em situações socialmente tensas. Incorpora expressões de uso científico, técnico e literário. Suas regras e convenções são peculiares. É mais conservadora do que o registro coloquial. Trazer à consciência o conhecimento de seu mecanismo gramatical é útil para quem escreve, enuncia ou pretende compreender textos valorizados em nossa cultura.

A língua padrão ou norma culta permite ainda que um texto seja lido além da comunidade lingüística em que o autor vive ou aprendeu a língua materna, a partir dos seis meses de vida. Garante durabilidade ao enunciado, colocando-o por mais tempo (sem necessidade de explicações adicionais ou de tradutores) ao alcance das pessoas da mesma nação que freqüentaram a escola. A língua nacional e a possibilidade de a mesma língua ser falada em vários países é fator decisivo para dimensionar a indústria da informação e do entretenimento.

As pessoas que querem suprimir o ensino do mecanismo gramatical na escola básica agem, conscientemente ou não, como políticos que tentam adivinhar o futuro. É comum se especular que as línguas nacionais serão substituídas como língua de cultura pelo inglês, ou por algum dialeto baseado no inglês, tomando como paradigma o domínio do latim sob o Império Romano. Há, porém, algumas diferenças: uma delas é que as línguas desaparecidas com a expansão de Roma, eram, na maioria, ágrafas; poucas tinham escrita e mesmo estas eram de uso restrito à administração e aos sacerdotes. A exceção mais notável é o grego clássico, que, no entanto, foi descrito pelos gramáticos de Alexandria e sobreviveu, dando origem ao grego moderno.

A bola de cristal

A previsão de desaparecimento ou restrição radical do uso de línguas como o português, com seu enorme acervo literário e ensaístico, lembra a representação de futuro nos filmes expressionistas alemães da década de 1920, em particular *Metrópolis*, de Fritz Lang: cidades cinzentas, habitadas por massas de operários sem identidade, morando em cubículos iguais, caminhando no mesmo passo... Neste caso, como naquele, a ideologia fabrica um futuro que não se confirma: a História é um processo caótico e, portanto, talvez previsível em linhas muito gerais, mas opaco quanto a fenômenos específicos.

O português não é uma língua de convenções e conteúdos pobres. Nem é fácil, com sua variedade vocálica e grafia mista – em parte fonética, em parte etimológica. O que está na moda é atribuir à língua formal – aquela em que escreveram o tipógrafo Machado de Assis e Lima Barreto, fracassado estudante de engenharia – um valor de classe. Assim, para sermos progressistas, deveríamos, por exemplo, antecipando-se ao que talvez (!) aconteça, acabar com as preposições que marcam o caso sintático dos pronomes relativos:

“a mulher que lhe falei” = “a mulher de que lhe falei”

“o caminho onde veio a tropa” = “o caminho por onde veio a tropa”

O interessante é que essa mesma área acadêmica não se aventura a apoiar o usuário da língua em algumas de suas necessidades mais prementes, por exemplo, como grafar os nomes geográficos: Vietname ou Vietnam ou Vietnã?, Amsterdã ou Amsterdã?, Singapura ou Cingapura? Nos três casos, o dicionário eletrônico do Word consagra formas contestáveis (Vietnã, Amsterdã, Singapura).

Há todo um passado de manipulação de traduções. “Bolchevique” por exemplo, vem de bolchói (grande = Bolchói), ou da forma bolchee (maior): designa os “partidários da maioria” em oposição aos “mencheviques”, “partidários da minoria”; Lima Barreto chamava o partido de Lenine de “maximalista”. Da mesma forma, a palavra “soviete” se traduz simplesmente por “conselho” e deriva do verbo “sovietavat”, aconselhar.

Ninguém se preocupou em fixar algum tipo de padrão para grafia dos nomes de pessoas, principalmente prenomes, em português, com sua história e grafia correta. A desinformação e o despreparo dos funcionários de cartório deram origem a milhares de Daianas, sem falar no mineiro Prodoamorfonjugo-demarimélia (pais: Mário e Amélia); do A-Z Werlon Rure; do Oceano Atlântico Linhares, que foi diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas; ou ainda aquele alto funcionário do Ministério da Agricultura que propiciou a Décio Vieira Otoni, crítico de cinema e redator do *Jornal do Brasil*, produzir um título em que, após uma afirmação sobre praga das cenouras, proclamava: “assim falou Zaratustra”. É um desafio não errar em nomes como Halphonsus ou Tereza (em todas as outras línguas, com “s”).

Para o jornalismo, que busca adequar enunciados aos fatos, é sempre problemático se deparar com expressões como “pacificação”, em que se usa a força; “terrorismo”, que inclui corretamente a ação de fanáticos homicidas mas exclui o bombardeio de cidades, o ataque a hospitais e a destruição de bens de não combatentes; “ajuda financeira”, quando se trata de financiar exportações para o país “beneficiário”; “guerra preventiva”, quando tudo que se deveria prevenir é a guerra; “ajuste fiscal” e “reajuste” que na verdade são codinomes para aumento de impostos ou preços; “moderados” a ditadores submissos e “radicais” aos que a eles se opõem; “agrotóxicos” ou, pelo contrário, “defensivos agrícolas” a inseticidas e fungicidas; “flexibilizar” no sentido de mudar alguma lei sempre que a mudança é contra os interesses das parcelas da população envolvidas – caso em que os desvios mais antipáticos chamam-se de “reforma” e são decididos, por conchavo ou império, a despeito ou com a cumplicidade dos parlamentos.

Muitos conceitos relacionados à política, aos costumes e, ultimamente, à crítica da ciência são impostos globalmente conforme padrões de determina-

das sociedades ou grupos de pressão. Vistos fora do contexto, evidenciam forte tendenciosidade; sua difusão além dos limites em que são consensuais é um exercício de poder. Correspondentes e repórteres enviados a países estrangeiros conseguem superar as agências internacionais, não na cobertura dos fatos, mas, principalmente, na interpretação de fatos políticos e sociais. O diferencial é que pensam como a média dos brasileiros; com suas aspirações, ansiedades e perspectivas.

Mentiras verdadeiras e verdades mentirosas

As figuras de estilo mais freqüentes, para o bem ou para o mal, são o eufemismo (“descontraído” = “desleixado”; “garota” = “prostituta”; “empréstimo a fundo perdido” = “doação”; “carentes” = “miseráveis”; “humildes” = “pobres”); a ironia (“talvez por causa da pressa, os deputados da oposição vão cumprimentar o presidente já com a mão estendida”); a citação inusitada da fonte (“os Estados Unidos, informa a enciclopédia, são uma democracia”); o desmentido ao que não foi publicado (“nenhuma fonte confirmou a informação de que grandes empresários estariam envolvidos no inquérito que corre em segredo de Justiça”); a antítese (“entre picanha e vinho francês, safra de 1998, discutiu-se no almoço com empresários a campanha contra a fome”).

Alguns desses recursos expressivos podem ter outra finalidade. Metáforas (comparações implícitas) são muito utilizadas em jornalismo científico para aproximar o público de realidades muito distantes de sua experiência, como as que envolvem partículas subatômicas ou grandezas estelares. No caso da astronomia, que se tornou assunto relevante para o público em geral após os primeiros eventos da conquista espacial, o volume de informação nova e a dificuldade em mensurá-la foi superada, em parte, graças ao talento de alguns cientistas-escritores, como Carl Sagan e Isaac Asimov, que recorreram a metáforas e modelos tão consistentes quanto possível.

Outros campos da ciência, como a física teórica, não têm tido a mesma sorte, em parte porque tangenciam a fronteira difusa entre conhecimento e crença. A dificuldade de confirmar hipóteses pela inferência lógica ou experimentação empírica permitiu o surgimento de correntes especulativas motivadas pela ideologia de pesquisadores.

Por motivos um pouco diferentes, a biologia vem sendo objeto de forte pressão leiga – seja o criacionismo que se volta contra a Teoria da Evolução das Espécies, sejam algumas formas populares de ambientalismo e teses exóticas sobre nutrição, geralmente motivadas por interesses mercantis. Bem como a psicologia, assediada pela transformação da psicanálise em objeto independente

de qualquer realidade observável no sistema nervoso, coisa que Sigmund Freud (que não dispunha dos recursos atuais de perquirição) certamente não faria. Há ainda o caso da medicina em geral, cujas práticas são contestadas por “terapeutas” de todas as correntes – explorando, principalmente, a vaidade humana ou a esperança que sobrevive imotivada e órfã em situações sem saída.

Metonímias (ou, mais precisamente, sinédoques, em que se toma a parte pelo todo) são constantes estilísticas da reportagem-testemunho, em que processos históricos ou eventos de grande porte são evidenciados por algum aspecto marcante (a pobreza de uma família pela pobreza de uma região, o preço de hortaliças como indicador de inflação). Uma variação disso é a eleição de símbolos: a queda do Muro de Berlim pelo ocaso da experiência socialista; o rapaz chinês que parece enfrentar um tanque de guerra na praça da Paz Celestial para condenar o regime de Beijing.¹³⁰ Ninguém assiste a uma guerra; no máximo, vê detalhes de algumas batalhas; da mesma maneira, forma-se juízo (também os repórteres) sobre uma cidade ou um país com base em alguns contatos particulares, limitados no espaço e no tempo.

Características da LJ (Linguagem Jornalística)

Com as inovações introduzidas pelas reformas do período 1950-1970, a linguagem jornalística tem, hoje, as seguintes características quanto à escolha de itens léxicos:

1. Utilizam-se, sempre que possível, palavras do registro formal admissíveis no registro coloquial da linguagem, isto é, aquelas que pertencem, ao mesmo tempo, ao conjunto dos itens léxicos aceitos na linguagem formal e na linguagem coloquial. Entre “próximo a” e “perto de”, “perto de”; entre “recinto” e “sala”, “sala”; entre “pretérito” e “passado”, “passado”; entre “sintagma” e “locução”, “locução”. Evita-se o “pois” consecutivo, que quase ninguém diz; é comum a frase ficar mais clara com o causal “porque”. O adjetivo “complicado” é melhor do que “complexo”, e “corajoso” ou “valente” é melhor do que “intimorato”. Não que essas palavras sejam “feias” ou “impróprias”: elas continuam na linguagem dos advogados, diplomatas, médicos e na saudação de oradores oficiais a chefes de Estado.

¹³⁰São símbolos eleitos, sem dúvida: o Muro de Berlim foi originalmente construído para conter a circulação de produtos, moeda e a transformação de Berlim Oriental em cidade-dormitório. Quanto ao rapaz chinês, a interpretação poderia ser “o soldado parou o tanque para não atropelar o rapaz” ou “que menino sem juízo, encarar um tanque desse jeito!”

2. Eliminam-se do texto expressões que possam ser entendidas como manifestação de preconceito que sejamos capazes de identificar.¹³¹ Em alguns raros casos, a forma menos popular é preferível: por exemplo, “calvo” a “careca”. No mais, escreve-se “pobre” e não “humilde”, falando de quem tem pouco dinheiro; “rico” e não “da classe média” ou “da classe alta”, tratando-se de quem tem muito dinheiro; usa-se “onde” apenas para referir-se a lugar (“cidade onde...”) e “em que” nas demais situações; prefere-se “funde o aço” a “produz o aço”; “risco de morte” a “risco de vida”; e “constrói uma casa” a “faz uma casa”. Buscam-se a concisão e a simplicidade mas, em primeiro lugar, a clareza.

3. Criam-se neologismos e atualizações necessárias (“malufista”, “petista”), formas condensadas que se originam da circunstância de os títulos terem letras contadas (“desarme” por “desarmamento”), bem como incorporam-se expressões populares e de gíria que se generalizam (“bumbum”, “bicheiro” etc.).

4. Deve-se ter cuidado com o modismo recente de trocar denominações para “melhorar a imagem” dos entes nomeados. Chamar uma pessoa de “idosa” pode ser gentil, mas dizer que ela está “na melhor idade” pode ser tomado como escárnio. Como a lepra é hoje curável, tem cabimento chamá-la de “hanseníase”, suprimindo o estigma associado ao nome. Mas certamente não basta trocar o nome de uma favela para “vila operária” ou “condomínio popular” para que as pessoas que lá moram vivam, ou suponham que vivem, menos mal.

5. Eliminam-se, sempre que possível, palavras estrangeiras, de gíria local e jargão profissional. Palavras técnicas, quando necessárias – e elas se tornam necessárias em períodos de intensa transformação tecnológica como o atual – devem ser usadas com moderação e acompanhadas da explicação necessária para entendimento imediato. Evita-se o tom professoral, mas se devem empregar, quando possível e adequado, ilustrações e infográficos esclarecedores.

6. A teoria geral por trás dessas escolhas é de que a precisão é relativa, dependendo do contexto e do(s) destinatário(s) da informação. A informação de que uma nave experimental é movida a jatos de partículas subatômicas ou íons é adequada o bastante para um público com formação escolar básica completa, mas nitidamente insuficiente para um físico, que gostaria de dispor de detalhes sobre o funcionamento desse motor iônico; a mesma informação é, por outro lado, inacessível a pessoas sem formação básica ou que não presta-

¹³¹ Isso não significa ceder às pressões de grupos motivados para defender o que acham que é “politicamente correto”. Negro é negro; afro-brasileiro não tem sentido, salvo se adotássemos como critério válido diferenciar euro-brasileiros e semítico-brasileiros, sino-brasileiros e nipo-brasileiros. Homens e mulheres são sexos, não gêneros; a palavra gêneros, na gramática portuguesa, se aplica a armários e cadeiras tanto quanto a abelhas e zangões. É tolice usar a língua para mitigar problemas de auto-estima.

ram atenção às aulas de ciências – daí o bom senso de se acrescentar no jornal explicações ingênuas, tais como “este é um tipo de motor que só existia em filmes de ficção científica e histórias em quadrinhos”.

7. Flutuações gramaticais são inevitáveis. Em construções como “lava-se/lavam-se carros” ou “vê-se/vêem-se pessoas”, por exemplo, há duas normas competindo. A tradicional considera que carros e pessoas são, nessas frases, sujeitos dos verbos, obrigando-os ao plural; diante da insistência dos usuários em dizer e escrever “aluga-se”, “vende-se”, “dá-se”, alguns gramáticos inspiram-se no “on” francês para especular que se trata de uma partícula (“se”) que, funcionando como sujeito indefinido, justificaria o verbo no singular. Na dúvida, e até porque isso não tem maior importância, segue-se a tradição. E não se deve aderir sem muita crítica a flutuações regionais como a dos habitantes de algumas regiões do interior paulista, que não são três, quatro ou cinco numa viagem, mas são “em três”, “em quatro” e “em cinco”; ou dos recentes presidentes da República, de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva, que insistem em ganhar tempo nos seus improvisos colocando um “de” entre o verbo *dicendi* e a proposição que o sucede. Lembre-se que, quando um político desses diz “Getúlio Vargas prometia de que ...”, os ossinhos do velho sacodem e sua alma nacionalista verte uma lágrima.

8. Eliminam-se (com exceção das citações) adjetivos e categorias testemunhais, isto é, aqueles e aquelas cuja aplicação depende da subjetividade de quem produz a mensagem. Assim, evita-se dizer que alguém é próspero, bonito ou notável; prefere-se alinhar (ou exemplificar) os bens, reproduzir depoimentos de entendidos sobre a beleza ou contar episódios nos quais se comprova a notabilidade. Não conhecendo o autor do enunciado, o leitor geralmente não é capaz de avaliar os padrões de referência da aferição: em relação a que medida se é próspero, a que padrão temporal, étnico ou estético se reporta a aferição de beleza, e qual a natureza ou intensidade da notabilidade atribuída.

9. Eliminam-se, com exceção de citações, advérbios que expressam juízos de valor ou modulam predicções e sentenças, situando-as em mundos possíveis ou desejáveis – em suma, os advérbios de modo. Salvo situações muito específicas, o jornalismo reporta-se ao mundo real, não ao mundo que seria possivelmente, provavelmente, supostamente etc.

10. As sentenças são construídas, quase sempre, na terceira pessoa, com exceção das citações em discurso direto. Os tempos preferenciais, nas notícias, são o passado perfeito, o futuro e o presente pelo futuro, reservando-se o presente concomitante (vou ao cinema = estou indo ao cinema) ou freqüentativo (vou ao cinema = costume ir ao cinema) para as interpretações. Formas imperfeitas (presente e pretérito) cabem em descrições de personagens e entes em geral que interferem no enunciado.

11. A língua combina as qualidades de um sistema lógico com as de registro do passado da cultura, o que envolve algumas sutilezas. Por exemplo: pode-se “possuir” ou “ter” uma casa, mas não se deve “possuir” ilusões; é preferível “tê-las”. “Possuir” tem um traço de posse física (“possuir uma mulher”), exatamente como acontecia com o verbo *tenere* (possuir), que gerou “ter” em português, deixando a *habere* (ter) o sentido original de *essere* (ser).

Essa migração é um fenômeno interessante. Nos países ibéricos, que se confrontaram na Idade Média com a expansão do mundo islâmico, a religiosidade cristã, para defender-se, assumiu comportamento sectário e fundamentalista. Nele, o conceito de “ser” ficou restrito a Deus ou a ações divinas; toda criação, no entanto, pertence a Deus, cujo nome não pode ser dito em vão. Daí o “ter” (haver, em português; *haber*, em espanhol) substituir “ser” (*essere*) nesses casos, deslocando-se “possuir” (*tenere*) para o valor semântico de “ter”.

12. Segue-se uma relação de erros comuns no texto de estudantes:

- **Ortográficos** – Perderam relevância com os corretores ortográficos incluídos nos programas de edição de texto. A exceção é o caso de palavras semelhantes, com sentidos distintos, como:

Incipiente (iniciante)/insipiente (ignorante).

Esperto/experto.

Obcecar (cegar, levar a erro)/obsedar (impor-se, apoderar-se do espírito de alguém, mais obsessão, obsessivo, obsessor).

Etnológico (estudo de etnias)/etimológico (estudo da origem das palavras)/Enológico (relativo a vinhos).

Deslizar (escorregar)/deslizar (alisar)

Orográfico (estudo de montanhas)/holográfico/ortográfico.

Migrante/imigrante (que chega)/emigrante (que parte).

- **Sintáticos** – Os desvios mais comuns são:
 - a. Concordância verbo-nominal quando o verbo antecede o sujeito. Exemplo: “*Chegou/ chegaram* a Florianópolis Fulano e Beltrano”; “*São* necessários passaporte e algum dinheiro”.
 - b. Uso diferencial da vírgula em locuções nominais próprias e situações de aposto. Exemplo: “O comandante do navio, capitão-de-fragata Mário Assunção, ...” / “O tenente do Corpo de Bombeiros Mário Assunção...”. Vão entre vírgulas os apostos, o que ocorre quando o cidadão nomeado ocupa um cargo único (um navio não tem dois comandantes). Caso contrário, por mais extenso que seja o título do cargo ou emprego, o nome não ficará entre vírgulas: é parte da locução nominal.

- c. Uso de vírgula em sentenças intercaladas. A vírgula é obrigatória quando a informação é secundária, adicional, em relação à sentença principal. Exemplo: Falando de um homem já mencionado: “O homem, que estava de cócoras, levantou-se ...” ; mas, com vários homens presentes, um dos quais de cócoras: “O homem que estava de cócoras levantou-se ...”.
 - d. Períodos com sentenças sem verbo. Exemplo: “Ele chegou. De automóvel. Sozinho.” Esse tipo de construção é e deve ser rara, atendo-se ao uso literário e à intenção de ênfase. Em regra, toda sentença tem verbo.
 - e. Omissão do sujeito em parágrafos lógicos. O sujeito deve ser repetido (pelo próprio nome, por um nome mais abrangente, por um pronome) a cada parágrafo.
 - f. Não utilização do ponto-e-vírgula como marcador de segunda classe, nas enumerações, eliminando a confusão de nomes e atributos: “... O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush; a rainha da Inglaterra, Elizabeth II; ...
 - g. Abuso do pronome pessoal. O português permite, com ganhos estilísticos, a supressão de pronomes pessoais do caso reto (eu, tu, ele etc.) antes de verbos em forma conjugada. Exemplo: “O general desembarcou em Goiânia. Vestia uniforme ...”/”O general desembarcou em Goiânia. Ele vestia uniforme ...”.
 - h. Abuso de artigos indefinidos. Devem-se evitar artigos indefinidos (não o numeral um, uma), particularmente em situações de dupla indefinição. Exemplo: “Chegaram à fazenda uns cachos de umas uvas híbridas.”/ “Chegaram à fazenda cachos de uvas híbridas.”
 - i. Um segredo estilístico na língua portuguesa: quanto menos palavras átonas, mais robusto fica o texto. Daí essa economia dos artigos indefinidos, dos pronomes pessoais etc.
- **De propriedade vocabular** – O mais comum é o uso de expressões fora do registro de linguagem adequado.
 - a. Estritamente coloquiais ou de jargão: *falar* por *dizer*, *colocar* por *propor*.
 - b. Estritamente formais ou técnicas, sem necessidade: *denegar* por *negar*, *perspicaz* por *esperto*, *próximo a* por *perto de*, *adentrar* por *entrar*.
 - c. Palavras fora do sentido exato: *frei* por *frade* (frei é forma de tratamento), *resgatar* por *salvar*, *resgate* por *salvamento*.
 - d. Exageros importados da comunicação coloquial: *todo mundo viu o casamento*, *o fato mais importante* (*a pessoa mais bonita*, *o trem mais luxuoso*) *do século*.

- e. Determinações imprecisas: *várias pessoas* em lugar de 10 (ou 15, 20) *pe-soas*; *alguns trocados*, em lugar de *50 centavos*.¹³²

Ligações Perigosas

Com maior ou menor freqüência, jornalistas são chamados a lidar com textos em inglês ou mal traduzidos para o português. Mesmo países com grande tradição de zelo pelo idioma (como a França, por exemplo) cedem à necessidade de utilizar o inglês (ou um dialeto do inglês, um tanto latinizado) nos contatos internacionais. Quem aprende a falar uma língua estrangeira tende a usar qualquer oportunidade para exibir a pronúncia; esse, sem dúvida, é um fator para que chamem “site” de “saite” em lugar de “sítio”; diga-se “link” e não “enlace”, que é a mesma coisa; “homepage” e não “morada”; “assumir”, em lugar de “supor” (por exemplo, que o seu time vai ganhar o campeonato); “planta” em lugar de “usina”, “fábrica”; e “realizar”, em lugar de “conceber” (projetos para o futuro, por exemplo).

Há verdadeiro conflito de gerações entre as que chamam RCA de erre-cê-á, NBC de éne-bê-cê, BBC de bê-bêce etc. e a que hoje em dia chama EMI de i-éme-ái; USA de iú-ésse-êi, FBI de éfe-bi-ái etc. Não acontece por acaso. No entanto, o resultado dessa globalização a martelo é que não apenas formas gramaticais (em português, o modo subjuntivo, o futuro do pretérito e o mais-que-perfeito) são afetadas, como há certo contágio de sentidos.

Mas há também doses letais de pedantismo, ou, na linguagem de agora, arrogância – preferida por ter cognato (*arrogance*), muito na moda, em inglês. Já não oferecemos, “disponibilizamos”; não iniciamos o sistema operacional do computador, “inicializamos”, ato que pode ser denominado “inicialização”; não projetamos prédios, campanhas e viagens, “desenhamos”; não computamos, “computalizamos”, da qual computalização e, talvez, no futuro, alguma coisa como *computalizacionamento*.

Termos em inglês associados ao jornalismo

Fonte: ZACCHI, 1997.

Agência de notícia	News agency, press agency
Alinhamento	Alignment
Ampliação (foto)	Enlargement

¹³²Remetem-se os interessados em aprofundar esses itens a (CASTRO, 1998) e (GARCIA, 1988).

Âncora	Anchor, anchorwoman (f.), anchorman (m.), anchorperson
Animação	Animation
Anúncio	Ad, advertisement
Ao vivo	Broadcast live, live
Apresentador (de notícias)	Newsreader
Arquivo	File
Articulista	Newspaper writer, gazetteer
Artigo	Article, piece
Assessor de imprensa	Press officer
Assessoria de imprensa	Press office
Audiência	Audience, ratings
Bico-de-pena	Pen-and-ink
Bloco (de telejornal, etc)	Segment
Boneco (espelho de composição)	Dummy
Cabeça da matéria	Teaser
Caixa alta (maiúsculas)	Upper case, caps
Caixa baixa (minúsculas)	Lower case
Calúnia	Libel
Canal de TV	TV channel
Caricatura	Caricature
Censura	Censorship
Centralizar (texto)	Centre
Capitular	Drop cap
Cinegrafista	Cameraman
Circulação	Circulation
Chapa de impressão	Cliché
Cobertura	Coverage
Código de ética	Code of ethics
Comercial	Commercial
Correspondente	Correspondent
Cortar	Cut
Crédito (texto)	By line
Crônica	Chronicle
Desenho	Drawing, design, sketch, draft
Digitar	Type
Direitos autorais	Copyright
Documentário	Documentary

Edição	Edition
Edição esgotada	Sold out edition
Editar	Edit
Editor	Editor
Editoração	Editorial Business, publishing, publication
Editoria de economia	Business, money
Editoria de esporte	Sport
Editoria de internacional	International, world
Editoria de variedades	Miscellaneous
Editoria de ciência	Science
Editorial	Editorial, leading article, leader
Editorialista	Editorialist
Enquadramento	Framing
Entrelinha	Leading
Entretítulo	Crosshead
Entrevista	Interview
Entrevista coletiva	Press conference
Entrevistado	Interviewee
Entrevistador	Interviewer
Entrevistar	Interview
Equipe de TV	TV crew
Erro de impressão	Misprint
Estagiário	Trainee
Fato	Fact
Filmagem	Footage, recording
Filtro	Filter
Fonte de informação	Source of information
Formato	Format
Formato “standard”	Broadsheet
Fotografia (jornalística)	Pic, snaps
Fotograma	Photogram
Furo	Punch
Guerra por audiência	Ratings battle, ratings war
Histórias em quadrinhos	Comic, comic book, graphic novel
Horário nobre	Peak-time, prime-time
Ilustração	Illustration
Imprensa	Press

Imprensa ordinária	Gutter press
Imprensa sensacionalista	Sensationalist press
Impressão	Print, printing
Informação	Information
Interrupção da programação normal para divulgação de notícias	Newsflash
Intervalo comercial	Commercial break
Invasão de privacidade	Invasion of privacy, breach of privacy
Itálico	Italics
Jornal	Newspaper
Jornal de empresa	House organ
Jornaleiro	News vendor, newsboy
Jornalismo	Journalism
Jornalista	Journalist, press man (GB), journo, hack
Justificar (texto)	Justify
Leitores (número de)	Readership
Liberdade de imprensa	Freedom of the press, press freedom
Logotipo	Logo
Manchete	Headline
Matéria	Story
Montagem de páginas	Paste up
Negrito	Bold
Nota (notícia curta)	Nib, news in brief
Notícia	News
Obituário	Agony column
Olho da matéria	Strap, strap line
Ortografia	Spelling
Páginas centrais	Double spread
Parágrafo	Paragraph, par
Palms (computadores pequenos com tela para escrever, telefone celular, acesso à internet etc.)	PDAs (Palm é o nome da firma que lançou esse produto no mercado)
Periodicidade	Periodicity
Plantão	Shift
Polêmica	Polemics
Politicamente correto	Politically correct
Politicamente incorreto	Politically incorrect

Prelo	Press, printing press
Pseudônimo	Pseudonym
Publicação	Publication
Publicidade	Publicity
Radialista	Radio announcer
Rádio (estação de)	Radio station
Redação (sala de)	News room
Rede (TV e rádio)	Broadcaster
Redução (foto)	Reduction
Relações públicas	Public relations
Reportagem	Report
Repórter	Reporter
Repórter fotográfico	Press photographer, snapper
Retranca (fazer a)	To break up
Revista	Magazine
Sala de imprensa	Press box
Sangrar (foto)	Bleed
Sensacionalismo	Sensationalism
Suplemento	Supplement
Tablóide	Tabloid
Texto falso	Pseudo graph
Texto original	Original text
Texto revisto	Revised text
Tipo	Body type
Tiragem	Circulation
Transmissão	Broadcast
TV a cabo	Cable TV
Vinheta	Vignette

O texto da reportagem



Em geral, a arte de governar consiste em tomar tanto dinheiro quanto possível de uma classe de cidadãos para dar a outros.
(VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, 1764)

A notícia expõe um fato ou seqüência de fatos: caiu um avião na mata, é notícia; resgatam-se passageiros e tripulantes dias depois, outra notícia; divulga-se o relatório técnico sobre o desastre, uma terceira notícia apoiada na recapitulação das duas anteriores.

Já o relato detalhado, com base em testemunhos, do sofrimento daqueles dias passados na selva, entre feridos, mortos, medo, incerteza e crises de desespero – isso daria uma excelente reportagem.

Essas duas situações são exemplares daquilo que distingue notícia de reportagem – distinção que não se faz tão claramente na língua inglesa. A intensidade, profundidade e autonomia do jornalista no processo de construção da matéria são, por definição, maiores na reportagem do que na notícia.

O imediatismo é menos importante: algumas das mais famosas reportagens foram escritas – ou produzidas – muito tempo depois dos fatos a que se reportam. Só as editadas em livros, geralmente extensos, e tomando como critério de seleção a colocação ao acaso na estante: *Chatô, o Rei do Brasil*, de Fernando Morais; *Cobras Criadas*, de Luiz Maklouf Carvalho; a série de volumes sobre o regime militar, de Élio Gaspari; *O Dossiê Brasil*, de Geneton Moraes Neto, entre outros, de data recente. Alguns clássicos são *Os Sertões*, de Euclides da Cunha,

México Rebelde e Os Dez Dias que Abalaram o Mundo, de John Reed. Percorrendo publicações, produções de telejornalismo e programas de rádio, o espectro da reportagem se amplia de tal forma que é capaz de incluir quase todos os temas do conhecimento e desconhecimento humanos.

A reportagem pressupõe alguma interpretação, quanto mais não seja a que sustenta a linha editorial, e permite certa margem de opinião, em temas duvidosos. Se, por acaso, o repórter entende que a explicação da Aeronáutica para a explosão do foguete que ia ser lançado de Alcântara, no Maranhão, em agosto de 2003, não é convincente, pode tentar obter documentos sobre o evento, levá-los a cientistas estrangeiros, relatar o esforço que envolveu a construção, expansão e operação da base – incluindo a resistência de movimentos ecológicos, propostas inaceitáveis de parceria etc. É arriscado: como em muitos outros casos, deve-se resistir à tentação do sensacionalismo, da superficialidade ou das teorias conspiratórias.

Na prática, a diferença entre notícia e reportagem começa pela *pauta*. Chama-se pauta, em jornalismo, o planejamento de matérias para um veículo ou de dada matéria em particular. Depende de quem fala: editores tendem a considerar o conjunto, enquanto repórteres falam de pauta referindo-se ao projeto de matéria que lhe foi atribuído.

Pautas de notícias normalmente consistem em:

- (a) Indicação de *suítes* – continuações ou desdobramentos de eventos da véspera (se um prédio desabou, a apuração das causas ou responsáveis pelo desabamento; se uma atriz famosa está na cidade, provavelmente dará uma entrevista coletiva, ou será interessante acompanhá-la em algum momento).
- (b) Sugestões de coberturas sazonais (o acesso às praias no verão, o preço das roupas de inverno, escolas de samba imediatamente antes e depois do carnaval, preço dos peixes na Semana Santa, dos ovos de chocolate na Páscoa).
- (c) Fatos de interesse público, descobertos a partir de observações pessoais (alguém viu novos barracos invadindo áreas de floresta).
- (d) Repetição local de notícias produzidas em outras cidades ou países com bons resultados editoriais (grau de confiança na água das piscinas públicas, uso de novas lentes para registro de eventos).
- (e) Eventos inesperados que chegam à redação por denúncias, pela apuração de rotina pelo telefone ou pelo computador.

Pautas de reportagens são mais completas: reúnem as informações disponíveis sobre o tema ou evento e sugestões de tratamento editorial; fornecem su-

gestões quanto a sua abordagem e prevêem até custos e prazo de produção. Em televisão, é provável que se façam pesquisas prévias e com base nelas, um pré-roteiro com essa finalidade.

Notícias podem motivar reportagens. Por exemplo: a notícia do desabamento de um edifício serve de *gancho* para uma reportagem sobre os prédios na região, ou sobre a formação dos engenheiros, a fiscalização de obras, aspectos do Direito relacionados a responsabilidades e indenizações em casos assim etc.

Isso não significa que toda reportagem tenha um *gancho*, ou seja, decorra de uma notícia. Posso *pautar* uma reportagem sobre a segurança do trânsito, sobre a crise política em Brasília (há sempre uma) ou sobre o triste destino dos habitantes de Cartago sob ocupação romana sem que algum acidente, a deposição de um governante brasileiro ou aniversário da batalha pela posse da cidade africana criem o pretexto, o *gancho* para abordar o assunto.

O paradoxo (a antítese) é a principal matriz do interesse jornalístico. Mudanças políticas, inflexões no pensamento científico, procedimentos resultantes de novas tecnologias, o inusitado, o surpreendente – tudo que é capaz de gerar contradição ou conflito – pode motivar uma reportagem. Mas é preciso também considerar a oportunidade do tema ou evento, o quanto atende à demanda (para uso, informação cultural ou recreação) de comunidades ou segmentos da população que têm acesso ao veículo.

Em linhas gerais, a configuração da sociedade moderna valoriza a economia, que tende a ser a lente através da qual tudo se vê. Mesmo as atividades nada lucrativas, no âmbito do Estado ou fora dele, são contabilizadas pelo custo e justificadas pelo benefício econômico. Isso altera, de certa maneira, a noção de interesse jornalístico, competindo com fatores como a luta política (que tende a ser mais previsível), a tradição (atribuída com rapidez) ou a fé.

Pode-se, no entanto, fugir ao que é declaradamente econômico para abordar aspectos da vida moderna que têm interface com a economia. A venda contínua de automóveis – e de modelos luxuosos e caros – na cidade de São Paulo, por exemplo, pode ser documentada e suscitar uma questão curiosa: por que isso ocorre se cada automóvel, pelo rodízio, só pode rodar nas ruas três, dois e provavelmente, no futuro, um dia por semana. Terá sido mesmo o objeto “automóvel” dispensado de sua condição primária de veículo para o patamar exclusivo dos símbolos de riqueza? Dependendo da renda e do gosto, a frequência à comilança de uma churrascaria pode ser trocada pela dieta permanente de um restaurante da *nouvelle cuisine* – aquele que as pessoas prevenidas jantam em casa antes de ir lá?

Um dos elementos que tornam a reportagem mais necessária aos homens contemporâneos é a busca de explicações ou a adesão às novas habilidades.

Nenhuma formação escolar ou acadêmica dá conta das transformações a que se assiste, atualmente ao longo da vida. E o que é mera novidade para alguns poderá funcionar como indicador para pesquisas aprofundadas de um especialista ou aficionado. O território permanece livre para a mistificação, mas a credibilidade (quando não o compromisso ético) se amplia quando a informação é baseada em conhecimentos científicos e atende ao compromisso ético sem o qual o jornalismo é simplesmente pernicioso.

Cabe aos jornalistas discernir o que é efetivamente científico e ético do que é mistificação, abuso da credulidade alheia ou penetração na área restrita das intimidades de quem as preserva. Para isso, precisam dispor de um patamar razoável de conhecimentos na área da epistemologia da ciência,¹³³ bem como dos costumes e limites fixados pela sociedade em que vivem, para o que é público e o que é privado.

A cobertura

A cobertura de uma série de eventos, relacionados por contigüidade ou seqüência, no intervalo entre as edições de um jornal diário, fica na fronteira entre notícia e reportagem. Os procedimentos para produção desse gênero de relato eram, tradicionalmente, os seguintes:

- (a) Colecionavam-se papéis com as informações sobre um evento em curso, distribuindo-os em pastas. Por exemplo: “acontecimentos principais”, “repercussão”, “antecedentes”, “personagens”, “situação geográfica” etc.
- (b) A certa altura, perto do horário de fechamento da edição, dividia-se a matéria entre diferentes redatores, um dos quais (geralmente o que acompanhava os fatos desde o início) incumbia-se dos “acontecimentos principais”.
- (c) O material era editado na mesma página, distribuindo-se matérias e fotografias, geralmente, como sub-retrancas do texto mais importante.

Difícilmente o próprio correspondente ou repórter enviado ao local do evento redige o texto condensado: não teria tempo para isso e, mesmo que tivesse, não haveria vantagem apreciável. Por mais competente que seja, nenhum observador pode acompanhar uma guerra (um terremoto, uma série de crimes, uma batalha parlamentar ou diplomática) em sua totalidade: vê apenas, de cada vez, alguns aspectos das batalhas (da destruição, algumas das vítimas), conversa com oficiais no comando (com a defesa civil, com policiais ou bandidos) ou

¹³³ O conceito de ciência, aqui, inclui a inferência e a experimentação empírica como instrumentos de comprovação de hipóteses.

ouve políticos com versões desencontradas – e é bom que se limite a transmitir e avaliar essas perspectivas.

Ainda assim, o correspondente ou repórter especial costuma assinar a matéria e as informações que fornece são valorizadas, quer no texto principal quer em algum outro, publicado com destaque.

A introdução dos computadores e a concepção individualista do jornalismo (a confusão entre reportagem e repórter, entre indústria e artesanato) contribuíram para que esse conjunto de procedimentos fosse posto de lado, em várias oportunidades nas últimas três décadas. A edição ao longo do dia de matérias enviadas pelo correspondente ou repórter especial, ao lado de telegramas das agências, conduz a um erro grave: permite a repetição e a contradição entre dados.

No pólo oposto, a visão gerencial do jornalismo (que esteve e ainda está em voga) só possibilita grandes coberturas quando programadas com antecedência. O imprevisível é jogado nas páginas quase ao acaso, já que a gerência cobra sempre prazos, mas não cuida da qualidade do produto.

Mesmo em matérias programadas, essa estratégia pode ser frustrante. Quando houve o atentado contra as torres gêmeas, na manhã de 11 de setembro de 2001 – no Brasil bem cedo – os jornais daqui tiveram tempo de se programar, acionando sucursais ou correspondentes que os principais deles têm em Nova York. Abriam páginas e cadernos especiais. Não capricharam em matérias “de gaveta” – como o relato da construção e da arquitetura das torres, a segurança ou insegurança dos aeroportos etc. Esperaram cobertura abundante. No entanto, o que se viu foram as mesmas imagens mostradas repetidamente pela televisão, informações adicionais inexistentes (salvo o discurso heróico com que os americanos costumam exaltar suas derrotas): nem imagens de mortos e feridos, nem entrevistas com sobreviventes e a promoção bombástica do heroísmo.

Acontecia algo em que editores e gerentes admitem hoje com alguma dificuldade: a mudança radical de orientação política, com aumento do poder de moralistas e direitistas radicais sobre os veículos de informação, mesmo os mais tradicionais. O jornalismo americano, ultra-liberal e até libertino na cobertura do romance extraconjugal do presidente Clinton aceita cobrir uma guerra em que soldados morrem e se aleijam, mas não se pode mostrar caixões, cadeiras de rodas e a dor das famílias.

O discurso do “condensado”

Teun Van Dijk, lingüista holandês, estudou os textos de condensados jornalísticos que ele, seguindo o padrão inglês, chama de “notícias”, quando, melhor, são uma forma de apresentação que se pode considerar distintamente, típica dos diários impressos, mas não a única utilizada por eles.

O artigo de Van Dijk mais conhecido no Brasil analisa a cobertura do assassinato de Bashir Gemayel, presidente cristão do Líbano, em 1982. Em outro texto, mais recente, o autor estuda o extenso noticiário do *The New York Times* reproduzido no *International Herald Tribune* de 12 de julho de 1984 sobre a nomeação de um comitê libanês para assegurar a libertação de reféns cristãos aprisionados por militantes muçulmanos. A matéria inclui outros eventos ocorridos no país no mesmo dia, desde o ataque à embaixada da Líbia até os esforços do governo para reabrir a rodovia entre Beirute e Sidon, interdita havia meses por ativistas da minoria drusa.

O *lead*, nas palavras de Van Dijk, “oferece a macroestrutura completa do tema principal”, especificando o agente (o governo libanês) e os objetivos do comitê (assegurar a libertação dos reféns e investigar o destino de outros desaparecidos). O segundo parágrafo complementa o primeiro: contém declarações do primeiro-ministro Rashid Karami e informa que o comitê não tem prazo fixado previamente para concluir seus trabalhos.

Detalhes e especificações vêm no quarto e quinto parágrafos. O terceiro situa a informação principal no quadro de um esforço para restabelecer (ou estabelecer, se forem considerados os eventos após a Segunda Guerra Mundial¹³⁴) a paz na região. O ataque xiita à embaixada aparece no sexto parágrafo, como tema secundário. Finalmente, no penúltimo parágrafo (portanto, no pé da matéria) está o terceiro tema, a formação de outro comitê para cuidar da liberação da rodovia.

Van Dijk chega essencialmente a uma conclusão:

“A partir desta análise, concluímos que o discurso jornalístico pode mostrar uma estrutura de realização temática que é, basicamente, global, de relevância controlada e cíclica. Quer dizer: os atos dos participantes principais politicamente relevantes começam primeiro, seguidos em cada ciclo pelos detalhes sobre eles, a identidade dos participantes secundários, os componentes, condições, conseqüências, formas dos atos, detalhes do momento e da situação etc. A utilização da relevância política como critério para a realização temática significa que se mencionam primeiro as condições ou conseqüências e participantes compatíveis com modelo estabelecido pelo periódico e seus leitores em face da situação em geral e dos acontecimentos mais recentes em particular.” (VAN DIJK, 1999:77)

.....

O autor defende uma perspectiva semântica para a gramática do texto jornalístico:

¹³⁴De 1934 a 1952, o Líbano foi governado por um só presidente, Bechara el Khoure.

“O significado total (macroestrutura) do discurso possui algo mais do que seus princípios organizativos próprios. É necessário algum tipo de sintaxe total, que defina as formas possíveis em que os assuntos e os temas podem inserir-se e ordenar-se no texto real. Quer dizer: em nível global, necessitamos do que já era corrente nas gramáticas tradicionais, em que as representações semânticas se projetam sobre as estruturas sintáticas das orações.” (*Op.cit.*:78)

.....

Van Dijk sustenta que a forma global do discurso pode definir-se por um esquema baseado em regras. Tal esquema é formado por uma série de categorias ordenadas hierarquicamente, “especificadas por diferentes tipos de discursos, tornadas convencionais e, em consequência, diferentes em sociedades ou culturas distintas”. (*ibidem*)

Reportagens “narrativas”

São relativamente raras nos periódicos impressos reportagens estruturalmente narrativas, isto é, constituídas por seqüências que se adicionam umas às outras, definindo um ou mais planos de narração. No entanto, muitas reportagens são “narrativas” por outro aspecto, isto é, abordam eventos que transcorrem no tempo, subordinando seqüências a sentenças-tópico e eventualmente intercalando entrevistas, diálogos significativos e análises de situação.

A matriz dessas seqüências é, sem dúvida, o romance realista, ou uma variedade dele, o romance social. O repórter mais relata do que interpreta, mas isso não suprime a militância: participa ao escolher uma perspectiva, que não é necessariamente a do veículo ou do leitor. Dos fatos relatados, e não de discursos retóricos, brotam as figuras intensamente reais do Conselheiro, em *Os Ser-tões*, de Lênin e Trotsky em *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, ou dos comunistas presos, em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos.

Se algo distingue o texto contemporâneo de seus antecedentes, no entanto, é a influência do cinema, que valoriza a significação do gesto e do detalhe; sugere mais do que afirma; mostra mais do que critica – sem que o significado, a sugestão ou a evidência correspondam necessariamente à verdade, tomada como adequação do enunciado ao fato. Cada reportagem constrói seu próprio universo e o serve, em postas, aos leitores.

Em outras palavras: qualquer reportagem factual contém uma interpretação, e toda reportagem interpretativa – incluídas entrevistas e perfis – apóia-se, por definição, em fatos, ou não se trata de reportagem. Contudo, fala-se em “reportagem investigativa”. O que é isso?

Pode-se entender a expressão de duas maneiras, ou com ênfase em dois aspectos. O primeiro toma a investigação como atividade basicamente intelectual. Nesse caso, a reportagem moderna tende a convergir para o que Philip Meyer chamou de “jornalismo de precisão” (MEYER, Web) e, na Europa, às vezes chamam de “jornalismo científico”.

Trata-se de agregar tecnologia no processo de produção intelectual da reportagem; da utilização de processos estatísticos, tabelas ou bancos de dados que podem oferecer diretamente informação jornalística ou ser o ponto de partida para o desenvolvimento de formas convencionais de apuração, como a entrevista e a consulta a textos. Esse método mostra-se útil quando se trata de contestar o senso comum com uma prova considerada irrefutável – a dos números; facilita a contextualização dos eventos e se presta à valorização do jornalismo como instrumento de educação permanente.

O segundo entendimento de “reportagem investigativa” inclui procedimentos de risco, como simulação de identidade, infiltração em guetos etc. Um exemplar típico do gênero é *Cabeça de Turco: uma Viagem aos Porões da Sociedade Alemã*, de Gunter Wallraff, em que o autor se faz passar por imigrante em busca de emprego e é levado a exercer funções degradantes e perigosas.

O texto resultante da aplicação dessas técnicas tem resultados diferentes. No caso do dado estatístico, ele pode ser exposto ou interpretado; já a investigação em campo, com todo risco que encerra, resulta normalmente em matérias com vários segmentos narrativos – em que o repórter pode aparecer como herói ou emissário do público. Há jornalistas que admitem o perigo por terem vocação heróica ou vaidade expandida.

A crise das ilustradas

A forma gráfica e o estilo dos magazines contêm proposta, enfoque, refletem normalmente uma época, de modo que *Careta* ou *Vida Doméstica* seriam incompatíveis com o jornalismo de agora (ambos são produtos típicos da primeira metade do século XX), ao contrário do que ocorre com os jornais, que atravessam diferentes períodos e até se vangloriam disso. É certo que a *Revue de deux mondes*, fundada em 1829, circula ainda – mas o “*journal littéraire*” de hoje em nada se parece com a publicação que, no império, ia direto do Cais Faroux para o gabinete de D. Pedro II, que nela respirava perfumes europeus – não os melhores cheiros, opinam os eruditos.

Os magazines não especializados por tema ou público e que utilizavam a ilustração fotográfica como elemento motivador de leitura, decisivo na orientação e linha editorial das matérias – *Life*, *Look*, *Paris Match*, *Stern*, *Quick* e, no Brasil,

O Cruzeiro e Manchete –, tiveram seu apogeu nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial: *O Cruzeiro* chegou a tirar (ou anunciar a tiragem) mais de 700 mil exemplares, em um país de 50 milhões de habitantes, e *Manchete*, com suas cores maquiadas (por exemplo, o Canal do Mangue, no Rio de Janeiro, que escoava águas pluviais, não podia aparecer marrom, como é, de fato; no máximo, ficava esverdeado) foi a grande divulgadora do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Nessas publicações, como na televisão, boas imagens justificavam reportagens medíocres. No Brasil, em *O Cruzeiro*, afora a crônica do Rio de Janeiro e de São Paulo – cidades que começavam a se agigantar –, os assuntos mais frequentes eram exposições de gado, índios e a selva que repórteres visitavam, sempre reverenciados e auto-referentes; em *Manchete*, a penetração no Oeste e as grandes obras da modernização do país.

Nelas, a noção de *lead* ou mesmo de abertura de matérias sofria uma transformação radical: o que iniciava o texto e motivava a linha editorial era a fotografia ou as fotografias, que ocupavam bom espaço do *layout* (nesse caso, conjunto de duas páginas). Não por acaso as primeiras revistas do gênero, na década de 1930, tratavam de cinema e serviam ao marketing de Hollywood, veiculando imagens de atores e atrizes sempre muito bem iluminados (uma luz atrás da figura delineava os cabelos e comumente a iluminação direta valorizava a expressão dos olhos e dos lábios).

Era a partir da fotografia que se armava o texto. A fotografia de homens encapuzados em um beco de Karbala, cidade iraquiana, geraria uma abertura assim (invento, com base em imagem da televisão):

A morte faz sua ronda nos becos de Karbala, cidade sunita que resiste ainda ao poderio da força armada mais poderosa do mundo. Lá não se conhece amigo ou inimigo, igualados todos pela pobreza, pelo medo e pela higiene precária dos cortiços.

.....

Isso significa, para ser mais claro, que um texto sobre macartismo pode ter como principal ilustração a imagem do senador Joseph McCharty, e começará contando algo sobre caçador de bruxas da década de 1950 – por exemplo, situando-o como patrono dos “falcões” atuais da política americana; ou mostrar uma galeria de vítimas da comissão de atividades antiamericanas (escritores, roteiristas de cinema, comediantes, cartunistas) e, neste caso, relatando sua odisséia; ou com a explosão da bomba de hidrogênio soviética, equiparada, na época, à Al-Qaeda do início do segundo milênio, como instrumento de retórica política.

Por que morreram essas revistas, ou por que sobrevivem apenas em áreas especializadas, como arquitetura ou erotismo? Por que o estilo se degradou até o nível de *Caras*, *Gente*, publicações nas quais a vaidade de criaturas irrelevantes se expõe de maneira explícita – sem o disfarce de qualquer atualidade jornalística – a comunidades de *voyeurs*?

A resposta mais comum é que submergiram diante da fartura de imagens na televisão colorida. Mas o processo da liquidação revela outras razões: muitas revistas pereceram mais por decisão dos anunciantes, ou das agências de publicidade, do que do público. No caso de *Look* e, principalmente, de *Life*, os fatores decisivos para o prejuízo das empresas editoras foram justamente o gigantismo das tiragens e o custo da distribuição, incompatíveis com a grandeza do faturamento publicitário. Teria ocorrido com elas o fenômeno apontado por Max Weber,¹³⁵ há quase cem anos:

Um jornal não pode nunca ter anunciantes demais, porém – ao contrário ao que sucede a qualquer outro produto à venda – pode chegar a ter demasiados compradores. Isso ocorre quando não tem condições de subir o preço dos anúncios o suficiente para cobrir os gastos de uma tiragem cada vez maior.

.

Ainda assim, as ilustradas abriram caminho para formas novas de jornalismo, seja na televisão, na Internet, ou em revistas especializadas (eróticas, de moda, culinária, arquitetura, decoração) onde se mostram mulheres e homens bonitos, moda viável ou exibicionista, pratos requintados ou simples e, ultimamente, prédios que combinam alta tecnologia e extremo mau-gosto do chamado *design* pós-moderno.

Áreas especializadas

Entre as áreas especializadas, política e esporte se distinguem porque, nelas, há espaço para textos analíticos: a crônica política e a desportiva complementam, misturam-se e, às vezes, competem com a reportagem.

Os fatos essencialmente políticos são poucos e, se públicos, geralmente datados: decisões de assembleias, eleições, distribuição de cargos, talvez a votação do orçamento (embora esse não se cumpra). Mas a política supre sua formidável demanda discursiva importando acontecimentos de todas as áreas, do

¹³⁵Acessado na Internet (WEBER, Web). O texto é de 1910. O endereço é <http://www.cedec.org>.

preço das roupas de inverno ao atraente escândalo dos trajes de praia (ou da ausência deles) no verão.

O noticiário político gira, portanto, em torno de questões muito variadas e consiste basicamente em enunciados na terceira pessoa: fulano disse, beltrano manifestou-se etc. A crônica política (e a reportagem que, com frequência, faz as vezes dela) opera com enunciados ambíguos ou imprecisos, informando em linhas e entrelinhas – dizendo “A” para fazer entender “B”. Por mais que se queira, não é possível fugir inteiramente de fórmulas como “fontes informaram”, “funcionários admitem” etc.

Os bons cronistas políticos tornam-se confiáveis porque sabem fazer isso com a honestidade e o distanciamento necessário, mas a indeterminação genérica, a ocultação das fontes que o jornalista preserva como os ases no jogo de carteadado, permitem aquilo que se chama de “cascata” – conclusões sem realidades que a suportem, campanhas destinadas a “fritar”, “queimar” ou desgastar administradores que contrariam o interesse das tais fontes. As fronteiras entre informação e boato, entre denúncia e calúnia são, aí, muito tênues.

No governo, há dois Estados paralelos: um administra e o outro fiscaliza, *a posteriori*, o primeiro, fazendo-o purgar seus pecados, reais ou supostos. Quando pessoas desse segundo Estado – de auditores a procuradores – têm militância política e se acercam de repórteres, pode-se esperar por denúncias. Torná-las aparentemente consistentes é fácil: o apartamento que o cidadão comprou dobra de preço, o uísque de rótulo vermelho – uma espécie de carro popular dos alcoólatras – ganha simbólicos rótulos dourados, cópias magnéticas de notas fiscais talvez “frias” e fitas de diálogos talvez “quentes” ao telefone podem ampliar e emprestar gravidade a acusações maliciosas que jamais levariam à condenação em qualquer processo legal. O denunciamento é a expressão do mau caráter de grupos preteridos ou descontentes; contágio repórteres incipientes, os raros indignados (indignar-se, nesse contexto, é um estado de espírito permanente) e também os insipientes que se apaixonam pela própria carreira.

No esporte, a notícia é o resultado do jogo a que o público assiste, a escalação e o *ranking*. Entre uma e outra temporada, campeonato local, nacional e mundial, é preciso manter a paixão, tanto a autêntica quanto a que migra para cá por falta de sentido mais nobre que se dê à vida. O conteúdo passional é também inevitável no texto da reportagem desportiva, mas se realiza na crônica, que revela de algum modo o viés de quem escreve e se nutre da emoção das arquibancadas semoventes.

Na reportagem econômica, tal como no jornalismo científico, o importante é aproximar-se do público e tornar compreensível o que se escreve ou se fala. A diferença é que, em ciência, os conceitos são precisos mas podem estar muito

distantes da experiência cotidiana. É o espaço ideal para a metáfora: através dela se pode avançar no universo da incerteza, dos quanta, das constelações, das células-tronco e dos átomos, sobrepassando o percurso histórico do conhecimento, a matemática avançada ou o experimento revelador.

Isso não é novidade: palavras relacionadas à subjetividade, igualmente difícil de traduzir, são, em maioria, metáforas construídas para nomear o que se sente e se imagina que os outros sintam igualmente. “Pensar” significava originalmente cuidar de um ferimento, apensando-lhe uma atadura “conceber” é o processo que antecede o parto; “imaginar” é criar imagens; “angústia” é o desespero da supressão do ar; as dores são “agudas”, “profundas”; o “trauma” foi físico, especialmente cirúrgico, antes de migrar para a psicologia; a “reflexão” começa nos espelhos (ou nas águas límpidas em que Narciso se mirava) e a “alienação” foi uma forma de loucura.

Toda metáfora encerra o risco de falsificar aspectos essenciais da realidade; por isso, a tradução de linguagens técnicas e em jargão para um registro da língua natural que todos entendam. O trabalho de divulgação deve interessar aos cientistas e professores de ciências tanto quanto aos jornalistas.

Com a economia, o caso é outro. Trata-se, freqüentemente, de um discurso unilateral, com que se procura ocultar a prevalência do capital financeiro. Assim, os preços não sobem, mas são “reajustados”; o spread designa taxas que se acrescentam aos juros, correspondendo ao risco subjetivo de inadimplência do devedor que pagará as penas do inferno se isso ocorrer (a palavra inglesa significa “cobertura”, “crescimento” e “afastamento”, entre outros sentidos); fala-se dos números absolutos ou de percentagens e “pontos percentuais” se esse é o melhor argumento da banca.

O boom das especializadas

De certa forma, o *boom* dos magazines especializados compensou a desapareição daquelas revistas antigas, com formato maior do que o *letter* das americanas ou o A4 das revistas brasileiras de informação geral.¹³⁶ Tratando de assunto específico ou dirigidas a público definido, revistas especializadas admitem classificação em “de lazer” e “de serviço” e, entre essas, as “de produção” (*Globo Rural*, por exemplo), “de divulgação científica” (*Pesquisa*, por exemplo), “instrumentais” (sobre economia, informática, farmácia etc.) e o mais para que se imagine que haja mercado.

¹³⁶ *Letter*: 21,6 × 27,9cm; A4: 21,0 × 29,7cm.

*Tribos*¹³⁷ se multiplicam pelo mundo, mas a vida dos magazines especializados não é sempre tranqüila: se uma *Quatro Rodas* (e seu anuário turístico) ou uma *Playboy* se dão bem (Hugh Hefner foi esperto o bastante para estimular clientes tímidos, misturando mulheres, piadas e temas eruditos, estes como eventual âlibi para a compra), também é certo que uma *Bizz* ou *Raça* devem compor, para justificar o investimento e os anúncios, paixões aparentemente incompatíveis. De um lado, *rock*-eruditos; de outro, adolescentes apaixonados por conjuntos *pop*. Aqui, militantes do “movimento negro”; adiante, indivíduos que, no Brasil, negros, mestiços ou “indígenas civilizados” (na antropologia da moda, índio é aquele que vive na selva, compondo, “com a natureza”, “parques ecológicos”), pretendem integrar-se à sociedade, não refutá-la.

Em todos os casos, trata-se de indivíduos de um núcleo que se supõe “consciente” e “formador de opinião”, e de um grupo numericamente maior de pessoas que os primeiros consideram “alienados” e “pouco esclarecidos”.

Esse conflito é sentido tanto nas publicações sobre temas culturais quanto naquelas que abordam assuntos científicos. Estas, se confinadas à divulgação do que efetivamente é ciência, restringem seu público;¹³⁸ se se abrem para o misticismo, podem alcançar tiragens espetaculares. É a tentação a que a maioria das empresas editoras não resiste. Em lugar dos *quarks* e *quanta*, por que não o “perigo” das vacinas ou a secular especulação sobre a autenticidade do Santo Sudário? Se há doenças para as quais não existe cura, ou cujo tratamento exige grandes sacrifícios, por que não apregoar “soluções alternativas” – do “toque das mãos” às “ervas milagrosas”?

Por se dirigir a um grupo formador de opinião de conhecedores do tema, uma revista especializada, seja em vinhos ou em chorinhos, é forçada a ter sério compromisso com os temas que propõe. Erros são perigosos; desvios de conduta são punidos com rigor por esses leitores e, mais cedo ou mais tarde, pelos outros.

Por detrás da revista, há compromissos nem sempre evidentes. Quando uma delas, especializada em motocicletas, aponta defeitos em um modelo, a fábrica até lamenta, mas não deixa de anunciar por isso: o que o magazine se propõe a promover é o uso e a “cultura” da moto, não a marca em particular. A crítica resulta em credibilidade e é parte das regras do jogo.

¹³⁷Aqui, a palavra designa “comunidades dispersas”.

¹³⁸A fruição de uma informação depende da possibilidade de contextualizá-la. Relevante é o que, combinado com o que se sabia, produz informação nova (SPERBER & WILSON).

Reportagem opinativa

Alguns magazines, geralmente de circulação semanal, prosperam vendendo interpretação e opinião¹³⁹ – não qualquer uma, é claro. Quase todos (os chamados “magazines de informação geral”) descendem de *Time*, publicação americana que surgiu em 1922, como parte de um projeto de poder que levaria o país à hegemonia mundial.

Para cumprir sua tarefa, a *Time* criou o *timestyle*, maculando o estilo jornalístico americano com adjetivos e outros modificadores que fingem ser ocasionais ou óbvios, de modo que locuções nominais, mais do que sentenças, orientam o leitor no sentido pretendido.

Ivo Dittrich (DITTRICH, 2001¹⁴⁰) analisou 150 textos da editoria de Economia e Negócios (50 de *Veja*, 50 de *Isto é* e 50 de *Época*, entre julho de 1999 e junho de 2000), destacando dessa grande amostragem um conjunto típico de 30 textos e, nele, 4.554 locuções nominais. O período foi marcado pela “bolha” das empresas de tecnologia, cujas ações foram levadas a preços absurdamente altos, para prejuízo dos investidores incautos, ingênuos e crentes de que “o futuro *era* agora”. Não era.

Uma das tabelas que o autor organizou investiga a distribuição das expressões referenciais em relação ao modificador (adjetivo), contrapondo as descrições simples (sem modificador) às descrições modificadas (com modificador).¹⁴¹ A pesquisa não capta aquelas situações em que o próprio nome já embute potencial informativo e argumentativo. Os dados são:

TABELA 01: Distribuição das descrições simples e descrições modificadas

TEXTO	D simples	%	D modificadas	%	TOTAL
TOTAL	1.077	24	3.476	76	4.554

¹³⁹Considera-se interpretação um entendimento da realidade entre outros, raramente explícito e do qual se pode discordar em maior ou menor grau; já a opinião é algo encerrado, incontestado, que só admite a concordância ou a rejeição pura e simples.

¹⁴⁰A cópia em disco rígido do texto de Dittich que consultamos não tem páginas numeradas.

¹⁴¹**Descrições simples** (ou não-modificadas): são os nomes de pessoas, de instituições ou de outras entidades (*objetos*), que não vêm acompanhados por modificador (adjetivo ou oração adjetiva): *Samuel Klein, o Bozanno, as Casas Bahia, uma empresa, seus lucros, a luta, os confrontos*. Não aparecem sinalizadas especificamente ao longo do texto.

Descrições modificadas: são os nomes de pessoas, de instituições ou de outros objetos que vêm acompanhados por modificador.

Analisa o autor:

Computando individualmente cada um dos trinta textos, pôde-se observar que apenas em quatro deles as *descrições simples* fugiram da faixa percentual entre 21% e 29%. Pode-se dizer, portanto, que 25% das descrições nominais, em média, são *descrições simples*: não se fazem acompanhar por modificador. Ou então: *as descrições modificadas* prevalecem numa proporção aproximada de 3:1. Significa que a adjetivação é alta e deve ter alguma origem ou papel a cumprir. (DITTRICH, 2001:121-122)

Os magazines de informação geral flutuam entre a interpretação e a opinião manifesta. Esta, quando torna evidente a postura dominante na sociedade – isto é, nas elites –, tende a não ser percebida como tal: o que está escrito parece constatação ou evidência. Tem sido o caso, freqüentemente, de *Veja*, da Editora Abril. Revista opinativa, centenas de milhares de pessoas consomem suas matérias como se fossem relatos fidedignos. No entanto, o texto, se olhado atentamente, revela-se estranho: se um funcionário tem a incumbência de selecionar currículos de pessoas indicadas para cargos públicos, diz-se que o homem “bisbilhota” a vida desses candidatos; se o presidente da República assina expedientes de rotina sem ler – coisa inevitável para qualquer executivo, chama-o de “nefelibata”.¹⁴² É algo capaz de impressionar quem não conhece bem o sentido de “bisbilhotar” e de “nefelibata”. E esses são só exemplos de uma coleção muito rica de inventos presunçosos.

Época, lançamento bem mais recente do grupo Globo, opera com outra lógica, que corresponderia, no mercado de revistas de informação geral, ao estilo do jornal *USA Today*: os títulos e edição das matérias são feitos já no *software* de editoração, que admite páginas-modelo (*templates*) e incorpora grande número de elementos a serem editados em um trabalho que envolve infografia e arte, editoração eletrônica e fotografia. O resultado reflete o crescente domínio da arquitetura Web sobre a produção gráfica. Talvez por isso, o texto seja mais sóbrio, preservando-se, contudo, o nível do senso comum e um tanto de *timestyle*.

A distribuição dos assuntos já revela o clima do *fin-de-sécle*.

TABELA 02: Distribuição dos assuntos nas 150 reportagens

ASSUNTOS	TOTAL	%
Fusão ou venda de empresas	28	18,67
Empresas e investimentos	28	18,67

¹⁴² *Veja*, 16.06.1999.

TABELA 02: Distribuição dos assuntos nas 150 reportagens (Continuação)

ASSUNTOS	TOTAL	%
Política econômica nacional	25	16,67
Empresários ou executivos	17	11,33
Questões sociais	14	09,33
Corrupção ou denúncia	11	07,33
Política econômica internacional	11	07,33
Internet	09	06,00
Crise Brasil-Argentina	07	04,67
TOTAL GERAL	150	100

Comenta Dittrich que a seleção dos assuntos:

“...reforça a idéia de que, para as diferentes revistas, assunto econômico importante é o que informa a respeito dos grandes negócios que se realizam em escala mundial, novidade típica da era da globalização. Possivelmente, por isso, o assunto ‘fusões’ tenha freqüência tão alta. Para se tornarem cada vez ‘maiores’, as empresas ‘unem-se’ umas às outras a fim de ‘disputar’ com ‘intensidade’ o mercado mundial. Parece que os traços – união, disputa e intensidade – colocam-se a serviço da ‘grandiosidade’ ou, pelo menos, subsidiam-na”.

.....

Ainda os textos sobre empresas e investimentos apostam no traço grandiosidade:

“Merecem destaque aquelas empresas com grande aporte de capital ou que tiveram lucros ou investimentos extraordinários. (...) Mesmo quando se trata de empresas ou empresários em dificuldade, a informação recai sobre o nível de endividamento, mas sempre em cifras muito altas. Mesmo as reportagens sobre denúncias de corrupção inscrevem-se no mesmo traço – ou seja, pode-se entender que os casos de corrupção em menor escala seriam toleráveis. Somando estes quatro blocos, chega-se a um total de 84 reportagens: mais da metade dos textos, portanto, são atravessados pelo traço grandiosidade.”

.....

Eis a distribuição dos títulos e subtítulos considerando quatro traços dominantes – grandiosidade, união, disputa e intensidade:

TABELA 03: Distribuição dos quatro traços em títulos e subtítulos das reportagens

Traços	Grandiosidade	União	Disputa	Intensidade	TOTAL
Títulos	27	09	30	23	89
Subtítulos	45	15	30	08	98
TOTAL	72	24	60	31	187

Há predomínio dos títulos constituídos de locuções nominais:

TABELA 04: Resumo dos títulos de natureza nominal

REVISTA	DDS	DND	DIS	*OCN	TOTAL
<i>Veja</i>	14	07	02	06	29
<i>Época</i>	11	28	02	04	45
<i>Isto é</i>	13	17	01	10	41
TOTAL	38	52	05	20	115

*DDS: formados por descrições definidas (precedidas de artigo definido); DND: formados por expressões não definidas (sem artigo definido); DIS: formados por expressões indefinidas; OCN: outras configurações nominais. Exemplo: “Em dois mundos” (*Isto é*); “Do tango ao bolero” (*Época*); “Até pão de queijo” (*Veja*).

Os títulos com verbos são poucos. Mais freqüentes em *Veja* (na proporção três em quatro, ficando as outras com um em quatro), neles predominam os verbos de ligação (ser, estar, permanecer, ficar) e os de processo (viver, morrer, aparecer). Observa, no entanto, Dittrich, que a mera referência a verbos não dá conta da realidade:

“Mesmo o benefativo¹⁴³ dar, que envolve ação, ganha sentido processual em ‘dar as cartas’, que significa ‘estar no comando’. Como nesse caso, os verbos de ação, quando presentes, têm, no geral, sentido metafórico, sugerindo situações: ‘A buzina tocou’ não se refere a qualquer buzina que tenha tocado, mas a um estágio de risco comparável à crise no trânsito ou, mais remotamente, à interrupção de um show em tradicional programa de TV e, antes, no rádio.”

¹⁴³Na classificação semântica dos verbos, com o objetivo de descrever sua regência (as exigências e possibilidades com relação a sujeito e complementos), “dar” tem sentido benefativo (que beneficia alguém), como emprestar, devolver, repassar etc.

Com essa ressalva, eis a quantificação, nas 150 reportagens estudadas:

TABELA 04: Resumo dos títulos que incluem verbo

REVISTA	DDS + Verbo	DND + Verbo	*OCN	TOTAL
<i>Veja</i>	07	03	11	21
<i>Época</i>	0	01	04	05
<i>Isto é</i>	0	03	06	09
TOTAL	07	07	21	35

De fato, o predomínio de títulos com locuções nominais ou que se reportam a estados de coisas é próprio dos magazines. Não há, em regra, notícia nova – salvo alguma reportagem ou entrevista exclusiva – e o jogo de palavras nas locuções presta-se mais ao uso de figuras de estilo como a paráfrase (“Dois para lá, dois para cá”, *Veja*, sobre o câmbio), a possibilidade de recuperar um segundo sentido na memória (“a buzina tocou”, *Veja*, sobre a cotação do dólar), a citação (“Admirável mundo novo”, *Isto é*, sobre uma suposta violação da privacidade dos clientes de bancos) ou a metáfora (“A velha fábrica vira pó”, *Veja*, sobre a mudança dos métodos de trabalho numa montadora de automóveis). Escreve Dittrich:

“As considerações anteriores a respeito das descrições definidas nas suas mais diversas configurações pretendem ter acentuado que, mesmo em situações à primeira vista ‘neutras’, o conflito entre referir e informar pode desencadear algum nível de argumentação: é a própria característica da linguagem em uso. As análises indicam que a manifestação dessas diversas dimensões nem sempre é controlável por quem produz o discurso.”

.....

Atribuições do copidesque

Se há um divisor de águas entre jornalistas e jornalistas, esse divisor passa pelo conceito e atribuições do copidesque. Originalmente, à falta de escolas, esse corpo de redatores reescrevia boa parte dos textos de um jornal ou revista brasileiros.

O jornalista típico, experiente, mas com plena consciência das limitações e fragilidades humanas, fica imensamente grato quando melhoram o texto ou corrigem um erro qualquer de informação na matéria que escreveu, e resmungo, se não concorda com a mudança feita. O pavão da espécie, no entanto, competitivo e apaixonado por si mesmo, sacode as penas, cheio de ódio, se lhes pespegam uma vírgula na obra-prima – sempre a última matéria que redigiu.

Há dois objetivos possíveis para o copidesque em jornalismo:

A. Verificar a correção das informações incluídas no texto, particularmente daquelas que o repórter ou redator acrescenta para situar ou contextualizar dados que apura. Por exemplo:

- (a) “A obra mais antiga da biblioteca é a primeira edição de um livro de Spinoza, filósofo português do século XVI” – Spinoza era português? Viveu no século XVI?
- (b) “O petróleo iraquiano é transportado em caminhões até a Jordânia por uma estrada de rodagem construída em parte pela empresa brasileira Odebrecht, na década de 1980.” – Existe a estrada? A Odebrecht participou da obra? Quando? Dela toda ou de parte? A estrada segue até a Jordânia?
- (c) “Herbert Schiller, seu filho Brian e Noam Chomsky são críticos da sociedade americana que, embora muito rigorosos em suas observações e conhecidos em todo o mundo, permanecem ignorados pela academia e pela mídia dos Estados Unidos, país onde nasceram.” – Os nomes se escrevem assim? O filho de Herbert chama-se Brian? Como e por quem Chomsky é desconhecido, se pertence aos quadros do prestigioso MIT?
- (d) “Os moradores se queixam...” – Quantos moradores foram ouvidos? As associações de moradores são realmente representativas? Existem antagonismos políticos entre as associações e o governo local? Foi ouvida a oposição a essas associações? As eleições locais de associações têm participação ampla? As diretorias têm antecedentes tais como grilagem de terras, estelionato, relações com o tráfico de drogas etc.?
- (e) “Com o corpo moldado por lipoaspirações e próteses de silicone, os cabelos louros com raízes escuras, ela resiste ao tempo...” – Por que diabo o repórter terá sido tão deselegante? Será verdade isso? A peruca é tão peruca que mereça isso?

Esse tipo de copidesque é típico da imprensa americana, particularmente das revistas semanais, quinzenais, mensais. Assim, embora textos opinativos possam servir a interesses ocultos, os fatos costumam ser verdadeiros, ainda que cuidadosamente selecionados. Do ponto de vista deles, há nítida diferença entre mentir e omitir “o outro lado” da informação.

B. Correção estilística – Essa foi a motivação que levou à introdução do copidesque no Brasil – primeiro no *Diário Carioca*, depois no *Jornal do Brasil*, na década de 1950. As críticas sistemáticas ao copidesque do *Jornal do Brasil*, principalmente em *O Globo* (nas colunas de Néelson Rodrigues), expressavam a má

compreensão do fenômeno: supunha-se que ao alterar a forma do texto de notícias e reportagens, o copidesque alterava, no sentido ideológico, as matérias. No quadro de paranóia da época, tratava-se de impor a objetividade (“impossível”, diziam) a serviço do marxismo, por mais absurda que pareça, hoje, essa composição.

Com o enxugamento das redações, principalmente a partir do “projeto *Folha*”, o copidesque, com a missão original de padronizar o texto, foi pulverizado em subeditorias e, finalmente, passou-se a exigir dos repórteres texto final sem erros de informação e sem impropriedades estilísticas ou gramaticais. Muitos repórteres aprovaram a medida, considerando que os redatores do copy “mutilavam” suas matérias. É até possível que isso acontecesse: o copidesque, originalmente ocupado por pessoas bem qualificadas do ponto de vista da linguagem, perdeu essa característica com o tempo; provavelmente erros ou impropriedades foram acrescentadas aos textos, ao lado de outras tantas correções feitas. Como qualquer pessoa que costuma escrever sabe, os erros, em geral, não são percebidos na releitura do próprio texto, logo depois de tê-lo escrito.

Quando se deve reescrever

1. PARA RESUMIR – Inicialmente, cortam-se palavras pela ordem: adjetivos, advérbios, qualificações intercaladas, detalhes descritivos etc. Depois, cortam-se informações de interesse secundário. Caso os cortes sejam insuficientes, ou dificultem o entendimento do texto, a solução é utilizar estruturas de frase mais compactas.
2. PARA CONDENSAR OU CONSOLIDAR UM TEXTO – Verificam-se as informações contraditórias, suprimindo as de menor confiabilidade (por exemplo, se se trata de nomes de feridos, a relação fornecida pelo hospital costuma ser mais confiável do que a obtida de policiais, no local de um acidente). Finalmente, reescrevem-se, se necessário, alguns desses grupos ou todos eles. O importante é passar para o leitor um relato consistente (não-contraditório) do que aconteceu. Pode-se ter de incorporar informações de um *press release*¹⁴⁴ tardio a uma matéria do jornal, ou combinar textos de várias agências (internacionais, nacionais) em um mesmo enunciado, não-contraditório.
3. PARA SITUAR EM PERSPECTIVA LOCAL – Trata-se, aí, de reordenar informações de matéria destinada, originalmente, a público maior ou público de

¹⁴⁴Comunicado distribuído por assessoria de imprensa.

outra região. Assim, devem ser destacadas (priorizadas, colocadas no *lead*) as referências a um autor local na cobertura de um seminário no exterior ou em outra região; a participação de parlamentares estaduais na cobertura do Congresso Nacional; as decisões nacionais ou internacionais que afetam a economia, o esporte, a política regional etc.

4. PARA AMPLIAR – Uma informação breve (por exemplo, de uma inovação tecnológica) pode gerar matéria extensa se combinada com informações de arquivo, obtidas em um banco de dados, ou pesquisadas em uma enciclopédia. Várias circunstâncias podem motivar a necessidade de ampliação de uma informação: uma é o aproveitamento de fotos; outra, a relevância local de um assunto. Na maioria das áreas de cobertura, é fundamental dispor de arquivos em bancos de dados; jamais faltará oportunidade de emprego a jornalistas que dispõem de grande acervo de informações, por exemplo, sobre violência urbana, estratégia militar e política, disponibilidade de água etc. E nem sempre o repórter mais ágil na cobertura é também o mais metódico numa busca na Internet.
5. PARA ATUALIZAR – Uma informação pode alterar fundamentalmente o enfoque de matéria concluída. Por exemplo, uma entrevista quando sobrevém a morte do entrevistado; o relato de uma negociação quando se anuncia inesperadamente o acordo; o projeto de uma reforma urbana quando ocorrem cortes orçamentários etc.
6. PARA CORRIGIR O ENFOQUE – Pode ocorrer de a matéria ter enfoque não adequado para publicação. Isso nem sempre resulta de erro do repórter. Uma hipótese é a de incorporação de uma notícia no contexto de cobertura mais ampla (a recuperação de determinado atleta como sub-retranca de reportagem sobre medicina desportiva); outra, a exportação da matéria de uma editoria (*economia*, por exemplo) para outra (*cidade*, por exemplo).
7. PARA SUPRIMIR ARGUMENTOS DE PROPAGANDA EMBUTIDOS EM UM TEXTO – É comum *press releases* e *press kits* conterem material de pura promoção da empresa ou instituição interessada: o destaque exagerado à marca, históricos impertinentes de êxitos comerciais, relevância indevida a diretores e gerentes etc. Esse tipo de inserção é eventualmente hábil e passa para o texto de repórteres inexperientes ou preguiçosos – quando não é o próprio *press release* a única informação disponível.
8. PARA MODIFICAR O ESTILO DA MATÉRIA – Uma entrevista em perguntas e respostas pode ser transformada em texto corrido, uma notícia em *feature* para suplemento, um perfil em documentação para uma notícia de premiação ou falecimento etc.

9. PARA CORRIGIR O TEXTO – Erros de linguagem ou de estrutura (estes mais frequentes) podem obrigar a reescrever o texto. A formação dos jornalistas é deficiente; sobretudo em dois aspectos essenciais: as técnicas do ofício e o compromisso ético, que sugere humildade, não presunção.

Alguns conselhos para reescrever

- A – A não ser para os muito acostumados e com memória privilegiada, não se aconselha o uso de janelas na tela do computador para lidar com grandes volumes de texto: o original deve ser visto em sua inteireza, com possibilidade de remissão fácil, uma vez que se trata de reordenar proposições dispersas. O ideal é dispor em papel dos originais a serem reescritos ou condensados.
- B – Deve-se ter cuidado ao modificar a estrutura de uma sentença ambígua ou de um texto sobre o qual tenha dúvida; provavelmente a escolha irá no sentido errado. A solução, neste caso, é consultar quem escreveu – ou apurar de novo.
- C – A ambigüidade é muito mais comum do que parece. Quem escreve um texto geralmente não percebe construções ambíguas. Por isso, é sempre conveniente que o texto seja lido por uma segunda pessoa antes da publicação.
- D – Critérios de redação – O cuidado com palavras como *vários, alguns, diversos, alto, baixo, rico, pobre, perto, longe* etc. elimina ou reduz bastante a vagueza de um texto. Mas não existem critérios que eliminem a ambigüidade, que pode ser semântica (expressões como “sair com”, “senhora generosa”, “comportamento liberal”) ou estrutural (por exemplo, “deixou a cidade escandalizada com os espetáculos imorais”).
- E – Não se devem alimentar preconceitos quanto ao trabalho dos redatores. Reescrever matérias, quando necessário, e produzir condensados de texto é função jornalística tão nobre quanto qualquer outra. Quanto mais experiente o profissional, mais ele será chamado a reescrever matérias. Tanto quem reescreve quanto quem apura está simplesmente processando informações. Numa estrutura produtiva competente, jornalistas de maior experiência costumam coordenar a produção de matérias; devem ser éticos o bastante para assinar, em regra, com os profissionais mais jovens ou menos aptos que trabalham com eles.
- F – Obedeça às normas de redação gerais e àquelas que o veículo adota. A normalização é um padrão de qualidade do produto editorial na indústria jornalística.

Textos na mídia eletrônica



N

Norbert Wiener, um dos criadores da era da informação, escreveu:

“A sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras. Ela é incompatível com o embargo ou com a prática do segredo, com as desigualdades do acesso à informação e sua transformação em mercadoria.” (Cybernetics or control of communication in the animal and machine, 1948)

A evolução do texto na mídia eletrônica acompanha, por um lado, o avanço das tecnologias e, por outro, as demandas comerciais e políticas ao longo do século XX e no início do século XXI. Em alguns casos, o salto de qualidade foi impossível de conter; em outros, possibilidades tecnológicas foram postas de lado por algum tempo para permitir a sobrevivência de indústrias condenadas à obsolescência.

Um exemplo de salto magnífico foi o aproveitamento do *chip* pela indústria japonesa, após a destruição por bombardeio nuclear das fábricas de válvulas eletrônicas do arquipélago. Um exemplo de conduta oposta foi a demora de décadas na implantação de processos digitais de gravação e edição ou da TV de alta definição, em benefício de indústrias de filmes e equipamentos fotográficos e cinematográficos analógicos.

Não existem radiojornalismo, telejornalismo ou web-jornalismo, da mesma forma que não existem magazine-jornalismo, diário-jornalismo, agência-jornalismo, assessoria-jornalismo ou celulares-jornalismo. O jornalismo é atividade e serviço público que se adapta a diferentes meios tecnológicos e convive com os usos econômicos e culturais desses meios. No entanto, há diferenças importantes nos mecanismos perceptivos de quem lê, contempla ou ouve; e as cir-

cunhâncias da percepção variam do segundo plano de quem dirige automóvel com o rádio sintonizado, até o primeiríssimo plano de quem imerge no ambiente de um programa de TV em tela ampla.

O jornalismo trafega informação nova, ou, ainda que antiga, desconhecida do público – e, portanto, só então revelada. O critério de seleção é o interesse jornalístico, difícil de definir porque varia com o fluxo da história e a ideologia, entendida como a maneira como a sociedade ou grupo social representam a realidade para si mesmos.

A crise do jornalismo não reside na troca de mídias, ou na introdução da cor na televisão nem na utilização do computador em todas as fases do processo criativo. Resulta da incapacidade de confrontar preconceitos, saberes entrincheirados e arcaicos; conviver com o fascismo que ressurgiu de várias formas; enfrentar a crença corrente de que a informação do mal é mais perigosa do que o mal em si.

O entendimento da mensagem jornalística depende, como o nome sugere (in+formação), da formação prévia. Quem não sabe que os organismos vivos macroscópicos são constituídos por estoques diversificados de células e, ao mesmo tempo, acredita nas tramas do diabo pode facilmente admitir que cientistas inspirados pelo demônio preparam-se para retirar embriões da barriga das mães, retalhá-los e enriquecer a si mesmos rejuvenescendo velhos milionários. Haverá pregadores para repetir esse (e qualquer outro) tipo de bobagem.

Onde quer que se conjuguem negócio privado e serviço público, a mídia enquadra-se em cenários imaginados ora por políticos (que concedem canais), ora por empresários, executivos e agências de propaganda. O desaparecimento do rádio *broadcasting* é típico; não ocorreu porque surgiu a televisão, mas porque os investimentos em TV mostraram-se mais vantajosos para esses senhores: o custo de produção e veiculação é maior e mais concentrado (o que eleva o ganho das agências de publicidade), a representação da realidade menos ambígua (o rádio abre enormes espaços à imaginação), o controle estatístico de audiência fica mais fácil e a escala de custo-benefício torna-se plenamente adequada à grandeza das megacorporações.

Na verdade, o rádio não compete necessariamente com a televisão, pela simples razão de que se pode cozinhar o almoço, instalar um equipamento elétrico ou dirigir automóvel ouvindo rádio – coisas que alguém se colocará em sério risco se tentar fazer olhando para a televisão.

Rádio

O rádio é uma das muitas invenções que introduziram o mundo na era da eletricidade. A constatação, em 1887, por Henrich Rudolf Hertz, de que existiam de

fato as ondas eletromagnéticas imaginadas 24 anos antes por James Clerk Maxwell pode ser tomada como ponto de partida para o desenvolvimento da radiodifusão.

Mas os nacionalismos ingênuos selecionam, dentre os pioneiros de qualquer invento dessa época, seus próprios heróis e cérebros privilegiados. Assim, os americanos lembrarão Samuel Finley Breeze Morse, que desenvolveu o telégrafo na primeira metade do século XIX; e Lee De Forest, que inventou o triodo, válvula constituída de um catodo, uma grade e uma placa; e os italianos não esquecerão as experiências de Guglielmo Marconi.

Se é assim, os brasileiros não devem deixar passar em branco a figura de Roberto Landell de Moura, que realizou a primeira transmissão da palavra falada, sem fios, em 1893, e repetiu o feito, do bairro Santana ao alto da Avenida Paulista, em São Paulo, em 3 de junho de 1900. O invento foi patenteado no Brasil, em 9 de março de 1901. Com a ajuda de amigos, o inventor obteve patente americana para seu “transmissor de ondas”, em 11 de outubro de 1904, e para o telefone sem fio e telégrafo sem fio, em 22 de novembro desse mesmo ano.¹⁴⁵ Como ele, além de cientista, era padre e teve a ingenuidade de prever um futuro com raios laser e satélites artificiais, afirmando que as emissões radiofônicas poderiam talvez permitir no futuro a comunicação com seres inteligentes de outros planetas (implicação óbvia do fato de se processar por ondas conceitualmente similares às da luz) nem mesmo no Brasil foi levado muito a sério.

Somente em 1906 a radiodifusão ficaria conhecida: Lee De Forest associou-se a Reginald Aubrey Fessenden para transmitir números de canto e solos de violino na noite de Natal. Outras transmissões pioneiras foram realizadas nos anos seguintes, mas o rádio teve principalmente uso militar, na Primeira Guerra Mundial.

No pós-guerra, a radiodifusão teve expansão rápida nos Estados Unidos. A partir dos aparelhos fabricados para uso nas trincheiras, a Westinghouse criou receptores para uso civil. Em 1921, havia no país quatro emissoras; no ano seguinte, 382.

Em 1923, Edgar Roquette Pinto e Henrique Charles Morize¹⁴⁶ fundaram a primeira estação de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que deveria ser mantida com a contribuição mensal dos ouvintes. O custeio pela

¹⁴⁵As patentes obtidas por Landell de Moura tinham os nomes de teleauxiofono (telefonía sem fio), claoefono (telefonía com fio), anematófono (telefonía sem fio), telelito (com o qual duas pessoas podiam comunicar-se sem ser ouvidas por outras) e o edífono (depurador da vibração parasita da voz fonografada, reproduzindo-a ao natural).

¹⁴⁶Morize dirigiu o Observatório Nacional de 1908 até sua morte, em 1930.

publicidade começou nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 1932, quando um decreto autorizou a venda de espaço na programação.

Estados imperiais interessaram-se principalmente pelas ondas curtas, que levavam mensagens e difundiam a cultura (e até a pronúncia das palavras) da metrópole pelas colônias e estados dependentes – caso típico da BBC, British Broadcasting Corporation, da Rádio França Internacional e da Rádio Nacional portuguesa. O mesmo ocorreria em países extensos, como a União Soviética, Canadá, China, Estados Unidos e Brasil. Ondas curtas serviram ainda como instrumentos de propaganda e meio para veiculação de instruções em código durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁴⁷

Ao propor, em 1936, a compra ao presidente Getúlio Vargas da Rádio Philips, Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, comentava que uma nova guerra mundial era previsível e o mar, praticamente único elo entre as cidades brasileiras, se tornaria perigoso com a perspectiva da guerra submarina. Seria, então, necessário que uma emissora de rádio com elevada potência nos transmissores (de ondas médias e curtas) levasse a todo o território a mensagem da unidade nacional. Já se cogitava, na época, o perigo que representava para o Brasil a ocupação rarefeita da Amazônia e os bolsões de pobreza nos quais se assentavam, como ainda se assentam, as oligarquias nordestinas.

O Nordeste, de fato, se tornaria um problema sério e urgente quando os Estados Unidos, alegando que as tropas alemães comandadas pelo marechal-de-campo Erwin Johannes Eugen Rommel poderiam invadir a América desembarcando na indefesa costa brasileira, pleitearam, sem êxito, a cessão por comodato de todo o Nordeste ocidental. Getúlio Vargas negociou concessões menores e fixou prazos mais curtos. Na lógica peculiar do governo americano (“quem não está conosco está contra nós”), esse episódio não cairia no esquecimento.

A Rádio Nacional, PRE-8, foi inaugurada em 12 de setembro de 1936, numa noite de sábado, no Rio de Janeiro. Logo após a Hora do Brasil, noticiário oficial transmitido em rede por todas as emissoras brasileiras, ouviram-se algumas notas musicais e o locutor Celso Guimarães anunciou o nome da nova estação, que, a partir de 1939, teria como prefixo a melodia do “Luar do Sertão”, de Catulo da Paixão Cearense e João Pernambuco, percutida em xilofone. O Hino Nacional foi executado, na solenidade de inauguração, pela Orquestra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Ao contrário das rádios européias, a Rádio Nacional era uma emissora comercial, com programação diversificada na qual se constatavam algumas linhas

¹⁴⁷Informação atualizada sobre aspectos técnicos do rádio está disponível (ou estava, em 07/05/2005) em <http://paginas.terra.com.br/arte/sarmentocampos>.

editoriais: os programas humorísticos procuravam promover a “unidade dos diferentes” – trabalhadores rurais e urbanos, brasileiros e imigrantes. Diferentemente da BBC ou da Rádio França Internacional, respeitava e prestigiava sotaques e expressões de diferentes estados brasileiros, manifestações de culturas autóctones ou descendentes da Europa e da África. Empregava conjuntos regionais de várias partes do país, dispunha de uma orquestra sinfônica e de um setor de rádio-teatro tão popular que se podiam acompanhar as novelas (Em busca da felicidade e O direito de nascer, entre outras) caminhando pelas calçadas do subúrbio carioca e ouvindo o som que saía das casas. No período áureo, só transmitia programação ao vivo ou gravações feitas em seus estúdios.

O principal programa jornalístico tinha patrocínio da companhia petrolífera Esso e produção da United Press. As notícias eram lidas em frases curtas, na terceira pessoa, sem citações textuais ou entrevistas gravadas. A credibilidade do Repórter Esso chegou a tal ponto que, uma semana antes da capitulação alemã, um telegrama anunciando o fim dos combates – que, na verdade, prosseguiram ainda em Berlim – foi veiculado, em edição extra, pelo Cacique no ar, programa noticioso da Rádio Tupi, dos Diários Associados, a notícia foi recebida em silêncio; porém, quando a Rádio Nacional anunciou – e era verdade – o fim da guerra na Europa, badalaram-se os sinos de todas as igrejas, os automóveis buzinaaram e pessoas se abraçaram na rua, muito alegres.

Nesta receita de Luka Brajnovic para a linguagem do jornalismo radiofônico, há o espírito de um tempo que já não é exatamente o atual:

“O cuidado de preservar a linguagem falada correta no rádio – coisa que se aplica em primeiro lugar aos jornalistas que trabalham nele – é uma das tarefas principais neste meio de comunicação social. Seria triste que o jornalista usasse barbarismos que se ouvem, talvez, na rua. A influência da linguagem empregada no rádio é muito grande. E o destaque porque, falando, tende-se a cuidar menos (não é necessário alinhar exemplos) do que escrevendo para a imprensa.”
(BRAJNOVIC, 1974:252).

.....

Em outros aspectos, as recomendações desse autor e de outros de seu tempo permanecem atuais:

“(...) Temos que ter em conta que no rádio se emprega a linguagem falada. E se o rádio *fala*, o jornalista que trabalha nele deve *falar*, e não *ler* o que está escrito. Isto não significa – diga-se logo – que para o rádio nada se escreva e nada se leia, mas que é preciso escrever e ler segundo as exigências da linguagem falada, utilizando frases curtas,

claras e concisas, sem temer repetições e, pelo contrário, evitando sempre expressões abstratas e confusas ou complicadas. (...) E é preciso expressar o pensamento, descrever realisticamente uma cena. Entende-se que não se trata da linguagem da poesia contemporânea, de um Kafka, Faulkner ou Joyce, mas de uma expressão clara em que ‘o escritor deve chamar as coisas pelo nome’ e ‘evitar as complicações de uma linguagem confusa’ (Hemingway). As características da boa linguagem falada são as mesmas que se deve utilizar no jornalismo em geral (veracidade, clareza e concisão), adicionando-lhes o estilo direto, falado, narrativo.”

.....

A diferença fundamental entre as normas da radiodifusão nos últimos anos e as recomendações de Brajnovic para “conservar no rádio a boa linguagem falada”, resulta dos meios tecnológicos que provocaram a abertura da programação “para uma larga gama de vozes e discursos”, como observa Meditsch:

“No rádio, a intertextualidade polifônica do discurso jornalístico encontrou a sua forma atual de expressão numa segunda fase da história do meio, com a universalização do uso do telefone e da gravação magnética.¹⁴⁸ (...) No momento em que o telefone e o gravador dão acesso a vozes vivas e pessoais às ondas, a insistência no locutor despersonalizado aparece como a ingenuidade da criança que, tapando os próprios olhos, julga estar escondida dos pais (...) Com a substituição das vozes, a palavra dominante no rádio foi aos poucos mudando sua natureza.” (MEDITSCH, 1999:225)

.....

A intertextualidade (“o sentido polifônico, em que o jornalista mescla sua fala com discursos de outrem que reproduz”) é apontada por Fairclough (FAIRCLOUGH, 1995:87-89) como resultado da função mediadora que o jornalismo assume entre os diversos discursos produzidos na sociedade. Aplicando a metodologia de Goffman (GOFFMAN, 1981), Meditsch (MEDITSCH, 1999:182) considera que a linguagem do jornalismo radiofônico combina de maneira peculiar a recitação de textos memorizados (fórmulas fixas) com a leitura de textos e o improviso, este entendido como “composição e codificação simultânea do texto”.

Questão suplementar é o caráter íntimo, de conversa, que boa parte da programação radiofônica incorpora. Ouve-se desde a estudante do ginásio ao secretário de educação do município, do prefeito ao adolescente que responde

¹⁴⁸N.A.: provavelmente mais ainda com a difusão de minigravadores e telefones celulares.

a um questionário disputando uma entrada em show de rock. Isso permite uma espécie de socialização, embora ameace o compromisso com padrões “elevados” de linguagem ou com as expressões politicamente corretas – neste caso contrariando o idealismo pós-moderno.

Numa sociedade de classes e estamentos, as emissoras de rádio têm, naturalmente, que escolher a qual público se destinam. No Brasil, a preferência dominante das emissoras comerciais é pela base ou porções intermediárias da pirâmide social: rádio de elite, tranqüilo, generalizante, impessoal, sério – em suma, de baixa estimulação – só nas grandes cidades e em emissoras públicas. Durante anos, a Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, e uma ou duas estações de São Paulo sustentaram programação com esse perfil, em AM e FM. O noticiário da JB em AM, às 18h30min, alcançou audiência apreciável e seleta, mas a crise da empresa liquidou o projeto, que jamais empolgou os homens de mídia das agências de publicidade.

A frequência modulada (FM) – nela, a amplitude da onda não se modula, e sim a frequência, em megahertz – caracteriza-se pela qualidade melhor de som e pelo alcance reduzido do sinal. Data da década de 1930, mas só se difundiu no pós-guerra, aliada à alta fidelidade e, logo depois, às transmissões em estéreo. Sua generalização, paralela à redução da audiência em ondas curtas (já não são comuns aparelhos receptores), a difusão dos CD-ROMs e a formação de redes radiofônicas são sinais de avanço da globalização, com a crescente imposição dos padrões de gosto que interessam à indústria fonográfica e, em sentido mais amplo, de ideologia que se pode traduzir por oxímoros: a democracia imposta ou a imposição democrática.

Um sintoma da tendência das rádios em frequência modulada é a substituição do conceito de “música” pelo conceito de “som”. O comprador de um aparelho receptor entusiasma-se com a profundidade dos sons graves; a distribuição dos naipes pelos alto-falantes; a potência, geralmente exibida em alto volume; a gritaria de guitarras; vozes aos berros e baterias de tambores e pratos, na qual se distingue, por exemplo, o percutir de um triângulo. A estética recua e a informação jornalística parece atrapalhar essa “viagem”, “mergulho” ou “entrega” lúdica.

A existência de grande número de emissoras perde um tanto de significado. Vitruvianas de exposição dos discos e reféns das gravadoras, a maioria delas repete o punhado de melodias *pop* que as multinacionais julgam mais promissoras ou lucrativas. A contingência varia do “jabá” – corrupção explícita pelo empregador – à isenção de direitos autorais ou a alguma outra compensação. Operando em rede, a rádio privada manda às favas, em regra, a cultura regional. A manutenção de equipes jornalísticas é um ônus de retorno duvidoso, embora a lei a exija.

A expectativa do rádio digital, se de fato for implementado, é ampliar ainda mais essa concepção do rádio como complemento (mas não competidor) da TV, pano de fundo da malhação das academias ou voltado para a porção mais jovem, com menores recursos e acesso a outros veículos de informação; trabalhadores domésticos; motoristas; vigias; policiais; bombeiros; plantonistas; pessoas com deficiência motora e gente que precisa ficar acordada ou não consegue dormir.

Além das emissoras *all-news*, também articuladas em rede e que geralmente pertencem a conglomerados de informação e entretenimento, uma fronteira que se avista é a das emissoras que operam na Internet; nelas – em seus servidores – encontram-se repertórios musicais variados, acesso sem fronteiras ou limites, pregação religiosa, mas ainda escassa informação jornalística. A audiência, por ora, é pequena, até porque muitos computadores instalados em locais de trabalho sequer têm placas de som e a recepção só se torna confortável com acessos em banda larga – por exemplo, ADSL.

Televisão

Os princípios básicos da televisão datam do final do século XIX, mas sua aplicação demorou quase meio século a se efetivar. Além da dificuldade operacional maior para transmissão simultânea de imagem e som, houve, no caminho, duas guerras, competição de tecnologias e certo desinteresse pela mídia, que exigia grandes investimentos para alcance apenas local.

Se desconsiderarmos o disco que fazia a varredura para compor a imagem, pequena e alaranjada, das emissoras-laboratório da década de 1920, a programação televisiva começou experimentalmente, durante a década de 1930, na Alemanha, Inglaterra, União Soviética, Itália, França, Estados Unidos e Holanda. O sinal vinha em preto-e-branco e lembrava de fato as sombras que os moradores da caverna de Platão imaginavam ser o mundo real.

A Inglaterra pagou um preço alto pelo pioneirismo. Os primeiros aparelhos obedeciam a um padrão de 405 linhas horizontais. Em 1967, foi introduzido, com a televisão colorida, um novo padrão, com 625 linhas. As emissões em 405 linhas só foram suspensas, porém, quase vinte anos depois, em 1986, quando o número de aparelhos com esse formato reduziu-se a 400 em todo o país.

Até o início da Segunda Guerra Mundial havia, nos Estados Unidos, menos de sete mil receptores. Tão logo a guerra terminou, reiniciou-se a disputa de mercado e uma apresentação de TV com tecnologia alemã foi promovida no Rio de Janeiro pela Rádio Nacional, que sonhava dispor da nova mídia. Mas quem trouxe a televisão para o Brasil foi Assis Chateaubriand: em 18 de setem-

bro de 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo e, quatro meses depois, a TV Tupi do Rio de Janeiro. Antes, em 3 de abril de 1950, houve uma pré-estréia, com a apresentação do Frei José Mojica; e, em 10 de setembro desse mesmo ano, foi exibido para os raros espectadores paulistas filme em que Getúlio Vargas anunciava seu retorno à vida política.

A televisão se espalhou rapidamente, como mídia local. Ainda em 1950, foram concedidos os canais da TV Record, de São Paulo, e da TV Jornal do Comércio, em Recife. Os receptores começaram a ser fabricados no Brasil, com a marca Invictus, pelo industrial Bernardo Kocubej. O clima do rádio-broadcasting foi importado pela televisão (Chateaubriand inaugurara em 1935 a Rádio Tupi e já dispunha de várias outras emissoras), das novelas aos noticiários lidos.

Tudo era ao vivo – da novela Sua vida me pertence, transmitida duas vezes por semana pela TV Tupi, em 1951, ao primeiro telejornal, Imagens do dia, na Tupi Paulista, ainda em 1950. Externas eram transmitidas poucas, colhidas em câmeras que rodavam a corda, sem som, e que passavam em negativo; a conversão para positivo fazia-se no equipamento eletrônico quando o programa ia ao ar, cabendo ao locutor narrar os fatos. Em suma, rádio ilustrado.

Assim foi com o Repórter Esso, que migrou para a TV em 1953. A mobilização no estúdio lembrava operações militares de infiltração, silenciosamente processadas diante do praticável onde ficava o locutor ou na *switch* que comandava o espetáculo, trocando imagens conforme as deixas calculadas pelo número de linhas. Troca complicada porque, nos primeiros anos, não havia o *zoom* para aproximação da imagem ou o deslocamento lento (que dá a ilusão de movimento de câmara): a objetiva lembrava o revólver dos microscópios, o que significa que, para se passar de um *close* para um plano americano, por exemplo, era preciso cortar ou fundir imagens de mais de uma câmera.

Matérias com visuais de outras cidades ou de países estrangeiros entravam mesmo com atraso. Mais ou menos assim:

Locutor (ao vivo)		O Líbano se recupera da prolongada festa popular que marcou a retirada do país das tropas sírias, lá aquarteladas há 30 anos.
Roda TC ¹⁴⁹	corte corte	Locutor (em <i>off</i>) A retirada começou na semana passada... cruzando a fronteira

¹⁴⁹Telecine: aparelho em que se processa a conversão de filmes ou slides para emissão em TV.

Tratava-se de ilustrar fatos novos com imagens de dias – às vezes semanas – antes. O videoteipe só chegaria ao Brasil em 1960 em máquinas grandes, rolando pesados rolos de duas polegadas de largura, é tudo muito caro para o padrão de custo das coberturas diárias em jornalismo. A primeira transmissão em longa distância (de São Paulo ao Rio de Janeiro) utilizou antenas improvisadas com telas de metal no litoral paulista e em Guaratiba, no litoral fluminense, para mostrar, em 18 de setembro de 1955, o jogo entre Santos e Palmeiras na Vila Belmiro, aos pouquíssimos cariocas que dispunham de receptores e, naturalmente, a seus televisinhos – praga da época.

O que importa é que o *broadcasting* do rádio migrou para a televisão. Os shows ao vivo conviviam com filmes e fitas em série “enlatadas” americanas (uma brasileira pelo menos, Vigilante Rodoviário¹⁵⁰ e algumas japonesas, como o Nacional Kid, que encantou as crianças com efeitos especiais tão modestos que hoje fazem rir).

Isso só começou a mudar timidamente quando se desenvolveram as câmeras CP, com tomada de som magnético acoplada. As vantagens – relevantes no contexto da guerra do Vietnã, em que foram utilizadas – é que dispensavam o técnico de gravação que acompanhava o cinegrafista; permitiam também a revelação colorida positiva. As desvantagens eram três: o filme *color reverse*, de 16mm, submetido a revelação rápida, esmaecia com o tempo; o custo da película era muito elevado; e a montagem em moviola apresentava problema que praticamente inviabilizava entrevistas e *cabeças* do repórter. Como a passagem da película se fazia quadro a quadro, no ritmo de 24 quadros por segundo, e o movimento uniforme do filme só se recuperava após a passagem por roldanas corretoras, a tomada de som na banda magnética ficava 18 quadros distante da imagem. Ao se cortar a declaração de alguém, os lábios continuavam se movendo por esses irritantes 18 quadros mudos.

O jornalismo do tipo “rádio-ilustrado” continuaria por algum tempo e ainda é visto, atualmente, em certos casos. Mas a adoção de técnicas do documentário cinematográfico, em que uma linha narrativa sustenta a informação principal, começou a viabilizar-se com o lançamento dos gravadores portáteis com cartuchos de três quartos de polegada, pela Sony, em meados da década de 1970 e, posteriormente, dos equipamentos analógicos de meia polegada, no sistema Beta (da mesma Sony) e Super-VHS, de suas concorrentes.

¹⁵⁰A série começou a ser produzida em 1959, em Santos, São Paulo, com o ator Carlos Miranda; seu companheiro, o cão pastor alemão “Lobo” e um Simca Chambord, o carro nacional mais charmoso da época. Foi ao ar pela TV Tupi a partir de 1961.

Desses dois sistemas, o Beta era mais caro e melhor; o VHS¹⁵¹ – ou Super VHS –, apesar dos aperfeiçoamentos que foi recebendo, apresentava perda bem mais acentuada de definição a cada cópia, o que significava limitações, particularmente na reprodução múltipla. No entanto, um e outro permitiam uma aproximação com as técnicas de documentário desenvolvidas por cineastas russos, ingleses, americanos e alemães.

Podia-se, finalmente, usar a língua natural como acompanhamento da informação da imagem e não o contrário. Era possível tomar um evento – o pouso de um pássaro preto sobre as traves de um gol – para construir a fábula de um jogo de futebol, ou o deslumbramento de uma jovem para relatar a excursão a uma base na Antártica. Essa possibilidade é talvez a mais evidente demonstração de que a comunicação é algo mais do que a transmissão de informações, já que se reporta não só a valores e crenças, mas a sentimentos e instintos.

Reportagens podem ser, e freqüentemente são, hoje, pequenos documentários que convocam o público a participar, acionando impulsos de defesa-agressão, erotismo-paixão, alimento-posses e proteção, projetando-se em pré-comportamentos ou motivações coletivas. O roteiro (a palavra espanhola *guión* bem mais expressiva), nada mais é do que um guia ou projeto, em que se especificam narrações, elementos de sintaxe (corte, fusão – *fade out + fade in*), deixas, efeitos, entrevistas, duração ou pontos de corte.

Se o roteiro tiver a forma de *pré-script* (como se utilizam elementos da realidade, é impossível prevê-los exatamente), a página será dividida em duas ou três colunas – se três, a do meio estreita. Na coluna da esquerda, a imagem; na da direita, o som (narrativa, ruídos ambientes e música, se for o caso); na do centro, se existir, operações conjuntas (corte, fusão, *fade*). Em um exemplo ilustrativo:

¹⁵¹Vídeo Home System, marca registrada da JVC, com alguma tecnologia Sony embutida. Originalmente a sigla era de “Vertical Helicoidal Scan” ou “Victor Helicoidal Scan”.

Vídeo	vídeo & som	Som
Plano geral da praia. Pessoas na areia olham jangadas que se aproximam. Fecha na primeira a chegar.	<i>Fade in</i> (Abertura) Corte	Narrador em off: Como acontece há séculos, a chegada das jangadas à praia de XXX é um momento mágico de reencontros.
Pessoas desembarcam das jangadas e confraternizam com as que estão na praia, rostos e gestos.	Corte	Narrador em off: Já não se contam por dezenas de milhares, mas muitos jangadeiros ainda sustentam a tradição de afrontar o mar em barcos frágeis. Som em BG: Dorival Caymi
Outras jangadas chegam. Ao longe, retardatários se aproximam. Nuvens no céu. Arrebentação das ondas.	Fusão	Sobe som Som cai para BG (20s)
Ambiente de restaurante de praia, com turistas. Câmara desloca-se e mostra repórter em plano americano.	Corte	Vozes. Sobe e cai para BG Repórter: (15 s) Deixa: ...mesmo em restaurantes de luxo
VT sonoro Legenda: Maria Sardinha socialite carioca	<i>Fade</i>	Som do VT 12 s

Para o jornalismo de notícias, a função do repórter de texto é identificar temas de interesse jornalístico, formular um *flash lead* e nomear os objetos e eventos que a imagem registra. Já na reportagem elaborada como minidocumentário, ele deve trabalhar em íntima associação com o repórter cinematográfico para identificar e sustentar a linha narrativa.

Não existe regra fixa, mas algumas soluções são mais amplamente utilizadas do que outras:

- (a) Pode-se fazer da própria reportagem uma aventura narrada passo a passo.
- (b) Pode-se localizar um personagem ou objeto e contar a história a partir da perspectiva dele.

- (c) Pode-se tomar um ou mais depoimentos e, selecionando trechos significativos, relacioná-los às imagens.
- (d) Pode-se construir a reportagem, no todo ou em parte, sobre a expressão do rosto dos personagens, deixando-os contar, simplesmente, sua experiência, e mostrar eventos ou o resultado de eventos de que participaram.
- (e) Pode-se valorizar silêncios e emoções dos entrevistados, às vezes postos de lado nas notícias.
- (f) Pode-se começar a contar uma história pelo seu terço final, prenunciando um clímax e voltar ao início em *flash back*. Essa técnica existe desde a tragédia grega.

Concebidas de que forma for, reportagens são trabalhos em que o jornalista interfere mais e interpreta os acontecimentos. Salvo no caso de um *videomaker* – profissional que registra em câmara digital imagens e entrevistas para, depois, editá-las ele mesmo em computador, com habilidade e tempo bastantes –, há uma equipe envolvida, que deve participar ativamente não só da etapa correspondente à habilidade específica de cada um, mas também da concepção geral da matéria.

Apresentadores de televisão (aqui o ritmo é diferente dos do noticiário de rádio) falam algo entre 90 e 120 palavras por minuto; em roteiros, duas linhas na coluna de som são em geral calculadas como se ocupassem quatro a cinco segundos. Para uma previsão mais exata, ou quando não se conhece o locutor, é bom utilizar o cronômetro; cada qual tem seu ritmo.

Recomendação importante é que não se descreva a imagem que está na tela: a informação analógica é sempre mais completa. Ao narrador cabe apenas conceituar o que aparece. Se dois homens correm na calçada, pode ser uma perseguição policial; a disputa para ver quem consegue chegar primeiro, digamos, a um ônibus parado no ponto; a vítima tentando escapar do assaltante etc. Mas que eles estão correndo, o ambiente em que o fazem, os trajes que vestem – isso o espectador vê na tela.

Outro aspecto da questão, em que muitos jornalistas fracassam – na maior parte das vezes para não desagradar as fontes – é na tradução da linguagem técnica e do jargão profissional. Aqui, mais do que no texto para ser lido, carro não é “veículo”; preço não é “valor”; aumento não é “reajuste”; o espectador não é obrigado a saber o que é “spread” ou “taxa básica de juros”; o mercado não “fala”, não “pensa” e não “tem humor”; há diferenças acentuadas entre os conceitos de “média” (depende, entre outras coisas, da abrangência da pesquisa, quando não do método utilizado) e “mediana”; “percentagem de aumento/redução” e “aumento/redução da percentagem”; “faturamento”, “lucro” e “dí-

vidas” só se tornam significativos quando relacionadas à natureza, à grandeza do negócio e aos prazos considerados; desemprego, contas públicas e outros indicadores podem ser reais ou “expurgados” por motivos políticos; balanços publicados podem tanto revelar quanto ocultar aspectos relevantes. “Pobreza”, enfim, não é “miséria”. E todo sujeito rico se diz de “classe média” – conceito que, na prática, nada significa, ou significa muitas coisas ao mesmo tempo.

A imagem do apresentador ou do repórter aparece diante do espectador, em sua casa ou numa sala de espera. Deve ser amigável, simpática, correta, interpretando com discrição o texto projetado no *teleprompter*.¹⁵² É sempre melhor que o espectador forme sua opinião a partir dos fatos e não de bordões agressivos ou expressões exageradas (de indignação, de entusiasmo) do jornalista. Contrapor fatos é sempre mais eficiente.

Embora seja estudada há décadas, a televisão de alta definição, com imagem similar às películas de 35mm ou mais, apresenta o mesmo problema que o registrado em 1954, quando se implantou a televisão colorida nos Estados Unidos: ou se abandonam progressivamente os receptores atuais ou se encontram meios de compatibilização dos sinais, respeitadas as limitações dos receptores.

Algo já decidido é que os televisores terão telas planas e alongadas no sentido horizontal (já estão sendo produzidos assim); isso resulta de estudos que comprovaram que essa ampliação coloca o espectador “dentro” do espetáculo. É de se prever alto nível de interatividade e um *boom* de efeitos especiais incluindo, talvez, a substituição de alguns apresentadores ou personagens por figuras que atuariam como robôs antropomórficos.

Web e convergência

Quando a Internet estreou como mídia de acesso público, no início da década de 1990, suscitou questões que variam do deslumbramento ao catastrofismo. Se podemos ir à fonte diretamente, por que manter intermediários (jornalistas, no caso)? Se não existe sítio seguro e um vírus pode apagar em segundos trabalhos que consumiram meses, vale o risco? Com a comunicação em viva voz, vão falir os serviços telefônicos interurbanos? Se podemos copiar com alta qualidade CD-ROMs e DVDs, quanto isso afetará o mercado da indústria da informação e do espetáculo? Com a certificação digital, como ficarão os cartórios? Poderemos trabalhar e estudar em casa, liberando escritórios e salas de aula?

¹⁵² Dispositivo invisível para o espectador que projeta o texto para leitura pelos apresentadores em estúdios de televisão (marca registrada).

Algumas dessas questões persistem; outras ficarão no reino da fantasia. No entanto, no estágio atual, o que se observa é a concentração dos internautas em portais ligados às empresas tradicionais de informação e entretenimento, com a única exceção dos sítios pornográficos e dos de busca, utilizados principalmente quando se procura algo definido – seja uma receita de bolo de chocolate ou uma biografia de Sócrates.

A tela do computador lembra mais um palco ou o filme projetado no cinema do que qualquer impresso. O uso do som e da documentação dos eventos com imagens ainda é restrito, tanto porque muitos aparelhos – principalmente em escritórios – não têm placa de som quanto porque a maior parte do parque instalado é de máquinas antigas, isto é, fabricadas há alguns anos, com processadores hoje considerados lentos, discos rígidos menores, memória randômica limitada e acesso discado à rede, com limite de velocidade de 56kbps.

O que tem avançado rapidamente é o conceito de integração entre o texto, a organização das páginas, o estilo gráfico e os infográficos estáticos ou dinâmicos. Não se trata, aqui, de escrever como no jornal, mas de projetar o texto em dois ou três passos: (a) o título ou *flash lead*; (b) na mesma página ou em *hiperlink* um bloco que corresponde ao *lead* impresso, mas lembra, pela linguagem, a nota lida ao vivo na televisão; e, facultativamente, (c) o corpo da matéria, com a opção de imprimir. É possível, mas ainda raro, que o portal ofereça a matéria-prima de que se extraiu a informação: o inteiro teor da entrevista telefônica; *link* para a íntegra de documentos legais etc.

A opção de imprimir decorre do fato de que a leitura atenta de enunciados longos na tela iluminada do computador pode ser cansativa – um pouco menos, dizem, em tela de cristal líquido. Pela mesma razão (e porque é possível operar com planilhas e programas dotados de movimento) devem-se utilizar ao máximo os infográficos e fotos digitais, embora a cultura profissional esteja ainda muito centrada no texto.

Espaços ainda pouco explorados são os dos guias de espetáculos, trajetos rodoviários, agências de viagens, noticiários locais (praticamente o único custo é o da apuração e redação), divulgação científica e de artes, ação comunitária, bibliotecas virtuais (admitindo, mesmo, a cobrança de direito autoral limitado à participação do autor e à editoração), história recente etc. Tão logo se disponha em larga escala de certificação digital, a Internet guardará documentos, como contratos e escrituras, com ou sem contra-fé em papel.

A integração do projeto do portal com sua unidade gráfica, os infográficos estáticos ou animados, efeitos de som, música e texto – escrito ou lido – implica uma óbvia convergência. Os projetistas que se ocupam hoje do desenvolvimento da TV de alta definição (HDTV) pensam em dotá-la de recursos intera-

tivos similares aos da Internet – o que poderia levar à Internet sem fios ou cabos. Experimentalmente, usando as redes atuais, já se conseguia, em 2004, transmitir entre continentes, em menos de um minuto, o conteúdo de um DVD.

O sistema atualmente em uso doméstico para conexões entre 200 e 2000kbps é o ADSL (*Assymmetric Digital Subscriber Line*), com a utilização parcial de linha telefônica graças a um método de modulação multiportadora chamado Discrete Multitone.¹⁵³

¹⁵³Informação a respeito pode ser obtida em http://www.cs.tut.fi/tlt/stuff/adsl/pt_adsl.html, acessado em 13/05/2005.

Em suma



1. A gramática

Todo processo lingüístico é de predicação.

Toda predicação estabelece uma função ($\Phi(x)$).

Predica-se o nome próprio¹⁵⁴ a um ente do universo do discurso.

Universo do discurso é a totalidade daquilo de que se fala, em dado momento.

Predica-se o nome genérico a conjuntos difuso (*fuzzy*) de entidades.

Pode-se rotular uma predicação com nomes próprios, isto é, únicos para aquilo que designam, no universo de discurso considerado.

Na relação entre nomes, surgem funtores; são expressões relacionais, tais como verbos e preposições – estas geralmente ambíguas.

A ambigüidade pode ser eliminada pelo receptor, que escolhe o sentido mais provável.

Funtores – verbos em especial – definem a natureza semântica da função e, ao definir papéis temáticos, delimitam a sintaxe da sentença.

2. O mundo real

Temos acesso limitado ao mundo real.

Mas podemos imaginar mundos possíveis.

A língua transita entre mundo real e os mundos possíveis.

Imaginar mundos possíveis é o que guia nossos passos.

Não há como conceber mundos impossíveis.

3. Aparência e essência

Aparência é o que o mundo revela ao homem.

Essência é o que o homem atribui ao mundo.

¹⁵⁴Do ponto de vista semântico, designação de objeto único no universo do discurso.

O jornalismo trata de aparências.
Ciência e arte transcendem ao investigar essências.
É questão em aberto a essência das essências, se é que há.

4. O texto expositivo

O texto expositivo subordina o fato à versão, o singular ao particular. Nele, o espaço não segue o tempo, a conclusão costuma preceder a premissa e o abstrato organiza o concreto. O texto sugere sabedoria, mas isso pode ser enganoso: é quase sempre possível alinhar fatos que suportem versões contraditórias.

5. O texto narrativo

A narrativa articula os fatos em seqüências. Ao lado disso, mostra os actantes¹⁵⁵ cuja intenção e natureza se revelam ao longo da trama. Forças da natureza, engenhos humanos, seres extraterrestres e porquinhos-da-índia – tudo pode atuar, isto é, ser actante, numa narrativa. Modulando fatos e entidades, discute-se: “isso é real”, “se não é real, é como se fosse”, “se está aqui é porque é ou vai ser importante”. Entre as seqüências, há saltos para adiante e para trás no tempo e espaço: *flashback*, *flash-forward*.

6. O limite estreito da teoria

No começo, o texto expositivo buscava convencer. A partir de uma versão da realidade, colecionava fatos que a comprovassem. No entanto, toda versão é uma teoria e toda teoria submete-se à falsificação. Se algo se passa como prevê a teoria, ela não está confirmada. Se algo se passa em desacordo com a teoria, ou ela é falsa ou não se aplica àquela situação em particular. Verdades absolutas, que não admitem refutação, não são científicas.

¹⁵⁵Entidades não-antropomórficas que atuam na narrativa.

7. O texto noticioso

O texto noticioso canônico não quer convencer; pretende mostrar o que aconteceu.

Seu fundamento é a fala comum, o modo como contamos uns aos outros as novidades.

8. A evolução do texto noticioso

Alguém muito inteligente percebeu um dia que a materialidade dos fatos se perde quando o singular se inclui em categorias carregadas de juízos de valor.

Esse é um dos segredos da notícia.

Outro é a proposição completa – o mais breve relato integral de um evento, forma descrita primeiro por Aristóteles, depois por Cícero e finalmente reinventada por Laswell para o jornalismo americano.

Quem, que, quando, como, onde, por quê (ou para que)... Cada unidade dessas passa a constituir um papel temático referido ao funtor, o verbo. Papéis temáticos são retomados, um a um, nos parágrafos seguintes, completando a informação.

9. Jornalistas não são astros. A modéstia é virtude

O redator é oculto, suas palavras banais, tudo se passa para valorizar o conteúdo, o acontecimento.

Quando uma notícia chama a atenção para a forma, está mal escrita. Isso poderia distinguir jornalismo de literatura, não fosse o fato de que a literatura às vezes se esmera em copiar o jornalismo.

Nele, a informação é conteúdo, embora nem sempre visível.

Para a teoria da História, não importa a natureza moral dos feitos.

Importa que toda segurança baseada na força é ilusória.

10. Níveis e limites da realidade

Notícias não dão conta por inteiro da realidade.

Há quem se surpreenda com isso.

No entanto, nada dá conta por inteiro da realidade.

Ela é como um retrós de muitas linhas embaralhadas.

A ciência puxa um desses fios. Embora falível e com método imperfeito, é a melhor arma que temos para entender partes da realidade.

O limite para a validação empírica do conhecimento científico é que todo sistema de proposições em que uma se explica pelas outras conterá uma proposição ao menos que não se explica (Kurt Gödel, 1931).
Daí toda verdade científica comprovada ser existencial, submissa a circunstâncias.

11. As pirâmides tecnológicas

Nossa época, comparada às que nos antecederam, é medíocre em quase tudo: nada melhor que o direito romano, mais durável que as pirâmides do Egito, mais profundo que a filosofia grega e mais justo que a previdência social no Império Inca.

O único diferencial que temos é a ciência. E, a partir dela, tecnologias.

O medo generalizado da ciência é prova de que vivemos tempos conservadores.

O instrumento não pode ser culpado por seu uso.

12. As formas da arte do texto

Outra via de acesso à realidade é a arte.

Em regra, ela permite alcançar níveis de conhecimento interditados por algum motivo. Ainda assim, não há arte sem realidade.

Na arte, enfim, como na ciência de maneira peculiar, buscam-se conteúdos e essências, enquanto o jornalismo se limita às aparências.

13. A fusão do digital e do analógico

Quanto à forma, o século XX priorizou, sem dúvida, a imagem. Com isso, o texto adquiriu características que nunca teve antes. Fundiu-se ao gesto, no cinema, retomando a naturalidade da vida comum.

Cuida de recriar situações do mundo real ou criar mundos possíveis.

O romance volumoso, que ia do mergulho psicológico à descrição detalhada de trajes, ambientes e paisagens, perdeu público: o que é mais fiel ao objeto do que ele próprio, ou a réplica perfeita? Que traço psicológico um bom ator não consegue simular?

A expansão do ensino básico criou novas levas de consumidores, pouco afeitos às descrições não-funcionais.

Gente que só leu romances por obrigação escolar ou para saber daquilo que não pode ser mostrado, por interdição ética, moral ou política – se tanto.

Os textos se “enxugaram”: não estavam úmidos; só emagreceram.

14. Todas as artes numa só arte

A cada etapa das transformações vividas pela forma e, em conseqüência, pelos conteúdos da informação houve quem gritasse de medo.

Assim, a fotografia mataria a pintura, o cinema mataria o teatro, o rádio mataria o jornal, a televisão mataria o rádio e o cinema.

Entre tantas mortes anunciadas, nenhuma ocorreu.

Todos mudaram e se ajeitaram.

A tecnologia , hoje, traz possibilidades espantosas.

Os custos são mínimos, haverá infinidade de canais.

A questão é outra:

Quem tem algo a dizer? Poucos. Quem sabe dizer?

15. Se funciona, já está superado

Dizem que tudo o que funciona está obsoleto.

O que é novo ainda não funciona.

Bibliografia



- AMARAL VIEIRA, R. A. *O papel do intelectual na política*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.
- ANDRADE, Ana Maria R.; CARDOSO, José Leandro R. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n.º 41, 2001.
- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira INL - Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- _____. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. *Ciberlegenda*, n.º 7, 2002, <http://www.uff.br/mestcii/marial6.htm>. Acessada em 1/03/2005.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BARRETO, A. H. Lima. *Recordações do escritor Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. Introduction à l'analyse structurelle du récit. *Communications*, Paris, n.º 8, p. 1-27, 1966.
- BARTHES, Roland. 'Structure du fait divers'. In: _____ *Essais critiques*. Paris: Du Seuil, 1964.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa, contexto, imagem e som*. 2. ed, Petrópolis: Vozes, 2003.
- BECKER, V.; MONTEZ, C. *TV digital interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*. Florianópolis: 12TV, 2004.
- BKSTS. *Dictionary of audio-visual terms*. London: Focal Press, 1983.
- BONASIO, Valter. *Televisão, manual de produção & direção*. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- BONINI, A. *O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais – uma contribuição à teoria dos esquemas cognitivos para textos*. Tese (Doutorado em Letras-Linguística). Orientadora: Leonor Scliar-Cabral. Florianópolis: UFSC, 1999.
- BRANVOVIC, Luka. *Tecnología de la información*. Pamplona: Universidade de Navarra, 1974.

- BREEN, M. (Org.). *Journalism, theory & practice*. Paddington: Macleay Press, 1998.
- BURNETT, Lago. *A língua envergonhada e outros escritos sobre comunicação jornalística*. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- CAMPBELL, W. Joseph. "1987: American journalism's exceptional year". *History* n.º 29, p. 4, 2004.
- CAMPOS, Humberto de. *A serpente de bronze*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1921.
- CANN, Ronnie. *Formal semantics*. Cambridge: University Press, 1993.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*. São Paulo: Senac, 1999.
- CASTRO, Marcos de. *A imprensa e o caos na ortografia*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808-1964 – A história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2001, v. 1.
- COMASSETO, Leandro. *As razões do título e do lead*. Concórdia: UNC, 2003.
- COOK, Walter A. S. J. *Case grammar theory*. Washington: Georgetown University Press, 1989.
- COURCELLE, P. *História literária das grandes invasões germânicas*. Petrópolis: Vozes, 1955.
- DE CUSA, Nicolas. *De la docta ingorancia*. Buenos Aires: Lautaro, 1948.
- DENOYER, Pierre. *La presse dans le monde*. Coleção: "Que sais-je?". Paris: PUF, 1950.
- DEVITT, Michael. The case for referential description. <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/case4.pdf>. Acessado em dezembro de 2004
- _____. "A shocking idea about meaning" *Revue Internationale de Philosophie*, n.º 208; p. 449-472, 2001. <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/shocking.pdf>. Acessado em dezembro de 2004.
- DITTRICH, Ivo. *Descrições definidas: referência, informação e argumentação na reportagem sobre economia em magazines de informação geral*. Tese (Doutorado em Letras-Linguística). Orientador: Nilson Lemos Lage. UFSC, Programa de Pós-graduação, 2001.
- _____. *Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação*. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- DIXON, R.M.W. *Ergativity*. Cambridge: University Press, 1995.
- ESPEJO MURIEL, C. El aedo homérico. *Floretia Iliberritana*, n.º 2, p. 161-170, 1991. http://www.dim.uchile.cl/~anmoreir/escritos/siglo_oro/trova.html. Acessado em novembro de 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.
- FARIA, T.; LAGE, N.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em jornalismo e mídia*, Florianópolis: Insular, v.1, n.º 1., 2004.
- FARO, J. S. *Revista Realidade (1966-1998) – tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: AGE-Ulbra, 1999.
- FAULSTICH, W. Mediengeschichte. In: _____. *Grundwissen Medien*. Munique: Fink, p. 17-53, 2000.

- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1978.
- GARCIA, Luiz. *O Globo – Manual de redação e estilo*. Rio de Janeiro: O Globo, 1992.
- GARCIA, O. M. *Manual em comunicação em prosa moderna*. 15 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Notícia de um seqüestro*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GLEISER, Marcelo. *Retalhos cósmicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GÖEDEL, Kurt. *Göedel incompleteness theorem*, <http://www.miskatonic.org/godel.html>. Acessado em junho de 2005.
- GOFFMAN, Irving. *Forms of talk*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GONÇALVES, A.C. B. *Revolução das imagens*. Rio de Janeiro: Ciênica Moderna, 2005.
- GRAÇA, Adriana da S. Critérios de significação do conteúdo. <http://pwp.netcabo.pt/0154943702/crit.pdf>. Acessado em outubro de 2004.
- GRANEZ, J. *A evolução do texto na imprensa regional*. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFEM, 1997.
- GRANEZ, Márcio da Silva. *A face da língua portuguesa no jornalismo impresso: um estudo diacrônico dos jornais Diário do Interior e A Razão*. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFSM, 1997.
- FILLMORE, Charles. *Principles of case grammar: the structure of language and meaning*. Tóquio: Sanseido Publishing Company, 1975.
- GRICE, H. Paul. *Logic and conversation*. In: COLE, P; MORGAN, J. (Org.). *Syntax and semantics*, Academic Press, v. 3, pp. 41-58, 1975.
- GRICE, H. Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- HAVELOCK, E. *La funzione politico-ideologica della poesia orale*. In: CODINO, F. (Org.). *L'Origine del estato nella Grecia Antica*. Roma: RFIC, 1975, p. 75.
- HERD, Erica F. O amigo da madrugada – uma análise da comunicação radiofônica do Grande Rio. In: ARAÚJO, Ari; HERD, E. F. *Um episódio antropofágico e O fenômeno Adelson Alves*. Petrópolis: Vozes, SEEC, 1978
- HERSEY, J. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOHENBERG, J. *The professional journalist*. Nova York: Henry Holt and Co, 1960.
- IPSEN, G. Evolution of culture and the history of the media. (Department of Languages: Semiotic Section, University of Kassel, Germany. <http://www.library.utoronto.ca/see/SEED/Vol1-2/Ipsen.htm>. Acessado em 10 de outubro de 2004.
- JAEGER A., SCHOSSLER, T.; WAINER, R. Estudo comparativo da aquisição de escrita em crianças e adultos. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 11, n.º 3, 1998.
- _____. *The computer and the mind: an introduciton to cognitive science*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- JOHNSON-LAIRD, Philip N. *Mental models: toward a cognition science of language*. Cambridge: CUP, 1983.

- KARAM, F. A antiguidade greco-romana, o *lead* e a contemporânea narrativa jornalística. www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/karam-antiguidade.html. Acessado em janeiro de 2004.
- KARAM, F. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L.C. *Coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- KONZEN, P. C. Caminhos da crônica brasileira. *Revista Brasil de Literatura*. www.rbleditora.com/revista/artigos/paulo%20konzen.html. Acessado em outubro de 2004.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo — Norte e Sul*. São Paulo: Edusp-Friedrich Ebert, 1997.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3 ed., Florianópolis: Insular-Edusc, 2001.
- _____. *Controle de opinião pública*. Petrópolis: Vozes-IPEJ, 1998.
- _____. The computability of some Portuguese verbs. <http://www.jornalismo.ufsc.br>. Acessado em março de 2005.
- LAUAND, L.J. Tomás de Aquino e a metafísica das línguas banto e tupi. <http://www.hottopos.com/notand6/jean.htm>. Acessado em dezembro de 2004.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Crônicas escolhidas* (seleção de Fernando Paixão). São Paulo: Ática, 1992.
- MARANHÃO FILHO, Luiz. O rádio-catástrofe: Welles e os antecessores. In: MEDITSCH, Eduardo (Org). *Rádio e pânico – a guerra dos mundos, 60 anos depois*. Florianópolis: Insular, 1998.
- MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- _____. *O rádio na era da informação*. Coimbra: Minerva, 1999.
- MEIRELLES, Domingos. *A noite das grandes fogueiras, uma história da coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MELLO, C. F.; RUBIN, M. A. Mecanismos bioquímicos de memória. <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/17.shtml>. Acessado em março de 2005.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MEYER, P. The new precision journalism. <http://www.unc.edu/~pmeyer/book/>. Acessado em junho de 2004
- MORO, Andrea. *The raising of predicate*. Cambridge: University Press, 1997.
- NELSON, K. *Language in cognitive development*. Cambridge: University Press, 1998.
- NICOLACÓPULOS, a. t. *The holist case – and introduction to case grammar*. Florianópolis: UFSC, 1992.
- ORTRIVANO, Guseka S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

- PALMER, Sean B. *The semantic web: an introduction*. <http://infomesh.net/2001/swintro/#ontInference>. Acessado em março de 2005
- PAULOS, John A. *As notícias e a matemática ou de como um matemático lê o jornal*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- PAVLOV, I. P. Physiology of the Higher Nervous Activity. In: _____. *Experimental psychology and other essays*. Nova York: Philosophical Library, 1957, p. 271-288.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, s.d.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- QUEIROZ, S.G. *Pera espelho de todos os vivos – a imagem do infante D. Henrique na crônica da Tomada de Ceuta* (Dissertação de Mestrado em História Medieval). Niterói: UFF, 1997, p. 104.
- QUINE. W. O. *O sentido da nova lógica*. 2. ed., Curitiba: UFPR, 1996.
- RADFORD, A. *Syntax, a minimalist introduction*. Cambridge: University Press, 1997.
- _____. *Syntactic theory and the structure of English*. Cambridge: University Press, 1997.
- RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Imprensa Oficial-Inesc, 1988.
- ROBINSON, J.F. *Videotape recording*. Londres: Focal Press, 1982.
- ROSCH, E.; MERVIS, C.B; GRAY, W.D.; JOHNSON, D.M; BOYES-BRAEM, P. Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, n.º 8, p. 382-349, 1976.
- SAMPAIO, Fernando G. *Teoria da mentira*. Escola Superior de Geopolítica e Estratégia. http://www.defesanet.com.br/esge/teoria_mentira.pdf, texto para debate em 27/12/2001. Acessado em março de 2005.
- SEGISMUNDO, F. *Imprensa brasileira: vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Edição Alba, 1962.
- SERRES, Michel. A comunicação contra a cultura: entre a Disneylândia e os aiatoús. *Alceu*, v. 4, n.º 8, jan./jun. 2004.
- SHANON, C.A. A mathematical theory of communication. <http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>. Acessado em junho de 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SPERBER, Dan & Wilson, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford, Inglaterra & Cambridge, EUA, Blackwell, 2ª ed., 1995.
- TAMBOSI, Orlando. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- TARSKI, Alfredo. *Logique, sémantique, métamathématique*. Paris: Armand Colin, 1972, 2 v.
- TCHAKHOTINE, Serge. *Le viol des foules para la propagande politique*. Paris: Gallimard, 1952.
- TERROU, F. *A informação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

- TRAQUINA, Nelson. *Terias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular/PósJor UFSC, 2004.
- VAN DIJK, Hum. *La ciencia del texto*. Barcelona: Paidós, 1996.
- VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação* (textos selecionados por Ingridore Grunfeld Koch Villaça). São Paulo: Contexto, 1999.
- VAN DIJK, Teun. *Ideology*. Kent (UK): Sage, 1998.
- VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1996.
- VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine*. São Paulo: Summus, 1996.
- VOLTAIRE (François Marie Arouet). *Candide* (edição inglesa). Tradução de John Butt. Londres: Penguin Classics, 1990.
- WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. Publicado originalmente como Alocução no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia em Frankfurt, 1910 (p. 434-441), In: _____. *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Socialpolitik*. Tübingen, J. C. B. Mohr [Paul Siebeck], 1924. <http://www.cedec.org>. Acessado em abril de 2004.
- YORK, I. *The technique of television news*. London: Focal Press, 1978.
- ZACCHI, Fernanda Paula. *Manual de inglês para estudantes de jornalismo* (trabalho final de curso). Orientador: Prof. Dr. Hélio Ademar Schuch. UFSC, mimeo, 1997.
- ZADEH, Lofti. The calculus of fuzzy restrictions. In _____ et al., (Org.) *Fuzzy sets and applications to cognitive and decision making processes*. New York: Academic Press, 1975, p. 1-39.
- ZADEH, Lofti. Computing with words – a paradigm shift (abstract). <http://www.cs.wis.edu/areas/ai/aisem/abstracts/1996.l.spring/zadeh.html>. Acessado em novembro de 2004.